

Departamento de História
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais

ALINE MAGALHÃES PINTO

HISTÓRIA, TEMPO E LINGUAGEM

*Sobre as possibilidades da desconstrução derridiana
para o saber histórico*

Belo Horizonte
Agosto de 2008

ALINE MAGALHÃES PINTO

HISTÓRIA, TEMPO E LINGUAGEM

**Sobre as possibilidades da desconstrução derridiana
para o saber histórico**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação,
Mestrado, do Departamento de História da Universidade
Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Ciência e Cultura na história

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Reis

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
UFMG
2008

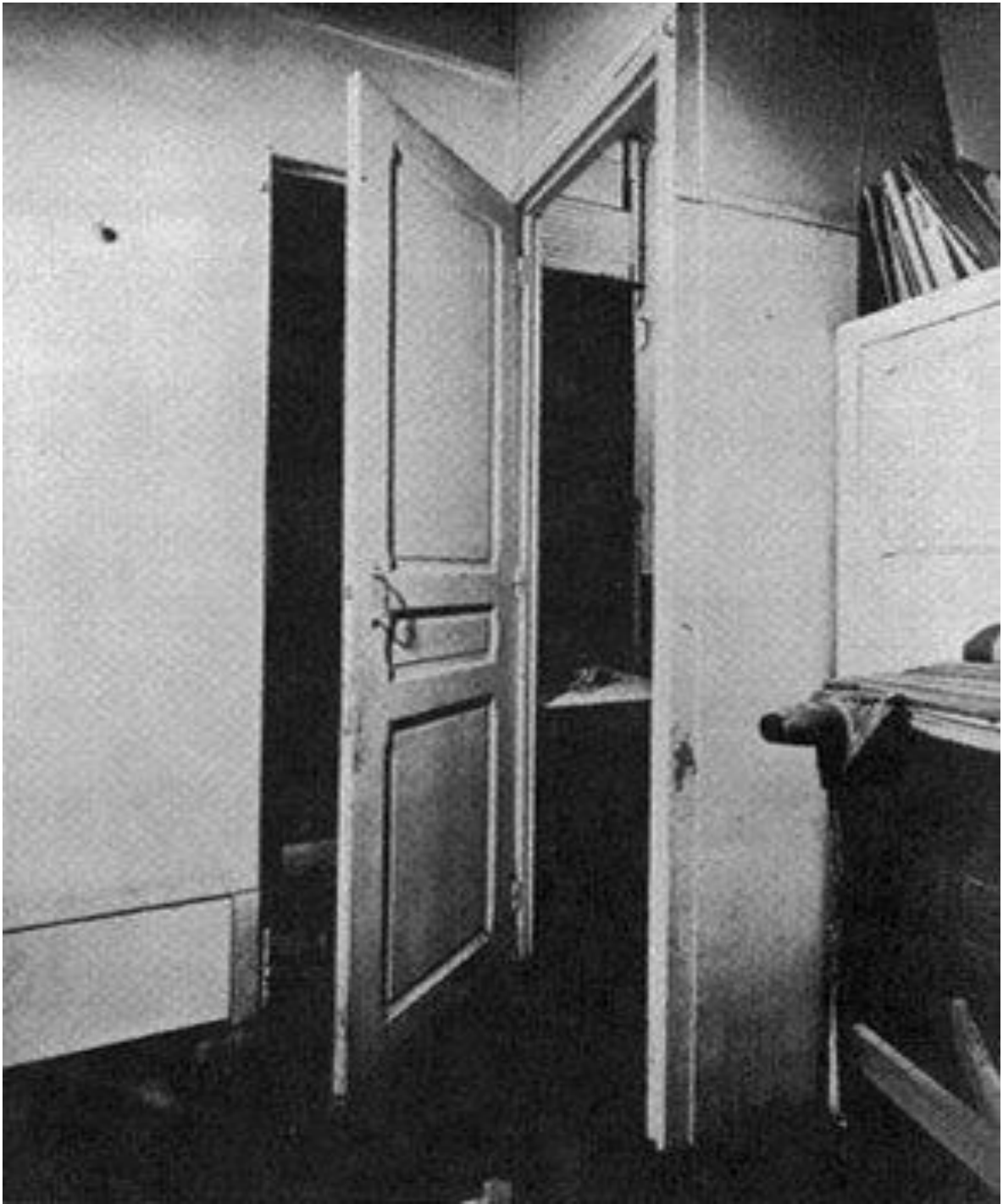
907.2 Pinto, Aline Magalhães
P659t Tempo, história e linguagem [manuscrito] : sobre as possibilidades da
2008 desconstrução derridiana para o saber histórico / Aline Magalhães Pinto. –
2008.
180 f.
Orientador: José Carlos Reis.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade
de Filosofia e Ciências.

1. Derrida, Jacques, 1930-. 2. História – Teses. 3. Tempo – Teses. 4.
Linguagem - Teses. I. Reis, José Carlos. II. Universidade Federal de Minas
Gerais. Faculdade de Filosofia. III. Título.

Para meu pai, fantasma e herança.

Agradecimentos

Ao prof. José Carlos, pela orientação que tornou possível este trabalho.
Ao prof. Evando Nascimento, da UFJF, pela generosidade com que acolheu minhas dúvidas.
A minha mãe, pela vida, entre outras tantas coisas.
Ao Fabien, amore viaggiante.
Ao Bruno Vorcaro, amigo dileto para toda uma vida, pelo ombro, colo e conforto errantes.
A Carol Bertolin e Vanessa, pela amizade incondicional.
Ao Lenine, pela interlocução necessária e companhia sempre oportuna e tão querida.
A Florinha, por me fazer aprender para além dos muros, e pela festa que não acaba nunca!
A Marina, Bá e Sussu, pela delicadeza e generosidade de me salvarem do tédio cotidiano.
Ao Breno, Marcelo e Carol Fenati, queridos distantes e tão próximos, porque o mundo é grande, mas cabe numa janela de msn, passa pelo fio do telefone.
Aos meninos marxistas, Erik, Ricardo, Samuel, pelas intermináveis e deliciosas discussões.



Door, 11 rue Larrey. Duchamp.

Mas bem sei o que eu quero aqui: quero o inconcluso. Quero a profunda desordem orgânica que, no entanto, dá a pressentir uma ordem subjacente. (...) estas minhas frases balbuciadas são feitas na hora mesma em que estão sendo escritas e crepitam de tão novas e verdes. Elas são o já. Quero a experiência de uma falta de construção

Clarice Lispector, *Água viva*

RESUMO

[Abstract/Resumé]

Esta dissertação é fruto de uma pesquisa no campo da teoria e metodologia da história que pretende propor uma discussão epistêmica sobre tempo, história e linguagem, ao percorrer um trajeto tomando o pensador francês Jacques Derrida como interlocutor. Ao elaborar significados da desconstrução *da*, *na* e *para a* história, o trabalho visa a pensar as seguintes questões: como lidar com a exposição à historicidade da autoridade e valor do saber histórico? A historicização radical reduziria o conhecimento histórico à produção de discursos vazios e sem sentido, perdidos na transitoriedade e na instabilidade dos conceitos e noções que utiliza?

Cette dissertation est une recherche au champ de la théorie et de la méthodologie de l'histoire qui prétend proposer une discussion épistémique sur le temps, l'histoire et le langage, en parcourant un trajet prenant le penseur français Jacques Derrida comme interlocuteur. En élaborant significations de la déconstruction de la, dans e pour l'histoire, le travail vise penser les questions suivantes : comment traiter avec l'exposition à l'historicité de l'autorité et le valeur du savoir historique ? Entrecroiser la déconstruction et l'histoire, et en exposant le travail historicien à sa condition d'écrite, ouvre quel type des chemins e des possibilités pour penser la historicité, la temporalité e le langage de notre culture ?

This dissertation is a research in the field of theory and methodology of history, which intends to propose an "epistemological" discussion on time, history and language, taking the French thinker Jacques Derrida as interlocutor. Elaborating the implications of deconstruction *of*, *in* and *for* history, this study aims to think the following questions: how to deal with exposure to the historicity of the authority and value of historical knowledge? When intercrossing deconstruction and history, exposing the historian work to the condition its writing, which kind of ways and possibilities are open to think the historicity, the temporality and the historical language of our culture?

LISTA DE REFERÊNCIA

para as obras consultadas de Jacques Derrida

- (GR) - *Gramatologia* - [São Paulo: Perspectiva, 2004]
- (ED) - *A escritura e a diferença* - [2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1995]
- (ED*) - *L'écriture et la différence* - [Paris: c1967]
- (D) - *La dissemination* - [Paris: Seuil, 1972]
- (PM) - *Papel-máquina* - [São Paulo: Estação Liberdade, 2004]
- (VF) - *A voz e o fenômeno: introdução ao problema do signo na fenomenologia de Husserl* - [Lisboa, Edições 70, 1999]
- (LI) - *Limited inc.* - [Campinas, SP: Papyrus, 1991]
- (MF) - *Margens da filosofia* - [Campinas: Papyrus, 1991]
- (PS) - *Posições* - [Belo Horizonte: Autêntica, 2001]
- (EM) - *Espectros de Marx: o Estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional* - [Rio de Janeiro: 1994]
- (MA) - *Mal de arquivo: uma impressão freudiana* - [Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001]
- (YQ) - *Y mañana, qué...* [Buenos Aires: Fondo de cultura economica, 2005]
- (TB) - *Torres de Babel* - [Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002]

SUMÁRIO

Introdução	10-14
Considerações teóricas ou protocolares	15-25
PÓS-modernidade?	15-20
EPISTEMOLOGIA x reflexão epistêmica: o lugar da história da história	20-23
SOBRE algumas escolhas	23-25
1. Por que Derrida?	26-52
FACES de uma <i>assinatura</i>	26-30
PROGRAMA filosófico	31-46
TRADUÇÃO e práticas de desconstrução em língua portuguesa (no Brasil)	46-52
2. Desconstrução da história	53-87
HISTÓRIA x histórias	53-60
A LINGUAGEM da história: a escrita	60-64
A ESCRITA e a história	64-68
HISTÓRIA (S) : disseminação	68-73
O TEMPO da linha e a linha do tempo	73-82
TRAÇO e brisura: tempo da escrita da história(s)	82-87
3. Desconstrução na história	88-126
TRABALHO historiador: uma contaminação	88-91
O DESCANSO do sujeito	91-95
ESCREVER : o funcionamento da máquina	95-101
DOCUMENTO -suplemento: fontes transbordantes	101-109
RECEPÇÃO além da apropriação: traduções	109-118
O ARQUIVO	119-126
4. Desconstrução para a história	127-164
POR ONDE se caminha?	127-130
UM MUNDO de representações?	130-134
ACONTECIMENTOS -limite e limite da história	135-138
REPRESENTAÇÃO e história(s)	138-140
ARQUIVAR heranças: o irreparável do passado	140-142
NARRATIVA x textualidade	142-152
TRÊS portas por onde se <i>entre</i>	152-158
COMO SE , ou se as verdades fossem (im)possíveis	158-164
Conclusão	165-168
A DESCONSTRUÇÃO como limite e como possibilidade: um horizonte	165-168
Bibliografia	169-180
a) de Jacques Derrida	169
b) entrevistas	169-170
c) sobre Jacques Derrida	170-172
d) artigos.....	172-174
e) sobre a temática	174-180

Introdução

Esta dissertação partiu de um projeto de que participei como bolsista de iniciação científica, sob orientação do professor José Carlos Reis, sobre sentido histórico e pós-modernidade. Parti daí, portanto. Mas, a partir daí, a reformulação e condução da pesquisa para a dissertação de mestrado tomou um rumo “próprio” com a proposta de promover uma interlocução com o trabalho e escrita de Jacques Derrida.

Desta maneira, a problemática ampla desta pesquisa é a questão do sentido histórico ocidental e a crise de sua legitimidade encetada pelas provocações e problematizações *ditas* pós-modernas. *Ditas* porque, por si mesmo, este nome diz pouco ou nada. Ou melhor: produz um efeito que nem inebria, mas apenas turva! Desta forma, um segundo momento se destina a discutir o que está em jogo numa questão longe de se restringir a um problema de nomenclatura. Deixemo-la, por um só momento, em suspenso.

A escolha desta problemática parece pertinente. História, temporalidade e sentido histórico são questões recorrentes nas reflexões que se fizeram centrais para a construção da tradição ocidental.¹ Tradição que se viu, ao longo do século XX, exposta a uma série de críticas e questionamentos que abalaram os princípios que sedimentam as bases de sua forma de viver. À ciência, moral e arte foram lançados novos desafios, obrigando cada uma dessas esferas a um rigoroso repensar de si mesmas.

No que tange ao sentido histórico ocidental e, conseqüentemente, ao saber histórico, a inflexão que contemporaneamente se enfrenta pode ser colocada da seguinte maneira: a história tem sido o recalque de uma profusão de “histórias alternativas” sufocadas por um ponto de vista parcial, eurocêntrico, vencedor e

¹ Tais como os trabalhos de Kant, Herder, Condorcet e Hegel, entre muitos outros. Cf. PETERS, Michael. *Pós-estruturalismo e a filosofia da diferença (uma introdução)*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.55 *et seq.*

hegemônico, que determina o sentido do desenrolar da história de todo Ocidente. As elaborações históricas, ao forjar o reconhecimento do passado, expressam os artifícios da pretensão do Ocidente à totalidade, em processo de auto-justificação e autolegitimação. Largada a si mesma, a história é desordem, devir, contra-senso. Ao propor uma desnaturalização dos discursos “carcomidos” do passado e da modernidade, o pensamento ‘pós-moderno’ incita uma reflexão radical sobre a história e a historicidade. Embora a “questão pós-moderna” tenha perdido muito da força que nos anos 90 parecia mobilizar, os desdobramentos de tal suspeição e crítica ainda carecem de elaboração e entendimento.

Jacques Derrida foi o autor escolhido como interlocutor para percorrer e mapear os caminhos e fronteiras abertos para o conhecimento histórico pela suspeição que se instala instintivamente à produção cognitiva contemporânea. A escolha se deve, sobretudo, ao fato de que Derrida, como nenhum outro autor contemporâneo, pareceu-me entender o discurso a partir de seu poder de exercer interrogação e provocação sobre o outro, poder de fascinar e instigar o outro, sem a exigência de uma resposta, mas pela perturbação e desejo de impossível.

A abordagem por interlocução remete inevitavelmente à incompletude e à conversação. Nada pareceu mais adequado para encenar a experiência inquieta que é a leitura-re-escrita de/com Derrida. Escrita que impele, todo tempo, a atravessar *a oposição centro e margem* sem descartá-la de antemão. Aprende-se com Derrida que, ler, recortar, desdobrar *textos* traz a possibilidade de efeitos transgressivos, na medida em que aponta para a emergência de formas e conteúdos historicamente recalcados. Além disso, por interlocução, é possível que outras escritas, outros textos, adentrem a problematização e a conversa sem que para isso precisem ocupar o “banco dos réus” ou ser “objeto” de uma inquisição. Os textos e escritas convocados neste trabalho entram no espaço aberto pelo questionamento proposto de forma *suplementar*, o que permite explorar de forma intertextual o potencial de divergência e/ou de convergência de cada um deles, com o que se entendeu como *perspectiva derridiana*. A questão que abre este espaço e conduz o trabalho é: quais os riscos e possibilidades abertas para o saber histórico pela desconstrução derridiana?

O que se buscou produzir atende tanto como um “pedaço” da história do pensamento — na medida em que contempla, pelo menos em parte, a trajetória recente das formas de pensar, tendo como foco o saber histórico — quanto traça uma perspectiva que, pela recusa que encontra no núcleo da disciplina história, toma forma de *porvir* e *ficção*. Isto porque, é preciso reconhecer, uma certeza tímida guia esta pesquisa: a desconstrução ‘na’ história e ‘da’ história, e ‘para a’ história, a “influência” derridiana no campo historiográfico, uma “historiografia derridiana” em sua inexistência presente — sobretudo num cenário historiográfico conduzido pela tradição francesa — sua necessidade, tem valor de questão histórica, de questão para a história. Desta forma, a escrita desta dissertação passeia pelo bosque do qual ‘escreve’: as fronteiras e alfândegas entre história e ficção ...

A estrutura do texto como interlocução trabalha com a polifonia: em cada capítulo e para cada tópico busquei eleger algumas perspectivas relevantes na história da História, fazê-las encontrar o pensamento derridiano e pensar o saber histórico diante esse encontro, seja ele colisão ou afago.

Portanto, o intuito desta pesquisa não é, e nem poderia ser, por razões óbvias, apresentar o pensamento derridiano, o procedimento desconstrutor e a escrita disseminada como a última palavra sobre os temas aqui discutidos. Tampouco revelar um método desconstrutivista para a história. Mas pôr em movimento um pensamento, colaborar para tornar este pensamento sedutor e desestabilizante, discutível entre historiadores.

As menções a Jacques Derrida no campo historiográfico são, em sua maioria, restritas à inserção de seu nome em uma série. Derrida é citado em fila, lado a lado com Foucault, Lyotard, Deleuze etc. Em geral, as repercussões acadêmicas em torno das idéias desconstrutoras oscilam entre um Derrida “guru” e um Derrida “exterminador do futuro”.² Pois aqui se trata, modestamente, de des-enfileirar Jacques Derrida, desviando-o destas posições. O que se mostrou bastante produtivo para pensar os limites e as diversas margens e fronteiras do saber

² PERRONE-MOISÉS, Leila. *Derrida e as Ciências Humanas*. In: FERREIRA, Elida; OTTONI, Paulo. (Orgs.). *Traduzir Derrida: políticas e desconstruções*. Campinas, SP: Mercados de Letras, 2006. p.23-31.

histórico, tendo no pensamento derridiano um interlocutor contundente e sagaz.

O fio condutor deste trabalho, o sentido histórico, ao longo do caminho percorrido se transforma numa linha instável e insustentável. Isto se dá no trajeto de muitos trajetos figurados e reinterpretados através dos textos aqui reunidos. Ainda assim, há uma pretensa coesão que se deve defender.

Com efeito, o primeiro capítulo procura, num certo sentido, responder às funções burocráticas de apresentação do autor, sua recepção e leituras, e perpassar as linhas gerais de seu programa filosófico. As tarefas de apresentação e sistematização têm uma função e necessidade dentro do ambiente acadêmico. Mas, além disso, este primeiro capítulo busca proceder à preparação do terreno de onde se tecerão as relações entre história e desconstrução.

O segundo capítulo, *desconstrução da história*, abre o encontro entre história e pensamento derridiano a partir da inflexão instaurada pelo estruturalismo ao saber histórico. Este embate foi abordado por meio do encetamento do sentido histórico. Relendo a formulação hegeliana de sentido e tempo históricos, pôde-se pinçar a relação entre história e escrita, sobretudo entre tempo da história e tempo da escrita. Lida na perspectiva derridiana, esta relação trouxe condições e, mais do que isso, apontou a necessidade de um neologismo pelo qual peço, por antecipação *perdão*. História (s), embora inspirado na rasura que forma a *différance*, não pode ser atribuída à Derrida. Tendo em vista que o contato entre desconstrução e história deve de alguma maneira produzir uma disseminação do sentido histórico, este termo responde à necessidade de poder abordar uma escrita da história não submissa, ou não completamente, à metafísica ocidental. Sem arriscar esta possibilidade, não haveria como conduzir as reflexões seguintes. Pretendo esmiuçar melhor este ponto mais a frente. O capítulo leva, por fim, à aporia do tempo, cindida e deslocada pela noção de *traço*.

No terceiro capítulo, *desconstrução na história*, a partir das noções de *contaminação* e *máquina*, buscou-se pensar os principais conceitos, noções e ferramentas que o trabalho historiador utiliza para a confecção de seus textos. Para tanto foi necessário uma discussão a respeito de tecnicidade e subjetividade enfocadas a partir da escrita derridiana. O deslocamento proposto por Derrida em

relação às duas noções põe em causa a ética e coloca a ética como questão. É aí que as técnicas do trabalho historiador aparecerão como lugar estratégico para se repensar as relações entre história e ficção, permitindo flagrar uma desconstrução *na* história: história (s). Há dois movimentos inclusos nessa visitação aos procedimentos técnicos, a quebra da dialética na feitura do texto e o desvelar de outras maneiras de se trabalhar historicamente sujeitos e vestígios: o trabalho historiador como *máquina textual*.

O quarto capítulo, *Desconstrução para a História*, tende a elaborar o que a disseminação de sentido e tempo histórico, aliados ao trabalho historiador como *máquina textual*, operam na unicidade do solo histórico, que é pano de fundo para o desenrolar da aventura metafísica do Ocidente, de acordo com Derrida. Desta forma, perpassou-se pela noção de representação, seus usos e paradoxos na história, para tentar mapear o que é ou não representável em história e como história. Neste contexto, a perspectiva derridiana permitiu vislumbrar, para uma escrita disseminada de história (s), a noção de herança como possibilidade de continuidade não-linear e intempestiva; a narrativa como acontecimento em história (s) e experiência do impossível, e uma possibilidade de verdade como prótese, abrindo o sentido histórico ao porvir.

Dentro dos limites do que é possível fazer, tendo em conta a precariedade de condições de pesquisa e as delimitações de uma dissertação de mestrado, intentou-se colaborar com o debate contemporâneo a respeito do que se passa entre as fronteiras do saber histórico e os limiares entre ficção e saber. Mobilizando a escrita derridiana, o saber histórico não somente esbarra na filosofia, na literatura e teoria literária, na antropologia, na psicanálise, mas também é capaz de se revigorar por meio de tais encontros, como se procurou mostrar ao longo do texto. Ao se retirar Jacques Derrida da série nominal em que, para conforto de uma forma de pensar a história, seu pensamento deve permanecer, e encará-lo tendo contribuições interessantes às reflexões que devem permear o trabalho historiador, espera-se ter ao menos esboçado, por entre tempo, linguagem e história, possibilidades abertas pela desconstrução derridiana.

Considerações teóricas ou protocolares

Compreender nossa situação no real não é defini-la, mas encontrar-se numa disposição afetiva. Pensar não é mais contemplar, mas engajar-se, estar englobado no que se pensa, estar embarcado - acontecimento dramático de ser-no-mundo

E. Levinas, em *A ontologia é fundamental?*

PÓS-modernidade?

O termo “pós-moderno” diz respeito a um fenômeno ainda confusamente percebido, assumindo várias vezes uma série de impropriedades decorrentes de uma denominação imprecisa.³ É aplicado com objetivos de diferentes amplitudes, onde nada parece ser passível de fixidez. Em geral, pós-moderno é o adjetivo usado para caracterizar um estilo de cultura que se expressa nas artes, na literatura, na arquitetura, na cultura de massa, nos hábitos contemporâneos, o qual se tem dificuldade em definir-se num conceito. Tal relutância confere certa fragilidade aos discursos que aí querem se situar.⁴

Com isso, mais prudente talvez fosse passar ao largo da questão — levando-se em consideração também o fato de que, para Derrida, a questão de um “pós” ou de um “pré” não se coloca, pois pressupõem uma origem pura, uma teleologia e um centro a partir do qual se pensam as margens. Entretanto, ante a temática do sentido histórico, a idéia de pós-modernidade faz com que se despertem questões que merecem, sem dúvida, atenção.⁵

A cultura só emerge como um problema ou problemática no ponto em que há uma perda de sentido na forma como se articula, entre classes, gêneros, raças e nações,

³ SOUZA, Ricardo T. *Sentido e Alteridade: dez ensaios sobre o pensamento de Emmanuel Levinas*. Porto Alegre: EDIPURS, 2000.

⁴ ROUANET, Sérgio Paulo. A verdade e a ilusão do pós-modernismo. In: *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.129-277. Cf. EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p.7-9.

⁵ PERRONE-MOISÉS, Leyla. Derrida e as ciências humanas. In: FERREIRA, Elida; OTTONI, Paulo. (Orgs.). *op.cit.*, p.23-30. Cf. BENNINGTON, G. & Derrida, JACQUES. *Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p.14.

a vida⁶ Em 1979, numa tentativa de organizar a experiência contemporânea que se tornou um texto-chave para se pensar a problemática pós-moderna, a articulação moderna foi chamada por Lyotard⁷ de “grandes narrativas” ou “relatos de legitimação”: uma mais política, de tradições francesas, e uma outra mais filosófica, que repousa sob o idealismo alemão.⁸ A narrativa filosófica, que é expressa, com primazia, pela filosofia hegeliana da História, teria sido mais bem-sucedida na medida em que apresenta a Razão como elemento metafísico capaz de unificar as diferentes esferas do vivido moderno, dando a elas um único sentido.⁹

A modernidade foi, com todos seus paradoxos, capaz de sintetizar um projeto de “humanidade”, ou de sua parte hegemônica, já que elabora o sentido da história humana a partir de uma Razão que se faz sensível aos sujeitos enquanto poder de unificação.¹⁰ Esse poder de amálgama se esvai ao longo das experiências de fins do século XIX e ao curso do XX. Mas pretender determinar experiências empíricas ou “fatos” (o final da Segunda Guerra e a derrota européia, por exemplo) como causa e explicação de um fenômeno deste tipo tende a ser algo frustrante, de acordo com Lyotard.¹¹

Em todo caso, entre as décadas de 50 e 70 do último século, emerge uma série de discursos que se julgam capazes de dispensar, senão completamente pelo menos em parte, o horizonte conceitual do racionalismo moderno ocidental. As diversas faces do projeto moderno, antes compatibilizadas pela promessa de liberdade como harmonia entre progresso científico e moral, a ser efetivada por um sujeito autoconsciente e autocentrado,¹² são alvo de questionamentos que atingem tanto o

⁶ BHABHA, Homi K. O compromisso com a teoria. In: *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998. p.63.

⁷ LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 6ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2000.

⁸ JENKINS, Keith A *história repensada*. São Paulo: Contexto, 2005. p.93 et seq.

⁹ Sobre a fragmentação da racionalidade na modernidade e suas conseqüências, cf. WEBER, Max. Rejeições religiosas do mundo e suas direções. In: *Ensaio de Sociologia*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p.242-270.

¹⁰ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.15-35. Cf. HABERMAS, J. O conceito hegeliano de modernidade. In: *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: 1990. p.42 et seq.

¹¹ LYOTARD, Jean-François. *op.cit.*, 2000. p.69.

¹² Para alguns historiadores, como por exemplo Jurandir Malerba, “o processo civilizador (analisado por Norbert Elias) que a humanidade experimenta há séculos não significa uma crença na idéia de progresso, na perfectibilidade humana e no avanço da humanidade rumo a uma felicidade final, como proposto pelos filósofos dos séculos XVIII e XIX”. Entretanto, nos limites deste estudo, considera-se o processo civilizador claramente apegado aos ideais tecidos em torno da razão entendida como controle e planejamento, difundida por visões científicas logocêntricas, eurocêntricas, herméticas e intolerantes. Assim, afirmamos que também há “barbárie” no ato de “civilizar-se” e “civilizar” os outros. Cf. MALERBA, Jurandir. Sobre Norbert Elias.

princípio de subjetividade, quanto a promessa de liberdade como *telos* da história humana.¹³

Um discurso que tenha as questões pós-modernas em conta e que não queira se ater a uma rapsódia dos pontos em que a filosofia contemporânea se aproxima da literatura ou da arquitetura deve ter em vista o princípio de subjetividade como articulador dos conceitos de tempo e de história na modernidade.¹⁴

É nesta perspectiva que Vattimo identifica a emergência da pós-modernidade filosófica no texto de Nietzsche *Da utilidade e dos inconvenientes dos estudos históricos para a vida*,¹⁵ no qual está colocado o problema do epigonismo do excesso de consciência histórica. Mas é a partir de *Humano demais Humano*,¹⁶ quando Nietzsche deixa de procurar a cura da decadência moderna em forças supra-históricas e eternizantes, que se desdobra, como insinuação, uma idéia de separação e ultrapassagem que não tem nada de *aufhebung* dialética.¹⁷

Sendo a modernidade constituída pela categoria de superação temporal e crítica, época em que a novidade envelhece e é substituída por outra novidade num movimento imparável, se possível for se sair dela nunca será por meio de uma superação. Não se trata de resolver os problemas da dialética através de alguma assunção, mas de levar às últimas conseqüências suas exigências dissolventes. Seguindo os traços nietzscheanos, encontramos no aforisma 125 de *A gaia ciência*:

Jamais ouviram falar daquele louco que acendeu uma lanterna em plena luz do dia

In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas: Papirus, 1996. p.84.

¹³ HABERMAS, J. *A consciência do Tempo da modernidade e sua necessidade de autocertificação*. In: *op.cit.*, 1990. p.3-35.

¹⁴ “Subjetividade se refere a uma estrutura de auto-relação. O mundo moderno se movimenta em função da liberdade da subjetividade universal. Na verdade, pode-se dizer que a fisionomia adquirida pela subjetividade que dá forma aos tempos modernos é encontrada na relação entre liberdade e reflexão. É esta relação que define o contexto em que a subjetividade admite quatro conotações: individualismo como a peculiaridade, e a especificidade pode fazer valer suas pretensões; direito à crítica, para reconhecer como necessário que lhe pareça legítimo; autonomia do agir; e filosofia idealista, aquela que deve apreender a idéia que faz de si própria.” HABERMAS, J. *A consciência do Tempo da modernidade e sua necessidade de autocertificação*. In: *op.cit.*, 1990. p.3-35.

¹⁵ NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. Segundo fragmento: Da utilidade e dos inconvenientes dos estudos históricos para a vida. In: *Considerações Intempestivas*. Lisboa: Presença, 1976. p.101-205.

¹⁶ NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹⁷ VATTIMO, Gianni. Nihilismo e pós-modernismo em filosofia. In: *O fim da modernidade: nihilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. Lisboa: Presença, 1987. p.131-134.

e desatou a correr pela praça pública gritando incessantemente: “Procuro Deus! Procuro Deus!”. Mas como havia ali muitos daqueles que não acreditam em Deus, seu grito provocou grandes gargalhadas. “perdeu-se, como uma criança?” dizia um. “Estará escondido?”, dizia outro. “Terá medo de nós? Terá emigrado?”... Assim gritavam e riam todos ao mesmo tempo. O louco saltou no meio deles e trespassou-os com seu olhar. “Para onde foi Deus?” exclamou. “... vou lhes dizer! Nós o matamos, vocês e eu! Somos nós seus assassinos! Mas como fizemos isso? Como conseguimos esvaziar o mar? Quem nos deu uma esponja para apagar o horizonte inteiro? Que fizemos quando desatamos essa terra de seu sol? Para onde ela vai agora? Para onde vamos nós mesmos? Para longe de todos os sóis? Não estamos incessantemente a cair? Para adiante, para trás, para os lados, em todas as direções? Haverá ainda um “em cima” e um “embaixo”? Não estamos errando através de um vazio infinito? (...) Deus morreu! Deus continua morto! E nós o matamos! (...) Que expiações, que jogo sagrado seremos forçados a inventar?”¹⁸

À “morte de Deus”, metáfora da perda do fundamento metafísico, segue-se na trama nietzscheana, com o eterno retorno, a encenação do fim da época da superação. Um cenário em que homens aprenderam a amar a interrogação. A linearidade temporal é possível quando se postula que a uma infinita atividade no tempo corresponde uma força positiva infinita e inextinguível fundamentando o sentido dessa atividade.¹⁹

Mas, é o que a escrita nietzscheana acena como possível, caso essa força, mesmo que eternamente ativa, não tenha um sentido positivo intrínseco (aperfeiçoamento), a tarefa intelectual não será mais retornar ao fundamento, ou esclarecê-lo, problema central da teoria moderna do conhecimento.²⁰ Não é o caso, tampouco, de recorrer às forças supra-históricas e essenciais. Mas de viver até o fundo a experiência da necessidade do erro, devir, suceder-se, morrer. Ao não se refugiar numa historicidade de sentido positivo, vê-se um explicitar da caducidade do Ser como des-fundamentação ou afundamento. Uma ontologia débil. Distorção que se desvia da superação crítica, mas que não se furta à aventura do questionamento.²¹

Os discursos questionadores contemporâneos indiciam um deslocamento do qual brota uma profusão de novos termos que se digladiam na tentativa de melhor

¹⁸ NIETZSCHE, F. *A gaia ciência*. Tradução Jean Melville. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003. p.175-176.

¹⁹ NIETZSCHE, F. *El eterno retorno: obras póstumas (1871-1888)*. Buenos Aires: Aguilar, c1949. (Obras Completas de Federico Nietzsche, v.6). p.20-25.

²⁰ Condição indispensável para delimitar o conhecimento autêntico e o saber verdadeiro, o fundamento está intimamente ligado à possibilidade de decisão e acesso à verdade. Assim, do ponto de vista da epistemologia clássica, o conhecimento da realidade e comprobabilidade da verdade só parecem alcançáveis quando possuímos um fundamento do nosso saber. Essa busca por fundamentos seguros é colocada em xeque pela proposta nietzscheana. Cf. ALBERT, Hans. O problema da fundamentação. In: *Tratado da Razão crítica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

²¹ VATTIMO, Gianni. *op.cit.*, p.131-144 e VATTIMO, Gianni. Dialéctica, diferencia y pensamiento débil. In: AMOROSO, Leonardo *et al.* *El pensamiento débil*. 2ª ed. Madrid: 1990. p.18-42.

expressar o que se passa. A cultura moderna agora é tardia, é “pós”; a modernidade tornou-se “líquida” (Zygmunt Bauman), “super” (Marc Augé), “reflexiva” (Anthony Giddens), “bloqueada” (Habermas), “hiper” (Lipovetsky). Há uma incalculável quantidade de publicações no estilo *Apocalípticos e integrados*²² despejadas todos os anos nas livrarias de todo o mundo. Entretanto, e ao mesmo tempo, para alguns o “pós” enfraqueceu-se e agoniza na primeira década do século XXI.²³

De fato, não há um mundo moderno, homogêneo, coerente e intransigente que num certo momento deu lugar a um mundo pós-moderno, fragmentado, heterogêneo e, sobretudo, tolerante. Contudo, não se pode negar uma quebra no sentido e significado que até então se conferiu à modernidade, porque tal abalo é presente até mesmo nos textos onde mais se procura insistir na continuidade do projeto moderno, relegando aos “pós” uma áurea de ilusão.²⁴ E é essa fratura que abre o espaço onde se aloja a problemática modernidade *versus* pós-modernidade.

A despeito de que essa quantidade de definições possa atestar antes uma “tagarelice” do que um domínio cognitivo da situação, é preciso notar esta diversidade de termos; e, mais do que isso, a diferença entre estes termos como indícios de que a modernidade, entendida a partir da superação-suprassunção temporal que a constituí, foi atraída para um *jogo* entre significantes, e que já não mais consegue efetivar-se como sentido único ou mesmo hegemônico. Ou seja: não parece capaz, por si mesma, de estabelecer seu sentido e de justificá-lo. Não pode mais pleitear ser a medida de si mesma ou extrair da própria subjetividade e autoconsciência os critérios que a definam e a orientem, e ainda sirvam de base para sua própria crítica.²⁵

A contínua tensão entre as maneiras de se referir ao mundo contemporâneo revela fraturas no projeto moderno de aperfeiçoamento contínuo da “humanidade”.

²² ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. Perspectivas: São Paulo, 1970.

²³ NASCIMENTO, Evando. Derrida e a cultura. In: GLENADEL, Paula & NASCIMENTO, Evando. *Em torno de Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: 7letras, 2000. p.9.

²⁴ Entre tantos, ROUANET, Sérgio Paulo, *op.cit.*, 1987; HABERMAS, J. *op.cit.*, 1990.

²⁵ A necessidade de auto-certificação e auto-legitimação está nas bases do projeto moderno. A filosofia encontra aí um de seus problemas fundamentais e até mesmo fundadores. A contemporaneidade não abre, nesse sentido, uma nova questão. Mas retoma, em novas perspectivas, velhas aporias. A respeito da necessidade de auto-legitimação moderna é esclarecedora a análise de Habermas em *Discurso Filosófico da Modernidade*, *op.cit.*, p.3-33.

Confere um tom de polêmica e agonística aos nossos tempos, configurando um campo de forças em que cada posição é sempre um processo de *tradução* e de *transferência* de sentido: um lugar de hibridismo, onde cada discurso não pode ser tomado como um reflexo mimético de uma posição epistemológica ou política. Mas sim como processo de construção de um “objeto” que *ainda não é* uma coisa, ou outra. Ou seja: antes que ocorra uma sedimentação em oposições dicotômicas e excludentes a respeito do que é ou não pós-moderno, esta teia de discursos constitui um espaço de intervenção e um tempo revisionário, um *entre-lugar*, contingente e itinerante, que permite interromper a atuação do presente na medida em que não se apressa em produzir uma definição, um antagonismo ou uma contradição.²⁶

O desafio é tomar o questionamento acerca de uma pós-modernidade não como uma querela em que se deva ficar aqui ou ali. Mas como a possibilidade de retorno ao presente para re-descrever nossa contemporaneidade cultural; *reinscrever* e *re-escrever*, nessa temporalidade intervalar, o passado de maneira tal que ele não atue simplesmente como causa ou precedente do atual, mas que se mostre disposto a invadir, alarmar, dividir e desapropriar o lugar em que o atual se determina como futuro. Nas palavras de Bhabha, “tocar o futuro em seu lado de cá”, como sinal de que a história está *acontecendo* no interior das páginas, sistemas e estruturas que construímos para registrar o passado.²⁷

Nesse sentido, a busca mais audaciosa desta pesquisa é instalar seu “objeto” neste entre-lugar. Encontra-se em consonância com historiadores como Keith Jenkins, para quem o conteúdo da pesquisa histórica na contemporaneidade deveria ser constituído por uma ampla série de estudos metodologicamente reflexivos sobre as implicações e interpretações a respeito do “fenômeno pós-moderno”.²⁸

EPISTEMOLOGIA x reflexão epistêmica: o lugar da história da história

Ao buscar instalar uma pesquisa num *entre-lugar*, numa borda, numa zona

²⁶ BHABHA, Homi K. *op.cit.*, 1998. p.53 *et seq.*

²⁷ *Idem.*

²⁸ JENKINS, Keith. *op.cit.*, p.105 *et seq.*

fronteiriça, há dificuldade em se localizar num campo de atuação ou área de um saber. E, ao mesmo tempo, toda e qualquer pesquisa está enraizada numa tradição de pensamento, de uma disciplina.²⁹

Esta dissertação é fruto de uma pesquisa em teoria da História. Teoria ou história da História é um ramo da história intelectual, ou da história das ciências ou dos saberes, em que a abordagem sobre a trajetória do saber histórico pode acontecer de múltiplas formas: analisando a obra de um historiador específico ou comparando historiadores de diferentes épocas ou escolas, reconstruindo criticamente o pensamento histórico de filósofos, sociólogos, teólogos, antropólogos, comparando as análises históricas diferenciadas de experiências vividas, produzindo reflexões sobre temas teóricos (temporalidade, escrita da história, memória, conceitos), fazendo a história das técnicas utilizadas, das alianças e conflitos com outras disciplinas. Outros nomes também designam esta área de pesquisa: historiografia, meta-história, teoria e metodologia da história, história da historiografia³⁰.

Desta forma, esta investigação e investimento não produziram uma análise “propriamente” epistemológica da história. Não se preocupou em rastrear e estabelecer as condições de possibilidade e cientificidade da história. Tampouco buscou traçar os limites do conhecimento histórico e os problemas da verdade em história.³¹ Entretanto, se, certamente, não se está diante de um “tratado” epistemológico, não se trata tampouco de um ensaio livre, pois há uma bibliografia que suporta e sustenta aquilo sobre o que se disserta.

O descentramento necessário para se adentrar à problemática derridiana e, a partir

²⁹ Bourdieu considera a noção de “campo” como sendo o universo no qual estão inseridos agentes e instituições que produzem, reproduzem ou difundem as produções culturais desses respectivos campos. Cada um desses campos é em outras palavras um mundo social com características particulares, obedecendo a leis sociais mais ou menos específicas. Portanto, cada campo é, nesse sentido, relativamente autônomo. Cf. BONNEWITZ, Patrice. Uma visão espacial de sociedade - espaços e campos. In: *Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p.51-72.

³⁰ BLAKE, Horst Walter. Para uma nova história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir. (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. p.27-64. REIS, José Carlos. Apresentação. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, v.22, n.36, p.251-254, 2006.

³¹ Para uma discussão sobre epistemologia das ciências humanas Cf. DOMINGUES, Ivan. O grau zero do conhecimento: o problema da fundamentação das ciências humanas. São Paulo: Loyola, c1991. Especificamente sobre história, ver DOMINGUES, Ivan. O fio e a trama: reflexões sobre o tempo e a historia. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

daí, colocar a funcionar a interlocução proposta entre a temática do sentido histórico e o pensamento de Derrida, impele abandonar o terreno da epistemologia. Uma história epistemológica será sempre marcada pela cisão entre verdade e erro, racional e irracional, puro e impuro, científico e não-científico. A epistemologia, sua filiação como repouso da validação universal do conhecimento sob a égide de formas e intuições a priori, categorias e princípios, tenderá, antes, a tapar os buracos e brechas da estrutura metafísica do que a forçá-los em sua abertura, também estrutural.³²

Este texto é produto de um trabalho de entendimento sobre o pensamento de Derrida. É também uma iteração do gesto derridiano, repetição diferenciada, profundamente limitada, que tem num único desvio sua justificativa: detém o olhar sobre a escrita da história, a historiografia.

A investigação incidiu sobre o seguinte ponto de encontro: a importância das reflexões sobre a escrita para o pensamento de Derrida e o papel não menos considerável que ela ocupa no fazer histórico. Buscou-se explorar a “face” de escritor do trabalho historiador a partir do olhar de um autor que se debruçou sobre a escrita e suas potencialidades, para, partindo delas, pensar a experiência de estar no mundo, suas implicações éticas e políticas. No cenário cognitivo atual, onde se tem que o pensamento da coisa como o que ela é já se confunde com a experiência da palavra,³³ Derrida enfatiza o ato de escrita como contraproposta à efetividade de um sentido subserviente a onto-teologia e saber absoluto:

Escrever não é apenas saber que pela escrita não é sempre o melhor que passa, e que o consignado não exprime infinitamente o universo, não se lhe assemelha e reúne. É também não poder fazer preceder absolutamente o escrever pelo seu sentido. (...) Escrever é saber que aquilo que ainda não se produziu na letra não tem qualquer outra morada, não nos espera como prescrição em qualquer entendimento divino.³⁴

As reflexões a respeito da escrita da história surgem na esteira do debate em torno da história como narrativa e relato, e esse embate historiográfico já tem, ele

³² DERRIDA, JACQUES *In: (GR)* 2004. Pp116-118 .

³³ BERTEN, A. *Filosofia social: a responsabilidade social do filósofo*. São Paulo: Paulus, 2004. p.59-74.

³⁴ DERRIDA, Jacques. *Força e significação*. In: (ED).1995. p.24. Ver ainda: SANTIAGO, Silviano. (Sup.Geral) *Glossário de Derrida*. Rio de Janeiro: F.Alves, 1976. p.11.

mesmo, sua história. Nessa história, cada autor é um evento, e assim poderíamos listar Aron, Veyne, De Certeau, White, Ricoeur e muitos outros que se dedicaram, em um ou outro momento, ao ato de escrever no trabalho historiador. O ponto onde tocam estas reflexões é sempre delicado na medida em que se trata de abalar a certeza da distinção entre as tarefas do historiador e do ficcionista.³⁵

A pesquisa desenvolvida encontra-se, dessa forma, na fronteira criada pelo incontornável vínculo entre conhecimento e interesse, entre saber e poder, entre história da história da ciência e história da história da cultura. E essa fronteira a coloca muito próxima às noções da arqueologia foucaultiana. O que quer dizer que se considera, nessa dissertação, que, embora se tenha configurado a partir do século XIX (ou que se tenha tentado fazê-lo) uma ciência histórica, essa não era a destinação do saber histórico. Um saber não coincide ou se resume na elaboração científica a que pode dar lugar.³⁶ Considera-se também que a suspeição à história pela inflexão lingüística do pensamento contemporâneo a leva de volta (e ainda se pode perguntar se algum dia ela saiu de lá) ao que Foucault chamou de *limiar de epistemologização*, ou seja, momento em que “um conjunto de enunciados se recorta e pretende fazer valer (mesmo sem consegui-lo) normas de verificação e de coerência e que exerce, face ao saber, uma função dominante (de modelo, de crítica ou de verificação)”.³⁷

Não obstante, não se procedeu aqui a modo de uma arqueologia. A arqueologia foucaultiana procura analisar como foi possível a transformação do homem em objeto de saberes que ele mesmo fundamenta enquanto sujeito. Para tanto, ela busca as práticas discursivas na medida em que dão lugar a um saber, e as circunstâncias em que esse saber assume o estatuto e o papel de ciência. Mostra como o estabelecimento de uma ciência pode ter encontrado sua possibilidade e incidência nas modificações da regularidade de uma formação discursiva.³⁸

³⁵ LIMA, Luiz Costa. A narrativa na escrita da história e da ficção. In: *A Aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989. p.15-68.

³⁶ FOUCAULT, Michel. Ciência e saber. In: *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes; Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972. p.215-237. Cf. LYOTARD, Jean-François. *op.cit.*, 2000. p.35 *et seq.*

³⁷ *Ibidem* p.226. Cf. MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

³⁸ *Ibidem.*, p.231. Cf. VAZ, Paulo. *Um Pensamento infame: História e Liberdade em Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p.21 *et seq.*

Esta pesquisa tomou um rumo distinto. Esbarrou o tempo todo na ciência histórica e em sua configuração, sua *episteme*, pois não se pode negar ou apagar sua positividade. Todavia, não se guiou pela busca em desvelar seu momento de emergência ou desvendar na prática historiográfica suas figuras epistemológicas. O intuito era mais seguir a partir de suas fraturas por onde adentra aquilo que ela quer rejeitar, esconder, camuflar. E com Derrida, tendo o *texto* dele como limite e pivô, *pensar* o saber histórico. *Pensá-lo*, não recusando o fato de que sempre foi um saber mergulhado numa tensão entre poesia e *episteme*, entre retórica e ciência. O interesse é exatamente apontar as configurações contemporâneas desta *aporia*, tomando como interlocutor o autor supracitado.

Caminhando junto a escrita derridiana, com a atitude de *pensar* o saber histórico, buscou-se designar um esforço que visa a marcar e passar pelas fronteiras que delimitam um saber. Este movimento comporta a dimensão em que passar é exceder o limite, confirmando-o, levando-o em consideração, mas também comporta uma dimensão em que passar implica não deixar se deter por uma fronteira como se ela fosse uma intransponível barreira entre domínios heterogêneos entre si.³⁹

(...) *pensamento* é aqui para nós um nome perfeitamente neutro, um branco textual, o índice necessariamente indeterminado de uma época por vir da *differance*. De um certo modo, o “pensamento” não quer dizer nada. Como toda abertura, este índice pertence, pela face nele que se dá a ver, ao dentro de uma época passada. Este pensamento não pesa nada. Ele é, no jogo do sistema, aquilo mesmo que nunca pesa nada. Pensar é o que já sabemos não ter ainda começado a fazer: o que, medido conforme a estatura da escrita, enceta-se somente na *episteme*.⁴⁰

SOBRE algumas escolhas

Este texto não é impecável. Diante à quantidade de obras publicadas de Derrida — cerca de 70 títulos⁴¹ — resignei-me ao atrevimento de seguir uma série desjuntada de textos, regras, procedimentos dos quais pretendo senão justificar, pelo menos ter em consideração alguns pontos. O primeiro deles diz respeito às “fontes”. Inicialmente este *corpus* estava fechado nas obras publicadas entre 1967 e 1972,

³⁹ DERRIDA, Jacques. (PM). 2004. p.289-290.

⁴⁰ DERRIDA, Jacques. (Gr). 2004. p.118.

⁴¹ NASCIMENTO, Evando. *Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p.77.

consideradas desconstruções inaugurais.⁴² Pretendia-se, ao situar as primeiras obras publicadas pelo autor — onde ele pontua seu universo teórico e postula diretrizes gerais da desconstrução da metafísica ocidental — problematizar o sentido histórico hegemônico no Ocidente. Se, para o autor a história da metafísica se apresenta como a história da civilização ocidental, qual seria a alternativa a isto? Entretanto, o percurso mostrou a insuficiência do recorte cronológico para o intento proposto.

À medida que o trabalho reflexivo foi impondo questões que na escrita derridiana se encontram ligadas em rede a obras posteriores, a opção foi desrespeitar o recorte inicial em prol da problematização proposta. Assim, o *corpus* “documental” não tem uma coerência cronológica, mas temática. Embora exaustiva, a investigação não é conclusiva ou definitiva. Aliás, espera-se que muito mais haja a ser dito a respeito dos temas e problemas abordados. Sem dúvida, é preciso relançar as questões e não encerrá-las. Por ora, buscou-se aludir e instigar, dentro da temática em que se inscreve a dissertação, os principais pontos de inflexão encontrados ao se pôr em interlocução o pensamento derridiano e o saber histórico. De toda forma, o tronco principal da rede temática proposta constitui-se dos textos inclusos em *Gramatologia*, *A escritura e a diferença*, *La dissémination* e *Margens da filosofia*, publicados entre 1967 e 1972. Os demais textos são convocados a partir das questões abertas por eles.

Busquei trabalhar os textos de maneira a articular dois níveis de entendimento. O primeiro, a possibilidade de considerar haver, por entre os vários textos publicados por Derrida, uma escrita e pensamento derridiano. O segundo, a impossibilidade de que esta escrita e pensamento possam constituir um todo homogêneo. Articulado a possibilidade com a impossibilidade, acredita-se ter produzido uma conjugação que evoca, por um lado, a remissão a uma dimensão que, pela modesta interpretação que se propõe, pareceu se impor como a *assinatura derridiana*; e, por outro lado, quebra a intenção de atribuir a esta *assinatura*, por causa das denominações escrita e pensamento derridiano, qualidades de um método ou

⁴² SKINNER, Annamaria. No rastro das desconstruções inaugurais. In: SANTOS, Alcides Cardoso dos; DURÃO, Fabio Akcelrud; SILVA, Maria das Graças G. Villa (Orgs.). *Desconstruções e contextos nacionais*, 2006. p.93-101.

sistema fechado. Esta quebra se faz por meio das citações, que devolvem a cada texto sua particularidade, sua *intervenção*.

O segundo ponto diz respeito às traduções. Em geral, usei os textos em português e em francês para consulta. Há dois casos em que gostaria de prestar esclarecimento.

A respeito de *écriture*, segui a opção tradutora de Evando Nascimento como “escrita” e não “escritura”, opção interpretativa que me pareceu incentivar a relação entre as reflexões de Derrida sobre a escrita e a escrita do historiador, ponto de inflexão em que se encontram e se deixam encenar as discussões entre real e ficcional para o trabalho historiador.⁴³

Já com relação a *trace*, a opção foi seguir a exemplo de Cláudia de Moraes Rego, a tradução por “traço”, para se desviar de uma figuralidade evocada por rastro: “a partir do rastro ou pegada do animal, você pode, pela forma do rastro, que decalca a pata, saber de qual animal se trata”.⁴⁴ Esta possibilidade de indício comprobatório da origem e do sujeito vai de encontro ao paradigma indiciário (Ginzburg), do qual, por uma série de razões elucidadas ao longo da dissertação, é necessário marcar uma diferença em relação ao pensamento derridiano.

Por fim, a respeito de história (s). O “s” entre parênteses é uma performance que visa marcar no texto um efeito de disseminação. Evoca a herança derridiana com relação ao *a silencioso* de *différance* e corresponde a um lance teatral que no texto aproxima e distancia história e pensamento derridiano. Pois história e desconstrução estão interligadas, mesmo que de forma latente. Mas, ao pôr a funcionar essa relação, desencadeá-la, a história já não é mais o que é quando completamente presa ao fundo teleológico e metafísico ocidental. Ao mesmo tempo em que não será uma outra coisa, radicalmente nova e outra, irreconhecível. História (s) é o registro dessa hesitação em meu trabalho. Uma escolha que, deseja-se, não tenha sido por demais infeliz. Certamente não é única. Uma entre tantas, portanto! Não mais legítima que as demais. Apenas o que foi possível

⁴³NASCIMENTO, Evando. *Derrida e a literatura* - Notas de filosofia e literatura nos textos de Desconstrução. Niterói: EdUFF, 1999. p.105-107.

⁴⁴REGO, Cláudia de Moraes. Derrida e a escrita. In: *Traço, letra, escrita*: Freud, Lacan, Derrida. Rio de Janeiro: 7letras, 2006. p.151.

escrever, agora. Resguarda-se, ainda, a dúvida de que, uma vez que não se tem no caso do “s” plural de história (s) o mesmo efeito silencioso do *a* em *différance*, se é possível apostar no mesmo tipo de efeito disseminante. Em todo caso, não se sabe também se o *a* de *différance*, essa “violação” da palavra de língua francesa, depois de chegar à monumentalização pelos dicionários, mantém o poder de disseminação pretendido por Derrida. Mas, de qualquer forma, aposta-se, junto a Silvano Santiago, que a inseminação já esteja lançada.⁴⁵

⁴⁵ Cf. DERRIDA, Jacques. In: MF. 1991. p.33-37. SANTIAGO, Silvano. O silêncio, o segredo, Jacques Derrida. *Márgens/Margenes. Revista de Cultura*, Belo Horizonte, Buenos Aires, Mar del Plata, Salvador, n.5, p.5 et seq., jul-dez.2004.

Considerações teóricas ou protocolares

Compreender nossa situação no real não é defini-la, mas encontrar-se numa disposição afetiva. Pensar não é mais contemplar, mas engajar-se, estar englobado no que se pensa, estar embarcado - acontecimento dramático de ser-no-mundo

E. Levinas, em *A ontologia é fundamental?*

PÓS-modernidade?

O termo “pós-moderno” diz respeito a um fenômeno ainda confusamente percebido, assumindo várias vezes uma série de impropriedades decorrentes de uma denominação imprecisa.⁴⁶ É aplicado com objetivos de diferentes amplitudes, onde nada parece ser passível de fixidez. Em geral, pós-moderno é o adjetivo usado para caracterizar um estilo de cultura que se expressa nas artes, na literatura, na arquitetura, na cultura de massa, nos hábitos contemporâneos, o qual se tem dificuldade em definir-se num conceito. Tal relutância confere certa fragilidade aos discursos que aí querem se situar.⁴⁷

Com isso, mais prudente talvez fosse passar ao largo da questão — levando-se em consideração também o fato de que, para Derrida, a questão de um “pós” ou de um “pré” não se coloca, pois pressupõem uma origem pura, uma teleologia e um centro a partir do qual se pensam as margens. Entretanto, ante a temática do sentido histórico, a idéia de pós-modernidade faz com que se despertem questões que merecem, sem dúvida, atenção.⁴⁸

A cultura só emerge como um problema ou problemática no ponto em que há uma perda de sentido na forma como se articula, entre classes, gêneros, raças e nações,⁴⁹ Em 1979, numa tentativa de organizar a experiência contemporânea que se tornou um texto-chave para

⁴⁶ SOUZA, Ricardo T. *Sentido e Alteridade: dez ensaios sobre o pensamento de Emmanuel Levinas*. Porto Alegre: EDIPURS, 2000.

⁴⁷ ROUANET, Sérgio Paulo. A verdade e a ilusão do pós-modernismo. In: *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.129-277. Cf. EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p.7-9.

⁴⁸ PERRONE-MOISÉS, Leyla. Derrida e as ciências humanas. In: FERREIRA, Elida; OTTONI, Paulo. (Orgs.). *op.cit.*, p.23-30. Cf. BENNINGTON, G. & Derrida, JACQUES. *Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p.14.

⁴⁹ BHABHA, Homi K. O compromisso com a teoria. In: *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998. p.63.

se pensar a problemática pós-moderna, a articulação moderna foi chamada por Lyotard⁵⁰ de “grandes narrativas” ou “relatos de legitimação”: uma mais política, de tradições francesas, e uma outra mais filosófica, que repousa sob o idealismo alemão.⁵¹ A narrativa filosófica, que é expressa, com primazia, pela filosofia hegeliana da História, teria sido mais bem-sucedida na medida em que apresenta a Razão como elemento metafísico capaz de unificar as diferentes esferas do vivido moderno, dando a elas um único sentido.⁵²

A modernidade foi, com todos seus paradoxos, capaz de sintetizar um projeto de “humanidade”, ou de sua parte hegemônica, já que elabora o sentido da história humana a partir de uma Razão que se faz sensível aos sujeitos enquanto poder de unificação.⁵³ Esse poder de amálgama se esvai ao longo das experiências de fins do século XIX e ao curso do XX. Mas pretender determinar experiências empíricas ou “fatos” (o final da Segunda Guerra e a derrota européia, por exemplo) como causa e explicação de um fenômeno deste tipo tende a ser algo frustrante, de acordo com Lyotard.⁵⁴

Em todo caso, entre as décadas de 50 e 70 do último século, emerge uma série de discursos que se julgam capazes de dispensar, senão completamente pelo menos em parte, o horizonte conceitual do racionalismo moderno ocidental. As diversas faces do projeto moderno, antes compatibilizadas pela promessa de liberdade como harmonia entre progresso científico e moral, a ser efetivada por um sujeito autoconsciente e autocentrado,⁵⁵ são alvo de questionamentos que atingem tanto o princípio de subjetividade, quanto a promessa de liberdade como *telos* da história humana.⁵⁶

⁵⁰ LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 6ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2000.

⁵¹ JENKINS, Keith *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2005. p.93 *et seq.*

⁵² Sobre a fragmentação da racionalidade na modernidade e suas conseqüências, cf. WEBER, Max. Rejeições religiosas do mundo e suas direções. In: *Ensaio de Sociologia*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p.242-270.

⁵³ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.15-35. Cf. HABERMAS, J. O conceito hegeliano de modernidade. In: *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: 1990. p.42 *et seq.*

⁵⁴ LYOTARD, Jean-François. *op.cit.*, 2000. p.69.

⁵⁵ Para alguns historiadores, como por exemplo Jurandir Malerba, “o processo civilizador (analisado por Norbert Elias) que a humanidade experimenta há séculos não significa uma crença na idéia de progresso, na perfectibilidade humana e no avanço da humanidade rumo a uma felicidade final, como proposto pelos filósofos dos séculos XVIII e XIX”. Entretanto, nos limites deste estudo, considera-se o processo civilizador claramente apegado aos ideais tecidos em torno da razão entendida como controle e planejamento, difundida por visões cientificistas logocêntricas, eurocêntricas, herméticas e intolerantes. Assim, afirmamos que também há “barbárie” no ato de “civilizar-se” e “civilizar” os outros. Cf. MALERBA, Jurandir. Sobre Norbert Elias. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas: Papirus, 1996. p.84.

⁵⁶ HABERMAS, J. *A consciência do Tempo da modernidade e sua necessidade de autocertificação*. In: *op.cit.*, 1990. p.3-35.

Um discurso que tenha as questões pós-modernas em conta e que não queira se ater a uma rapsódia dos pontos em que a filosofia contemporânea se aproxima da literatura ou da arquitetura deve ter em vista o princípio de subjetividade como articulador dos conceitos de tempo e de história na modernidade.⁵⁷

É nesta perspectiva que Vattimo identifica a emergência da pós-modernidade filosófica no texto de Nietzsche *Da utilidade e dos inconvenientes dos estudos históricos para a vida*,⁵⁸ no qual está colocado o problema do epigonismo do excesso de consciência histórica. Mas é a partir de *Humano demasiado Humano*,⁵⁹ quando Nietzsche deixa de procurar a cura da decadência moderna em forças supra-históricas e eternizantes, que se desdobra, como insinuação, uma idéia de separação e ultrapassagem que não tem nada de *aufhebung* dialética.⁶⁰

Sendo a modernidade constituída pela categoria de superação temporal e crítica, época em que a novidade envelhece e é substituída por outra novidade num movimento imparável, se possível for se sair dela nunca será por meio de uma superação. Não se trata de resolver os problemas da dialética através de alguma assunção, mas de levar às últimas conseqüências suas exigências dissolventes. Seguindo os *traços* nietzscheanos, encontramos no aforisma 125 de *A gaia ciência*:

Jamais ouviram falar daquele louco que acendeu uma lanterna em plena luz do dia e desatou a correr pela praça pública gritando incessantemente: “Procuro Deus! Procuro Deus!”. Mas como havia ali muitos daqueles que não acreditam em Deus, seu grito provocou grandes gargalhadas. “perdeu-se, como uma criança?” dizia um. “Estará escondido?”, dizia outro. “Terá medo de nós? Terá emigrado?”... Assim gritavam e riam todos ao mesmo tempo. O louco saltou no meio deles e trespassou-os com seu olhar. “Para onde foi Deus?” exclamou. “... vou lhes dizer! Nós o matamos, vocês e eu! Somos nós seus assassinos! Mas como fizemos isso? Como conseguimos esvaziar o mar? Quem nos deu uma esponja para apagar o horizonte inteiro? Que fizemos quando desatamos essa terra de seu sol? Para onde ela vai agora? Para onde vamos nós mesmos? Para longe de todos os sóis? Não estamos incessantemente a cair? Para adiante, para trás, para os lados, em todas as direções? Haverá ainda um “em cima” e um “embaixo”? Não estamos errando através

⁵⁷ “Subjetividade se refere a uma estrutura de auto-relação. O mundo moderno se movimenta em função da liberdade da subjetividade universal. Na verdade, pode-se dizer que a fisionomia adquirida pela subjetividade que dá forma aos tempos modernos é encontrada na relação entre liberdade e reflexão. É esta relação que define o contexto em que a subjetividade admite quatro conotações: individualismo como a peculiaridade, e a especificidade pode fazer valer suas pretensões; direito à crítica, para reconhecer como necessário que lhe pareça legítimo; autonomia do agir; e filosofia idealista, aquela que deve apreender a idéia que faz de si própria.” HABERMAS, J. A consciência do Tempo da modernidade e sua necessidade de autocertificação. In: *op.cit.*, 1990. p.3-35.

⁵⁸ NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. Segundo fragmento: Da utilidade e dos inconvenientes dos estudos históricos para a vida. In: *Considerações Intempestivas*. Lisboa: Presença, 1976. p.101-205.

⁵⁹ NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Humano, demasiado humano*: um livro para espíritos livres. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁶⁰ VATTIMO, Gianni. Nihilismo e pós-modernismo em filosofia. In: *O fim da modernidade: nihilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. Lisboa: Presença, 1987. p.131-134.

de um vazio infinito? (...) Deus morreu! Deus continua morto! E nós o matamos! (...) Que expiações, que jogo sagrado seremos forçados a inventar?⁶¹

À “morte de Deus”, metáfora da perda do fundamento metafísico, segue-se na trama nietzscheana, com o eterno retorno, a encenação do fim da época da superação. Um cenário em que homens aprenderam a amar a interrogação. A linearidade temporal é possível quando se postula que a uma infinita atividade no tempo corresponde uma força positiva infinita e inextinguível fundamentando o sentido dessa atividade.⁶²

Mas, é o que a escrita nietzscheana acena como possível, caso essa força, mesmo que eternamente ativa, não tenha um sentido positivo intrínseco (aperfeiçoamento), a tarefa intelectual não será mais retornar ao fundamento, ou esclarecê-lo, problema central da teoria moderna do conhecimento.⁶³ Não é o caso, tampouco, de recorrer às forças supra-históricas e essenciais. Mas de viver até o fundo a experiência da necessidade do erro, devir, suceder-se, morrer. Ao não se refugiar numa historicidade de sentido positivo, vê-se um explicitar da caducidade do Ser como des-fundamentação ou afundamento. Uma ontologia débil. Distorção que se desvia da superação crítica, mas que não se furta à aventura do questionamento.⁶⁴

Os discursos questionadores contemporâneos indiciam um deslocamento do qual brota uma profusão de novos termos que se digladiam na tentativa de melhor expressar o que se passa. A cultura moderna agora é tardia, é “pós”; a modernidade tornou-se “líquida” (Zygmunt Bauman), “super” (Marc Augé), “reflexiva” (Anthony Giddens), “bloqueada” (Habermas), “hiper” (Lipovetsky). Há uma incalculável quantidade de publicações no estilo *Apocalípticos e integrados*⁶⁵ despejadas todos os anos nas livrarias de todo o mundo. Entretanto, e ao mesmo tempo, para alguns o “pós” enfraqueceu-se e agoniza na primeira década do século XXI.⁶⁶

⁶¹ NIETZSCHE, F. *A gaia ciência*. Tradução Jean Melville. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003. p.175-176.

⁶² NIETZSCHE, F. *El eterno retorno*: obras póstumas (1871-1888). Buenos Aires: Aguilar, c1949. (Obras Completas de Federico Nietzsche, v.6). p.20-25.

⁶³ Condição indispensável para delimitar o conhecimento autêntico e o saber verdadeiro, o fundamento está intimamente ligado à possibilidade de decisão e acesso à verdade. Assim, do ponto de vista da epistemologia clássica, o conhecimento da realidade e comprobabilidade da verdade só parecem alcançáveis quando possuímos um fundamento do nosso saber. Essa busca por fundamentos seguros é colocada em xeque pela proposta nietzscheana. Cf. ALBERT, Hans. O problema da fundamentação. In: *Tratado da Razão crítica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

⁶⁴ VATTIMO, Gianni. *op.cit.*, p.131-144 e VATTIMO, Gianni. Dialéctica, diferencia y pensamiento débil. In: AMOROSO, Leonardo *et al.* *El pensamiento débil*. 2ª ed. Madrid: 1990. p.18-42.

⁶⁵ ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. Perspectivas: São Paulo, 1970.

⁶⁶ NASCIMENTO, Evando. Derrida e a cultura. In: GLENADEL, Paula & NASCIMENTO, Evando. *Em torno de Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: 7letras, 2000. p.9.

De fato, não há um mundo moderno, homogêneo, coerente e intransigente que num certo momento deu lugar a um mundo pós-moderno, fragmentado, heterogêneo e, sobretudo, tolerante. Contudo, não se pode negar uma quebra no sentido e significado que até então se conferiu à modernidade, porque tal abalo é presente até mesmo nos textos onde mais se procura insistir na continuidade do projeto moderno, relegando aos “pós” uma áurea de ilusão.⁶⁷ E é essa fratura que abre o espaço onde se aloja a problemática modernidade *versus* pós-modernidade.

A despeito de que essa quantidade de definições possa atestar antes uma “tagarelice” do que um domínio cognitivo da situação, é preciso notar esta diversidade de termos; e, mais do que isso, a diferença entre estes termos como indícios de que a modernidade, entendida a partir da superação-suprassunção temporal que a constituí, foi atraída para um *jogo* entre significantes, e que já não mais consegue efetivar-se como sentido único ou mesmo hegemônico. Ou seja: não parece capaz, por si mesma, de estabelecer seu sentido e de justificá-lo. Não pode mais pleitear ser a medida de si mesma ou extrair da própria subjetividade e autoconsciência os critérios que a definam e a orientem, e ainda sirvam de base para sua própria crítica.⁶⁸

A contínua tensão entre as maneiras de se referir ao mundo contemporâneo revela fraturas no projeto moderno de aperfeiçoamento contínuo da “humanidade”. Confere um tom de polêmica e agonística aos nossos tempos, configurando um campo de forças em que cada posição é sempre um processo de *tradução* e de *transferência* de sentido: um lugar de hibridismo, onde cada discurso não pode ser tomado como um reflexo mimético de uma posição epistemológica ou política. Mas sim como processo de construção de um “objeto” que *ainda não é* uma coisa, ou outra. Ou seja: antes que ocorra uma sedimentação em oposições dicotômicas e excludentes a respeito do que é ou não pós-moderno, esta teia de discursos constitui um espaço de intervenção e um tempo revisionário, um *entre-lugar*, contingente e itinerante, que permite interromper a atuação do presente na medida em que não se apressa em produzir uma definição, um antagonismo ou uma contradição.⁶⁹

⁶⁷ Entre tantos, ROUANET, Sérgio Paulo, *op.cit.*, 1987; HABERMAS, J. *op.cit.*, 1990.

⁶⁸ A necessidade de auto-certificação e auto-legitimação está nas bases do projeto moderno. A filosofia encontra aí um de seus problemas fundamentais e até mesmo fundadores. A contemporaneidade não abre, nesse sentido, uma nova questão. Mas retoma, em novas perspectivas, velhas aporias. A respeito da necessidade de auto-legitimação moderna é esclarecedora a análise de Habermas em *Discurso Filosófico da Modernidade*, *op.cit.*, p.3-33.

⁶⁹ BHABHA, Homi K. *op.cit.*, 1998. p.53 *et seq.*

O desafio é tomar o questionamento acerca de uma pós-modernidade não como uma querela em que se deva ficar aqui ou ali. Mas como a possibilidade de retorno ao presente para re-descrever nossa contemporaneidade cultural; *reinscrever* e *re-escrever*, nessa temporalidade intervalar, o passado de maneira tal que ele não atue simplesmente como causa ou precedente do atual, mas que se mostre disposto a invadir, alarmar, dividir e desapropriar o lugar em que o atual se determina como futuro. Nas palavras de Bhabha, “tocar o futuro em seu lado de cá”, como sinal de que a história está *acontecendo* no interior das páginas, sistemas e estruturas que construímos para registrar o passado.⁷⁰

Nesse sentido, a busca mais audaciosa desta pesquisa é instalar seu “objeto” neste entre-lugar. Encontra-se em consonância com historiadores como Keith Jenkins, para quem o conteúdo da pesquisa histórica na contemporaneidade deveria ser constituído por uma ampla série de estudos metodologicamente reflexivos sobre as implicações e interpretações a respeito do “fenômeno pós-moderno”.⁷¹

EPISTEMOLOGIA x reflexão epistêmica: o lugar da história da história

Ao buscar instalar uma pesquisa num *entre-lugar*, numa borda, numa zona fronteira, há dificuldade em se localizar num campo de atuação ou área de um saber. E, ao mesmo tempo, toda e qualquer pesquisa está enraizada numa tradição de pensamento, de uma disciplina.⁷²

Esta dissertação é fruto de uma pesquisa em teoria da História. Teoria ou história da História é um ramo da história intelectual, ou da história das ciências ou dos saberes, em que a abordagem sobre a trajetória do saber histórico pode acontecer de múltiplas formas: analisando a obra de um historiador específico ou comparando historiadores de diferentes épocas ou escolas, reconstruindo criticamente o pensamento histórico de filósofos, sociólogos, teólogos, antropólogos, comparando as análises históricas diferenciadas de experiências vividas, produzindo reflexões sobre temas teóricos (temporalidade, escrita da história, memória, conceitos), fazendo a história das técnicas utilizadas, das alianças e

⁷⁰ *Idem.*

⁷¹ JENKINS, Keith. *op.cit.*, p.105 *et seq.*

⁷² Bourdieu considera a noção de “campo” como sendo o universo no qual estão inseridos agentes e instituições que produzem, reproduzem ou difundem as produções culturais desses respectivos campos. Cada um desses campos é em outras palavras um mundo social com características particulares, obedecendo a leis sociais mais ou menos específicas. Portanto, cada campo é, nesse sentido, relativamente autônomo. Cf. BONNEWITZ, Patrice. Uma visão espacial de sociedade - espaços e campos. In: *Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p.51-72.

conflitos com outras disciplinas. Outros nomes também designam esta área de pesquisa: historiografia, meta-história, teoria e metodologia da história, história da historiografia⁷³.

Desta forma, esta investigação e investimento não produziram uma análise “propriamente” epistemológica da história. Não se preocupou em rastrear e estabelecer as condições de possibilidade e cientificidade da história. Tampouco buscou traçar os limites do conhecimento histórico e os problemas da verdade em história.⁷⁴ Entretanto, se, certamente, não se está diante de um “tratado” epistemológico, não se trata tampouco de um ensaio livre, pois há uma bibliografia que suporta e sustenta aquilo sobre o que se disserta.

O descentramento necessário para se adentrar à problemática derridiana e, a partir daí, colocar a funcionar a interlocução proposta entre a temática do sentido histórico e o pensamento de Derrida, impele abandonar o terreno da epistemologia. Uma história epistemológica será sempre marcada pela cisão entre verdade e erro, racional e irracional, puro e impuro, científico e não-científico. A epistemologia, sua filiação como repouso da validação universal do conhecimento sob a égide de formas e intuições a priori, categorias e princípios, tenderá, antes, a tapar os buracos e brechas da estrutura metafísica do que a forçá-los em sua abertura, também estrutural.⁷⁵

Este texto é produto de um trabalho de entendimento sobre o pensamento de Derrida. É também uma iteração do gesto derridiano, repetição diferenciada, profundamente limitada, que tem num único desvio sua justificativa: detém o olhar sobre a escrita da história, a historiografia.

A investigação incidiu sobre o seguinte ponto de encontro: a importância das reflexões sobre a escrita para o pensamento de Derrida e o papel não menos considerável que ela ocupa no fazer histórico. Buscou-se explorar a “face” de escritor do trabalho historiador a partir do olhar de um autor que se debruçou sobre a escrita e suas potencialidades, para, partindo delas, pensar a experiência de estar no mundo, suas implicações éticas e políticas. No cenário cognitivo atual, onde se tem que o pensamento da coisa como o que ela é já se confunde com

⁷³ BLAKE, Horst Walter. Para uma nova história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir. (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. p.27-64. REIS, José Carlos. Apresentação. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, v.22, n.36, p.251-254, 2006.

⁷⁴ Para uma discussão sobre epistemologia das ciências humanas Cf. DOMINGUES, Ivan. O grau zero do conhecimento: o problema da fundamentação das ciências humanas. São Paulo: Loyola, c1991. Especificamente sobre história, ver DOMINGUES, Ivan. O fio e a trama: reflexões sobre o tempo e a historia. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

⁷⁵ DERRIDA, JACQUES *In: (GR)* 2004. Pp116-118.

a experiência da palavra,⁷⁶ Derrida enfatiza o ato de escrita como contraproposta à efetividade de um sentido subserviente a onto-teologia e saber absoluto:

Escrever não é apenas saber que pela escrita não é sempre o melhor que passa, e que o consignado não exprime infinitamente o universo, não se lhe assemelha e reúne. É também não poder fazer preceder absolutamente o escrever pelo seu sentido. (...) Escrever é saber que aquilo que ainda não se produziu na letra não tem qualquer outra morada, não nos espera como prescrição em qualquer entendimento divino.⁷⁷

As reflexões a respeito da escrita da história surgem na esteira do debate em torno da história como narrativa e relato, e esse embate historiográfico já tem, ele mesmo, sua história. Nessa história, cada autor é um evento, e assim poderíamos listar Aron, Veyne, De Certeau, White, Ricoeur e muitos outros que se dedicaram, em um ou outro momento, ao ato de escrever no trabalho historiador. O ponto onde tocam estas reflexões é sempre delicado na medida em que se trata de abalar a certeza da distinção entre as tarefas do historiador e do ficcionista.⁷⁸

A pesquisa desenvolvida encontra-se, dessa forma, na fronteira criada pelo incontornável vínculo entre conhecimento e interesse, entre saber e poder, entre história da história da ciência e história da história da cultura. E essa fronteira a coloca muito próxima às noções da arqueologia foucaultiana. O que quer dizer que se considera, nessa dissertação, que, embora se tenha configurado a partir do século XIX (ou que se tenha tentado fazê-lo) uma ciência histórica, essa não era a destinação do saber histórico. Um saber não coincide ou se resume na elaboração científica a que pode dar lugar.⁷⁹ Considera-se também que a suspeição à história pela inflexão lingüística do pensamento contemporâneo a leva de volta (e ainda se pode perguntar se algum dia ela saiu de lá) ao que Foucault chamou de *limiar de epistemologização*, ou seja, momento em que “um conjunto de enunciados se recorta e pretende fazer valer (mesmo sem consegui-lo) normas de verificação e de coerência e que exerce, face ao saber, uma função dominante (de modelo, de crítica ou de verificação)”.⁸⁰

⁷⁶ BERTEN, A. *Filosofia social: a responsabilidade social do filósofo*. São Paulo: Paulus, 2004. p.59-74.

⁷⁷ DERRIDA, Jacques. *Força e significação*. In: (ED).1995. p.24. Ver ainda: SANTIAGO, Silviano. (Sup.Geral) *Glossário de Derrida*. Rio de Janeiro: F.Alves, 1976. p.11.

⁷⁸ LIMA, Luiz Costa. A narrativa na escrita da história e da ficção. In: *A Agurrás do tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989. p.15-68.

⁷⁹ FOUCAULT, Michel. Ciência e saber. In: *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes; Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972. p.215-237. Cf. LYOTARD, Jean-François. *op.cit.*, 2000. p.35 *et seq.*

⁸⁰ *Ibidem* p.226. Cf. MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

Não obstante, não se procedeu aqui a modo de uma arqueologia. A arqueologia foucaultiana procura analisar como foi possível a transformação do homem em objeto de saberes que ele mesmo fundamenta enquanto sujeito. Para tanto, ela busca as práticas discursivas na medida em que dão lugar a um saber, e as circunstâncias em que esse saber assume o estatuto e o papel de ciência. Mostra como o estabelecimento de uma ciência pode ter encontrado sua possibilidade e incidência nas modificações da regularidade de uma formação discursiva.⁸¹

Esta pesquisa tomou um rumo distinto. Esbarrou o tempo todo na ciência histórica e em sua configuração, sua *episteme*, pois não se pode negar ou apagar sua positividade. Todavia, não se guiou pela busca em desvelar seu momento de emergência ou desvendar na prática historiográfica suas figuras epistemológicas. O intuito era mais seguir a partir de suas fraturas por onde adentra aquilo que ela quer rejeitar, esconder, camuflar. E com Derrida, tendo o *texto* dele como limite e pivô, *pensar* o saber histórico. *Pensá-lo*, não recusando o fato de que sempre foi um saber mergulhado numa tensão entre poesia e *episteme*, entre retórica e ciência. O interesse é exatamente apontar as configurações contemporâneas desta *aporia*, tomando como interlocutor o autor supracitado.

Caminhando junto a escrita derridiana, com a atitude de *pensar* o saber histórico, buscou-se designar um esforço que visa a marcar e passar pelas fronteiras que delimitam um saber. Este movimento comporta a dimensão em que passar é exceder o limite, confirmando-o, levando-o em consideração, mas também comporta uma dimensão em que passar implica não deixar se deter por uma fronteira como se ela fosse uma intransponível barreira entre domínios heterogêneos entre si.⁸²

(...) *pensamento* é aqui para nós um nome perfeitamente neutro, um branco textual, o índice necessariamente indeterminado de uma época por vir da *differance*. De um certo modo, o “pensamento” não quer dizer nada. Como toda abertura, este índice pertence, pela face nele que se dá a ver, ao dentro de uma época passada. Este pensamento não pesa nada. Ele é, no jogo do sistema, aquilo mesmo que nunca pesa nada. Pensar é o que já sabemos não ter ainda começado a fazer: o que, medido conforme a estatura da escrita, enceta-se somente na *episteme*.⁸³

SOBRE algumas escolhas

⁸¹ *Ibidem.*, p.231. Cf. VAZ, Paulo. *Um Pensamento infame: História e Liberdade em Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p.21 *et seq.*

⁸² DERRIDA, Jacques. (PM). 2004. p.289-290.

⁸³ DERRIDA, Jacques. (Gr). 2004. p.118.

Este texto não é impecável. Diante à quantidade de obras publicadas de Derrida — cerca de 70 títulos⁸⁴ — resignei-me ao atrevimento de seguir uma série desjuntada de textos, regras, procedimentos dos quais pretendo senão justificar, pelo menos ter em consideração alguns pontos. O primeiro deles diz respeito às “fontes”. Inicialmente este *corpus* estava fechado nas obras publicadas entre 1967 e 1972, consideradas desconstruções inaugurais.⁸⁵ Pretendia-se, ao situar as primeiras obras publicadas pelo autor — onde ele pontua seu universo teórico e postula diretrizes gerais da desconstrução da metafísica ocidental — problematizar o sentido histórico hegemônico no Ocidente. Se, para o autor a história da metafísica se apresenta como a história da civilização ocidental, qual seria a alternativa a isto? Entretanto, o percurso mostrou a insuficiência do recorte cronológico para o intento proposto.

À medida que o trabalho reflexivo foi impondo questões que na escrita derridiana se encontram ligadas em rede a obras posteriores, a opção foi desrespeitar o recorte inicial em prol da problematização proposta. Assim, o *corpus* “documental” não tem uma coerência cronológica, mas temática. Embora exaustiva, a investigação não é conclusiva ou definitiva. Aliás, espera-se que muito mais haja a ser dito a respeito dos temas e problemas abordados. Sem dúvida, é preciso relançar as questões e não encerrá-las. Por ora, buscou-se aludir e instigar, dentro da temática em que se inscreve a dissertação, os principais pontos de inflexão encontrados ao se pôr em interlocução o pensamento derridiano e o saber histórico. De toda forma, o tronco principal da rede temática proposta constitui-se dos textos inclusos em *Gramatologia*, *A escritura e a diferença*, *La dissémination* e *Margens da filosofia*, publicados entre 1967 e 1972. Os demais textos são convocados a partir das questões abertas por eles.

Busquei trabalhar os textos de maneira a articular dois níveis de entendimento. O primeiro, a possibilidade de considerar haver, por entre os vários textos publicados por Derrida, uma *escrita e pensamento derridiano*. O segundo, a impossibilidade de que esta *escrita e pensamento* possam constituir um todo homogêneo. Articulando a possibilidade com a impossibilidade, acredita-se ter produzido uma conjugação que evoca, por um lado, a remissão a uma dimensão que, pela modesta interpretação que se propõe, pareceu se impor como a *assinatura derridiana*; e, por outro lado, quebra a intenção de atribuir a esta *assinatura*, por causa das denominações *escrita e pensamento derridiano*, qualidades de um

⁸⁴ NASCIMENTO, Evando. *Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p.77.

⁸⁵ SKINNER, Annamaria. No rastro das desconstruções inaugurais. In: SANTOS, Alcides Cardoso dos; DURÃO, Fabio Akcelrud; SILVA, Maria das Graças G. Villa (Orgs.). *Desconstruções e contextos nacionais*, 2006. p.93-101.

método ou sistema fechado. Esta quebra se faz por meio das citações, que devolvem a cada texto sua particularidade, sua *intervenção*.

O segundo ponto diz respeito às traduções. Em geral, usei os textos em português e em francês para consulta. Há dois casos em que gostaria de prestar esclarecimento.

A respeito de *écriture*, segui a opção tradutora de Evando Nascimento como “escrita” e não “escritura”, opção interpretativa que me pareceu incentivar a relação entre as reflexões de Derrida sobre a escrita e a escrita do historiador, ponto de inflexão em que se encontram e se deixam encenar as discussões entre real e ficcional para o trabalho historiador.⁸⁶

Já com relação a *trace*, a opção foi seguir a exemplo de Cláudia de Moraes Rego, a tradução por “traço”, para se desviar de uma figuralidade evocada por rastro: “a partir do rastro ou pegada do animal, você pode, pela forma do rastro, que decalca a pata, saber de qual animal se trata”.⁸⁷ Esta possibilidade de indício comprobatório da origem e do sujeito vai de encontro ao paradigma indiciário (Ginzburg), do qual, por uma série de razões elucidadas ao longo da dissertação, é necessário marcar uma diferença em relação ao pensamento derridiano.

Por fim, a respeito de história (s). O “s” entre parênteses é uma performance que visa marcar no texto um efeito de disseminação. Evoca a herança derridiana com relação ao *a* silencioso de *différance* e corresponde a um lance teatral que no texto aproxima e distancia história e pensamento derridiano. Pois história e desconstrução estão interligadas, mesmo que de forma latente. Mas, ao pôr a funcionar essa relação, desencadeá-la, a história já não é mais o que é quando completamente presa ao fundo teleológico e metafísico ocidental. Ao mesmo tempo em que não será uma outra coisa, radicalmente nova e outra, irreconhecível. História (s) é o registro dessa hesitação em meu trabalho. Uma escolha que, deseja-se, não tenha sido por demais infeliz. Certamente não é única. Uma entre tantas, portanto! Não mais legítima que as demais. Apenas o que foi possível escrever, agora. Resguarda-se, ainda, a dúvida de que, uma vez que não se tem no caso do “s” plural de história (s) o mesmo efeito silencioso do *a* em *différance*, se é possível apostar no mesmo tipo de efeito disseminante. Em todo caso, não se sabe também se o *a* de *différance*, essa “violação” da palavra de língua francesa, depois de chegar à monumentalização pelos dicionários, mantém o poder de disseminação pretendido

⁸⁶NASCIMENTO, Evando. *Derrida e a literatura* - Notas de filosofia e literatura nos textos de Desconstrução. Niterói: EdUFF, 1999. p.105-107.

⁸⁷REGO, Cláudia de Moraes. Derrida e a escrita. In: *Traço, letra, escrita*: Freud, Lacan, Derrida. Rio de Janeiro: 7letras, 2006. p.151.

por Derrida. Mas, de qualquer forma, aposta-se, junto a Silviano Santiago, que a inseminação já esteja lançada.⁸⁸

⁸⁸ Cf. DERRIDA, Jacques. In: MF. 1991. p.33-37. SANTIAGO, Silviano. O silêncio, o segredo, Jacques Derrida. *Márgens/Margenes. Revista de Cultura*, Belo Horizonte, Buenos Aires, Mar del Plata, Salvador, n.5, p.5 *et seq.*, jul-dez.2004.

1 - Por que Derrida?

Jamais saberei o todo de mim, nem você, ou seja com quem vivi,
e em primeiro lugar o que quer dizer "com", antes de "quem",
isso permanece oculto para mim mesmo,
mais secreto que todos os segredos com os quais sei, morrerei.

Jacques Derrida. *Circonfissão*.

FACES de uma assinatura

Jacques Derrida. Nascido em 1930, na Argélia, em um ambiente judeu colonizado tanto pela França quanto pela cultura norte-americana, de língua materna e formação acadêmica francesa.⁸⁹ Ou seja, um judeu-franco-magrebino, que perdeu a cidadania francesa durante a Segunda Guerra e depois acabou se tornando um representante da filosofia francesa, amado e odiado como tal, por ser francês em demasia ou por não sê-lo o bastante.⁹⁰

Derrida viu seu pensamento repercutir, de forma consistente, nos EUA, onde influencia estudos interdisciplinares que associam, entre outros, os campos da filosofia, psicanálise, história e teoria literária.⁹¹ Mas não somente, embora a ênfase nessa referência aos norte-americanos seja tamanha a ponto de ter se tornado um clichê.⁹² De norte a sul do globo se encontram ressonâncias do pensamento derridiano, incorrendo em inesperadas e surpreendentes formas que atravessam vários tipos de tradições culturais. Afinal, Derrida foi um dos pensadores críticos mais lúcidos do etnocentrismo e do caráter paradoxal das reivindicações universais da cultura ocidental.⁹³

As diversas "identidades" ou facetas do indivíduo Derrida não se conformam de maneira homogênea em um sujeito que poderia ser dissecado e reduzido a um adjetivo. Ainda que se possa propor como identificação geral o termo *pensador francês*, essa *marca* seria fugidia,

⁸⁹ NASCIMENTO, Evando. *op. cit.*, 2004. p.7 *et seq.*

⁹⁰ GLENADEL, Paula. Desertos, senhas e miragens: a tradução e o pensamento derridiano. In: NASCIMENTO, Evando. (Org.). *Jacques Derrida: Pensar a desconstrução*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005. p.296.

⁹¹ CORRAL, Wifredo H. Carta de Estados Unidos. Derrida y "los teóricos". *Cuadernos Hispanoamericanos*, Madri, n.657, p.115-118, mar.2005.

⁹² DERRIDA, Jacques. *O que quer dizer ser um filósofo francês hoje?* In: DERRIDA, Jacques. (PM), 2004. p.305-314.

⁹³ PETERS, Michael, *Pós-estruturalismo e a filosofia da diferença* (uma introdução) Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

errante. De toda forma, esses elementos compõem o autor, seu nome, sua *assinatura*, aquilo que sobrevive ao próprio “eu”.⁹⁴

Como pensador francês, Derrida se aproxima de Foucault, Barthes, Kristeva, Deleuze, Lacan, Lyotard e outros. Há uma geração aí, sem dúvida, algo reconhecido por Derrida, a despeito de todas as divergências e de todas as dificuldades em se cercar, limitar e definir essa geração, ou qualquer outra.⁹⁵ Derrida não somente é partícipe dessa geração, como foi dela o último sobrevivente.⁹⁶

As primeiras publicações de Derrida datam da década de 60, num momento em que a fenomenologia, estabelecida com autores como Sartre e Merleau-Ponty como tradição no pensamento filosófico francês, está sendo contestada pelo estruturalismo. Com seus estudos sobre Husserl, a introdução de *A origem da geometria*⁹⁷ e *A voz e o fenômeno*⁹⁸, Derrida parecia correr a favor da tradição.⁹⁹ Entretanto, nas obras seguintes propõe uma radicalização da fenomenologia, de maneira a transpor a objeção estruturalista e encontrar-se além dela. Suas desconstruções passam então a mover uma guerra contra o estruturalismo, conduzida dentro deste contexto, pela necessidade, sentida na segunda metade da década de 60, de dinamizar a ordem das estruturas, de as historicizar.¹⁰⁰ Paradoxalmente, ao promover um questionamento radical a respeito de toda substantivação, de toda essência fundadora, pode ser considerado aquele que levou ao extremo a lógica estruturalista.¹⁰¹

⁹⁴ BENNINGTON, G. & Derrida, J. *Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p.107-109. Cf. NORRIS, Christopher. What's In a name?: Derrida 's Signsponge. In: *Deconstruction and interests of theory*. Oklahoma project for discourse and theory: University of Okalahoma press edition, 1992. v. 4. p. 227-236.

⁹⁵ NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999. p.17.

⁹⁶ ROUDINESCO, Elisabeth. Jacques Derrida: o instante da morte. In: *Filósofos na tormenta*: Canguilhem, Sartre, Foucault, Althusser, Deleuze e Derrida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. p.218-234.

⁹⁷ HUSSERL, Edmund. *L'origine de la géométrie*. Paris: PUF, 1962.

⁹⁸ DERRIDA, Jacques. *A voz e o fenômeno*: introdução ao problema do signo na fenomenologia de Husserl. Lisboa: Edições 70,1999.

⁹⁹ Sobre as vias pelas quais a fenomenologia francesa de meados do século XX pode ter preparado o terreno para que filósofos como Derrida ou Deleuze prolongassem, ampliassem e deslocassem a reflexão a respeito do sentido do corpo e dos fenômenos ontológico-estéticos que conduziu à delineação de uma meta-estética do sentido, cf. HUCHET, Stéphane. Meta-estética e ética francesa do sentido (Derrida, Deleuze, Serres, Nancy). *Kriterion*, Belo Horizonte, v.45, n.110, July./dec.2004.

¹⁰⁰ Esta necessidade permitirá aos historiadores dos Annales, depois de 1968, colher os frutos da implosão do paradigma estrutural, dando uma continuidade transformadora à aventura estruturalista, no que se chamou “Nova História”. Destacam-se os autores Pierre Nora, Le Goff, Le Roy Ladurie, Marc Ferro, André Burguière e Jacques Revel, que desenvolvem suas obras a partir da conexão fundamental aberta por Foucault. DOSSE, François. *A idade de ouro da nova história*. In: *História do estruturalismo*. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: UNICAMP, 1993-94. O canto do cisne: de 1967 a nossos dias. p.293-299. Cf. LE GOFF, Jacques. *A história nova*. 2ª ed. São Paulo, 1993.

¹⁰¹ *Ibidem*. p.39 et seq.

Derrida se envolveu e manifestou publicamente seu envolvimento, emprestando sua *assinatura* em várias questões políticas: a condenação à pena de morte;¹⁰² a questão palestina;¹⁰³ os atentados de 11 de setembro;¹⁰⁴ e o movimento para que se reconhecesse a culpabilidade do Estado francês durante a ocupação nazista na deportação de judeus, na instauração de um estatuto dos judeus e em iniciativas anti-semitas que não foram tomadas apenas sob coação durante a Ocupação Nazista¹⁰⁵; ou ainda o trabalho com o GREPH (Groupe de Recherches sur l'Enseignement Philosophiques) contra reformas educacionais na França que propunham reduzir o papel e o espaço da filosofia nas escolas francesas para priorizar as exigências tecnológicas do mercado;¹⁰⁶ além de outras inúmeras questões, como pode ser atestado nos artigos publicados em vários jornais do mundo.¹⁰⁷

Ao longo de suas obras, Derrida tem contribuído em uma série de campos filosóficos, da filosofia da literatura à lingüística, da filosofia da história à ética e política, desenvolvendo um estilo específico de pensar: uma mistura de erudição e exuberância, rigor analítico e gênio lingüístico, profundidade existencial, sofisticação intelectual e um apurado sentido de oportunidade.¹⁰⁸

Seu programa filosófico é marcado pela oscilação entre o desejo de dar a todo discurso uma posição no tempo e no espaço, e uma sensação de estranheza que o leva a criar seu discurso a partir de uma falta, “um lugar de nenhuma parte, um-fora-de-lugar que vai servir para desestabilizar todo esboço de fundação, de alicerçamento”.¹⁰⁹

Perpassar esses poucos traços de uma vida não satisfaz um leitor ávido por uma biografia.¹¹⁰ Tampouco se trata disso. Extrapolando aquilo que seria uma biografia, evoca-se a *grafia*, ou seja, marcas e espaços pelos quais pode esse autor perceber sua escrita como autobiográfica. Radicalmente autobiográfica. Essa radicalidade se liga menos a referências sobre sua vida do que a gestos empostados como instantes-limites entre experiência e letra. Pontuados por

¹⁰² DERRIDA, Jacques. *Estados-da-alma da psicanálise - O impossível para além da soberana crueldade*. São Paulo: Escuta Editora, 2001.

¹⁰³ DERRIDA, Jacques. Mensagem de Jacques Derrida. In: _____. Viagem à Palestina. *op.cit.*, p.139-152.

¹⁰⁴ BORRADORI, Giovanna. *Filosofia em tempo de terror: diálogos com Jurgen Habermas e Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

¹⁰⁵ DERRIDA, Jacques. História da mentira: prolegômenos. *Estudos Avançados*, SP, v.10, n.27, 1996, p.7-39.

¹⁰⁶ CULLER, Jonathan D.; BURROWES, Patrícia. *Sobre a Desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p.181.

¹⁰⁷ Alguns deles, reunidos em Português no livro *Papel-máquina (PM)*, de Jacques Derrida, 2004.

¹⁰⁸ BORRADORI, Giovanna. *op. cit.*, 2004. p.23-25.

¹⁰⁹ DOSSE, FRANÇOIS. *op.cit.*, 1993. p.35-60.

¹¹⁰ Encontram-se elementos biográficos interessantes em *Circonfissão* e elementos factuais da vida de Jacques Derrida em *Curriculum vitae*. In: BENNINGTON, G. & Derrida, JACQUES. *op.cit.*, 1996. p.225-251.

silêncios, esses traços biográficos se emaranham de maneira a expandir a experiência filosofante e entrelaçá-la com a literatura, com o desejo de literatura.¹¹¹

A inscrição decisiva do elemento autobiográfico na escrita derridiana não se faz sem uma rasura prévia do termo. Assim, *auto* não remete a uma auto-referência narcísica, mas à inscrição de um *traço* que imediatamente se divide com *um outro*, que se compartilha. Da mesma maneira, *bio* evoca a herança nietzscheana da afirmação da vida até no sofrimento.¹¹² “preciso ensinar-lhes a ensinar-me a me ler desde as compulsões” diz Derrida a respeito de sua escrita.¹¹³

Muitas vezes criticado pela dificuldade de seu estilo, o texto derridiano exige que, para trilhar algumas passagens, se assuma o risco de uma recepção lenta, discreta, desviada e, no limite, impossível.¹¹⁴ O desafio colocado por Derrida seria “continuar a lê-lo, sabendo da impossibilidade de compreendê-lo sem recriar, sem desvirtuar seu pensamento”.¹¹⁵

Tal desafio impõe um lugar de leitura de seus textos localizado entre fidelidade e traição, uma vez que do excesso de qualquer uma delas decorre ou uma sacralização monumental ou a destruição de qualquer possibilidade de herança.¹¹⁶ Dada a perniciosidade da primeira e a infecundidade da segunda, o melhor é se mover estrategicamente entre as duas.

Para tanto é preciso estar atento ao fato de que o texto derridiano convoca, a todo tempo, três noções de *assinatura*. Uma delas é como simples transcrição do nome próprio ou do nome do autor. Supõe fazer referência direta ao indivíduo, como indicação empírica da individualidade. Mas, ao ser citado e reproduzido, por iteração, o nome supostamente próprio se torna uma *marca* como qualquer outra: significante, arbitrária e motivada. Num outro nível, a assinatura invoca características pessoais de um sujeito-autor, correspondendo, dessa maneira, ao que se entende por estilo. De um terceiro modo, que Derrida denomina como *assinatura geral*, *assinatura da assinatura*, ou ainda *contra-assinatura*, está ligada a um

¹¹¹ NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 2000. p.17. Cf. SISCAR, Marcos. *A paixão ingrata*. In: GLENADEL, Paula & NASCIMENTO, Evando. (Org.). *op.cit.*, 2000. p.164 *et seq.*

¹¹² NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999. p.307.

¹¹³ DERRIDA, J. *Circonfissão*. In: BENNINGTON, G. & DERRIDA, Jacques *op.cit.*, 1996. p.95.

¹¹⁴ DERRIDA, Jacques. “Philosophie: Derrida línoumis” (Entrevista concedida por Derrida a Catherine David), *Le Novel Observateur*, Paris, 9 au 15 septembre, 1983.

¹¹⁵ RAJAGOPALAN, Kanavillil. “Traduza-me ou te devoro”: A atividade tradutória como prática de desconstrução. In: FERREIRA, Elida, OTTONI, Paulo. *op.cit.*, 2006. p.66.

¹¹⁶ NASCIMENTO, Evando. *Traduzindo Derrida (uma questão de gerúndio)*. In: FERREIRA, Elida; OTTONI, Paulo. (Orgs.), *op.cit.*, 2006. p.46.

processo de escrita que descreve e inscreve a si próprio como ato que se dá a leitura de um outro.¹¹⁷

A *assinatura* se faz no texto, “objeto” do texto.¹¹⁸ “Para funcionar, quer dizer, para ser legível, uma assinatura deve ter uma forma repetível, iterável, deve poder separar-se da intenção presente e singular de sua produção. É sua mesmidade que, ao alterar sua identidade e singularidade, lhe divide o cunho”.¹¹⁹

O cunho cindido entre leitura e escrita abre a possibilidade de acesso ao texto como repetição noutra lugar. Lugar no qual o “leitor”¹²⁰ é destronado da posição meramente especulativa imposta por uma receptividade ansiosa por expansão, progresso, evolução, futuro, autenticidade, coerência, verdade.¹²¹

Partindo da percepção tríplice de *assinatura*, este “leitor” se dá conta de que os elementos autobiográficos na escrita derridiana não compõem o *arquivo* fechado e lacrado de uma vida, mas se deslocam no sentido de serem registro de uma “experiência singular como prova da aporia, abrindo caminho para o outro”.¹²²

Ao movimento de recepção na produção de um novo texto, Derrida denomina *contra-assinatura* e diz respeito à aventura de uma leitura-escrita em que o “leitor” endossa, recusa, re-inventa ou deixa perder uma *assinatura*;¹²³ e que se faz a partir da necessidade de re-dividir seu *traço*, repetir, re-encenar de uma outra maneira, como apagamento e impressão, um texto e uma escrita.¹²⁴

¹¹⁷ NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999. p.308.

¹¹⁸ DERRIDA, Jacques. *Limited inc.* Campinas, SP: Papirus, 1991. p.48.

¹¹⁹ DERRIDA, Jacques. *Assinatura acontecimento contexto*. In: *Margens da filosofia*. Campinas: Papirus, 1991. p.371

¹²⁰ As aspas entre as quais se situa o leitor não indicam uma morte, senão um deslocamento: “Há um leitor-modelo não só para *Finnegans Wake*, como ainda para os horários de trem, e de cada um deles o texto espera um tipo diferente de cooperação”. Um “leitor” derridiano, se existe, está mais para ‘um leitor ideal acometido de uma insônia ideal’, instruído a desbravar os bosques perdidos num texto, mais do que para aquele que, na estação, observa o trem da história seguir. Cf. CALVINO, Italo. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.7.

¹²¹ A forma de recepção da qual se desvia é aquela intimamente relacionada ao predomínio de um sentido histórico positivo e inexorável, dentro do qual a estrutura e o tempo de um texto são considerados de tal maneira compactos a não oferecerem ao “leitor” senão sua “verdade”. Cf. HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: História, teoria e ficção*. Rio de Janeiro: Imago, 1991. p.11-25.

¹²² NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999. p.307.

¹²³ NASCIMENTO, Evando. A desconstrução “no Brasil”: uma questão antropofágica? In: SANTOS, Alcides Cardoso dos; DURÃO, Fabio Akcelrud; SILVA, Maria das Graças G. Villa (Orgs.). *op.cit.*, 2006. p.144.

¹²⁴ NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999.p.301-306.

PROGRAMA filosófico

Ainda que a “desconstrução” não se constitua um método — porque desconstruir significa desconstruir alguma coisa e, nesse sentido não haverá senão “desconstruções” — também é verdade que os escritos de Derrida não podem escapar a qualquer busca sistemática e teórica.¹²⁵ A elaboração que se apresenta a seguir não é uma tentativa de síntese do pensamento derridiano, mas a preparação do terreno de onde se tecerão as relações entre história e desconstrução.

É preciso partir de algum lugar, embora o começo seja sempre um simulacro e nunca uma origem.

Numa conferência em Baltimore, em 1966, que reuniu Barthes, Lacan, Vernant, Goldman, Todorov, Derrida apresenta um texto intitulado *A estrutura, o signo, e o jogo no discurso das ciências sociais*,¹²⁶ no qual anuncia a busca por vias de ultrapassagem do paradigma estruturalista, operando uma desconstrução do pensamento de Lévi-Strauss. Neste texto emerge a proposta de, partindo de uma avaliação da trajetória do conceito de estrutura, se desvencilhar da rigidez do pensamento estrutural, questionando as referências à noção de centro e aos estatutos de verdade e autenticidade para abrir o *jogo* das diferenças. A problemática do descentramento se liga à escrita derridiana a fim de fazer emergir as complicitades metafísicas do pensamento ocidental.

O pensamento derridiano se forma no bojo de um leque variado de correntes teóricas. De um olhar de relance, pode-se apontar a influência da filosofia nietzscheana, da fenomenologia de Husserl e Heidegger; a semiologia de Saussure e Barthes, o estruturalismo antropológico de Lévi-Strauss; a psicanálise freudiana e o programa literário de Mallarmé,¹²⁷ sobretudo o prefácio ao poema *Coup de Dés*.¹²⁸

Esses são alguns dos *arquivos* onde a escrita derridiana encontrou maneiras de articular o deslocamento da centralidade ocupada pelo *logos* e *phoné* na história do pensamento

¹²⁵ CULLER, Jonathan. *op.cit.*, 1997. p.254.

¹²⁶ DERRIDA, Jacques. *A estrutura, o signo, e o jogo no discurso das ciências sociais*. In: (ED), 1995. p.227-248.

¹²⁷ DOSSE, François. *op.cit.*, 1993. v.II, p.51.

¹²⁸ Cf. CAMPOS, H; CAMPOS, A; PIGNATARI, D. *Mallarmé*. São Paulo. Perspectivas, 2000.

ocidental. A combinação destes dois elementos, por razões inacessíveis a um relativismo histórico, resulta no etnocentrismo mais genial e poderoso já visto.¹²⁹

Portanto, o logocentrismo é um etnocentrismo que emerge com a metafísica grega, ainda dominante no pensamento ocidental, fundadora da filosofia e da ciência.¹³⁰

Para desautorizar as tentativas de descrever seu pensamento como um sistema, ou de assimilar a desconstrução à lógica da identidade, Derrida procurou esquivar-se das formas de construção tradicional, sejam as que se erigem como sistema, como as que visam destruir esses sistemas. O que se pôde constatar no desenrolar desses 40 anos que se passaram desde as primeiras desconstruções (primeiros trabalhos publicados) foi que a escrita desconstrutora não visava fazer desabar fundações, antes buscava mantê-las sobre pressão, forçando seus limites até que se fizessem visíveis naquilo que têm de mais oblíquo.¹³¹ O autor afirma:

Nunca pus “radicalmente em questão conceitos como verdade, referência e contextos interpretativos” se pôr radicalmente em questão quer dizer contestar que *haja e deva haver* verdade, referência e contextos de interpretação estáveis. Coloquei, o que é coisa totalmente diferente, questões que espero ser necessárias a respeito da possibilidade dessas coisas, desses valores, dessas normas, dessa estabilidade (por essência sempre provisória e finita). Esse questionamento e o discurso que se concede à possibilidade dessas questões evidentemente não pertencem mais, simplesmente, de modo homogêneo, a ordem da verdade, da referência, da contextualidade (...) Levar em conta uma certa estabilidade é precisamente não falar de eternidade ou solidez absoluta, é levar em conta uma historicidade, uma não-naturalidade ética, política, institucional. Se recordar isso é pôr radicalmente em questão a estabilidade dos contextos, então eu o faço. Digo que não há estabilidade absoluta, eterna, intangível, natural. Mas isso está implicado no próprio conceito de estabilidade. Uma estabilidade não é uma imutabilidade, é por definição desestabilizável.¹³²

A desconstrução é, portanto, uma operação de questionamento, produtora de problematizações que têm em vista as dicotomias hierarquizadas que sustentam a forma de viver ocidental e “consiste em denunciar num determinado texto aquilo que é valorizado e em nome de quê e, ao mesmo tempo, visa des-recalcá-lo o que foi estruturalmente dissimulado neste texto”.¹³³

Para tanto, o “pensador da desconstrução”, outra forma de identificação bastante difundida de Derrida, parte do privilégio concedido à palavra oral, tida como linguagem mais originária,

¹²⁹ DERRIDA, Jacques. (GR).2004. p.4.

¹³⁰ REGO, Cláudia de Moraes. *op.cit.*, 2006. p.143.

¹³¹ DERRIDA, Jacques. *op.cit.*, 2004. (PM) p.308. SKINNER, Annamaria. *op.cit.* In: SANTOS, Alcides Cardoso dos; DURÃO, Fábio Akcelrud; SILVA, Maria das Graças G. Villa (Orgs.). *op.cit.*, 2006. p.105-106.

¹³² DERRIDA, Jacques. In. (LI), 1991. p.206-207.

¹³³ SANTIAGO, S. (Sup.Geral) *op.cit.*, p.17. Cf. também as entrevistas concedidas por Derrida à Evando Nascimento, disponíveis na página <http://www.derrida.ufjf.br/entrevistas.htm>.

pura e autêntica, sobre a palavra escrita, vista como algo secundário e artificial em relação à *phoné*. Esse privilégio foi “documentado” em *Gramatologia* e se apóia na idéia metafísica do divino como presença imediata do sagrado ao homem pela revelação.¹³⁴ Este logocentrismo, cujo gesto de emergência é lido no Fedro,¹³⁵ de Platão, se entranha no encadeamento historial que torna a cultura européia, e por consequência a história da metafísica e seus conceitos, referencial para as demais.¹³⁶

Esta leitura ganha corpo no texto *A farmácia de Platão*.¹³⁷ Texto que parte do diálogo no qual conversam Sócrates e Fedro e onde, entre outros temas, são discutidos os méritos da retórica e da filosofia. Sócrates apresenta o mito egípcio de Theuth, o deus da escrita e da técnica, que oferece a escrita ao rei como remédio, como *phármakon*. Faz o elogio da escrita, mostra seus benefícios para a memória e para a instrução, escondendo a ambigüidade do termo, que pode tanto remeter ao sentido de remédio como ao de droga maléfica, veneno, para convencer o rei. Entretanto, os argumentos não são suficientes para fazê-lo acatar seu discurso. O rei considera que, como *phármakon*, a escrita poderia vir a colocar-se no lugar da fala, lugar de quem dita a lei, lugar do pai, do rei. Acusada de "órfã", "bastarda", e "parricida", a escrita é relegada a um papel secundário e lá permanece. Rebaixada, a escrita é pensada como mediação da mediação e queda na exterioridade do sentido.¹³⁸

A escrita é, ao mesmo tempo, falante e muda demais. Ela é muda. Não há nenhuma voz para dar às palavras o tom da verdade delas, nenhuma presença para acompanhá-las de modo a semeá-las no espírito preparado para recebê-las do modo esperado e fazê-las frutificar. A escrita está liberta do ato que dá ao *logos* sua legitimidade, que o inscreve nos modos legítimos do falar e ouvir. É por isso também que ela é falante demais: a letra morta vai rolar de um lado para outro, sem saber a quem se destina; a quem deve, ou não, falar.¹³⁹

Para Derrida, não se trata apenas de um momento do discurso filosófico ou científico, mas também de um momento da história política, social, econômica, tecnológica etc. que define o Ocidente. É o evento que define uma época: a que ainda vivemos.¹⁴⁰

¹³⁴ DERRIDA, Jacques. *op.cit.*, 2004. (GR) p.24 *et seq.*

¹³⁵ PLATÃO. *Fedro*: texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2002.

¹³⁶ DERRIDA, Jacques. *op.cit.*, 2004. (GR). p.4.

¹³⁷ DERRIDA, Jacques. *La pharmacie de Platon*. In: (D). 1972. p.99-198.

¹³⁸ DERRIDA, Jacques. In: (GR).2004. p.15.

¹³⁹ DERRIDA, Jacques. In: (D).1972. p.74-84. RANCIÈRE, Jacques. *op.cit.*, 1995. p.8.

¹⁴⁰ DERRIDA, Jacques. In: (ED).1995. p.234-235.

A época do logo-fonocentrismo como figura estrutural e totalidade histórica seria um momento do apagamento mundial do significante em prol de um significado essencializado a que se deu o nome de verdade. Tal época se estende de Platão a Hegel, mas abrange, em suas margens e franjas, dos pré-socráticos até mesmo Heidegger e as reflexões de nossos dias.¹⁴¹

Ao longo da trajetória ocidental, imprime-se uma função secundária e instrumental à escrita. Na modernidade, assiste-se ao domínio da fonetização da escrita. A escrita fonética se mostrou mais adequada ao apagamento do significante, pois melhor se esconde em defesa da fala, da essência da presença. Entendida como técnica a serviço da linguagem, a escrita é encarada como tradutora de uma fala plena e presente a si.¹⁴²

Desta maneira, de acordo com o que argumenta Derrida, a história da escrita no Ocidente tem sido caracterizada por um recalque para melhor dominar o significante, mundano, priorizando a relação com o significado, essencializado, que mantém vínculo íntimo com a presença e a consciência. O pensamento ocidental consolidou a oposição entre a voz e a escrita. Relacionou a voz ao Espírito, à Razão, à Ciência, à Consciência. A escrita foi identificada com o corpo, com o carnal e inconsciente. Não há apenas uma oposição, mas também uma relação de hierarquia, de dominação, da voz sobre a escrita.¹⁴³

Chamado a posicionar seu discurso em relação à tradição ocidental da qual se reconhece herdeiro, Derrida convoca como ancestrais Nietzsche, Freud e Heidegger, como aqueles que começaram a questionar o pensamento da presença e da consciência.¹⁴⁴

Para tentar romper com a tradição desta história, Derrida abandona a busca por significados transcendentais para propor o *jogo da suplementariedade* e diferenças, no qual todo e qualquer elemento pode vir a ocupar uma eventual posição de referência, sempre passível de desalojamento.¹⁴⁵

Jogo diz respeito às substituições infinitas no fechamento de um conjunto finito. É o termo usado para se referir ao processo de concretização do sentido, cujo mecanismo não se encontra pré-determinado, mas *disseminado* e em constante revisão. Sob a noção de *jogo*, a totalização não tem mais sentido. O *jogo* aparece como possibilidade de destituir qualquer

¹⁴¹ DERRIDA, Jacques. In: (GR).2004. p.36 *et seq.*

¹⁴² *Idem.*

¹⁴³ *Ibidem.* p 9-10.

¹⁴⁴ DERRIDA, Jacques. In: (PS).2001. p.69-74.

¹⁴⁵ CULLER, Jonathan. *op.cit.*, p.117-127.

coisa de um significado transcendental. Os signos não têm um sentido único, estável ou permanente, mas encontram-se constantemente à deriva, num *jogo* aberto de significações.¹⁴⁶

Tal *jogo* aberto entra em colisão com uma “doutrina” estruturalista sobre o sentido, entendido como resultado de uma estrutura ou cadeia fixa comum. Estando em *jogo*, o sentido de uma palavra só existe em função da forma como essa palavra se relaciona com outras palavras, e esse sentido está sempre adiado e diferido em intermináveis remessas de significações, num movimento de *suplementariedade*.¹⁴⁷ Neste viés, a dimensão lúdica deve ser entendida menos como distração do que trabalho, pois a ênfase recai sobre a produtividade de sentidos.¹⁴⁸

O pensamento desconstrutor se instala nas oposições binárias, buscando romper com a hierarquização que as tornam inconciliáveis e inseparáveis. São vários os pares dicotômicos que marcam a história da filosofia ocidental: natureza/cultura; inteligível/sensível; liberdade/necessidade; aparência/essência, racional/irracional; artificial/natural etc. Numa oposição, um dos termos será considerado central, e nessa medida se constituirá também como origem e *telos* da própria oposição.¹⁴⁹

O movimento de desconstruir coloca em destaque aquilo que, pelo fato do centramento, ficou relegado à margem do campo textual e semântico aberto pela oposição. Entretanto, não se trata de restabelecer a margem como um centro. Deslocar o centro significa, na operação de desconstrução, criar estratégias para que nenhum elemento se cristalice novamente nesta posição.¹⁵⁰

Trata-se de abrir a significação a uma errância, a um deslocamento que deixe em suspenso a referência para *disseminar* diferenças. A escrita derridiana tenta, com isso, ir contra a re-apropriação do trabalho de produção de sentido por uma dialética de tipo hegeliano.¹⁵¹ Para tanto, a desconstrução tenta se situar “como indecível entre a necessidade colonizadora de construir e a necessidade niilista de destruir”.¹⁵²

¹⁴⁶ SANTIAGO, S. (Sup. Geral). *op.cit.*, p.53.

¹⁴⁷ “O suplemento é um extra desnecessário, adicionado a algo completo em si mesmo. Mas o suplemento é adicionado a completar e a compensar uma lacuna em algo que deveria ser completo em si mesmo.” In: CULLER, Jonathan. *op.cit.*, p.119.

¹⁴⁸ DERRIDA, Jacques. In: (ED).1995. p.243-245.

¹⁴⁹ CULLER, Jonathan *op.cit.*, p.122 *et seq.*

¹⁵⁰ SANTIAGO, Santiago. *op.cit.*, 1976. p.17-19.

¹⁵¹ KOFMAN, Sarah. *op.cit.*, 1984. p.37-39.

¹⁵² NASCIMENTO, Evando. O perdão, o adeus, e a herança em Derrida. Atos de memória. In: NASCIMENTO, Evando. (Org.). *op.cit.*, 2005. p.39.

A escolha feita por Derrida para “traduzir” o termo *destruktion*, oriundo da filosofia heideggeriana, por *déconstruction* ilustra o desvio desse lado niilista; e enfatiza que desconstruir pode se referir tanto a desfazer os termos de um período, quanto ao desmonte das peças de uma *máquina* para transportá-la, levar as peças a outro lugar, fazê-las funcionar em outro contexto.¹⁵³

De qualquer forma, em torno do termo “niilismo” há pelos menos dois focos de sentido: um evoca a herança nietzscheana e pensa a situação em que o homem reconhece explicitamente a falta de um fundamento como constitutivo de sua condição. Nesse sentido, não há problema em se considerar a escrita derridiana como niilista. Por outro lado, niilismo também pode significar o processo em que não só se perde o ser como fundamento, mas que simplesmente visa a esquecer ou apagar o ser. Um processo do qual do ser não resta nada.¹⁵⁴

Entender a desconstrução como um procedimento niilista neste segundo sentido é desconsiderar que o desvendar de aporias, o trabalho de se fazer desdobrar dificuldades e impasses, possa fabricar positivities, ainda que não necessariamente novas, mas diversas em relação àquilo que se desmonta. O conteúdo dessa positividade dependerá, é claro, de inúmeras variáveis, seja o “objeto” desconstruído, quem o fez, por que, onde, quando, para quem etc. O importante é ressaltar que o que se desmonta se monta, alhures.¹⁵⁵

A desconstrução é sempre um gesto duplo: desmonta e monta, inverte e transgride. Esse caráter duplo faz com que a desconstrução se pretenda *indecidível* entre a negatividade e a positividade, entre a atividade e a passividade.¹⁵⁶

Pode-se pensar, de maneira geral, estes dois gestos da seguinte forma:

- *Inversão*: consiste em “des-recalcar” o dissimulado e inverter a hierarquia das oposições clássicas da metafísica (natureza, cultura; artificial, natural; inteligível e sensível; racional, irracional etc...). Esse movimento marca as hierarquias, mas permanece operando no campo das contradições. A inversão não se constitui como primeira etapa da desconstrução. Os dois momentos são distintos, mas não necessariamente sucessivos. Ela traz à tona o fato de que “dentro da lógica da

¹⁵³ NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999. p.202. Ver ainda: KOFMAN, Sarah. *Lectures de Derrida*. Paris, Galilé, 1984.

¹⁵⁴ VATTIMO, Gianni. *op.cit.*, p.97.

¹⁵⁵ DERRIDA, Jacques. In: (PM).2004. p.307-309.

¹⁵⁶ DERRIDA, Jacques. In: (GR).2004. p.57-90

identidade em que nos situamos, é impossível entender uma diferença sem oposição pontual entre os diferentes”.¹⁵⁷

- *Transgressão*: visa a transpor ou transbordar os limites da metafísica ocidental, ainda que se saiba que todo gesto transgressivo, ao tocar um ponto da linguagem, volta a se encerrar dentro dos limites que tentou romper. A metafísica serve de apoio e limite, e a transgressão vem a recordar que o limite sempre está em movimento, como impedimento e como possibilidade. É preciso escapar da simples inversão da relação de subordinação, e num movimento que, por desalojamento da estrutura de subordinação centro/margem, revela-e-vela um *jogo* e uma *rede*.¹⁵⁸

A desconstrução é sempre um duplo gesto: difere e desvia. Se o *logos*, campo da racionalidade onde a consciência e o princípio de identidade imperam, significa a reunião, em um princípio, entre palavra e razão, a desconstrução *dissemina* diferenças, faz explodir o horizonte semântico. Este trabalho implica tornar discerníveis os sentidos e significados que se escondem nas articulações dicotômicas que constituem os sistemas metafísicos. Ao transgredir o resultado da inversão, desconstruir deixa à mostra a ausência de qualquer centro real e fixo do discurso, produzindo-se uma *rede* múltipla e complexa de infinitas referências, que é o espaço para o *jogo*, trabalho incessante de remissão entre essas referências.¹⁵⁹

Por meio da leitura desconstrutora, as oposições são desalojadas e liberam uma *rede* de significações. Isso ocorre graças ao estabelecimento de uma determinada ligação entre *espaçamento* e *temporização*. Esta ligação é articulada a partir das duas dimensões de sentidos possíveis de se entrever recuperando a etimologia latina do verbo “diferir”.¹⁶⁰

Diferir, do latim *differre*, como verbo intransitivo, remete a ação de ser diferente, discernível. Aquilo que não pôde ser idêntico, que teve sua identidade consigo interrompida. Esta interrupção é o espaçamento, produção de intervalos que impede a qualquer termo uma identificação plena consigo mesmo.¹⁶¹

O intervalo entre um termo e outro, espaço branco do *texto*, faz com que um elemento só funcione a partir do *traço* nele contido dos outros elementos da cadeia ou do sistema.

¹⁵⁷ NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999. p.142.

¹⁵⁸ DERRIDA, Jacques. In: (PS).2001. p.18-19.

¹⁵⁹ DERRIDA, Jacques. In: (ED).1995. p.244.

¹⁶⁰ NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999. p.142-148.

¹⁶¹ DERRIDA, Jacques. *A diferença*. In: (MF).1991. p.38-40.

Incorporado à leitura desconstrutora a partir da proposição de Mallarmé, o espaço *em branco* como fratura de sentido, vivificação textual constitutiva do próprio sentido; como distância e intervalo;¹⁶² associa-se à mediação temporal e temporizadora de um desvio. Pode-se dizer que a desconstrução é essa prática do desvio. Ela atinge o logo-fonocentrismo na medida em que seu incessante diferir/desviar quer tornar a operação do *logos* impossível.¹⁶³

Agredindo a unidade do discurso, o espaçamento está intimamente ligado ao segundo domínio de significado do verbo diferir. Como verbo transitivo, diferir ganha dimensão temporal, significando adiar, retardar, demorar, protelar, prorrogar. Ação de remeter para mais tarde, o que implica uma reserva, uma demora, um retardamento, que Derrida resume numa palavra: *temporização*.¹⁶⁴

O momento da transgressão desconstrutora é, portanto, a ação de diferir, como *espaçamento* e ao mesmo tempo como *temporização*. O procedimento de desconstrução, a partir dessa ação de *transgressão/deslocamento*, coloca em evidência a *differánce* como foco de cruzamento histórico e sistemático de diferentes linhas de significados e forças, uma rede de referências onde a *tecedura*¹⁶⁵ é ininterrupta e de margens não-traçáveis. Os gestos combinados da *differánce* produzem, ou uma re-inscrição dos velhos nomes das oposições metafísicas em um outro *jogo* de sentido ou faz emergir noções, os *indecidíveis*, que se instalam além e aquém, alhures, da oposição da qual derivou.¹⁶⁶

¹⁶² Para Mallarmé, assim também para Derrida, o branco do papel não é um suporte amorfo: tem seu valor, vibra em função do preto da tinta impressa sobre ele. Nos livros impressos, a relação acertada do preto e do branco é um elemento essencial de valor literário. Ela reflete sobre a materialidade do ato de escrever: o vinco (das folhas do livro) não dividiria uma folha em duas metades; ele separaria sem separar. A imagem da *dobra* é central na temática mallarmeana, já que, na estrutura do *Livro*, essa imagem respeitaria a realidade (a folha dobrada resta intacta), mas permitiria o movimento: esses objetos nascem da linha formada no meio das folhas do papel. Cf. PANEK, Bernadette. *Mallarmé, Magritte, Broodthaers: Jogos entre palavra, imagem e objeto*. <http://www.google.com/search?q=cache:pxtUG2z5zKAJ:www.cap.eca.usp.br/ars8/panek.pdf+branco+liter%C3%A1rio+mallarm%C3%A9&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=7&gl=br&client=firefox-a>.

¹⁶³ SARUP, Madan. *An introductory guide to post-structuralism and postmodernism*. 2nd ed. New York: Harvester Wheatsheaf, c1993. p.32-38.

¹⁶⁴ DERRIDA, Jacques. *op.cit.*, 1991. (MF). p.33-40. De acordo com Nascimento, Derrida parece reservar o termo temporização como indicativo do retardo indicado pelo verbo *différer*. Já o termo “temporalização” parece referir ao que, em termos de uma fenomenologia transcendental, diz respeito à constituição originária do tempo, isto é, a um processo mais geral indiciado na temporização. Essa distinção, entretanto, como salienta o autor, não deve ser tomada de forma absoluta, já que os termos podem atuar como sinônimos em algumas passagens do texto derridiano. Cf. NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999. p.145.

¹⁶⁵ S.f., acto de tecer; tapadura; conjunto de fios que se cruzam com a urdidura; fig., intriga; enredo. In: <http://www.priberam.pt/dlpo/definir>. Prefere-se *tecedura* à *tessitura* por referência ao “paradigma do tecelão” que propõe trabalhar a textura do texto, as relações gráficas como textuais e têxteis e onde aquele que escreve é comparado ao que tece. DERRIDA, Jacques. In: (D).1972. p.71-72.

¹⁶⁶ BENNINGTON, G. & DERRIDA, Jacques. *op.cit.*, 1996. p.56 *et seq.*

Os *indecidíveis*¹⁶⁷ são unidades de simulacro que, por resistir à oposição filosófica, desorganiza-a, sem chegar a se constituir uma síntese dos termos opostos. Eles são plurais, pois nenhum chega a se constituir como uma palavra-mestre; eles circulam uns nos outros, semeiam-se reciprocamente, por inserção e enxerto, e se prestam ao *jogo de disseminação* proposto por Derrida.¹⁶⁸

Assim, por exemplo, o *pharmakon* retirado de Platão, “não é nem um mais, nem um menos, nem um dentro, nem um complemento de um fora, nem um acidente, nem uma essência”. O *hymen*, extraído da poesia de Mallarmé, “não é nem a confusão, nem a distinção, nem a identidade, nem a diferença, nem a consumação, nem a virgindade, nem o véu, nem o desvelamento, nem o dentro, nem o fora.” O *gramme* “não é nem um significante, nem um significado, nem um signo, nem uma coisa, nem uma presença, nem uma ausência, nem uma posição, nem uma negação”. O *espaçamento* “não é integridade de um começo ou de um corte simples, nem a secundariedade”.¹⁶⁹

A *differánc*e interliga *espaçamento*: devir espaço do tempo e *temporização*: devir tempo do espaço.¹⁷⁰ Contudo, o que é a *differánc*e? A inefabilidade conferida por Derrida não permite que se dissimule uma definição.¹⁷¹ Para Derrida, perguntar o que uma coisa é já significa inseri-la na metafísica do ser como presença. *Differánc*e, da forma como aparece, não é apenas um tema ou um termo, mas também um processo textual e uma estrutura. De um ponto de vista fenomenológico, ela seria uma totalidade inesgotável. Na iteração da escrita,¹⁷² na replicação repetidamente representada, a *differánc*e surge como um branco entre valências, que as une e distingue numa série regular.¹⁷³

¹⁶⁷ “Indecidíveis são operadores textuais que tendem a não se comportarem como um conceito em filosofia. São termos singulares que negociam e confundem o ato de leitura, transformando a interpretação num jogo de espelhos do qual não há um sentido a ser extraído em sua totalidade”. Cf: SANTIAGO, Silvano. O silêncio, o segredo, Jacques Derrida. *Margens, revista de cultura*, n.5, p.4-1, jul-dez. 2004.

¹⁶⁸ “Interpretar em geral tem sido reduzir o sentido do que está escrito ao querer-dizer do autor. A disseminação, interrompendo a circulação que transforma um efeito posterior do sentido em origem, impossibilita essa redução, dando a interpretação um caráter ingovernável. A disseminação escancara a ruptura da escrita que a dialética do sentido insiste em coser. Ela sempre ameaçará a significação.” DERRIDA, Jacques. In: (D). 1972. p.31-35.

¹⁶⁹ *Ibidem*. p.31-32. Cf. KOFMAN, Sarah. *Lectures de Derrida*. Paris: Galilée, 1984. p.190 et seq.

¹⁷⁰ KOFMAN, Sarah. *op.cit.*, 1984. p.37-39.

¹⁷¹ FERRO, Roberto. *Escritura y desconstrucción: lectura (h)errada con Jacques Derrida*. 2ª ed. Bueno Aires: Biblos, 1995. p.7-16.

¹⁷² Iteração diz a respeito daquilo que se repete, reitera, é repetido na diferença enquanto inscrição inaugural e diferida. Cf. NASCIMENTO, Evando. In: GLENADEL, Paula & NASCIMENTO, Evando. (Org.). *op.cit.*, 2000. p.15.

¹⁷³ DERRIDA, Jacques. In: (MF).1991. p.33-66.

O que é a *differánce*? É uma pergunta que não se responde, porque ela é, assumidamente, contraditória e inadmissível dentro da lógica da identidade. Não se comporta como uma categoria, um conceito ou princípio. Ela sinaliza antes uma tradução do *traço* como origem e da origem como *traço*, como rasura interpretativa de *traços*. Não é mais estática do que genética, nem mais estrutural que histórica. É concebida como um movimento que não é ativo nem passivo, mas que imprime o valor diferencial antes mesmo que as oposições binárias se estabeleçam. Por não ser precedido por nenhuma unidade originária e indivisa, o momento da *differánce*, enquanto “diferenciando-se”, permanece inalcançável e irreduzível a uma identidade.¹⁷⁴

Certamente pode parecer algo demasiado vago, nem isto nem aquilo. De fato a *differánce*, que emerge do gesto desconstrutor, é prisioneira de um flagra: apreensão de uma ação rápida, inesperada e passageira.¹⁷⁵

O registro deste flagra se configura na própria denominação, na criação do neologismo *differánce*. Em sua pronúncia, o termo não difere de *differéce*. Ou seja: é uma diferença cuja marca emerge na escrita.¹⁷⁶

O a de *differánce* marca a diferença inaudível entre dois fonemas, desafiando os limites do logo-fonocentrismo. Marca também a relação intrínseca do pensamento de Derrida com a escrita e a leitura. Ao introduzir este pequeno a, diferença gráfica silenciosa, Derrida instala e instiga a desconstrução a partir de “um cálculo no processo escrito de uma questão sobre a escrita”.¹⁷⁷ Ainda que os conceitos correntes de fala e escrita sejam solidários à tradição logo-fonocêntrica, e que, exatamente por isso, o pensamento derridiano busque sempre deslocá-los para além das oposições binárias.¹⁷⁸

A escrita derridiana é contemporânea do que se convencionou chamar de “reviravolta lingüística” e que caracteriza boa parte do pensamento filosófico no século XX. Interessa-se pelo funcionamento da linguagem, suas relações com a cultura, saberes e práticas, pelas

¹⁷⁴ DERRIDA, Jacques. In: (GR).2004. p.75; NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999. p.142-143.

¹⁷⁵ RAJAGOPALAN, Kanavillil. *op.cit.* In: FERREIRA, Elida; OTTONI, Paulo, 2006. p.61-68.

¹⁷⁶ DERRIDA, Jacques In: (MF).1991. p.40-42.

¹⁷⁷ *Ibidem.* p.34.

¹⁷⁸ NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999. p.140.

possibilidades da problemática do signo. O foco de sua investigação parte da constatação de que tudo que se subtrai ao *jogo* da linguagem só pode ser retomado na linguagem.¹⁷⁹

Neste contexto, a linguagem aparece sem limites. O significado infinito, que parecia excedê-la, deixa de cercá-la e contê-la. Mas a essa valorização segue-se um processo de inflação que culmina na banalização do signo linguagem. Este é um dos indícios que permite a Derrida entrever um deslocamento da linguagem para a escrita.¹⁸⁰

Se, por lidar com o significante do significante e ser considerada uma reduplicação, uma cópia da fala, a escrita ocupava um papel secundário como forma auxiliar da linguagem entendida como comunicação, expressão e significação, agora, como “significante do significante”, a escrita descreve o próprio movimento da linguagem. A linguagem é entendida como um conjunto de unidades cujo sentido é dado por seu caráter diferencial com relação aos demais signos, ou seja, uma escrita. A linguagem produz mais iteração que comunicação. Ela é um momento, um fenômeno, um aspecto, uma espécie da escrita. Não há sentido em si, apenas ao diferenciar-se o sentido se efetiva.¹⁸¹

Este ultrapassar da escrita sobre a linguagem se esboça como abertura ao *jogo*, onde o sentido arrebatase e apaga-se em sua própria produção.¹⁸²

A proposta, portanto, é que não se considere a escrita como uma mera representação gráfica dos fonemas que utilizamos na fala. O falar não é a forma de comunicação natural e direta. Numa leitura que parte da semiologia de Saussure, mas a transgride, Derrida aspira romper com a concepção da escrita como uma cópia imperfeita e parasitária da língua. Pretende entender a fala como um caso do mecanismo básico manifestado na escrita. Disso deriva uma noção de escrita generalizada que permite incorporar os *traços* da língua, e/ou de seu funcionamento, deixados de lado por uma lingüística que se constrói dentro dos limites do logocentrismo.¹⁸³ A escrita, da perspectiva derridiana, inclui: “os gestos físicos do escrever, a totalidade daquilo que possibilita a inscrição, a face significante e significada, a

¹⁷⁹ Diz-se a respeito do fato de que uma boa parte da filosofia contemporânea abandona a idéia de que poderíamos colocar questões “filosóficas por excelência”, questões metafísicas, epistemológicas, morais, existenciais, sem se interrogar sobre a linguagem na qual se formula tais questões. Cf. BERTEN, André. *op.cit.*, p.58-59.

¹⁸⁰ DERRIDA, Jacques. In: (GR).2004. p.7.

¹⁸¹ *Ibidem.* p.73-76.

¹⁸² *Ibidem.* p.8 et seq. Cf. SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. Org. por C. Bally e A. Sechehaye. São Paulo: Cultrix; Ed. Universidade da USP, 1969.

¹⁸³ CULLER, Jonathan D. *op.cit.*, 1997. p.116-117.

inscrição em geral: pictural, musical, escultural, cinematográfica, coreográfica, política, atlética: programa biológico e programa cibernético.”¹⁸⁴

Remeter ao *texto* não significa abstrair-se numa “realidade” que só existe cerrada num “livro”. Na escrita derridiana, *texto* não se limita ao livro, ao discurso. Não se restringe à esfera semântica, representativa, simbólica, ideal ou ideológica. A *textualidade* implica todas as estruturas ditas “reais”, “econômicas”, “históricas”, “sócio-institucionais”, em suma, todos os referenciais possíveis. Não há um *fora do texto*, o que não quer dizer que todos os referenciais estão suspensos ou negados. Ou ainda que todos estejam legitimados numa espécie de “valeduto”. Quer dizer tão somente que todo referencial, todas as realidades, têm a estrutura de um *traço* diferencial, são *textuais*, e só nos podemos reportar a esse real numa experiência interpretativa que se dá, ou só assume sentido, num movimento diferencial. O *texto* é esse lugar que viaja entre as diferentes dimensões do vivido.¹⁸⁵

A eleição da dimensão do escrever como campo privilegiado do pensamento derridiano não o torna uma reflexão sobre a forma, uma estilização leviana da filosofia.¹⁸⁶ Tal escolha se relaciona exatamente aos aspectos que compõem a *indecibilidade textual*, sendo esta a abertura pela qual Derrida adentra e problematiza questões fundamentais para o discurso chamado “filosofia”. Embora seja paradoxal, a tradição filosófica, uma tradição fundamentada no discurso escrito, consolida a fala como um contato mais direto com o sentido, com a presença e a verdade.¹⁸⁷

O momento de ouvir/entender a fala oferece a experiência única do significado produzindo-se espontaneamente:

A voz ouve-se. Isto é, sem dúvida, o que se denomina consciência. O apagamento do significante na voz é condição da idéia de verdade. A palavra é vivida como unidade elementar e indecomponível do significado e da voz, do conceito e da substância de expressão transparente. O pensamento do ser exprime-se pela voz, a voz ouve-se na consciência apagando o significante.¹⁸⁸

Já o escrever remete a uma saída do mundo que leva não a um outro mundo, como utopia ou álibi, mas a uma ausência, não disso ou daquilo, mas de tudo que se anuncia como presença,

¹⁸⁴ REGO, Claudia de Moraes. *op.cit.*, 2006. p.146.

¹⁸⁵ DERRIDA, Jacques. In: (GR).2004. p.79-80. Cf. DERRIDA, Jacques. In: (LI). 1991. p.201-205.

¹⁸⁶ NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 2004. p.9-10.

¹⁸⁷ CULLER, Jonathan D. *op.cit.*, 1997. p.118-120.

¹⁸⁸ DERRIDA, Jacques. In: (GR).2004. p.24.

uma espécie de consciência do nada, da qual pode surgir a consciência de alguma coisa.¹⁸⁹ Ou nas palavras de Blanchot:

Escrever é entrar na afirmação da solidão onde o fascínio ameaça. É correr o risco da ausência de tempo, onde reina o eterno recomeço. É passar do Eu ao Ele, de modo que o que me acontece não acontece a ninguém, é anônimo pelo fato de que isso me diz respeito, repete-se numa disseminação infinita. Escrever é dispor a linguagem sob o fascínio e, por ela, nela, permanecer em contato com o meio absoluto, onde a coisa se torna imagem, de alusão a uma figura se converte em alusão ao que é sem figura e, de forma desenhada sobre a ausência, torna-se a presença informe dessa ausência, a abertura opaca e vazia sobre o que é quando não há mais ninguém, quando ainda não há ninguém.¹⁹⁰

Escrever implica repetição, ausência, risco de perda, morte. Mas não somente. A escrita é algo ausente que pode vir a ser, remete ao porvir, porque está em estado vestigial. Este vestígio é uma marca, é cicatriz numa matéria. Esta dimensão da ausência traz consigo um campo arqueológico e histórico.¹⁹¹

Uma ausência que não deixa se identificar como a falta de um presente que passou ou não está mais lá, é o que Derrida quer evocar ao introduzir o a inaudível da *différance*. Este a rasurado marca a articulação espaçamento-temporização própria do ato de escrever no programa derridiano.¹⁹²

A escrita derridiana aponta que na confecção da palavra há espaços em branco, rasuras e fraturas deixadas pela querência da não-escrita, pela impossibilidade do preenchimento de todos os espaços, impossibilidade da totalidade da palavra escrita. Pode ser um sonho, um ato, um esforço, uma realização enquanto devir-ausente e devir-inconsciente na própria inserção do “sujeito” no espaço do texto e da comunidade.¹⁹³

A escrita apresenta a língua como uma série de marcas físicas que operam na ausência do autor e devem ser legíveis mesmo na ausência de um leitor.¹⁹⁴ *Traços* que unem espaço e duração, e questionam o movimento teleológico do querer-dizer. O sentido de um escrito não é o que quer dizer o autor, nem o que quer entender o leitor. A significação ocorre entre um e outro. Solicitando a noção de *intervalo* para problematizar a escrita, abre-se a possibilidade de

¹⁸⁹ DERRIDA, Jacques. In: (ED).1995. p.19-20.

¹⁹⁰ BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p.24-25.

¹⁹¹ REGO, Cláudia de Moraes. *op. cit.*, 2006. p.17.

¹⁹² DERRIDA, Jacques. In: (MF).1991. p.39-43. SANTIAGO, Silvano. *op.cit.*, 2004. p.5-7.

¹⁹³ SANTIAGO, Silvano. *op.cit.*, 2006. p.87. Ver também: ANTELO, Raul. Sentido, paisagem, espaçamento. *Margens/márgenes*. Revista de Cultura, Belo Horizonte, Buenos Aires, Mar del Plata, Salvador, n.5, p.18-23, julho-dez de 2004.

¹⁹⁴ DERRIDA, Jacques. In: (MF).1991, p.357-358.

questionar o que, para Derrida, tem funcionado como “princípio dos princípios”, isto é, o ser presente ou a presença do sentido numa intuição plena e originária.¹⁹⁵

Decorre daí a possibilidade/oportunidade de pensar a presença como efeito de uma ausência generalizada, escrever o que está presente como fruto de um diferir sem descanso.¹⁹⁶ A consciência intencional não desaparece, é *retardada* no encontro que se dá entre o devir-tempo do espaço e o devir-espaço do tempo.¹⁹⁷

Os sentidos são construídos a partir deste encontro, constituindo-se como identidades *espaço-temporais* irredutivelmente não-simples, pois não derivam de nenhuma unidade orgânica, originária e homogênea.¹⁹⁸

Em todo caso, se é possível ir “além” do *logos* presentificado, é com a condição de se ter servido dele. Nesse sentido, uma estratégia crucial da desconstrução é a *solicitação*.¹⁹⁹ tentar fazer “tremar” as bases do logo-fonocentrismo e de sua história. Essa condição é também condição de sua impossibilidade, já que coloca em questão conceitos e valores, sobretudo os de *episteme* e história, dos quais se vale.

Questiona-se o procedimento desconstrutor como sendo o inapropriado ato de “serrar o próprio galho onde se está sentado”. Culler argumenta, a favor da desconstrução, que, embora incomum e arriscado, esse ato é possível. Assim, a pergunta deveria ser se alguém é capaz de fazê-lo e como aterrissará. E,

se serrar o próprio galho parece insensato aos homens de bom senso, não é assim para Nietzsche, Freud, Heidegger e Derrida; pois eles suspeitam de que, se caírem, não haverá “solo” onde bater e de que o ato mais lúcido pode ser um serrar impiedoso, um calculado desmembramento ou desconstrução das grandes árvores que parecem catedrais, nas quais o homem busca abrigo há milênios.²⁰⁰

Desta forma, o programa filosófico de Derrida situa-se no limite do que é possível expressar. Busca estar nas bordas da metafísica e da filosofia. Não se trata de propor “sair” da metafísica

¹⁹⁵ DERRIDA, Jacques. In: (VF). p.13-18.

¹⁹⁶ CULLER, Jonathan D. *op.cit.*, 1997. p.110-111.

¹⁹⁷ “A fonte ao tornar-se - é inteligível - o tempo abre-se como este atraso da origem sobre si mesma”. DERRIDA, Jacques. *Qual quelle* – As fontes de Valéry. In: (MF).1991. p.331 *et seq.*

¹⁹⁸ NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999. p.148.

¹⁹⁹ Derrida se vale da palavra *solicitar* decompondo-a e redimensionando-a a partir de sua etimologia. *Sollus* quer dizer, em latim, todo, e *citare* vem de *ciere*, mover, mexer, tirar do lugar. Logo, *sollicitare* é agitar ou sacudir o todo. Cf. NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999. p.97.

²⁰⁰ CULLER, Jonathan D. *op.cit.*, 1997. p.171-172.

por um gesto voluntarista ou por um esquecimento. A tradição não pode simplesmente ser apagada.²⁰¹

Ao mesmo tempo não se trata, tampouco, de simplesmente interrogar ou transgredir os limites da metafísica, uma vez que o discurso ocidental:

(...) ateu-se sempre a assegurar o controle do limite. Reconheceu-o, concebeu-o, estabeleceu-o, declinou-o segundo todos os modos possíveis; e desde então, para melhor dispor dele, transgrediu-o. Era necessário que seu próprio limite não lhe permanecesse estranho. Apropriou-se tanto do conceito dele, acreditou dominar a margem de seu volume e pensar o seu outro. (...) Pensar o seu outro: isso não reconduz apenas a superar (*aufheben*) aquilo de que ela dimana, a não abrir a marcha de seu método senão passando o limite?²⁰²

Se o pensamento desconstrutor deseja abalar o *texto* metafísico, provocar fraturas que levem além dos limites codificados pelo *logos* filosófico não é para interiorizá-lo como sendo o seu *próprio* corpo ou limite. Apetece conquistar um território, por definição, inconquistável: um transbordamento que não pode ser identificado como o que sobra ou resto, mas que remete a tudo que não pôde ser contido, excesso e margem que se organizem de forma tal “que o *seu* exterior não seja o seu *exterior*”, ou seja, que se desdobrem deformando os processos de reapropriação.²⁰³

O *jogo* desconstrutor intenta produzir abalos que tornem impossível o reconhecimento de fronteiras previamente demarcadas para, nesse horizonte ainda indemarcável, entrever um outro sentido que não possa diretamente ser oposto à lógica do idêntico, como irracional ou ilógico: uma *lógica do outro*. Pensar o limite como uma passagem pela qual o Outro possa ser outro, sem redução a nenhuma identidade prévia, nem mesmo a título de comparação.²⁰⁴

A desconstrução, que atravessa e transpassa o autor Derrida, passa pela necessidade de assumir várias estratégias discursivas tendo como horizonte último o paradoxo da possibilidade de pensar o impensável: o advento de uma alteridade radical. Advento que já está aí e nos constitui, mas que estaria *recalcado* historicamente.²⁰⁵ Entretanto, apesar das aparências, a desconstrução não é uma psicanálise do discurso filosófico. Pois o que desperta

²⁰¹ FERRO, Roberto. *op.cit.*, 1995. p.116.

²⁰² DERRIDA, Jacques. *Tímpano*. In: (MF). 1991. p.12.

²⁰³ *Ibidem*. p.17-25. Cf. FERREIRA, Elida. *A tese na instituição universitária*. In: *op.cit.*, FERREIRA, Elida; OTTONI, Paulo. (Orgs.), 2006. p.179-186.

²⁰⁴ NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999. p.96.

²⁰⁵ NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 2006. p.31-50.

o interesse desconstrutor é a desconstituição de um *recalque* não conseguido, fracassado. É este insucesso reiterado o que é visado pela escrita desconstrutora.²⁰⁶

A escrita desconstrutora não cria um quadro filosófico novo. Não é uma “novidade”. Mas oscila de maneira estratégica pra dentro e fora da “seriedade” filosófica, da demonstração filosófica, visando *rasurar* esta oposição, produzir reversões e deslocamentos. Espera-se que esta movimentação seja capaz de tornar a desconstrução mais do que um conjunto especializado de procedimentos discursivos ou um novo método de interpretação hermenêutica. Devem *intervir* no jogo de interesses e interpretações que conformam a cultura.²⁰⁷ Ainda que combinar as reflexões sobre a natureza da filosofia e dos saberes ocidentais com batalhas por objetivos políticos específicos não seja algo fácil e simples de se sustentar.²⁰⁸

A *intervenção* da escrita derridiana é sempre um enveredar-se por desvios como advento de um impossível, desafiando o domínio de uma visão de mundo que, antes de tudo, se submete ao axioma “tudo é possível” entendido como “tudo não passa do possível”. A desconstrução, ao re-visitar as condições de possibilidade de princípios e conceitos, subverte o império do existir “factual” e “real” sobre as existências inexistentes, ou existentes não reais, relegadas como “fictícias” ou “imaginárias” ou “mentirosas”. Desta forma, as condições de possibilidade são incessantemente redefinidas enquanto *acontecimento*. E devem ser capazes de ir ao encontro de um pensamento que exponha um não-dito da história.²⁰⁹

Esse não-dito seria a expressão de uma historicidade não aprisionada nos limites da metafísica teleológica, que determina a noção de história como unidade de um devir ou movimento de reasunção.²¹⁰

TRADUÇÃO e práticas de desconstrução em língua portuguesa (no Brasil)

Desconstruções e tradução têm uma relação íntima. Ler Derrida é traduzir Derrida.²¹¹

²⁰⁶ DERRIDA, Jacques. In: (ED).1995. p.180-181.

²⁰⁷ DEUTSCHER, Penélope. Reading as intervention. In: *How to read Derrida*. New York: W.W Norton & Company, 2006. p.15-26.

²⁰⁸ CULLER, Jonathan D. *op.cit.*, 1997. p.179-206.

²⁰⁹ OTTONI, Paulo. Derrida: entre a língua e o idioma – o primeiro pensador da tradução. In: NASCIMENTO, Evando. (Org.). *op.cit.*, 2005. p.281 *et seq.* Cf. NASCIMENTO, Evando. O perdão, o adeus, e a herança em Derrida. Atos de memória. In: NASCIMENTO, Evando. (Org.). *op.cit.*, 2005. p.37 *et seq.*

²¹⁰ DERRIDA, Jacques. In: (ED). 1995. p.247.

Jacques Derrida seria “ao mesmo tempo, o último pensador da escritura e o *primeiro* pensador da tradução”.²¹² Trabalhar o pensamento derridiano é, desta maneira, instalar-se nessa fronteira francês/português (e português no Brasil) e abri-la em língua portuguesa a partir do esforço de uma série de pesquisadores que se lançaram à paradoxal empresa de traduzir o (in) traduzível da escrita derridiana. “A saída, se há, para as aporias que a obra de Derrida nos deixou seria cada um reinventar, de acordo com seu idioma singular, novas formas de leitura da obra e dos textos culturais, em diferimento”.²¹³

O mapeamento do cenário das traduções de Derrida no Brasil faz-se sob signo do preliminar. Mais como porvir num horizonte de estudo do que como consolidação de um trabalho.

As primeiras traduções de Derrida no Brasil são mais ou menos simultâneas às traduções norte-americanas. São traduzidas as obras *Gramatologia* e *A escritura e a diferença* nos anos 70. A elas se somam os estudos de Silviano Santiago e seus alunos do mestrado em literatura da PUC-RJ. Esta é a conformação inicial do cenário de interlocução do pensamento derridiano com estudiosos e pesquisadores brasileiros que ocorre, sobretudo, no campo da teoria literária. A factura do *Glossário de Derrida*, em 1975, inicialmente um trabalho acadêmico em grupo, é certamente o evento de emergência de uma história da leitura e tradução de Derrida no Brasil, e permaneceu durante muito tempo como uma referência isolada sobre o autor no país. Entretanto, vale lembrar que a tradução das primeiras desconstruções (*Gramatologia* e *A escritura e a diferença*) ocorreu no Brasil antes do que em alguns países como a Espanha, por exemplo.²¹⁴

O ambiente universitário em que ocorrem as primeiras leituras e traduções pode ser vislumbrado através desta entrevista que Silviano Santiago concedeu ao jornal *O tempo*, em 2004:

Nos anos 70, Letras, na universidade, seguia dois caminhos nítidos. A escola “literatura e sociedade”, capitaneada com brilhantismo por Antônio Cândido, e os jovens iconoclastas da PUC-RJ capitaneados pelo jovem Luís Costa Lima. O grupo carioca se entrega ao exercício da análise do texto dentro dos parâmetros da semiologia e se descuidava da interpretação semântica. Com a entrada da desconstrução derridiana no pedaço, em particular do Glossário de Derrida, semiologia e hermenêutica se tornaram inimigas ferozes e abriram um campo extraordinário para

²¹¹ NASCIMENTO, Evando. *op.cit.* In: FERREIRA, Elida; OTTONI, Paulo. (Orgs.). 2006. p.39.

²¹² OTTONI, Paulo. *op.cit.* In: NASCIMENTO, Evando. (Org.), 2005. p.292.

²¹³ NASCIMENTO, Evando. In: SANTOS, Alcides Cardoso dos; DURÃO, Fabio Akcelrud; SILVA, Maria das Graças G. Villa (Orgs.). *op.cit.*, 2006. p.174.

²¹⁴ NASCIMENTO, Evando. In: FERREIRA, Elida; OTTONI, Paulo. (Orgs.). *op.cit.*, 2006. p.41-44 Cf. NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999. p.25; NASCIMENTO, Evando. In: SANTOS, Alcides Cardoso dos; DURÃO, Fabio Akcelrud; SILVA, Maria das Graças G. Villa (Orgs.). *op.cit.*, 2006. p.163.

o aprofundamento dos estudos sobre linguagem, sobre a escrita (no caso de Derrida), com dominância da leitura de Freud, Marx e Nietzsche.²¹⁵

Annamaria Skinner busca avaliar esse contexto numa espécie de testemunho, já que foi partícipe do grupo de alunos liderado por Silviano Santiago que deu origem ao glossário. Segundo ela, o contexto de leitura de Derrida em Português, no Brasil, permitiu liberar uma práxis política que estava contida nos escritos derridianos. Nesse sentido, a leitura brasileira pôde levantar nos escritos derridianos formas diferentes para se encetar a questão do neocolonialismo (norte-americano) e do colonialismo (europeu), além de dar vazão à reapresentação da democracia em tempos ditatoriais. A atitude descentrada e diferencial contribuíra para recolocar a periferia na vanguarda, escapando do neoliberalismo dos militares e da elite. A problemática dos grupos minoritários também aparece, aproximando as pesquisas daqui e os “estudos culturais” norte-americanos. Ao mesmo tempo, de acordo com Skinner, o pensamento derridiano enfrentou resistências, seja por parte de uma direita representada por José Guilherme Merquior, seja por parte dos neomarxistas ou da “nova-esquerda”.²¹⁶

Duas figuras ganham destaque nessa cena. Uma delas é o já citado Silviano Santiago. Em interlocução com os textos de desconstrução, ele encontrou os recursos teóricos para pensar a natureza da obra de arte na contemporaneidade. A rejeição ao pensamento dicotômico inscrita na reflexão derridiana foi uma das inspirações que levaram o estudioso a estabelecer uma discussão do modernismo brasileiro e da modernidade em geral. Esses questionamentos se conduziram no sentido de desconstruir o conceito de obra literária como representação, ponto crucial para os estudos de literatura no Brasil, que até a década de 80 giravam predominantemente em torno da questão da Identidade nacional.²¹⁷

O princípio de nacionalidade e as discussões em torno da função social da arte definiram o perfil do estudo e crítica literária nesse período, dando continuidade ao projeto do final do século XIX de construção de parâmetros críticos para criação de uma “literatura nacional”.

²¹⁵ SANTIAGO, Silviano. *Apud*: SKINNER, Annamaria. In: SANTOS, Alcides Cardoso dos; DURÃO, Fabio Akcelrud; SILVA, Maria das Graças G. Villa (Orgs.). *op.cit.*, 2006. p.99.

²¹⁶ SKINNER, Annamaria. In: SANTOS, Alcides Cardoso dos; DURÃO, Fabio Akcelrud; SILVA, Maria das Graças G. Villa (Orgs.). *Op. Cit.*, 2006. p.99-100 Cf. MERQUIOR, José Guilherme. *O Estruturalismo dos pobres e outras questões*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

²¹⁷ FERNANDES, Maria Lúcia O. *Identidade nacional como suplemento*. In: SANTOS, Alcides Cardoso dos; DURÃO, Fabio Akcelrud; SILVA, Maria das Graças G. Villa (Orgs.). *op.cit.*, 2006. p.131-143.

Assim, as reflexões estéticas eram direcionadas para a busca e afirmação do “caráter da Nação”, sendo as artes responsáveis por organizar a representação dos elementos nacionais.²¹⁸

Santiago desestabiliza este cenário ao apresentar a importação e consumo de signos estrangeiros não como uma recepção ou apropriação, mas como rasuras que instauram um processo de desafio à hegemonia cultural. Ao trabalhar os discursos periféricos e os códigos das metrópoles culturais a partir da lógica do *suplemento*, Santiago percebe que a *contaminação* da escrita latino-americana provoca uma erosão nos conceitos de unidade e pureza, deslocando desta maneira a questão da Identidade nacional e da dependência cultural.²¹⁹

O escritor latino-americano brinca com os signos de um outro escritor, de uma outra obra. As palavras do outro têm a particularidade de se apresentarem como objetos que fascinam seus olhos, seus dedos, e a escritura do segundo texto é em parte a história de uma experiência sensual com o signo estrangeiro (...). Como o signo se apresenta muitas vezes numa língua estrangeira, o trabalho do escritor em lugar de ser comparado ao de uma tradução literal, propõe-se antes como uma espécie de tradução global, de pastiche, de paródia, de digressão. O signo estrangeiro se reflete no espelho do dicionário e na imaginação criadora do escritor latino-americano e se dissemina sobre a página branca com a graça e o dengue do movimento da mão que traça linhas e curvas.²²⁰

A segunda *persona* que se destaca entre os leitores de Derrida é Haroldo de Campos. A cumplicidade entre os dois se retrata na carta-homenagem escrita por Derrida: “(...) no horizonte da literatura, e antes de tudo na intimidade da língua das línguas, cada vez tantas línguas em cada língua, sei que Haroldo a tudo isso terá tido acesso como eu antes de mim, melhor que eu”.²²¹

A ligação entre Haroldo de Campos e o pensamento desconstrutor está explícita, dentre outros trabalhos, no *O seqüestro do barroco na formação da literatura brasileira – o caso de Gregório de Mattos*²²², texto no qual o autor brasileiro põe em questão a herança de Antônio Cândido. Recorrendo a *Gramatologia* e ao modo desconstrutor, este trabalho detecta os

²¹⁸ Cf. LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário: razão e imaginário no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.42-62.

²¹⁹ FERNANDES, Maria Lúcia O. *op.cit.* In: SANTOS, Alcides Cardoso dos; DURÃO, Fabio Akcelrud; SILVA, Maria das Graças G. Villa (Orgs.), 2006. p.131-143.

²²⁰ SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p.9-26, 21. Cf. CUNHA, Eneida Leal. *Leituras críticas sobre Silviano Santiago*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

²²¹ DERRIDA, Jacques. Cada Vez. Quer Dizer. E No Entanto, Haroldo... Tradução de Leda Tenório da Motta. In: *Homenagem a Haroldo de Campos*. São Paulo, Brasil: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Imprensa Oficial, 1996. p.4-12

²²² CAMPOS, Haroldo de. *O seqüestro do Barroco na formação da literatura brasileira – O caso de Gregório de Mattos*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1989.

elementos metafísicos da metáfora do arbusto, do jardim e da árvore com a qual Antônio Cândido consolidou sua tese sobre a literatura brasileira:²²³ “A nossa literatura é o galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das musas”.²²⁴

Ao analisar a importância e o potencial de polêmica do texto de Campos, Leda Motta mostra que, ao se opor a um tempo histórico fechado como é o tempo progressivo e inexorável da história de Antônio Cândido, *o seqüestro* não apenas recupera o barroco, inserindo-o numa temporalidade capaz de idas e vindas, como também trabalha as conseqüências do recalque dessas voltas temporais. O recalque do barroco liga-se à imposição, sem dúvida política, da temática da paisagem brasileira e do empenho nacionalista. Solicitando a questão a partir da perspectiva desconstrutora, Campos pôde discutir o problema da origem, ou começo, e da Identidade nacional que embasam o cânone da história literária brasileira.²²⁵

A partir do final dos anos 80 uma nova geração de leitores amplia a visitação derridiana, sob novos argumentos, para diversos campos investigativos. Assim como os textos de Derrida deslocam, ampliando, suas temáticas com o passar do tempo, embora mantenham o eixo desconstrutor, também os estudos que dialogam com o pensamento derridiano se movimentam por entre as fronteiras das mais diversas disciplinas, conformando uma comunidade bastante produtiva.²²⁶

Para não desviar do enfoque do trabalho proposto para esta dissertação, não se fez um inventário insistente da totalidade da produção recente dos leitores/pesquisadores envolvidos com a herança derridiana. Sinaliza-se em alguns pontos os estudos e produções atualmente desenvolvidas, sem esconder que, certamente, há vários outros pesquisadores, artistas e leitores em geral que levam adiante o pensamento derridiano de modo diferencial no Brasil e não como simples importação de “mais um” modelo estrangeiro.

Dentre outros que pesquisam o pensamento desconstrutor e suas implicações está o professor da UFRJ Evando Nascimento, também tradutor de Derrida. Além do excelente *Derrida e a literatura*, tem organizado e publicado artigos e coletâneas acerca do pensamento

²²³ NASCIMENTO, Evando. *op.cit.* In: SANTOS, Alcides Cardoso dos; DURÃO, Fabio Akcelrud; SILVA, Maria das Graças G. Villa (Orgs.). *op.cit.*, 2006. p.163.

²²⁴ CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1959. p.9.

²²⁵ MOTTA, Leda Tenório da. O arbusto de segunda ordem no jardim das musas. In: SANTOS, Alcides Cardoso dos; DURÃO, Fabio Akcelrud; SILVA, Maria das Graças G. Villa (Orgs.). *op.cit.*, 2006. p.115-130.

²²⁶ NASCIMENTO, Evando. Traduzir Derrida: políticas e desconstruções. In: FERREIRA, Elida; OTTONI, Paulo. (Orgs.). *op.cit.*, 2006. p.59-60.

desconstrutor, assim como estudos que associam os temas derridianos às leituras de autores como Clarice Lispector, Guimarães Rosa, Ana Cristina César, Machado de Assis, entre outros. Outro nome importante é Marcos Siscar, que, junto a Alcides Cardoso dos Santos, dirige na Unesp o *Grupo de Estudos em Crítica Contemporânea*, de inspiração derridiana. Na Unicamp existe o projeto *Traduzir Derrida*, criado sob direção de Paulo Ottoni, que cuida de novas traduções, dispondo de um acervo de livros e documentos. Na PUC-RJ, o professor de filosofia Paulo César Duque-Estrada lidera um núcleo de estudos, o Need (*Núcleo de Estudos em Ética e Desconstrução*), que desde 1998 tem se dedicado ao estudo do pensamento de Jacques Derrida. Outra leitora instigante é Kathrin Rosenfield, da UFRS, que associa a abordagem derridiana a reflexões acerca do trágico. Embora faça parte de outra geração intelectual, a crítica e professora de literatura da USP Leyla Perrone-Moisés tem se aproximado cada vez mais, nos últimos anos, do pensamento derridiano. Há também a professora e antropóloga Léa Perez, da UFMG, que explora as potencialidades da escrita derridiana ao refletir sobre as bases epistêmicas da antropologia e suas configurações textuais. Há que se assinalar, no campo das artes plásticas, o trabalho que Lena Bergstein tem feito em diálogo com textos de Derrida. Trata-se de uma série de quadros que tentam desmobilizar o privilégio do figurativismo, introduzindo texturas, letras, traços, riscos e, mais recentemente, a costura no trabalho pictórico.²²⁷

Com relação ao campo disciplinar no qual se inscreve esta dissertação, tem-se a dizer que a partir da década de 70 a historiografia passa a interagir, assimilar e negociar com o que seria uma postura pós-estruturalista, representada sobretudo pelo pensamento foucaultiano. O campo dos estudos históricos passa a considerar a fragmentação histórica, construindo um discurso que quer ser antiglobal, múltiplo e não-definitivo.²²⁸

Ao “boom” iniciado com a inclusão das “vidas anônimas”, segue-se a entrada do corpo e do cotidiano na história, sobretudo a partir da década de 80. Já a década de 90 é marcada pela “virada linguística” e “pós-modernismos”, assinalando o impacto da crise do sujeito para os historiadores. O diálogo com outras áreas do conhecimento, notadamente a antropologia, a literatura e a psicanálise, assim como as pressões do feminismo e das teorias pós-coloniais,

²²⁷ CF: NASCIMENTO, Evando. Derrida visto pelos brasileiros. *O Estado de São Paulo*, Caderno 2, 17 de outubro de 2004. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/canal_aberto/clipping/outubro2004/clipping041017_estado.html. Cf. também: RODRIGUES, Carla. *Ética no encontro e na diferença*. O Globo, Caderno Prosa e Verso, 15 de outubro de 2004. Disponível em: <http://desconstrucao.sites.uol.com.br/prosa.html>

²²⁸ Cf. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro, 1976.

reforçam a crítica aos modos excludentes e hierárquicos de pensar. Os trabalhos desenvolvidos pelos “Estudos Culturais” e a retomada das questões em torno da narrativa histórica levam à ampliação e problematização das fontes documentais, da oralidade às imagens, exigindo a construção de novos procedimentos metodológicos e suscitando discussões teóricas em torno dos tênues limites entre ficção e realidade.²²⁹

Entretanto, a produção historiográfica passou ao largo de um confronto e a interlocução de maneira mais direta com o pensamento derridiano.

As exceções apareceram em estudos que, na esteira da influência de Foucault, buscaram o pensamento derridiano. A problemática desconstrutora pôde assim adentrar a historiografia, ainda que timidamente. As pesquisas em que o pensamento derridiano contribui constituem uma historiografia que ainda luta para obter reconhecimento institucional, representada por historiadores como Lacapra, Joan Scott, David Harlan, Allan Megill, Keith Jenkins, entre outros. A historiografia dominante ou hegemônica tem resistido aos trabalhos mais preocupados com a invenção de significados vivos do que com a pretensa recuperação de intencionalidades e significados do passado, que apresentam um discurso histórico mais intertextual do que contextual, mais interpretativo do que explicativo.²³⁰

No Brasil, é possível citar Margareth Rago, professora da Unicamp, coordenadora do *Grupo de Estudos Foucaultianos* e da linha de pesquisa História, Cultura e Gênero, como uma das pesquisadoras que têm aberto espaço para que o pensamento derridiano penetre o campo historiográfico, como orientadora de pesquisadores que trabalham as relações entre Derrida e historiografia. No ano de 2007, Eduardo G. Quadros, da UFGO, apresentou uma comunicação no Encontro Nacional de História com o título *Derrida revoluciona a história?*, mostrando como uma interpretação apressada pode ter deixado passar intervenções oportunas do pensamento derridiano para a historiografia.²³¹

E, é claro, não poderia deixar de mencionar o professor José Carlos Reis, que soube, generosamente, abrigar esta pesquisa.

²²⁹ Cf. REIS, José Carlos. *op.cit.*, 2003.

²³⁰ VASCONCELOS, J.A. *História e pós-estruturalismo*. In: RAGO, M. & GIMENES, R. *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas, São Paulo: UNICAMP/IFHC, 2000. Cf. LACERDA, Sônia, KIRSCHNER, Tereza. Tradição intelectual e espaço historiográfico, ou por que dar atenção aos textos clássicos. In: LOPES, Marcos Antônio. (Org.). *Grandes Nomes da História intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.

²³¹ QUADROS, E. G. *Derrida revoluciona a história?*. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007, São Leopoldo. *História e Multidisciplinaridade*, 2007. p.185-186.

1 - Por que Derrida?

Jamais saberei o todo de mim, nem você, ou seja com quem vivi,
e em primeiro lugar o que quer dizer “com”, antes de “quem”,
isso permanece oculto para mim mesmo,
mais secreto que todos os segredos com os quais sei, morrerei.

Jacques Derrida. *Circonfissão*.

FACES de uma assinatura

Jacques Derrida. Nascido em 1930, na Argélia, em um ambiente judeu colonizado tanto pela França quanto pela cultura norte-americana, de língua materna e formação acadêmica francesa.²³² Ou seja, um judeu-franco-magrebino, que perdeu a cidadania francesa durante a Segunda Guerra e depois acabou se tornando um representante da filosofia francesa, amado e odiado como tal, por ser francês em demasia ou por não sê-lo o bastante.²³³

Derrida viu seu pensamento repercutir, de forma consistente, nos EUA, onde influencia estudos interdisciplinares que associam, entre outros, os campos da filosofia, psicanálise, história e teoria literária.²³⁴ Mas não somente, embora a ênfase nessa referência aos norte-americanos seja tamanha a ponto de ter se tornado um clichê.²³⁵ De norte a sul do globo se encontram ressonâncias do pensamento derridiano, incorrendo em inesperadas e surpreendentes formas que atravessam vários tipos de tradições culturais. Afinal, Derrida foi um dos pensadores críticos mais lúcidos do etnocentrismo e do caráter paradoxal das reivindicações universais da cultura ocidental.²³⁶

As diversas “identidades” ou facetas do indivíduo Derrida não se conformam de maneira homogênea em um sujeito que poderia ser dissecado e reduzido a um adjetivo. Ainda que se possa propor como identificação geral o termo *pensador francês*, essa *marca* seria fugidia,

²³² NASCIMENTO, Evando. *op. cit.*, 2004. p.7 *et seq.*

²³³ GLENADEL, Paula. Desertos, senhas e miragens: a tradução e o pensamento derridiano. In: NASCIMENTO, Evando. (Org.). *Jacques Derrida: Pensar a desconstrução*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005. p.296.

²³⁴ CORRAL, Wifrido H. Carta de Estados Unidos. Derrida y “los teóricos”. *Cuadernos Hispanoamericanos*, Madri, n.657, p.115-118, mar.2005.

²³⁵ DERRIDA, Jacques. *O que quer dizer ser um filósofo francês hoje?* In: DERRIDA, Jacques. (PM), 2004. p.305-314.

²³⁶ PETERS, Michael, *Pós-estruturalismo e a filosofia da diferença* (uma introdução) Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

errante. De toda forma, esses elementos compõem o autor, seu nome, sua *assinatura*, aquilo que sobrevive ao próprio “eu”.²³⁷

Como pensador francês, Derrida se aproxima de Foucault, Barthes, Kristeva, Deleuze, Lacan, Lyotard e outros. Há uma geração aí, sem dúvida, algo reconhecido por Derrida, a despeito de todas as divergências e de todas as dificuldades em se cercar, limitar e definir essa geração, ou qualquer outra.²³⁸ Derrida não somente é partícipe dessa geração, como foi dela o último sobrevivente.²³⁹

As primeiras publicações de Derrida datam da década de 60, num momento em que a fenomenologia, estabelecida com autores como Sartre e Merleau-Ponty como tradição no pensamento filosófico francês, está sendo contestada pelo estruturalismo. Com seus estudos sobre Husserl, a introdução de *A origem da geometria*²⁴⁰ e *A voz e o fenômeno*²⁴¹, Derrida parecia correr a favor da tradição.²⁴² Entretanto, nas obras seguintes propõe uma radicalização da fenomenologia, de maneira a transpor a objeção estruturalista e encontrar-se além dela. Suas desconstruções passam então a mover uma guerra contra o estruturalismo, conduzida dentro deste contexto, pela necessidade, sentida na segunda metade da década de 60, de dinamizar a ordem das estruturas, de as historicizar.²⁴³ Paradoxalmente, ao promover um questionamento radical a respeito de toda substantivação, de toda essência fundadora, pode ser considerado aquele que levou ao extremo a lógica estruturalista.²⁴⁴

²³⁷ BENNINGTON, G. & Derrida, J. *Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p.107-109. Cf. NORRIS, Christopher. What's In a name?: Derrida 's Signsponge. In: *Deconstruction and interests of theory*. Oklahoma project for discourse and theory: University of Oklahoma press edition, 1992. v. 4. p. 227-236.

²³⁸ NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999. p.17.

²³⁹ ROUDINESCO, Elisabeth. Jacques Derrida: o instante da morte. In: *Filósofos na tormenta*: Canguilhem, Sartre, Foucault, Althusser, Deleuze e Derrida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. p.218-234.

²⁴⁰ HUSSERL, Edmund. *L'origine de la géométrie*. Paris: PUF, 1962.

²⁴¹ DERRIDA, Jacques. *A voz e o fenômeno*: introdução ao problema do signo na fenomenologia de Husserl. Lisboa: Edições 70,1999.

²⁴² Sobre as vias pelas quais a fenomenologia francesa de meados do século XX pode ter preparado o terreno para que filósofos como Derrida ou Deleuze prolongassem, ampliassem e deslocassem a reflexão a respeito do sentido do corpo e dos fenômenos ontológico-estéticos que conduziu à delineação de uma meta-estética do sentido, cf. HUCHET, Stéphane. Meta-estética e ética francesa do sentido (Derrida, Deleuze, Serres, Nancy). *Kriterion*, Belo Horizonte, v.45, n.110, July./dec.2004.

²⁴³ Esta necessidade permitirá aos historiadores dos Annales, depois de 1968, colher os frutos da implosão do paradigma estrutural, dando uma continuidade transformadora à aventura estruturalista, no que se chamou “Nova História”. Destacam-se os autores Pierre Nora, Le Goff, Le Roy Ladurie, Marc Ferro, André Burguière e Jacques Revel, que desenvolvem suas obras a partir da conexão fundamental aberta por Foucault. DOSSE, François. *A idade de ouro da nova história*. In: *História do estruturalismo*. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: UNICAMP, 1993-94. O canto do cisne: de 1967 a nossos dias. p.293-299. Cf. LE GOFF, Jacques. *A história nova*. 2ª ed. São Paulo, 1993.

²⁴⁴ *Ibidem*. p.39 et seq.

Derrida se envolveu e manifestou publicamente seu envolvimento, emprestando sua *assinatura* em várias questões políticas: a condenação à pena de morte;²⁴⁵ a questão palestina;²⁴⁶ os atentados de 11 de setembro;²⁴⁷ e o movimento para que se reconhecesse a culpabilidade do Estado francês durante a ocupação nazista na deportação de judeus, na instauração de um estatuto dos judeus e em iniciativas anti-semitas que não foram tomadas apenas sob coação durante a Ocupação Nazista²⁴⁸; ou ainda o trabalho com o GREPH (Groupe de Recherches sur l'Enseignement Philosophiques) contra reformas educacionais na França que propunham reduzir o papel e o espaço da filosofia nas escolas francesas para priorizar as exigências tecnológicas do mercado;²⁴⁹ além de outras inúmeras questões, como pode ser atestado nos artigos publicados em vários jornais do mundo.²⁵⁰

Ao longo de suas obras, Derrida tem contribuído em uma série de campos filosóficos, da filosofia da literatura à lingüística, da filosofia da história à ética e política, desenvolvendo um estilo específico de pensar: uma mistura de erudição e exuberância, rigor analítico e gênio lingüístico, profundidade existencial, sofisticação intelectual e um apurado sentido de oportunidade.²⁵¹

Seu programa filosófico é marcado pela oscilação entre o desejo de dar a todo discurso uma posição no tempo e no espaço, e uma sensação de estranheza que o leva a criar seu discurso a partir de uma falta, “um lugar de nenhuma parte, um-fora-de-lugar que vai servir para desestabilizar todo esboço de fundação, de alicerçamento”.²⁵²

Perpassar esses poucos traços de uma vida não satisfaz um leitor ávido por uma biografia.²⁵³ Tampouco se trata disso. Extrapolando aquilo que seria uma biografia, evoca-se a *grafia*, ou seja, marcas e espaços pelos quais pode esse autor perceber sua escrita como autobiográfica. Radicalmente autobiográfica. Essa radicalidade se liga menos a referências sobre sua vida do que a gestos empostados como instantes-limites entre experiência e letra. Pontuados por

²⁴⁵ DERRIDA, Jacques. *Estados-da-alma da psicanálise - O impossível para além da soberana crueldade*. São Paulo: Escuta Editora, 2001.

²⁴⁶ DERRIDA, Jacques. Mensagem de Jacques Derrida. In: _____. Viagem à Palestina. *op.cit.*, p.139-152.

²⁴⁷ BORRADORI, Giovanna. *Filosofia em tempo de terror: diálogos com Jurgen Habermas e Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

²⁴⁸ DERRIDA, Jacques. História da mentira: prolegômenos. *Estudos Avançados*, SP, v.10, n.27, 1996, p.7-39.

²⁴⁹ CULLER, Jonathan D.; BURROWES, Patrícia. *Sobre a Desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p.181.

²⁵⁰ Alguns deles, reunidos em Português no livro *Papel-máquina* (PM), de Jacques Derrida, 2004.

²⁵¹ BORRADORI, Giovanna. *op. cit.*, 2004. p.23-25.

²⁵² DOSSE, FRANÇOIS. *op.cit.*, 1993. p.35-60.

²⁵³ Encontram-se elementos biográficos interessantes em *Circonfissão* e elementos factuais da vida de Jacques Derrida em *Curriculum vitae*. In: BENNINGTON, G. & Derrida, JACQUES. *op.cit.*, 1996. p.225-251.

silêncios, esses traços biográficos se emaranham de maneira a expandir a experiência filosofante e entrelaçá-la com a literatura, com o desejo de literatura.²⁵⁴

A inscrição decisiva do elemento autobiográfico na escrita derridiana não se faz sem uma rasura prévia do termo. Assim, *auto* não remete a uma auto-referência narcísica, mas à inscrição de um *traço* que imediatamente se divide com *um outro*, que se compartilha. Da mesma maneira, *bio* evoca a herança nietzscheana da afirmação da vida até no sofrimento.²⁵⁵ “preciso ensinar-lhes a ensinar-me a me ler desde as compulsões” diz Derrida a respeito de sua escrita.²⁵⁶

Muitas vezes criticado pela dificuldade de seu estilo, o texto derridiano exige que, para trilhar algumas passagens, se assuma o risco de uma recepção lenta, discreta, desviada e, no limite, impossível.²⁵⁷ O desafio colocado por Derrida seria “continuar a lê-lo, sabendo da impossibilidade de compreendê-lo sem recriar, sem desvirtuar seu pensamento”.²⁵⁸

Tal desafio impõe um lugar de leitura de seus textos localizado entre fidelidade e traição, uma vez que do excesso de qualquer uma delas decorre ou uma sacralização monumental ou a destruição de qualquer possibilidade de herança.²⁵⁹ Dada a perniciosidade da primeira e a infecundidade da segunda, o melhor é se mover estrategicamente entre as duas.

Para tanto é preciso estar atento ao fato de que o texto derridiano convoca, a todo tempo, três noções de *assinatura*. Uma delas é como simples transcrição do nome próprio ou do nome do autor. Supõe fazer referência direta ao indivíduo, como indicação empírica da individualidade. Mas, ao ser citado e reproduzido, por iteração, o nome supostamente próprio se torna uma *marca* como qualquer outra: significante, arbitrária e motivada. Num outro nível, a assinatura invoca características pessoais de um sujeito-autor, correspondendo, dessa maneira, ao que se entende por estilo. De um terceiro modo, que Derrida denomina como *assinatura geral*, *assinatura da assinatura*, ou ainda *contra-assinatura*, está ligada a um

²⁵⁴ NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 2000. p.17. Cf. SISCAR, Marcos. *A paixão ingrata*. In: GLENADEL, Paula & NASCIMENTO, Evando. (Org.). *op.cit.*, 2000. p.164 *et seq.*

²⁵⁵ NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999. p.307.

²⁵⁶ DERRIDA, J. *Circonfissão*. In: BENNINGTON, G. & DERRIDA, Jacques *op.cit.*, 1996. p.95.

²⁵⁷ DERRIDA, Jacques. “Philosophie: Derrida línoumis” (Entrevista concedida por Derrida a Catherine David), *Le Novel Observateur*, Paris, 9 au 15 septembre, 1983.

²⁵⁸ RAJAGOPALAN, Kanavillil. “Traduza-me ou te devoro”: A atividade tradutória como prática de desconstrução. In: FERREIRA, Elida, OTTONI, Paulo. *op.cit.*, 2006. p.66.

²⁵⁹ NASCIMENTO, Evando. *Traduzindo Derrida (uma questão de gerúndio)*. In: FERREIRA, Elida; OTTONI, Paulo. (Orgs.), *op.cit.*, 2006. p.46.

processo de escrita que descreve e inscreve a si próprio como ato que se dá a leitura de um outro.²⁶⁰

A *assinatura* se faz no texto, “objeto” do texto.²⁶¹ “Para funcionar, quer dizer, para ser legível, uma assinatura deve ter uma forma repetível, iterável, deve poder separar-se da intenção presente e singular de sua produção. É sua mesmidade que, ao alterar sua identidade e singularidade, lhe divide o cunho”.²⁶²

O cunho cindido entre leitura e escrita abre a possibilidade de acesso ao texto como repetição noutra lugar. Lugar no qual o “leitor”²⁶³ é destronado da posição meramente especulativa imposta por uma receptividade ansiosa por expansão, progresso, evolução, futuro, autenticidade, coerência, verdade.²⁶⁴

Partindo da percepção tríplice de *assinatura*, este “leitor” se dá conta de que os elementos autobiográficos na escrita derridiana não compõem o *arquivo* fechado e lacrado de uma vida, mas se deslocam no sentido de serem registro de uma “experiência singular como prova da aporia, abrindo caminho para o outro”.²⁶⁵

Ao movimento de recepção na produção de um novo texto, Derrida denomina *contra-assinatura* e diz respeito à aventura de uma leitura-escrita em que o “leitor” endossa, recusa, re-inventa ou deixa perder uma *assinatura*;²⁶⁶ e que se faz a partir da necessidade de re-dividir seu *traço*, repetir, re-encenar de uma outra maneira, como apagamento e impressão, um texto e uma escrita.²⁶⁷

²⁶⁰ NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999. p.308.

²⁶¹ DERRIDA, Jacques. *Limited inc.* Campinas, SP: Papirus, 1991. p.48.

²⁶² DERRIDA, Jacques. *Assinatura acontecimento contexto*. In: *Margens da filosofia*. Campinas: Papirus, 1991. p.371

²⁶³ As aspas entre as quais se situa o leitor não indicam uma morte, senão um deslocamento: “Há um leitor-modelo não só para *Finnegans Wake*, como ainda para os horários de trem, e de cada um deles o texto espera um tipo diferente de cooperação”. Um “leitor” derridiano, se existe, está mais para ‘um leitor ideal acometido de uma insônia ideal’, instruído a desbravar os bosques perdidos num texto, mais do que para aquele que, na estação, observa o trem da história seguir. Cf. CALVINO, Italo. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.7.

²⁶⁴ A forma de recepção da qual se desvia é aquela intimamente relacionada ao predomínio de um sentido histórico positivo e inexorável, dentro do qual a estrutura e o tempo de um texto são considerados de tal maneira compactos a não oferecerem ao “leitor” senão sua “verdade”. Cf. HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: História, teoria e ficção*. Rio de Janeiro: Imago, 1991. p.11-25.

²⁶⁵ NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999. p.307.

²⁶⁶ NASCIMENTO, Evando. A desconstrução “no Brasil”: uma questão antropofágica? In: SANTOS, Alcides Cardoso dos; DURÃO, Fabio Akcelrud; SILVA, Maria das Graças G. Villa (Orgs.). *op.cit.*, 2006. p.144.

²⁶⁷ NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999.p.301-306.

PROGRAMA filosófico

Ainda que a “desconstrução” não se constitua um método — porque desconstruir significa desconstruir alguma coisa e, nesse sentido não haverá senão “desconstruções” — também é verdade que os escritos de Derrida não podem escapar a qualquer busca sistemática e teórica.²⁶⁸ A elaboração que se apresenta a seguir não é uma tentativa de síntese do pensamento derridiano, mas a preparação do terreno de onde se tecerão as relações entre história e desconstrução.

É preciso partir de algum lugar, embora o começo seja sempre um simulacro e nunca uma origem.

Numa conferência em Baltimore, em 1966, que reuniu Barthes, Lacan, Vernant, Goldman, Todorov, Derrida apresenta um texto intitulado *A estrutura, o signo, e o jogo no discurso das ciências sociais*,²⁶⁹ no qual anuncia a busca por vias de ultrapassagem do paradigma estruturalista, operando uma desconstrução do pensamento de Lévi-Strauss. Neste texto emerge a proposta de, partindo de uma avaliação da trajetória do conceito de estrutura, se desvencilhar da rigidez do pensamento estrutural, questionando as referências à noção de centro e aos estatutos de verdade e autenticidade para abrir o *jogo* das diferenças. A problemática do descentramento se liga à escrita derridiana a fim de fazer emergir as complicitades metafísicas do pensamento ocidental.

O pensamento derridiano se forma no bojo de um leque variado de correntes teóricas. De um olhar de relance, pode-se apontar a influência da filosofia nietzscheana, da fenomenologia de Husserl e Heidegger; a semiologia de Saussure e Barthes, o estruturalismo antropológico de Lévi-Strauss; a psicanálise freudiana e o programa literário de Mallarmé,²⁷⁰ sobretudo o prefácio ao poema *Coup de Dés*.²⁷¹

Esses são alguns dos *arquivos* onde a escrita derridiana encontrou maneiras de articular o deslocamento da centralidade ocupada pelo *logos* e *phoné* na história do pensamento

²⁶⁸ CULLER, Jonathan. *op.cit.*, 1997. p.254.

²⁶⁹ DERRIDA, Jacques. *A estrutura, o signo, e o jogo no discurso das ciências sociais*. In: (ED), 1995. p.227-248.

²⁷⁰ DOSSE, François. *op.cit.*, 1993. v.II, p.51.

²⁷¹ Cf. CAMPOS, H; CAMPOS, A; PIGNATARI, D. *Mallarmé*. São Paulo. Perspectivas, 2000.

ocidental. A combinação destes dois elementos, por razões inacessíveis a um relativismo histórico, resulta no etnocentrismo mais genial e poderoso já visto.²⁷²

Portanto, o logocentrismo é um etnocentrismo que emerge com a metafísica grega, ainda dominante no pensamento ocidental, fundadora da filosofia e da ciência.²⁷³

Para desautorizar as tentativas de descrever seu pensamento como um sistema, ou de assimilar a desconstrução à lógica da identidade, Derrida procurou esquivar-se das formas de construção tradicional, sejam as que se erigem como sistema, como as que visam destruir esses sistemas. O que se pôde constatar no desenrolar desses 40 anos que se passaram desde as primeiras desconstruções (primeiros trabalhos publicados) foi que a escrita desconstrutora não visava fazer desabar fundações, antes buscava mantê-las sobre pressão, forçando seus limites até que se fizessem visíveis naquilo que têm de mais oblíquo.²⁷⁴ O autor afirma:

Nunca pus “radicalmente em questão conceitos como verdade, referência e contextos interpretativos” se pôr radicalmente em questão quer dizer contestar que *haja e deva haver* verdade, referência e contextos de interpretação estáveis. Coloquei, o que é coisa totalmente diferente, questões que espero ser necessárias a respeito da possibilidade dessas coisas, desses valores, dessas normas, dessa estabilidade (por essência sempre provisória e finita). Esse questionamento e o discurso que se concede à possibilidade dessas questões evidentemente não pertencem mais, simplesmente, de modo homogêneo, a ordem da verdade, da referência, da contextualidade (...) Levar em conta uma certa estabilidade é precisamente não falar de eternidade ou solidez absoluta, é levar em conta uma historicidade, uma não-naturalidade ética, política, institucional. Se recordar isso é pôr radicalmente em questão a estabilidade dos contextos, então eu o faço. Digo que não há estabilidade absoluta, eterna, intangível, natural. Mas isso está implicado no próprio conceito de estabilidade. Uma estabilidade não é uma imutabilidade, é por definição desestabilizável.²⁷⁵

A desconstrução é, portanto, uma operação de questionamento, produtora de problematizações que têm em vista as dicotomias hierarquizadas que sustentam a forma de viver ocidental e “consiste em denunciar num determinado texto aquilo que é valorizado e em nome de quê e, ao mesmo tempo, visa des-recalcá-lo o que foi estruturalmente dissimulado neste texto”.²⁷⁶

Para tanto, o “pensador da desconstrução”, outra forma de identificação bastante difundida de Derrida, parte do privilégio concedido à palavra oral, tida como linguagem mais originária,

²⁷² DERRIDA, Jacques. (GR).2004. p.4.

²⁷³ REGO, Cláudia de Moraes. *op.cit.*, 2006. p.143.

²⁷⁴ DERRIDA, Jacques. *op.cit.*, 2004. (PM) p.308. SKINNER, Annamaria. *op.cit.* In: SANTOS, Alcides Cardoso dos; DURÃO, Fábio Akcelrud; SILVA, Maria das Graças G. Villa (Orgs.). *op.cit.*, 2006. p.105-106.

²⁷⁵ DERRIDA, Jacques. In. (LI), 1991. p.206-207.

²⁷⁶ SANTIAGO, S. (Sup.Geral) *op.cit.*, p.17. Cf. também as entrevistas concedidas por Derrida à Evando Nascimento, disponíveis na página <http://www.derrida.ujf.br/entrevistas.htm>.

pura e autêntica, sobre a palavra escrita, vista como algo secundário e artificial em relação à *phoné*. Esse privilégio foi “documentado” em *Gramatologia* e se apóia na idéia metafísica do divino como presença imediata do sagrado ao homem pela revelação.²⁷⁷ Este logocentrismo, cujo gesto de emergência é lido no Fedro,²⁷⁸ de Platão, se entranha no encadeamento historial que torna a cultura européia, e por consequência a história da metafísica e seus conceitos, referencial para as demais.²⁷⁹

Esta leitura ganha corpo no texto *A farmácia de Platão*.²⁸⁰ Texto que parte do diálogo no qual conversam Sócrates e Fedro e onde, entre outros temas, são discutidos os méritos da retórica e da filosofia. Sócrates apresenta o mito egípcio de Theuth, o deus da escrita e da técnica, que oferece a escrita ao rei como remédio, como *phármakon*. Faz o elogio da escrita, mostra seus benefícios para a memória e para a instrução, escondendo a ambigüidade do termo, que pode tanto remeter ao sentido de remédio como ao de droga maléfica, veneno, para convencer o rei. Entretanto, os argumentos não são suficientes para fazê-lo acatar seu discurso. O rei considera que, como *phármakon*, a escrita poderia vir a colocar-se no lugar da fala, lugar de quem dita a lei, lugar do pai, do rei. Acusada de "órfã", "bastarda", e "parricida", a escrita é relegada a um papel secundário e lá permanece. Rebaixada, a escrita é pensada como mediação da mediação e queda na exterioridade do sentido.²⁸¹

A escrita é, ao mesmo tempo, falante e muda demais. Ela é muda. Não há nenhuma voz para dar às palavras o tom da verdade delas, nenhuma presença para acompanhá-las de modo a semeá-las no espírito preparado para recebê-las do modo esperado e fazê-las frutificar. A escrita está liberta do ato que dá ao *logos* sua legitimidade, que o inscreve nos modos legítimos do falar e ouvir. É por isso também que ela é falante demais: a letra morta vai rolar de um lado para outro, sem saber a quem se destina; a quem deve, ou não, falar.²⁸²

Para Derrida, não se trata apenas de um momento do discurso filosófico ou científico, mas também de um momento da história política, social, econômica, tecnológica etc. que define o Ocidente. É o evento que define uma época: a que ainda vivemos.²⁸³

²⁷⁷ DERRIDA, Jacques. *op.cit.*, 2004. (GR) p.24 *et seq.*

²⁷⁸ PLATÃO. *Fedro*: texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2002.

²⁷⁹ DERRIDA, Jacques. *op.cit.*, 2004. (GR). p.4.

²⁸⁰ DERRIDA, Jacques. *La pharmacie de Platon*. In: (D). 1972. p.99-198.

²⁸¹ DERRIDA, Jacques. In: (GR).2004. p.15.

²⁸² DERRIDA, Jacques. In: (D).1972. p.74-84. RANCIÈRE, Jacques. *op.cit.*, 1995. p.8.

²⁸³ DERRIDA, Jacques. In: (ED).1995. p.234-235.

A época do logo-fonocentrismo como figura estrutural e totalidade histórica seria um momento do apagamento mundial do significante em prol de um significado essencializado a que se deu o nome de verdade. Tal época se estende de Platão a Hegel, mas abrange, em suas margens e franjas, dos pré-socráticos até mesmo Heidegger e as reflexões de nossos dias.²⁸⁴

Ao longo da trajetória ocidental, imprime-se uma função secundária e instrumental à escrita. Na modernidade, assiste-se ao domínio da fonetização da escrita. A escrita fonética se mostrou mais adequada ao apagamento do significante, pois melhor se esconde em defesa da fala, da essência da presença. Entendida como técnica a serviço da linguagem, a escrita é encarada como tradutora de uma fala plena e presente a si.²⁸⁵

Desta maneira, de acordo com o que argumenta Derrida, a história da escrita no Ocidente tem sido caracterizada por um recalque para melhor dominar o significante, mundano, priorizando a relação com o significado, essencializado, que mantém vínculo íntimo com a presença e a consciência. O pensamento ocidental consolidou a oposição entre a voz e a escrita. Relacionou a voz ao Espírito, à Razão, à Ciência, à Consciência. A escrita foi identificada com o corpo, com o carnal e inconsciente. Não há apenas uma oposição, mas também uma relação de hierarquia, de dominação, da voz sobre a escrita.²⁸⁶

Chamado a posicionar seu discurso em relação à tradição ocidental da qual se reconhece herdeiro, Derrida convoca como ancestrais Nietzsche, Freud e Heidegger, como aqueles que começaram a questionar o pensamento da presença e da consciência.²⁸⁷

Para tentar romper com a tradição desta história, Derrida abandona a busca por significados transcendentais para propor o *jogo da suplementariedade* e diferenças, no qual todo e qualquer elemento pode vir a ocupar uma eventual posição de referência, sempre passível de desalojamento.²⁸⁸

Jogo diz respeito às substituições infinitas no fechamento de um conjunto finito. É o termo usado para se referir ao processo de concretização do sentido, cujo mecanismo não se encontra pré-determinado, mas *disseminado* e em constante revisão. Sob a noção de *jogo*, a totalização não tem mais sentido. O *jogo* aparece como possibilidade de destituir qualquer

²⁸⁴ DERRIDA, Jacques. In: (GR).2004. p.36 *et seq.*

²⁸⁵ *Idem.*

²⁸⁶ *Ibidem.* p 9-10.

²⁸⁷ DERRIDA, Jacques. In: (PS).2001. p.69-74.

²⁸⁸ CULLER, Jonathan. *op.cit.*, p.117-127.

coisa de um significado transcendental. Os signos não têm um sentido único, estável ou permanente, mas encontram-se constantemente à deriva, num *jogo* aberto de significações.²⁸⁹

Tal *jogo* aberto entra em colisão com uma “doutrina” estruturalista sobre o sentido, entendido como resultado de uma estrutura ou cadeia fixa comum. Estando em *jogo*, o sentido de uma palavra só existe em função da forma como essa palavra se relaciona com outras palavras, e esse sentido está sempre adiado e diferido em intermináveis remessas de significações, num movimento de *suplementariedade*.²⁹⁰ Neste viés, a dimensão lúdica deve ser entendida menos como distração do que trabalho, pois a ênfase recai sobre a produtividade de sentidos.²⁹¹

O pensamento desconstrutor se instala nas oposições binárias, buscando romper com a hierarquização que as tornam inconciliáveis e inseparáveis. São vários os pares dicotômicos que marcam a história da filosofia ocidental: natureza/cultura; inteligível/sensível; liberdade/necessidade; aparência/essência, racional/irracional; artificial/natural etc. Numa oposição, um dos termos será considerado central, e nessa medida se constituirá também como origem e *telos* da própria oposição.²⁹²

O movimento de desconstruir coloca em destaque aquilo que, pelo fato do centramento, ficou relegado à margem do campo textual e semântico aberto pela oposição. Entretanto, não se trata de restabelecer a margem como um centro. Deslocar o centro significa, na operação de desconstrução, criar estratégias para que nenhum elemento se cristalice novamente nesta posição.²⁹³

Trata-se de abrir a significação a uma errância, a um deslocamento que deixe em suspenso a referência para *disseminar* diferenças. A escrita derridiana tenta, com isso, ir contra a re-apropriação do trabalho de produção de sentido por uma dialética de tipo hegeliano.²⁹⁴ Para tanto, a desconstrução tenta se situar “como indecível entre a necessidade colonizadora de construir e a necessidade niilista de destruir”.²⁹⁵

²⁸⁹ SANTIAGO, S. (Sup. Geral). *op.cit.*, p.53.

²⁹⁰ “O suplemento é um extra desnecessário, adicionado a algo completo em si mesmo. Mas o suplemento é adicionado a completar e a compensar uma lacuna em algo que deveria ser completo em si mesmo.” In: CULLER, Jonathan. *op.cit.*, p.119.

²⁹¹ DERRIDA, Jacques. In: (ED).1995. p.243-245.

²⁹² CULLER, Jonathan *op.cit.*, p.122 *et seq.*

²⁹³ SANTIAGO, Santiago. *op.cit.*, 1976. p.17-19.

²⁹⁴ KOFMAN, Sarah. *op.cit.*, 1984. p.37-39.

²⁹⁵ NASCIMENTO, Evando. O perdão, o adeus, e a herança em Derrida. Atos de memória. In: NASCIMENTO, Evando. (Org.). *op.cit.*, 2005. p.39.

A escolha feita por Derrida para “traduzir” o termo *destruktion*, oriundo da filosofia heideggeriana, por *déconstruction* ilustra o desvio desse lado niilista; e enfatiza que desconstruir pode se referir tanto a desfazer os termos de um período, quanto ao desmonte das peças de uma *máquina* para transportá-la, levar as peças a outro lugar, fazê-las funcionar em outro contexto.²⁹⁶

De qualquer forma, em torno do termo “niilismo” há pelos menos dois focos de sentido: um evoca a herança nietzscheana e pensa a situação em que o homem reconhece explicitamente a falta de um fundamento como constitutivo de sua condição. Nesse sentido, não há problema em se considerar a escrita derridiana como niilista. Por outro lado, niilismo também pode significar o processo em que não só se perde o ser como fundamento, mas que simplesmente visa a esquecer ou apagar o ser. Um processo do qual do ser não resta nada.²⁹⁷

Entender a desconstrução como um procedimento niilista neste segundo sentido é desconsiderar que o desvendar de aporias, o trabalho de se fazer desdobrar dificuldades e impasses, possa fabricar positivities, ainda que não necessariamente novas, mas diversas em relação àquilo que se desmonta. O conteúdo dessa positividade dependerá, é claro, de inúmeras variáveis, seja o “objeto” desconstruído, quem o fez, por que, onde, quando, para quem etc. O importante é ressaltar que o que se desmonta se monta, alhures.²⁹⁸

A desconstrução é sempre um gesto duplo: desmonta e monta, inverte e transgride. Esse caráter duplo faz com que a desconstrução se pretenda *indecidível* entre a negatividade e a positividade, entre a atividade e a passividade.²⁹⁹

Pode-se pensar, de maneira geral, estes dois gestos da seguinte forma:

- *Inversão*: consiste em “des-recalcar” o dissimulado e inverter a hierarquia das oposições clássicas da metafísica (natureza, cultura; artificial, natural; inteligível e sensível; racional, irracional etc...). Esse movimento marca as hierarquias, mas permanece operando no campo das contradições. A inversão não se constitui como primeira etapa da desconstrução. Os dois momentos são distintos, mas não necessariamente sucessivos. Ela traz à tona o fato de que “dentro da lógica da

²⁹⁶ NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999. p.202. Ver ainda: KOFMAN, Sarah. *Lectures de Derrida*. Paris, Galilé, 1984.

²⁹⁷ VATTIMO, Gianni. *op.cit.*, p.97.

²⁹⁸ DERRIDA, Jacques. In: (PM).2004. p.307-309.

²⁹⁹ DERRIDA, Jacques. In: (GR).2004. p.57-90

identidade em que nos situamos, é impossível entender uma diferença sem oposição pontual entre os diferentes”.³⁰⁰

- *Transgressão*: visa a transpor ou transbordar os limites da metafísica ocidental, ainda que se saiba que todo gesto transgressivo, ao tocar um ponto da linguagem, volta a se encerrar dentro dos limites que tentou romper. A metafísica serve de apoio e limite, e a transgressão vem a recordar que o limite sempre está em movimento, como impedimento e como possibilidade. É preciso escapar da simples inversão da relação de subordinação, e num movimento que, por desalojamento da estrutura de subordinação centro/margem, revela-e-vela um *jogo* e uma *rede*.³⁰¹

A desconstrução é sempre um duplo gesto: difere e desvia. Se o *logos*, campo da racionalidade onde a consciência e o princípio de identidade imperam, significa a reunião, em um princípio, entre palavra e razão, a desconstrução *dissemina* diferenças, faz explodir o horizonte semântico. Este trabalho implica tornar discerníveis os sentidos e significados que se escondem nas articulações dicotômicas que constituem os sistemas metafísicos. Ao transgredir o resultado da inversão, desconstruir deixa à mostra a ausência de qualquer centro real e fixo do discurso, produzindo-se uma *rede* múltipla e complexa de infinitas referências, que é o espaço para o *jogo*, trabalho incessante de remissão entre essas referências.³⁰²

Por meio da leitura desconstrutora, as oposições são desalojadas e liberam uma *rede* de significações. Isso ocorre graças ao estabelecimento de uma determinada ligação entre *espaçamento* e *temporização*. Esta ligação é articulada a partir das duas dimensões de sentidos possíveis de se entrever recuperando a etimologia latina do verbo “diferir”.³⁰³

Diferir, do latim *differre*, como verbo intransitivo, remete a ação de ser diferente, discernível. Aquilo que não pôde ser idêntico, que teve sua identidade consigo interrompida. Esta interrupção é o espaçamento, produção de intervalos que impede a qualquer termo uma identificação plena consigo mesmo.³⁰⁴

O intervalo entre um termo e outro, espaço branco do *texto*, faz com que um elemento só funcione a partir do *traço* nele contido dos outros elementos da cadeia ou do sistema.

³⁰⁰ NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999. p.142.

³⁰¹ DERRIDA, Jacques. In: (PS).2001. p.18-19.

³⁰² DERRIDA, Jacques. In: (ED).1995. p.244.

³⁰³ NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999. p.142-148.

³⁰⁴ DERRIDA, Jacques. *A diferença*. In: (MF).1991. p.38-40.

Incorporado à leitura desconstrutora a partir da proposição de Mallarmé, o espaço *em branco* como fratura de sentido, vivificação textual constitutiva do próprio sentido; como distância e intervalo;³⁰⁵ associa-se à mediação temporal e temporizadora de um desvio. Pode-se dizer que a desconstrução é essa prática do desvio. Ela atinge o logo-fonocentrismo na medida em que seu incessante diferir/desviar quer tornar a operação do *logos* impossível.³⁰⁶

Agredindo a unidade do discurso, o espaçamento está intimamente ligado ao segundo domínio de significado do verbo diferir. Como verbo transitivo, diferir ganha dimensão temporal, significando adiar, retardar, demorar, protelar, prorrogar. Ação de remeter para mais tarde, o que implica uma reserva, uma demora, um retardamento, que Derrida resume numa palavra: *temporização*.³⁰⁷

O momento da transgressão desconstrutora é, portanto, a ação de diferir, como *espaçamento* e ao mesmo tempo como *temporização*. O procedimento de desconstrução, a partir dessa ação de *transgressão/deslocamento*, coloca em evidência a *differánce* como foco de cruzamento histórico e sistemático de diferentes linhas de significados e forças, uma rede de referências onde a *tecedura*³⁰⁸ é ininterrupta e de margens não-traçáveis. Os gestos combinados da *differánce* produzem, ou uma re-inscrição dos velhos nomes das oposições metafísicas em um outro *jogo* de sentido ou faz emergir noções, os *indecidíveis*, que se instalam além e aquém, alhures, da oposição da qual derivou.³⁰⁹

³⁰⁵ Para Mallarmé, assim também para Derrida, o branco do papel não é um suporte amorfo: tem seu valor, vibra em função do preto da tinta impressa sobre ele. Nos livros impressos, a relação acertada do preto e do branco é um elemento essencial de valor literário. Ela reflete sobre a materialidade do ato de escrever: o vinco (das folhas do livro) não dividiria uma folha em duas metades; ele separaria sem separar. A imagem da *dobra* é central na temática mallarmeana, já que, na estrutura do *Livro*, essa imagem respeitaria a realidade (a folha dobrada resta intacta), mas permitiria o movimento: esses objetos nascem da linha formada no meio das folhas do papel. Cf. PANEK, Bernadette. *Mallarmé, Magritte, Broodthaers: Jogos entre palavra, imagem e objeto*. <http://www.google.com/search?q=cache:pxtUG2z5zKAJ:www.cap.eca.usp.br/ars8/panek.pdf+branco+liter%C3%A9rio+mallarm%C3%A9&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=7&gl=br&client=firefox-a>.

³⁰⁶ SARUP, Madan. *An introductory guide to post-structuralism and postmodernism*. 2nd ed. New York: Harvester Wheatsheaf, c1993. p.32-38.

³⁰⁷ DERRIDA, Jacques. *op.cit.*, 1991. (MF). p.33-40. De acordo com Nascimento, Derrida parece reservar o termo temporização como indicativo do retardo indicado pelo verbo *différer*. Já o termo “temporalização” parece referir ao que, em termos de uma fenomenologia transcendental, diz respeito à constituição originária do tempo, isto é, a um processo mais geral indiciado na temporização. Essa distinção, entretanto, como salienta o autor, não deve ser tomada de forma absoluta, já que os termos podem atuar como sinônimos em algumas passagens do texto derridiano. Cf. NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999. p.145.

³⁰⁸ S.f., acto de tecer; tapadura; conjunto de fios que se cruzam com a urdidura; fig., intriga; enredo. In: <http://www.priberam.pt/dlpo/definir>. Prefere-se techedura à tessitura por referência ao “paradigma do tecelão” que propõe trabalhar a textura do texto, as relações gráficas como textuais e têxteis e onde aquele que escreve é comparado ao que tece. DERRIDA, Jacques. In: (D).1972. p.71-72.

³⁰⁹ BENNINGTON, G. & DERRIDA, Jacques. *op.cit.*, 1996. p.56 *et seq.*

Os *indecidíveis*³¹⁰ são unidades de simulacro que, por resistir à oposição filosófica, desorganiza-a, sem chegar a se constituir uma síntese dos termos opostos. Eles são plurais, pois nenhum chega a se constituir como uma palavra-mestre; eles circulam uns nos outros, semeiam-se reciprocamente, por inserção e enxerto, e se prestam ao *jogo de disseminação* proposto por Derrida.³¹¹

Assim, por exemplo, o *pharmakon* retirado de Platão, “não é nem um mais, nem um menos, nem um dentro, nem um complemento de um fora, nem um acidente, nem uma essência”. O *hymen*, extraído da poesia de Mallarmé, “não é nem a confusão, nem a distinção, nem a identidade, nem a diferença, nem a consumação, nem a virgindade, nem o véu, nem o desvelamento, nem o dentro, nem o fora.” O *gramme* “não é nem um significante, nem um significado, nem um signo, nem uma coisa, nem uma presença, nem uma ausência, nem uma posição, nem uma negação”. O *espaçamento* “não é integridade de um começo ou de um corte simples, nem a secundariedade”.³¹²

A *differánce* interliga *espaçamento*: devir espaço do tempo e *temporização*: devir tempo do espaço.³¹³ Contudo, o que é a *differánce*? A inefabilidade conferida por Derrida não permite que se dissimule uma definição.³¹⁴ Para Derrida, perguntar o que uma coisa é já significa inseri-la na metafísica do ser como presença. *Differánce*, da forma como aparece, não é apenas um tema ou um termo, mas também um processo textual e uma estrutura. De um ponto de vista fenomenológico, ela seria uma totalidade inesgotável. Na iteração da escrita,³¹⁵ na replicação repetidamente representada, a *differánce* surge como um branco entre valências, que as une e distingue numa série regular.³¹⁶

³¹⁰ “Indecidíveis são operadores textuais que tendem a não se comportarem como um conceito em filosofia. São termos singulares que negociam e confundem o ato de leitura, transformando a interpretação num jogo de espelhos do qual não há um sentido a ser extraído em sua totalidade”. Cf: SANTIAGO, Silvano. O silêncio, o segredo, Jacques Derrida. *Margens, revista de cultura*, n.5, p.4-1, jul-dez. 2004.

³¹¹ “Interpretar em geral tem sido reduzir o sentido do que está escrito ao querer-dizer do autor. A disseminação, interrompendo a circulação que transforma um efeito posterior do sentido em origem, impossibilita essa redução, dando a interpretação um caráter ingovernável. A disseminação escancara a ruptura da escrita que a dialética do sentido insiste em coser. Ela sempre ameaçará a significação.” DERRIDA, Jacques. In: (D). 1972. p.31-35.

³¹² *Ibidem*. p.31-32. Cf. KOFMAN, Sarah. *Lectures de Derrida*. Paris: Galilée, 1984. p.190 et seq.

³¹³ KOFMAN, Sarah. *op.cit.*, 1984. p.37-39.

³¹⁴ FERRO, Roberto. *Escritura y desconstrucción: lectura (h)errada con Jacques Derrida*. 2ª ed. Bueno Aires: Biblos, 1995. p.7-16.

³¹⁵ Iteração diz a respeito daquilo que se repete, reitera, é repetido na diferença enquanto inscrição inaugural e diferida. Cf. NASCIMENTO, Evando. In: GLENADEL, Paula & NASCIMENTO, Evando. (Org.). *op.cit.*, 2000. p.15.

³¹⁶ DERRIDA, Jacques. In: (MF).1991. p.33-66.

O que é a *differánce*? É uma pergunta que não se responde, porque ela é, assumidamente, contraditória e inadmissível dentro da lógica da identidade. Não se comporta como uma categoria, um conceito ou princípio. Ela sinaliza antes uma tradução do *traço* como origem e da origem como *traço*, como rasura interpretativa de *traços*. Não é mais estática do que genética, nem mais estrutural que histórica. É concebida como um movimento que não é ativo nem passivo, mas que imprime o valor diferencial antes mesmo que as oposições binárias se estabeleçam. Por não ser precedido por nenhuma unidade originária e indivisa, o momento da *differánce*, enquanto “diferenciando-se”, permanece inalcançável e irreduzível a uma identidade.³¹⁷

Certamente pode parecer algo demasiado vago, nem isto nem aquilo. De fato a *differánce*, que emerge do gesto desconstrutor, é prisioneira de um flagra: apreensão de uma ação rápida, inesperada e passageira.³¹⁸

O registro deste flagra se configura na própria denominação, na criação do neologismo *differánce*. Em sua pronúncia, o termo não difere de *differénce*. Ou seja: é uma diferença cuja marca emerge na escrita.³¹⁹

O a de *differánce* marca a diferença inaudível entre dois fonemas, desafiando os limites do logo-fonocentrismo. Marca também a relação intrínseca do pensamento de Derrida com a escrita e a leitura. Ao introduzir este pequeno a, diferença gráfica silenciosa, Derrida instala e instiga a desconstrução a partir de “um cálculo no processo escrito de uma questão sobre a escrita”.³²⁰ Ainda que os conceitos correntes de fala e escrita sejam solidários à tradição logo-fonocêntrica, e que, exatamente por isso, o pensamento derridiano busque sempre deslocá-los para além das oposições binárias.³²¹

A escrita derridiana é contemporânea do que se convencionou chamar de “reviravolta lingüística” e que caracteriza boa parte do pensamento filosófico no século XX. Interessa-se pelo funcionamento da linguagem, suas relações com a cultura, saberes e práticas, pelas

³¹⁷ DERRIDA, Jacques. In: (GR).2004. p.75; NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999. p.142-143.

³¹⁸ RAJAGOPALAN, Kanavillil. *op.cit.* In: FERREIRA, Elida; OTTONI, Paulo, 2006. p.61-68.

³¹⁹ DERRIDA, Jacques In: (MF).1991. p.40-42.

³²⁰ *Ibidem.* p.34.

³²¹ NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999. p.140.

possibilidades da problemática do signo. O foco de sua investigação parte da constatação de que tudo que se subtrai ao *jogo* da linguagem só pode ser retomado na linguagem.³²²

Neste contexto, a linguagem aparece sem limites. O significado infinito, que parecia excedê-la, deixa de cercá-la e contê-la. Mas a essa valorização segue-se um processo de inflação que culmina na banalização do signo linguagem. Este é um dos indícios que permite a Derrida entrever um deslocamento da linguagem para a escrita.³²³

Se, por lidar com o significante do significante e ser considerada uma reduplicação, uma cópia da fala, a escrita ocupava um papel secundário como forma auxiliar da linguagem entendida como comunicação, expressão e significação, agora, como “significante do significante”, a escrita descreve o próprio movimento da linguagem. A linguagem é entendida como um conjunto de unidades cujo sentido é dado por seu caráter diferencial com relação aos demais signos, ou seja, uma escrita. A linguagem produz mais iteração que comunicação. Ela é um momento, um fenômeno, um aspecto, uma espécie da escrita. Não há sentido em si, apenas ao diferenciar-se o sentido se efetiva.³²⁴

Este ultrapassar da escrita sobre a linguagem se esboça como abertura ao *jogo*, onde o sentido arrebatase e apaga-se em sua própria produção.³²⁵

A proposta, portanto, é que não se considere a escrita como uma mera representação gráfica dos fonemas que utilizamos na fala. O falar não é a forma de comunicação natural e direta. Numa leitura que parte da semiologia de Saussure, mas a transgride, Derrida aspira romper com a concepção da escrita como uma cópia imperfeita e parasitária da língua. Pretende entender a fala como um caso do mecanismo básico manifestado na escrita. Disso deriva uma noção de escrita generalizada que permite incorporar os *traços* da língua, e/ou de seu funcionamento, deixados de lado por uma lingüística que se constrói dentro dos limites do logocentrismo.³²⁶ A escrita, da perspectiva derridiana, inclui: “os gestos físicos do escrever, a totalidade daquilo que possibilita a inscrição, a face significante e significada, a

³²² Diz-se a respeito do fato de que uma boa parte da filosofia contemporânea abandona a idéia de que poderíamos colocar questões “filosóficas por excelência”, questões metafísicas, epistemológicas, morais, existenciais, sem se interrogar sobre a linguagem na qual se formula tais questões. Cf. BERTEN, André. *op.cit.*, p.58-59.

³²³ DERRIDA, Jacques. In: (GR).2004. p.7.

³²⁴ *Ibidem.* p.73-76.

³²⁵ *Ibidem.* p.8 et seq. Cf. SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. Org. por C. Bally e A. Sechehaye. São Paulo: Cultrix; Ed. Universidade da USP, 1969.

³²⁶ CULLER, Jonathan D. *op.cit.*, 1997. p.116-117.

inscrição em geral: pictural, musical, escultural, cinematográfica, coreográfica, política, atlética: programa biológico e programa cibernético.”³²⁷

Remeter ao *texto* não significa abstrair-se numa “realidade” que só existe cerrada num “livro”. Na escrita derridiana, *texto* não se limita ao livro, ao discurso. Não se restringe à esfera semântica, representativa, simbólica, ideal ou ideológica. A *textualidade* implica todas as estruturas ditas “reais”, “econômicas”, “históricas”, “sócio-institucionais”, em suma, todos os referenciais possíveis. Não há um *fora do texto*, o que não quer dizer que todos os referenciais estão suspensos ou negados. Ou ainda que todos estejam legitimados numa espécie de “valeduto”. Quer dizer tão somente que todo referencial, todas as realidades, têm a estrutura de um *traço* diferencial, são *textuais*, e só nos podemos reportar a esse real numa experiência interpretativa que se dá, ou só assume sentido, num movimento diferencial. O *texto* é esse lugar que viaja entre as diferentes dimensões do vivido.³²⁸

A eleição da dimensão do escrever como campo privilegiado do pensamento derridiano não o torna uma reflexão sobre a forma, uma estilização leviana da filosofia.³²⁹ Tal escolha se relaciona exatamente aos aspectos que compõem a *indecibilidade textual*, sendo esta a abertura pela qual Derrida adentra e problematiza questões fundamentais para o discurso chamado “filosofia”. Embora seja paradoxal, a tradição filosófica, uma tradição fundamentada no discurso escrito, consolida a fala como um contato mais direto com o sentido, com a presença e a verdade.³³⁰

O momento de ouvir/entender a fala oferece a experiência única do significado produzindo-se espontaneamente:

A voz ouve-se. Isto é, sem dúvida, o que se denomina consciência. O apagamento do significante na voz é condição da idéia de verdade. A palavra é vivida como unidade elementar e indecomponível do significado e da voz, do conceito e da substância de expressão transparente. O pensamento do ser exprime-se pela voz, a voz ouve-se na consciência apagando o significante.³³¹

Já o escrever remete a uma saída do mundo que leva não a um outro mundo, como utopia ou álibi, mas a uma ausência, não disso ou daquilo, mas de tudo que se anuncia como presença,

³²⁷ REGO, Claudia de Moraes. *op.cit.*, 2006. p.146.

³²⁸ DERRIDA, Jacques. In: (GR).2004. p.79-80. Cf. DERRIDA, Jacques. In: (LI). 1991. p.201-205.

³²⁹ NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 2004. p.9-10.

³³⁰ CULLER, Jonathan D. *op.cit.*, 1997. p.118-120.

³³¹ DERRIDA, Jacques. In: (GR).2004. p.24.

uma espécie de consciência do nada, da qual pode surgir a consciência de alguma coisa.³³² Ou nas palavras de Blanchot:

Escrever é entrar na afirmação da solidão onde o fascínio ameaça. É correr o risco da ausência de tempo, onde reina o eterno recomeço. É passar do Eu ao Ele, de modo que o que me acontece não acontece a ninguém, é anônimo pelo fato de que isso me diz respeito, repete-se numa disseminação infinita. Escrever é dispor a linguagem sob o fascínio e, por ela, nela, permanecer em contato com o meio absoluto, onde a coisa se torna imagem, de alusão a uma figura se converte em alusão ao que é sem figura e, de forma desenhada sobre a ausência, torna-se a presença informe dessa ausência, a abertura opaca e vazia sobre o que é quando não há mais ninguém, quando ainda não há ninguém.³³³

Escrever implica repetição, ausência, risco de perda, morte. Mas não somente. A escrita é algo ausente que pode vir a ser, remete ao porvir, porque está em estado vestigial. Este vestígio é uma marca, é cicatriz numa matéria. Esta dimensão da ausência traz consigo um campo arqueológico e histórico.³³⁴

Uma ausência que não deixa se identificar como a falta de um presente que passou ou não está mais lá, é o que Derrida quer evocar ao introduzir o a inaudível da *différance*. Este a rasurado marca a articulação espaçamento-temporização própria do ato de escrever no programa derridiano.³³⁵

A escrita derridiana aponta que na confecção da palavra há espaços em branco, rasuras e fraturas deixadas pela querência da não-escrita, pela impossibilidade do preenchimento de todos os espaços, impossibilidade da totalidade da palavra escrita. Pode ser um sonho, um ato, um esforço, uma realização enquanto devir-ausente e devir-inconsciente na própria inserção do “sujeito” no espaço do texto e da comunidade.³³⁶

A escrita apresenta a língua como uma série de marcas físicas que operam na ausência do autor e devem ser legíveis mesmo na ausência de um leitor.³³⁷ *Traços* que unem espaço e duração, e questionam o movimento teleológico do querer-dizer. O sentido de um escrito não é o que quer dizer o autor, nem o que quer entender o leitor. A significação ocorre entre um e outro. Solicitando a noção de *intervalo* para problematizar a escrita, abre-se a possibilidade de

³³² DERRIDA, Jacques. In: (ED).1995. p.19-20.

³³³ BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p.24-25.

³³⁴ REGO, Cláudia de Moraes. *op. cit.*, 2006. p.17.

³³⁵ DERRIDA, Jacques. In: (MF).1991. p.39-43. SANTIAGO, Silvano. *op.cit.*, 2004. p.5-7.

³³⁶ SANTIAGO, Silvano. *op.cit.*, 2006. p.87. Ver também: ANTELO, Raul. Sentido, paisagem, espaçamento. *Margens/márgenes*. Revista de Cultura, Belo Horizonte, Buenos Aires, Mar del Plata, Salvador, n.5, p.18-23, julho-dez de 2004.

³³⁷ DERRIDA, Jacques. In: (MF).1991, p.357-358.

questionar o que, para Derrida, tem funcionado como “princípio dos princípios”, isto é, o ser presente ou a presença do sentido numa intuição plena e originária.³³⁸

Decorre daí a possibilidade/oportunidade de pensar a presença como efeito de uma ausência generalizada, escrever o que está presente como fruto de um diferir sem descanso.³³⁹ A consciência intencional não desaparece, é *retardada* no encontro que se dá entre o devir-tempo do espaço e o devir-espaço do tempo.³⁴⁰

Os sentidos são construídos a partir deste encontro, constituindo-se como identidades *espaço-temporais* irredutivelmente não-simples, pois não derivam de nenhuma unidade orgânica, originária e homogênea.³⁴¹

Em todo caso, se é possível ir “além” do *logos* presentificado, é com a condição de se ter servido dele. Nesse sentido, uma estratégia crucial da desconstrução é a *solicitação*.³⁴² tentar fazer “tremar” as bases do logo-fonocentrismo e de sua história. Essa condição é também condição de sua impossibilidade, já que coloca em questão conceitos e valores, sobretudo os de *episteme* e história, dos quais se vale.

Questiona-se o procedimento desconstrutor como sendo o inapropriado ato de “serrar o próprio galho onde se está sentado”. Culler argumenta, a favor da desconstrução, que, embora incomum e arriscado, esse ato é possível. Assim, a pergunta deveria ser se alguém é capaz de fazê-lo e como aterrissará. E,

se serrar o próprio galho parece insensato aos homens de bom senso, não é assim para Nietzsche, Freud, Heidegger e Derrida; pois eles suspeitam de que, se caírem, não haverá “solo” onde bater e de que o ato mais lúcido pode ser um serrar impiedoso, um calculado desmembramento ou desconstrução das grandes árvores que parecem catedrais, nas quais o homem busca abrigo há milênios.³⁴³

Desta forma, o programa filosófico de Derrida situa-se no limite do que é possível expressar. Busca estar nas bordas da metafísica e da filosofia. Não se trata de propor “sair” da metafísica

³³⁸ DERRIDA, Jacques. In: (VF). p.13-18.

³³⁹ CULLER, Jonathan D. *op.cit.*, 1997. p.110-111.

³⁴⁰ “A fonte ao tornar-se - é inteligível - o tempo abre-se como este atraso da origem sobre si mesma”. DERRIDA, Jacques. *Qual quelle* – As fontes de Valéry. In: (MF).1991. p.331 *et seq.*

³⁴¹ NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999. p.148.

³⁴² Derrida se vale da palavra *solicitar* decompondo-a e redimensionando-a a partir de sua etimologia. *Sollus* quer dizer, em latim, todo, e *citare* vem de *ciere*, mover, mexer, tirar do lugar. Logo, *sollicitare* é agitar ou sacudir o todo. Cf. NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999. p.97.

³⁴³ CULLER, Jonathan D. *op.cit.*, 1997. p.171-172.

por um gesto voluntarista ou por um esquecimento. A tradição não pode simplesmente ser apagada.³⁴⁴

Ao mesmo tempo não se trata, tampouco, de simplesmente interrogar ou transgredir os limites da metafísica, uma vez que o discurso ocidental:

(...) ateu-se sempre a assegurar o controle do limite. Reconheceu-o, concebeu-o, estabeleceu-o, declinou-o segundo todos os modos possíveis; e desde então, para melhor dispor dele, transgrediu-o. Era necessário que seu próprio limite não lhe permanecesse estranho. Apropriou-se tanto do conceito dele, acreditou dominar a margem de seu volume e pensar o seu outro. (...) Pensar o seu outro: isso não reconduz apenas a superar (*aufheben*) aquilo de que ela dimana, a não abrir a marcha de seu método senão passando o limite?³⁴⁵

Se o pensamento desconstrutor deseja abalar o *texto* metafísico, provocar fraturas que levem além dos limites codificados pelo *logos* filosófico não é para interiorizá-lo como sendo o seu *próprio* corpo ou limite. Apetece conquistar um território, por definição, inconquistável: um transbordamento que não pode ser identificado como o que sobra ou resto, mas que remete a tudo que não pôde ser contido, excesso e margem que se organizem de forma tal “que o *seu* exterior não seja o seu *exterior*”, ou seja, que se desdobrem deformando os processos de reapropriação.³⁴⁶

O *jogo* desconstrutor intenta produzir abalos que tornem impossível o reconhecimento de fronteiras previamente demarcadas para, nesse horizonte ainda indemarcável, entrever um outro sentido que não possa diretamente ser oposto à lógica do idêntico, como irracional ou ilógico: uma *lógica do outro*. Pensar o limite como uma passagem pela qual o Outro possa ser outro, sem redução a nenhuma identidade prévia, nem mesmo a título de comparação.³⁴⁷

A desconstrução, que atravessa e transpassa o autor Derrida, passa pela necessidade de assumir várias estratégias discursivas tendo como horizonte último o paradoxo da possibilidade de pensar o impensável: o advento de uma alteridade radical. Advento que já está aí e nos constitui, mas que estaria *recalcado* historicamente.³⁴⁸ Entretanto, apesar das aparências, a desconstrução não é uma psicanálise do discurso filosófico. Pois o que desperta

³⁴⁴ FERRO, Roberto. *op.cit.*, 1995. p.116.

³⁴⁵ DERRIDA, Jacques. *Tímpano*. In: (MF). 1991. p.12.

³⁴⁶ *Ibidem*. p.17-25. Cf. FERREIRA, Elida. *A tese na instituição universitária*. In: *op.cit.*, FERREIRA, Elida; OTTONI, Paulo. (Orgs.), 2006. p.179-186.

³⁴⁷ NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999. p.96.

³⁴⁸ NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 2006. p.31-50.

o interesse desconstrutor é a desconstituição de um *recalque* não conseguido, fracassado. É este insucesso reiterado o que é visado pela escrita desconstrutora.³⁴⁹

A escrita desconstrutora não cria um quadro filosófico novo. Não é uma “novidade”. Mas oscila de maneira estratégica pra dentro e fora da “seriedade” filosófica, da demonstração filosófica, visando *rasurar* esta oposição, produzir reversões e deslocamentos. Espera-se que esta movimentação seja capaz de tornar a desconstrução mais do que um conjunto especializado de procedimentos discursivos ou um novo método de interpretação hermenêutica. Devem *intervir* no jogo de interesses e interpretações que conformam a cultura.³⁵⁰ Ainda que combinar as reflexões sobre a natureza da filosofia e dos saberes ocidentais com batalhas por objetivos políticos específicos não seja algo fácil e simples de se sustentar.³⁵¹

A *intervenção* da escrita derridiana é sempre um enveredar-se por desvios como advento de um impossível, desafiando o domínio de uma visão de mundo que, antes de tudo, se submete ao axioma “tudo é possível” entendido como “tudo não passa do possível”. A desconstrução, ao re-visitar as condições de possibilidade de princípios e conceitos, subverte o império do existir “factual” e “real” sobre as existências inexistentes, ou existentes não reais, relegadas como “fictícias” ou “imaginárias” ou “mentirosas”. Desta forma, as condições de possibilidade são incessantemente redefinidas enquanto *acontecimento*. E devem ser capazes de ir ao encontro de um pensamento que exponha um não-dito da história.³⁵²

Esse não-dito seria a expressão de uma historicidade não aprisionada nos limites da metafísica teleológica, que determina a noção de história como unidade de um devir ou movimento de reassunção.³⁵³

TRADUÇÃO e práticas de desconstrução em língua portuguesa (no Brasil)

Desconstruções e tradução têm uma relação íntima. Ler Derrida é traduzir Derrida.³⁵⁴

³⁴⁹ DERRIDA, Jacques. In: (ED).1995. p.180-181.

³⁵⁰ DEUTSCHER, Penélope. Reading as intervention. In: *How to read Derrida*. New York: W.W Norton & Company, 2006. p.15-26.

³⁵¹ CULLER, Jonathan D. *op.cit.*, 1997. p.179-206.

³⁵² OTTONI, Paulo. Derrida: entre a língua e o idioma – o primeiro pensador da tradução. In: NASCIMENTO, Evando. (Org.). *op.cit.*, 2005. p.281 *et seq.* Cf. NASCIMENTO, Evando. O perdão, o adeus, e a herança em Derrida. Atos de memória. In: NASCIMENTO, Evando. (Org.). *op.cit.*, 2005. p.37 *et seq.*

³⁵³ DERRIDA, Jacques. In: (ED). 1995. p.247.

Jacques Derrida seria “ao mesmo tempo, o último pensador da escritura e o *primeiro* pensador da tradução”.³⁵⁵ Trabalhar o pensamento derridiano é, desta maneira, instalar-se nessa fronteira francês/português (e português no Brasil) e abri-la em língua portuguesa a partir do esforço de uma série de pesquisadores que se lançaram à paradoxal empresa de traduzir o (in) traduzível da escrita derridiana. “A saída, se há, para as aporias que a obra de Derrida nos deixou seria cada um reinventar, de acordo com seu idioma singular, novas formas de leitura da obra e dos textos culturais, em diferimento”.³⁵⁶

O mapeamento do cenário das traduções de Derrida no Brasil faz-se sob signo do preliminar. Mais como porvir num horizonte de estudo do que como consolidação de um trabalho.

As primeiras traduções de Derrida no Brasil são mais ou menos simultâneas às traduções norte-americanas. São traduzidas as obras *Gramatologia* e *A escritura e a diferença* nos anos 70. A elas se somam os estudos de Silviano Santiago e seus alunos do mestrado em literatura da PUC-RJ. Esta é a conformação inicial do cenário de interlocução do pensamento derridiano com estudiosos e pesquisadores brasileiros que ocorre, sobretudo, no campo da teoria literária. A factura do *Glossário de Derrida*, em 1975, inicialmente um trabalho acadêmico em grupo, é certamente o evento de emergência de uma história da leitura e tradução de Derrida no Brasil, e permaneceu durante muito tempo como uma referência isolada sobre o autor no país. Entretanto, vale lembrar que a tradução das primeiras desconstruções (*Gramatologia* e *A escritura e a diferença*) ocorreu no Brasil antes do que em alguns países como a Espanha, por exemplo.³⁵⁷

O ambiente universitário em que ocorrem as primeiras leituras e traduções pode ser vislumbrado através desta entrevista que Silviano Santiago concedeu ao jornal *O tempo*, em 2004:

Nos anos 70, Letras, na universidade, seguia dois caminhos nítidos. A escola “literatura e sociedade”, capitaneada com brilhantismo por Antônio Cândido, e os jovens iconoclastas da PUC-RJ capitaneados pelo jovem Luís Costa Lima. O grupo carioca se entrega ao exercício da análise do texto dentro dos parâmetros da semiologia e se descuidava da interpretação semântica. Com a entrada da desconstrução derridiana no pedaço, em particular do Glossário de Derrida, semiologia e hermenêutica se tornaram inimigas ferozes e abriram um campo extraordinário para

³⁵⁴ NASCIMENTO, Evando. *op.cit.* In: FERREIRA, Elida; OTTONI, Paulo. (Orgs.). 2006. p.39.

³⁵⁵ OTTONI, Paulo. *op.cit.* In: NASCIMENTO, Evando. (Org.), 2005. p.292.

³⁵⁶ NASCIMENTO, Evando. In: SANTOS, Alcides Cardoso dos; DURÃO, Fabio Akcelrud; SILVA, Maria das Graças G. Villa (Orgs.). *op.cit.*, 2006. p.174.

³⁵⁷ NASCIMENTO, Evando. In: FERREIRA, Elida; OTTONI, Paulo. (Orgs.). *op.cit.*, 2006. p.41-44 Cf. NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999. p.25; NASCIMENTO, Evando. In: SANTOS, Alcides Cardoso dos; DURÃO, Fabio Akcelrud; SILVA, Maria das Graças G. Villa (Orgs.). *op.cit.*, 2006. p.163.

o aprofundamento dos estudos sobre linguagem, sobre a escrita (no caso de Derrida), com dominância da leitura de Freud, Marx e Nietzsche.³⁵⁸

Annamaria Skinner busca avaliar esse contexto numa espécie de testemunho, já que foi partícipe do grupo de alunos liderado por Silviano Santiago que deu origem ao glossário. Segundo ela, o contexto de leitura de Derrida em Português, no Brasil, permitiu liberar uma práxis política que estava contida nos escritos derridianos. Nesse sentido, a leitura brasileira pôde levantar nos escritos derridianos formas diferentes para se encetar a questão do neocolonialismo (norte-americano) e do colonialismo (europeu), além de dar vazão à reapresentação da democracia em tempos ditatoriais. A atitude descentrada e diferencial contribuíra para recolocar a periferia na vanguarda, escapando do neoliberalismo dos militares e da elite. A problemática dos grupos minoritários também aparece, aproximando as pesquisas daqui e os “estudos culturais” norte-americanos. Ao mesmo tempo, de acordo com Skinner, o pensamento derridiano enfrentou resistências, seja por parte de uma direita representada por José Guilherme Merquior, seja por parte dos neomarxistas ou da “nova-esquerda”.³⁵⁹

Duas figuras ganham destaque nessa cena. Uma delas é o já citado Silviano Santiago. Em interlocução com os textos de desconstrução, ele encontrou os recursos teóricos para pensar a natureza da obra de arte na contemporaneidade. A rejeição ao pensamento dicotômico inscrita na reflexão derridiana foi uma das inspirações que levaram o estudioso a estabelecer uma discussão do modernismo brasileiro e da modernidade em geral. Esses questionamentos se conduziram no sentido de desconstruir o conceito de obra literária como representação, ponto crucial para os estudos de literatura no Brasil, que até a década de 80 giravam predominantemente em torno da questão da Identidade nacional.³⁶⁰

O princípio de nacionalidade e as discussões em torno da função social da arte definiram o perfil do estudo e crítica literária nesse período, dando continuidade ao projeto do final do século XIX de construção de parâmetros críticos para criação de uma “literatura nacional”.

³⁵⁸ SANTIAGO, Silviano. *Apud*: SKINNER, Annamaria. In: SANTOS, Alcides Cardoso dos; DURÃO, Fabio Akcelrud; SILVA, Maria das Graças G. Villa (Orgs.). *op.cit.*, 2006. p.99.

³⁵⁹ SKINNER, Annamaria. In: SANTOS, Alcides Cardoso dos; DURÃO, Fabio Akcelrud; SILVA, Maria das Graças G. Villa (Orgs.). *Op. Cit.*, 2006. p.99-100 Cf. MERQUIOR, José Guilherme. *O Estruturalismo dos pobres e outras questões*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

³⁶⁰ FERNANDES, Maria Lúcia O. *Identidade nacional como suplemento*. In: SANTOS, Alcides Cardoso dos; DURÃO, Fabio Akcelrud; SILVA, Maria das Graças G. Villa (Orgs.). *op.cit.*, 2006. p.131-143.

Assim, as reflexões estéticas eram direcionadas para a busca e afirmação do “caráter da Nação”, sendo as artes responsáveis por organizar a representação dos elementos nacionais.³⁶¹

Santiago desestabiliza este cenário ao apresentar a importação e consumo de signos estrangeiros não como uma recepção ou apropriação, mas como rasuras que instauram um processo de desafio à hegemonia cultural. Ao trabalhar os discursos periféricos e os códigos das metrópoles culturais a partir da lógica do *suplemento*, Santiago percebe que a *contaminação* da escrita latino-americana provoca uma erosão nos conceitos de unidade e pureza, deslocando desta maneira a questão da Identidade nacional e da dependência cultural.³⁶²

O escritor latino-americano brinca com os signos de um outro escritor, de uma outra obra. As palavras do outro têm a particularidade de se apresentarem como objetos que fascinam seus olhos, seus dedos, e a escritura do segundo texto é em parte a história de uma experiência sensual com o signo estrangeiro (...). Como o signo se apresenta muitas vezes numa língua estrangeira, o trabalho do escritor em lugar de ser comparado ao de uma tradução literal, propõe-se antes como uma espécie de tradução global, de pastiche, de paródia, de digressão. O signo estrangeiro se reflete no espelho do dicionário e na imaginação criadora do escritor latino-americano e se dissemina sobre a página branca com a graça e o dengue do movimento da mão que traça linhas e curvas.³⁶³

A segunda *persona* que se destaca entre os leitores de Derrida é Haroldo de Campos. A cumplicidade entre os dois se retrata na carta-homenagem escrita por Derrida: “(...) no horizonte da literatura, e antes de tudo na intimidade da língua das línguas, cada vez tantas línguas em cada língua, sei que Haroldo a tudo isso terá tido acesso como eu antes de mim, melhor que eu”.³⁶⁴

A ligação entre Haroldo de Campos e o pensamento desconstrutor está explícita, dentre outros trabalhos, no *O seqüestro do barroco na formação da literatura brasileira – o caso de Gregório de Mattos*³⁶⁵, texto no qual o autor brasileiro põe em questão a herança de Antônio Cândido. Recorrendo a *Gramatologia* e ao modo desconstrutor, este trabalho detecta os

³⁶¹ Cf. LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário: razão e imaginário no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.42-62.

³⁶² FERNANDES, Maria Lúcia O. *op.cit.* In: SANTOS, Alcides Cardoso dos; DURÃO, Fabio Akcelrud; SILVA, Maria das Graças G. Villa (Orgs.), 2006. p.131-143.

³⁶³ SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p.9-26, 21. Cf. CUNHA, Eneida Leal. *Leituras críticas sobre Silviano Santiago*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

³⁶⁴ DERRIDA, Jacques. Cada Vez. Quer Dizer. E No Entanto, Haroldo... Tradução de Leda Tenório da Motta. In: *Homenagem a Haroldo de Campos*. São Paulo, Brasil: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Imprensa Oficial, 1996. p.4-12

³⁶⁵ CAMPOS, Haroldo de. *O seqüestro do Barroco na formação da literatura brasileira – O caso de Gregório de Mattos*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1989.

elementos metafísicos da metáfora do arbusto, do jardim e da árvore com a qual Antônio Cândido consolidou sua tese sobre a literatura brasileira:³⁶⁶ “A nossa literatura é o galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das musas”.³⁶⁷

Ao analisar a importância e o potencial de polêmica do texto de Campos, Leda Motta mostra que, ao se opor a um tempo histórico fechado como é o tempo progressivo e inexorável da história de Antônio Cândido, *o seqüestro* não apenas recupera o barroco, inserindo-o numa temporalidade capaz de idas e vindas, como também trabalha as conseqüências do recalque dessas voltas temporais. O recalque do barroco liga-se à imposição, sem dúvida política, da temática da paisagem brasileira e do empenho nacionalista. Solicitando a questão a partir da perspectiva desconstrutora, Campos pôde discutir o problema da origem, ou começo, e da Identidade nacional que embasam o cânone da história literária brasileira.³⁶⁸

A partir do final dos anos 80 uma nova geração de leitores amplia a visitação derridiana, sob novos argumentos, para diversos campos investigativos. Assim como os textos de Derrida deslocam, ampliando, suas temáticas com o passar do tempo, embora mantenham o eixo desconstrutor, também os estudos que dialogam com o pensamento derridiano se movimentam por entre as fronteiras das mais diversas disciplinas, conformando uma comunidade bastante produtiva.³⁶⁹

Para não desviar do enfoque do trabalho proposto para esta dissertação, não se fez um inventário insistente da totalidade da produção recente dos leitores/pesquisadores envolvidos com a herança derridiana. Sinaliza-se em alguns pontos os estudos e produções atualmente desenvolvidas, sem esconder que, certamente, há vários outros pesquisadores, artistas e leitores em geral que levam adiante o pensamento derridiano de modo diferencial no Brasil e não como simples importação de “mais um” modelo estrangeiro.

Dentre outros que pesquisam o pensamento desconstrutor e suas implicações está o professor da UFRJ Evando Nascimento, também tradutor de Derrida. Além do excelente *Derrida e a literatura*, tem organizado e publicado artigos e coletâneas acerca do pensamento

³⁶⁶ NASCIMENTO, Evando. *op.cit.* In: SANTOS, Alcides Cardoso dos; DURÃO, Fabio Akcelrud; SILVA, Maria das Graças G. Villa (Orgs.). *op.cit.*, 2006. p.163.

³⁶⁷ CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1959. p.9.

³⁶⁸ MOTTA, Leda Tenório da. O arbusto de segunda ordem no jardim das musas. In: SANTOS, Alcides Cardoso dos; DURÃO, Fabio Akcelrud; SILVA, Maria das Graças G. Villa (Orgs.). *op.cit.*, 2006. p.115-130.

³⁶⁹ NASCIMENTO, Evando. Traduzir Derrida: políticas e desconstruções. In: FERREIRA, Elida; OTTONI, Paulo. (Orgs.). *op.cit.*, 2006. p.59-60.

desconstrutor, assim como estudos que associam os temas derridianos às leituras de autores como Clarice Lispector, Guimarães Rosa, Ana Cristina César, Machado de Assis, entre outros. Outro nome importante é Marcos Siscar, que, junto a Alcides Cardoso dos Santos, dirige na Unesp o *Grupo de Estudos em Crítica Contemporânea*, de inspiração derridiana. Na Unicamp existe o projeto *Traduzir Derrida*, criado sob direção de Paulo Ottoni, que cuida de novas traduções, dispondo de um acervo de livros e documentos. Na PUC-RJ, o professor de filosofia Paulo César Duque-Estrada lidera um núcleo de estudos, o Need (*Núcleo de Estudos em Ética e Desconstrução*), que desde 1998 tem se dedicado ao estudo do pensamento de Jacques Derrida. Outra leitora instigante é Kathrin Rosenfield, da UFRS, que associa a abordagem derridiana a reflexões acerca do trágico. Embora faça parte de outra geração intelectual, a crítica e professora de literatura da USP Leyla Perrone-Moisés tem se aproximado cada vez mais, nos últimos anos, do pensamento derridiano. Há também a professora e antropóloga Léa Perez, da UFMG, que explora as potencialidades da escrita derridiana ao refletir sobre as bases epistêmicas da antropologia e suas configurações textuais. Há que se assinalar, no campo das artes plásticas, o trabalho que Lena Bergstein tem feito em diálogo com textos de Derrida. Trata-se de uma série de quadros que tentam desmobilizar o privilégio do figurativismo, introduzindo texturas, letras, traços, riscos e, mais recentemente, a costura no trabalho pictórico.³⁷⁰

Com relação ao campo disciplinar no qual se inscreve esta dissertação, tem-se a dizer que a partir da década de 70 a historiografia passa a interagir, assimilar e negociar com o que seria uma postura pós-estruturalista, representada sobretudo pelo pensamento foucaultiano. O campo dos estudos históricos passa a considerar a fragmentação histórica, construindo um discurso que quer ser antiglobal, múltiplo e não-definitivo.³⁷¹

Ao “boom” iniciado com a inclusão das “vidas anônimas”, segue-se a entrada do corpo e do cotidiano na história, sobretudo a partir da década de 80. Já a década de 90 é marcada pela “virada linguística” e “pós-modernismos”, assinalando o impacto da crise do sujeito para os historiadores. O diálogo com outras áreas do conhecimento, notadamente a antropologia, a literatura e a psicanálise, assim como as pressões do feminismo e das teorias pós-coloniais,

³⁷⁰ CF: NASCIMENTO, Evando. Derrida visto pelos brasileiros. *O Estado de São Paulo*, Caderno 2, 17 de outubro de 2004. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/canal_aberto/clipping/outubro2004/clipping041017_estado.html. Cf. também: RODRIGUES, Carla. *Ética no encontro e na diferença*. O Globo, Caderno Prosa e Verso, 15 de outubro de 2004. Disponível em: <http://desconstrucao.sites.uol.com.br/prosa.html>

³⁷¹ Cf. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro, 1976.

reforçam a crítica aos modos excludentes e hierárquicos de pensar. Os trabalhos desenvolvidos pelos “Estudos Culturais” e a retomada das questões em torno da narrativa histórica levam à ampliação e problematização das fontes documentais, da oralidade às imagens, exigindo a construção de novos procedimentos metodológicos e suscitando discussões teóricas em torno dos tênues limites entre ficção e realidade.³⁷²

Entretanto, a produção historiográfica passou ao largo de um confronto e a interlocução de maneira mais direta com o pensamento derridiano.

As exceções apareceram em estudos que, na esteira da influência de Foucault, buscaram o pensamento derridiano. A problemática desconstrutora pôde assim adentrar a historiografia, ainda que timidamente. As pesquisas em que o pensamento derridiano contribui constituem uma historiografia que ainda luta para obter reconhecimento institucional, representada por historiadores como Lacapra, Joan Scott, David Harlan, Allan Megill, Keith Jenkins, entre outros. A historiografia dominante ou hegemônica tem resistido aos trabalhos mais preocupados com a invenção de significados vivos do que com a pretensa recuperação de intencionalidades e significados do passado, que apresentam um discurso histórico mais intertextual do que contextual, mais interpretativo do que explicativo.³⁷³

No Brasil, é possível citar Margareth Rago, professora da Unicamp, coordenadora do *Grupo de Estudos Foucaultianos* e da linha de pesquisa História, Cultura e Gênero, como uma das pesquisadoras que têm aberto espaço para que o pensamento derridiano penetre o campo historiográfico, como orientadora de pesquisadores que trabalham as relações entre Derrida e historiografia. No ano de 2007, Eduardo G. Quadros, da UFGO, apresentou uma comunicação no Encontro Nacional de História com o título *Derrida revoluciona a história?*, mostrando como uma interpretação apressada pode ter deixado passar intervenções oportunas do pensamento derridiano para a historiografia.³⁷⁴

E, é claro, não poderia deixar de mencionar o professor José Carlos Reis, que soube, generosamente, abrigar esta pesquisa.

³⁷² Cf. REIS, José Carlos. *op.cit.*, 2003.

³⁷³ VASCONCELOS, J.A. *História e pós-estruturalismo*. In: RAGO, M. & GIMENES, R. *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas, São Paulo: UNICAMP/IFHC, 2000. Cf. LACERDA, Sônia, KIRSCHNER, Tereza. Tradição intelectual e espaço historiográfico, ou por que dar atenção aos textos clássicos. In: LOPES, Marcos Antônio. (Org.). *Grandes Nomes da História intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.

³⁷⁴ QUADROS, E. G. *Derrida revoluciona a história?*. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007, São Leopoldo. *História e Multidisciplinaridade*, 2007. p.185-186.

3 – Desconstrução

na história

Mas não sou esse homem
Esse homem escreve
E o escritor não é ninguém

Edmond Jabès

Ah, poder exprimir-me todo como um motor se exprime!
Ser completo como uma máquina!
Poder ir na vida triunfante como um automóvel último-modelo!
Poder ao menos penetrar-me fisicamente de tudo isto,
Rasgar-me todo, abrir-me completamente, tornar-me passento
A todos os perfumes de óleos
e calores e canções
Desta flora estupenda,
negra, artificial e insaciável!

Álvaro de Campos, *Ode triunfal*

TRABALHO historiador: uma contaminação

Se nada precedeu a repetição, se nenhum presente vigiou o traço, se, de certo modo, é o vazio que de novo se escava e se marca de impressões digitais, então o tempo da escrita não segue mais a linha dos presentes modificados. O futuro não é um presente futuro, ontem não é um presente passado. O além do fechamento do livro não deve ser esperado nem encontrado. Está *lá* mas *além*, na repetição mas evitando-a. Está lá como a sombra do livro, o terceiro no agora da escrita, a distância entre o livro e o livro, essa outra mão...³⁷⁵

História(s) funciona como o ângulo de dobra entre a afirmação e a suspeição da possibilidade de história. Esta escrita convoca um processo-procedimento no qual a consciência presente se torna uma função numa estrutura de reenvio generalizado. Já não cabe num livro, como idéia de uma totalidade natural, finita ou infinita. Os limites, as fronteiras, as distinções, terão sido sacudidas por um sismo e uma desfiguração. Sob qual economia se gere o trabalho historiador na circunstância do terremoto que se abateu sobre o lugar de produção, propriedade segura sob a qual se encastelou a história institucional?³⁷⁶

a desfiguração te lembra que não habitas teu rosto porque tens bastantes lugares, tens lugar em mais lugares que o necessário, e a transgressão mesmo que viola sempre um lugar, uma linha intransponível, ela se capta, pune, paralisa instantaneamente, a topologia aqui sendo e não sendo mais uma figura, e se é uma desfiguração, eis o tropo que há pouco me foi enfiado goela abaixo por ter violado os lugares, todos, os lugares sagrados, os lugares de culto, os lugares dos mortos, os lugares da retórica, os lugares da habitação, tudo o que venero, não o imprevisível evento que

³⁷⁵ DERRIDA, Jacques. In: (ED).1995. p.81.

³⁷⁶ DERRIDA, Jacques. In: (GR).2004. p.20-22.

eu teria escrito, eu, nomeadamente as frases próprias para fissurar o geológico, não, isso se passou fora da escrita que vocês lêem, no meu corpo se preferem.³⁷⁷

Diferentemente da tradição hermenêutica, onde o sentido se constrói na relação autor-obra-mundo,³⁷⁸ pela desconstrução os sentidos textuais se desvelam-velam no confronto entre a força da fixidez e duração da escrita, e a força do poder de repetição inscrita no ato da leitura. Se não há uma origem ou *telos* como forma matricial, existe apenas o *traço*, e se é *traço*, é desde sempre repetição. Não existe uma “primeira vez” e todo originário ou precursor deve ser visto sob signo de *rasura*.³⁷⁹

O *traço*, enxertado da teoria freudiana, se forma a partir de uma rede de marcas que vai constituir uma via de passagem facilitada, determinando a preferência por uma via e não outra. A possibilidade de percorrer uma mesma rede de vias facilitadas é o *traço*, qual seja: uma segunda vez, uma repetição originária e produzida como ocultação de sua vacuidade.³⁸⁰

Precisamente porque não há um reverso reservado, porque não se pode colaborar com o encadeamento do sentido, do tempo linear e do verdadeiro no discurso, é que já não se pode laborar seguramente. Instala-se a modalidade do *talvez*, ousadia de não poder senão afirmar a dúvida. Não há tranqüilidade. Ofuscada a luz das certezas, cada gesto textual deverá agora ser explorado, historicamente, em sua própria ficção. A *brisura* atua como essa porta que nunca se fechou entre “real” e “ficcional”. Marcando a descontinuidade da consciência, a *brisura* constitui e desloca o fio condutor de uma história. Ao fazê-lo, evidencia que a escrita é sempre outra que um sujeito, que uma obra, um livro, que um lugar do mundo, em qualquer sentido que ela seja entendida.³⁸¹

(...) o escritor escreve em uma língua e em uma lógica cujo próprio sistema, leis e vida seu discurso, por definição, não pode dominar absolutamente. Ele apenas os usa, deixando-se, de certo modo e até certo ponto, ser governado pelo sistema. E a leitura deve sempre objetivar um certo relacionamento, despercebido pelo escritor, entre o que ele comanda e o que ele não comanda nos padrões de língua que usa. Esse relacionamento não é uma certa distribuição quantitativa de luz e escuridão, de fraqueza e força, mas uma estrutura significativa, que a leitura deve produzir. O que quer aqui dizer produzir? (...) Uma tarefa de leitura.³⁸²

³⁷⁷ DERRIDA, Jacques. Circunfissão. In: BENNINGTON, G. & DERRIDA, Jacques. *op.cit.*, p.94.

³⁷⁸ RICOEUR, Paul. *Do texto à ação*. Porto: Rés Editora, 1989. p.163 *et seq.*

³⁷⁹ DERRIDA, J. In: (ED).1995. Ver também: SANTIAGO, S. *op.cit.*, 1976. p.78.

³⁸⁰ REGO, Claudia de Moraes. *op.cit.*, 2006. p.96 e 152.

³⁸¹ DERRIDA, Jacques. In: (MA).2001. p.70-73. DERRIDA, Jacques. In: (GR).2004. p.83 *et seq.*

³⁸² DERRIDA, Jacques. In: (GR).2004. p.193-194.

A produtividade do trabalho historiador está ligada à historicidade que se foi capaz de imprimir ao *texto*. Historicidade é uma prática de interpretação que insere a experiência vivida num enredo culturalmente compreendido como “histórico”.³⁸³

Quando o trabalho historiador está comprometido com a metafísica da presença, sua produtividade responde unicamente a uma economia restrita, em que o sentido histórico supera o estranhamento causado pela historicidade. O sentido da vida se reserva preservando-se da morte, superando-a, de acordo, portanto, com as noções hegelianas de trabalho e de história.³⁸⁴

A produtividade da(s) disseminada(s) história(s) não se fecha numa lógica oposta, de destruição e morte. A historicidade trabalhada pela *brisura* está aberta e fechada a esta economia restrita à conservação da vida. A *brisura* marca a impossibilidade do sentido se produzir imerso num sistema fechado, seja ele qual for. Desta forma, o trabalho historiador disseminado em história(s) ainda produz um saber testamentário, um *arquivo* e uma *herança*. Mas se volta também para o sacrifício desta *herança*, aceitando como historicidade o risco absoluto da destruição de seus fantasmas, ruínas e legados.³⁸⁵

Por desconstrução, a escrita disseminada de história(s) busca ler no jogo das implicações estruturais a mobilidade e entroncamento dos estratos sedimentares, complexos e não-lineares, para que essa mesma configuração dê lugar a transformações surpreendentes, trocas, defasamentos, recuos, deslocamentos...³⁸⁶

Neste cenário, a produção é desde sempre uma contaminação. A escrita de história(s) não é puramente atual, plena, presente e consciente; como não será uma pura dispersão, ininteligibilidade, morte. Não será mais “real” do que “ficcional”, como também não contará mais “mentiras” que “verdades”.³⁸⁷ Nada está isento, casto, irrepreensível. Por onde o

³⁸³ “A , de fato, nem é uma representação do passado, nem uma representação do futuro (...) ela pode ser definida, antes de mais nada, como uma percepção do presente como história, isto é, como uma relação com o presente que o desfamiliariza, provoca estranhamento e nos permite distância da imediaticidade.” JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo ou a Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. São Paulo: Ática, 1996. p.235.

³⁸⁴ DERRIDA, Jacques. In: (ED*).1989. p.375-377 e NASCIMENTO, Evando. *A economia restrita, a economia geral e a inquietante estranheza*. *op.cit.*,1999. p.188-197.

³⁸⁵ DERRIDA, Jacques. In: (GR).2004.p.85. NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*,1999. p.191.

³⁸⁶ DERRIDA, Jacques. *O círculo lingüístico de Genebra*. In: (MF).1991. p.193-195.

³⁸⁷ O que não quer dizer que o trabalho historiador e o literário sejam iguais, como também não diferem por substância ou essência. Como lembra Costa Lima, história e literatura são distintos, “mas não porque um fale a verdade e outro seja fantasioso. Ambos são prejudicados pela carência [teórica] que, no Ocidente, acompanha suas práticas.” O desafio que a escrita derridiana ajuda a dar corpo é a forma como esses saberes podem experimentar-se mutuamente e o que resulta disso. Cf. COSTA LIMA, Luís. *op.cit.*, 2006. p.16-19.

trabalho historiador passou, recolhendo, recortando, selecionando, confrontando, discutindo, reiterando, tudo se contaminou. A impossibilidade de higienização de um “realmente acontecido” como “fato” condena este trabalho a estar sempre nesse meio, nesse *entre* fronteiras.³⁸⁸

Não que o trabalho historiador tenha sido, ao longo de sua trajetória, de sua história, um suceder de “erros” e “mentiras” em série, nos quais acreditamos por muito tempo, e, agora, estamos prontos a abandonar. Confirmado o limite da historicidade da consciência presente, abre-se o des-limite de uma historicidade ausente (do inconsciente?), mas possível. Esta historicidade *outra* não elimina a anterior, lança-a para além de si própria e de sua lei fechada.³⁸⁹

Instalada desde sempre no espaço cindido *entre* “real” e “ficcional”, a escrita disseminada de história(s) passa da possibilidade como eventualidade (contaminação como “evento” que só se apresentaria uma vez no mundo) à possibilidade como necessidade, uma contaminação irreduzível entre territórios que toda uma tradição quis ver separados por uma fronteira intransponível, quais seja arte e ciência, verdade e ficção, literatura e história.³⁹⁰

Esta necessidade se apresenta como uma pergunta sobre o que se passa ou não por *entre* tais territórios. Depara-se com a indecibilidade que o *jogo da différance* traz a bailar como reflexo do espelho no sem-fundo do sentido.³⁹¹

O DESCANSO do sujeito

Numa fronteira, interdito e passagem se contaminam. Dobra de si pela qual história(s) escreve-se, mas estraga-se na interrogação infinita sobre sua possibilidade. Nas faces contrapostas das páginas desta escrita porvir, desvia-se da busca por um passado com o qual

³⁸⁸ DERRIDA, Jacques. In: (MF).1991. p.83. OTTONI, P. Tradução e desconstrução: a contaminação constitutiva e necessária das línguas. *Pulsional Revista de Psicanálise*. v.157. São Paulo: Editora Escuta, 2002. Disponível em: http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/158_01.pdf.

³⁸⁹ DERRIDA, Jacques. *História da mentira: prolegômenos*.(1996). p.7-39. NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999. p.193-194.

³⁹⁰ DERRIDA, Jacques. In: (MF).1991. p.82 *et seq.*

³⁹¹ DERRIDA, Jacques. In: (D).1972. p.207-209. SARINJEIVE, Devi. Derrida e as reconstruções transformadoras na nova África do sul. In: SANTOS, Alcides Cardoso dos; DURÃO, Fabio Akcelrud; SILVA, Maria das Graças G. Villa (Orgs.). *op.cit.*, 2006. p.52.

controlar o futuro.³⁹² O lugar de onde ela parte não é um espaço fechado, localidade de exclusão, um gueto. Não é o Aqui empírico e nacional de um território. Escrever a partir de um lugar não é necessariamente tomá-lo como propriedade para encerrá-lo dentro de um discurso de representação a ser fixado e reificado. A escrita disseminada, itinerante, faz sulcos nos territórios por onde passa. Inventa um caminho inencontrável. Mas ao mesmo tempo em que desenha, ela reconhece os gestos que produz.³⁹³

Como um registro nômade, a escrita de história(s) trabalha a historicidade dos *textos* como uma prática de interpretação que não reconstrói um sistema ou uma totalidade, mas encena o deslizamento e traslado dos sentidos de um *texto* a *outro*, reinscrevendo estes *traços* e os relançando novamente à interpretação e a inquietude. Abandona-se a história para lhe dar passagem, multiplicar seus indícios, para que o registro histórico adentre suas fronteiras proibidas, forçando o deslocamento das demarcações que definem o que é e o que não é história.³⁹⁴

A suspeição do saber histórico como uma unicidade (unidade, entre grafia e sentido transcendente, que sempre se furtou) remete e instala o trabalho historiador no limite indecível entre os dois tipos de interpretação apresentados por Derrida em *A estrutura, o jogo e o signo no discurso das ciências humanas*.³⁹⁵

Na medida em que a cumplicidade metafísica não pode desaparecer, história(s) deve oscilar entre a afirmação da errância e a busca por verdades numa operação em que uma coisa está sempre por contaminar outra, pois é uma escrita que experimenta a impossibilidade de alguma vez ser no presente, de ser resumida com sentido unívoco em qualquer simultaneidade ou instantaneidade absolutas.³⁹⁶

³⁹² “A busca por um passado com o qual tentar controlar o futuro é inseparável da natureza humana: é o que significa quando dizemos aprender com a experiência.” Aqui o historiador inglês John Lewis Gaddis enuncia claramente o que é tratado, em geral de maneira implícita pelos historiadores, tal seja: considerar uma espécie de atributo da essência humana a tendência a reconstruir passados com a perspectiva de conter a liberdade de outrem no futuro. Essa “natureza” humana é, sem dúvida, algo a se desconstruir. Cf. GADDIS, John Lewis. *A perspectiva do historiador*. In: *Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003. p.163.

³⁹³ DERRIDA, J. In: (ED).1995. p.58-60. Cf. BHABHA, Homi K. *DissemiNação. op.cit.*, 1998. p.198 *et seq.*

³⁹⁴ DERRIDA, Jacques. In: (D).1972. p.209 *et seq.* DERRIDA, Jacques. (ED).1995. p.60-61.

³⁹⁵ DERRIDA, Jacques. In: (ED).1995. p.249.

³⁹⁶ *Ibidem*. p.28-29.

Os acenos do pensamento desconstrutor no sentido de afiançar a indecibilidade entre *jogo* e “verdade” foram vistos no coração do campo historiográfico tradicional como uma retórica e irônica fuga da “realidade”. Diz Ginzburg a respeito do artigo supracitado de Derrida:³⁹⁷

Entre duas faces contrapostas, Derrida declarava ironicamente não desejar escolher. Na realidade toda a intervenção, a começar pelo título, seguia na direção de Nietzsche e do ludo. A verdade era liquidada em favor da interpretação ativa, isto é, despojada de constrangimentos e limites; o Ocidente era incriminado por ser logocêntrico e contemporaneamente absolvido em nome da inocência do devir proclamada por Nietzsche.³⁹⁸

A indecibilidade do *jogo* desconstrutor é lida como “retórica de absolvição” e falta de compromisso com o que “realmente” existe, na medida em que reduz a verdade a um conjunto de “tropos”. A espera de uma “desforra da realidade” que possa finalmente afastar de forma definitiva a perniciosa “maré pós-moderna”, os discursos zelosos dos valores “morais” e “humanos” constituem o momento em que a metafísica da presença retoma o controle dos limites e o domínio da historicidade, fazendo valer a resistência ao *jogo* desconstrutor, demonstrando a “impertinência” da disseminação de sentidos como “defesa moral” do “patrimônio humano”.³⁹⁹

Este é um momento ao qual sempre se retorna, por hierarquia e envolvimento, e do qual sempre se escapa por uma abertura que jamais se provará *filosoficamente* necessária, mas que insiste em tornar indomesticáveis as margens da necessidade.⁴⁰⁰

Escapa às críticas mais ásperas feitas ao pensamento desconstrutor o fato de que o *jogo* de interpretações não se refere em absoluto a um conjunto de movimentos arbitrários de um sujeito que, “conscientemente” ou abandonado à surrealístico inconsciente criativo, concebe imagens de realidade.⁴⁰¹ A defesa da “realidade” nestas críticas se faz à custa da condenação de tudo que parece aos olhos dos “realistas” pouco “real”.⁴⁰² Essa noção de “realidade” se construiu por meio de uma historicidade atrelada ao princípio de subjetividade moderno,

³⁹⁷ Vide. p.87 desta dissertação.

³⁹⁸GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.36.

³⁹⁹ *Ibidem*. p.35-38.

⁴⁰⁰ DERRIDA, Jacques. In: (MF).1991. p.27-31.

⁴⁰¹ VATTIMO, Gianni. *A tentação do realismo*. Rio de Janeiro: Instituto Italiano de Cultura; Nova Aguilar, 2001. (Conferências Italianas - 1). p.18-21.

⁴⁰² “O real: palavra traiçoeira, armadilha metafísica. Pois quando se pergunta – o que é o real? a primeira tentação é responder negativamente: o que não é ideal; o que não é ilusão; o que não é fantasia. Como se a fantasia, a idéia e a ilusão fossem irreais, no sentido pleno do termo: não fossem de *todo*. Não não-ser: eis o real. O que é o mesmo que dizer: o real é o que é. Parece uma redundância vazia, e não é (...) Real é o outro-nome-de-mim.” D'AMARAL, Márcio Tavares. *O homem sem fundamentos: sobre linguagem, sujeito e tempo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Tempo Brasileiro, 1995.

encarnado num (improvável) sujeito universal, herói do conhecimento e da liberdade.⁴⁰³ É por romper com o universalismo do conceito de sujeito que a desconstrução é acusada não somente de “irreal”, mas de irresponsável e anti-ética.⁴⁰⁴

A emancipação moderna tem seu núcleo normativo centrado no sujeito de uma história universal. A experiência desse tipo de sujeito é uma aposta na eternidade do presente, como medo de perder a identidade, e o desejo de que o outro se torne Eu.⁴⁰⁵ Desestabilizá-lo seria ameaçar seriamente as idéias de Homem, de humanidade, e os valores que as acompanham: liberdade, autonomia, igualdade...

É exatamente a noção de “sujeito moderno” — centrado, unificado, autônomo, auto-suficiente, dotado das capacidades de razão, consciência e ação — que se desconstrói diante do *traço*.⁴⁰⁶

O tempo textualizado como economia de uma escrita que desponta a partir da disseminação do sentido em história(s) está a ponto de deserdar o sujeito de seu espaço, porque lapida de espaçamentos o que outrora era tempo linear, lógico, da consciência, da representação verbal. Disso não resulta a “morte” do sujeito. O sujeito não é nem um indivíduo inserido numa série de outros, nem a soma particular de diferentes séries dele mesmo.⁴⁰⁷

Mas, tão somente, “ele é” um sistema de relações entre as diferentes camadas textuais, psíquica, da sociedade, do mundo, e não a solidão soberana do escritor, leitor ou agente.⁴⁰⁸ Ao interpretar, escrever e ler, historiar: “ali eu estou, me encontro e me reencontro interessado,

⁴⁰³ PETERS, Michael. *op.cit.*, p.9-15.

⁴⁰⁴ DUQUE-ESTRADA, Paulo César. In: NASCIMENTO, Evando. (Org.), 2005. p.245-255.

⁴⁰⁵ *Ibidem*. p.247.

⁴⁰⁶ Esta concepção é claramente iluminista, e mesmo a versão mais sociológica construída em fins do XIX e no XX mantém o núcleo interior e racional dos indivíduos, ainda que admita que este núcleo se forme na interação com o meio social. Cf. HALL, S. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003. D'AMARAL Márcio Tavares. *op.cit.*, 1995. p.65. Cf. GUATTARI, Felix. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p.25 *et seq.*

⁴⁰⁷ “Liquidação, eliminação ou dissolução do sujeito é uma falsa imputação. A desconstrução do sujeito – mas isso vale também, como Derrida faz questão de deixar claro com frequência, para muitas outras formas de questionamento do sujeito que se desenvolveram notadamente na França por autores como Foucault, Deleuze, Lyotard e outros - significa antes um questionamento e um deslocamento de sua pretensa centralidade, de seu pretense caráter originário ou fundamental. O sujeito passa a ser pensado a partir de múltiplas determinações, como ocupando um lugar numa certa economia, (...) numa rede mais ampla de conceitos.” DUQUE-ESTRADA, Paulo César. *Op.cit.* IN: NASCIMENTO, Evando. (org), 2005. Pp. 253. Cf. AGAMBEN, Giorgio. *A comunidade que vem*, Lisboa, Editorial Presença, 1993.

⁴⁰⁸ DERRIDA, Jacques. In: (ED). Pp208/222.

num *texto* que me transborda de todos os lados, mesmo onde não sei nada, onde não poderia reapropriar-me dele em consciência”.⁴⁰⁹

O sujeito foi descansar e em seu lugar há a *máquina*, aparelho que não funciona sozinho, mas em conjunto, em *suplemento*, suprindo sua finitude com o trabalho de se fazer e de se apagar.⁴¹⁰ Toda inquietação histórica deságua numa *máquina* de escrita, sistema de gestos, coordenação de iniciativas independentes, multiplicidade de origens que deveria desequilibrar o espaço do corpo próprio. Escrever é ausentar-se, estar num limiar, ser passante e, ao mesmo tempo, construtor e desconstrutor das vias que atravessa. Os *traços* produzem seu espaço de inscrição na duração de seu desaparecer.⁴¹¹

Seguindo o caminhar das metáforas do caminho, do traço, da exploração, da marcha, sulcando uma via aberta por efração através do neurônio, a luz ou a cera, a madeira ou a resina para se inscrever violentamente numa natureza, numa matéria, numa matriz, seguindo a referência infatigável a uma ponta seca e a uma escrita sem tinta; seguindo a inventividade incansável e a renovação onírica dos modelos mecânicos, essa metonímia trabalhando indefinidamente a mesma metáfora, substituindo obstinadamente os traços pelos traços e as máquinas pelas máquinas.⁴¹²

A cena da escrita desdobra-se, repete-se e denuncia a si mesmo.

ESCREVER: o funcionamento da máquina.

O que Hegel, intérprete relevante de toda a história da filosofia, nunca pôde pensar, é uma máquina que funcionasse. Que funcionasse sem ser, nisto, regulada por uma ordem de apropriação. Tal funcionamento seria impensável enquanto inscreve a si mesmo em efeito de pura perda. Seria impensável como um não-pensamento que nenhum pensamento poderia superar, constituindo-o seu próprio oposto, como *seu* outro. A filosofia veria aí sem dúvida um não-funcionamento, um não-trabalho e faltaria por isso nela tudo o que contudo em tal máquina funciona. Sozinha. Fora.⁴¹³

O prefácio à *Fenomenologia do Espírito* mostra a passagem pela abstração matemática, pelo entendimento formal, pela exterioridade e morte como uma necessidade, como trabalho do negativo, ascese ou purificação do pensamento.⁴¹⁴ Essa passagem é um desvio tão necessário e inescapável quanto é o retorno, a reconciliação, a reasunção do sentido. Neste trajeto de regresso à consciência, da qual nada deveria se esquivar, Hegel percebe os registros gráficos

⁴⁰⁹ DERRIDA, Jacques. *O monolinguismo do Outro*. Porto: Campo das Letras – Editores S.A. 1996. p.4.

⁴¹⁰ DERRIDA, Jacques. In: (MA) 2001. p.33-35.

⁴¹¹ DERRIDA, Jacques. In: (ED)1995. Pp. 220-223 DERRIDA, Jacques. e ROUDINESCO, E. In: (YQ), 2005 p.59-60 Cf. HUOT, Herve. *Do sujeito a imagem: uma história do olho em Freud*. São Paulo: Escuta, 1991. p.187-198.

⁴¹² DERRIDA, Jacques. In: (ED). p.225.

⁴¹³ DERRIDA, Jacques. In: (MF), 1991. p.146.

⁴¹⁴ HEGEL, G. W.F. *op.cit.*, 1999. p.313-316.

não-fonéticos e as operações do entendimento formal a partir do simbolismo matemático como resistências ao movimento de reassunção (*aufhebung*).⁴¹⁵ “O silêncio desta escrita e o espaço deste cálculo (...) resistiram à interiorização do passado, à idealização relevante, à história do espírito, à reapropriação do logos na presença a si e a parusia infinita”.⁴¹⁶

Para Derrida, as críticas de Hegel às grafias não-fonéticas, em especial aos ideogramas chineses, decorrem do fato de que essa escrita, ao não designar sons particulares, não se recolher a uma língua viva, paralisa-se longe do conceito, da consciência viva, no espaço da abstração formal, e adentra o *jogo* da disseminação de sentidos e acentos que não dizem respeito à representação das palavras faladas e presentes a si.⁴¹⁷

Da mesma forma, os números também são estranhos ao Conceito e consciência, da maneira como são entendidos dentro do pensamento hegeliano. A aritmética se abre à exterioridade. Os encadeamentos e diferenças numéricas que se apresentam como seu objeto não residem nela, seu encadear não segue nenhuma necessidade. O número é a abstração da diversidade sensível e se o cálculo não se deixa interiorizar, resumir, superar no Conceito, ele é pensamento puro e apartado da unidade da consciência.⁴¹⁸

Ante essa cisão, o pensamento especulativo dissolve a distinção entre sujeito e objeto, entre passado e presente, entre sensível e inteligível, real e racional, levando-os ao plano do existir ou da presença: é o acesso ao fundamento da vida, ao qual infinitamente se retorna. Mas, para cumprir a tarefa de superação, retorno e reconciliação ao fundamento, o trabalho da formalidade, da matemática, do negativo, da exterioridade, da morte, se faz necessário. É necessário que o espírito se exponha a seu outro e ali se perca, para que possa retornar. E, nesse momento em que o sentido se perde, em que o pensamento se opõe a seu outro, em que o espírito se ausenta de si mesmo, Derrida questiona: “é seguro o rendimento da operação?”

419

A aposta derridiana é a de que a investigação e o questionamento que busquem escapar da necessidade de superação e reconciliação imposta pela dialética especulativa devam residir nesse ponto de insegurança, na negatividade abstrata, pensada sobretudo como diferença:

⁴¹⁵ DERRIDA, Jacques. In: (MF), 1991. p.145.

⁴¹⁶ *Ibidem.* p.143.

⁴¹⁷ *Ibidem.* p.144-145.

⁴¹⁸ *Idem.*

⁴¹⁹ *Ibidem.* p.145-146.

intervalo único que separa o sentido de um certo sem-sentido.⁴²⁰ Em Hegel esta diferença aparece administrada pelo pensamento especulativo, sendo tragada pelo movimento de superação-conservação, reassunção, *aufhebung*, da dialética. Hegel notou bem que a negatividade abstrata, diferença ou morte, se deixada a si, sem medidas, não poderia conduzir a outro lugar que não ao estranhamento e desconforto causado pela falta de sentido.⁴²¹

A negatividade abstrata seria um recurso utilizado pelo pensamento hegeliano para lidar com a instância de um gasto sem reserva, uma negatividade radical, *traço* em que a possibilidade de supressão, destruição, morte e sacrifício, não tem limites. Ponto do qual não se possa retornar, em que o Espírito se perde e não sabe fazer o caminho de volta em seu trajeto. Ponto então em que o próprio trajeto se perde, e junto perde-se o sentido da história e da lógica. Chamar este “lugar” de negatividade abstrata e inseri-lo como necessário no movimento da dialética é uma forma de garantir que a historicidade e a experiência fiquem restritas aos limites da *aufhebung*, ou seja: àquilo que conserva e reproduz a presença e o presente.⁴²²

É ainda seguindo com Hegel até este ponto, seguindo o movimento até a negatividade, escancarando a face do negativo até que ela mostre o que seria sua positividade, que se pode, por um instante, vislumbrar que nunca houve para o Espírito um lugar para retornar, precisamente porque nunca houve um reverso, um positivo e um negativo, mas apenas, e tão-somente, devir. Diante da “invenção” do negativo levado a sério por Hegel (o que seria ao mesmo tempo motivo da grandeza e da desgraça do pensamento hegeliano) a decisão interpretativa teria sido a favor da necessidade da continuidade lógica do pensamento especulativo dialético. Essa decisão implica em tomar como negatividade o trabalho do Espírito, e reflete a posição hegeliana — e de toda a tradição ocidental, que, de uma forma ou outra, retorna a Hegel — a favor da história universal, do sentido e da verdade, contra o jogo, o acaso e o riso.⁴²³

Mas, questiona Derrida:

o que seria um ‘negativo’ que não se deixasse superar? E quem seria, em suma; enquanto negativo, mas sem aparecer como tal, sem apresentar-se; isto é, sem trabalhar a serviço do sentido, teria sucesso? Mas teria sucesso, então, como pura perda? Simplesmente uma máquina, talvez; e que funcionasse. Uma máquina definida no seu puro funcionamento e não na sua utilidade final, no seu rendimento, no seu trabalho.⁴²⁴

⁴²⁰ DERRIDA, Jacques. In: (ED*).1967. p.374-375.

⁴²¹ Cf. ARANTES, Paulo Eduardo. A Pura Contradição Sendo-aí. In: *op.cit.*, 2000. p.105-128.

⁴²² DERRIDA, Jacques. In: (ED*).1967. p.376-377.

⁴²³ *Idem.*

⁴²⁴ DERRIDA, Jacques. In: (MF).1991. p.146.

Não se trata de atribuir uma essencialidade à técnica, mas de infligir ao *texto* e à *escrita*, a partir da metáfora tecnológica, a generalização de desencadeamentos múltiplos, mecanismo que trabalha no limite entre a finitude e infinitude, como registro sem fim de inúmeras interrupções. E a partir daí, montar o texto historiográfico e o trabalho historiador como *máquina*. Ocupando o espaço de inscrição dupla de escrita-leitura, *double bind*, instante de fissura textual, desloca-se o trabalho historiador do lugar tradicional onde fazer história é representar, ou seja, re-apresentar, trazer ao presente o que está escrito em outro *texto* como se fosse *passado*.⁴²⁵

Posto este mecanismo, escrita disseminada de história(s), a funcionar, coloca-se em *jogo* e entram em cena lances textuais sem um passado presente, onde “vencedores”, “vencidos”, “colonizadores”, “colonizados”, “metrópole”, “periferia”, “originais”, “cópias”, “puros”, “mestiços”... rompem a cumplicidade com a “origem”, escapam violentamente da pertinência e à autoridade da “verdade”, e dão corpo àquilo que, também por uma violência, não pôde existir como evento na história. Neste ângulo mudo e vazio da *máquina*, todos os termos estão de frente para sua morte, experimentam sua caducidade. O acontecimento em história(s) é esse espaçamento entre desejo e realização. Não se trata de representar numa historiografia elementos “apropriados” de outrem com aparência de tradição escondida e *status* de origem. Mas de simular a apresentação de um *texto* que, antes de qualquer coisa, está ali, se dá à leitura e à re-escrita, se escreve e se lê, apresenta-se, e se subtrai nessa operação incessante.⁴²⁶

História(s) se faz(em) nesse simulacro generalizado, *entre-texto* de ficções, sejam as que se valem da pretensão de prevalência do “real”, mas também as que já nasceram como ruína e derrota. Nos dentes dessa *máquina textual*, tudo se contamina e o resultado será *outro*, ainda não determinado.⁴²⁷

Ao liberar as vicissitudes da interpretação no ato de leitura-escrita disseminada, a *máquina* não tritura a possibilidade ética e democrática, mas inscreve esta possibilidade num terreno onde ela não será decidida pela verdade ou falsidade para um sujeito.⁴²⁸

⁴²⁵ DERRIDA, Jacques. In: (D).1972. p.322-324

⁴²⁶ *Ibidem*. p.326-328.

⁴²⁷ SILVA, Maria das Graças G.Villa. Literatura e psicanálise: um jogo intertextual e intercontextual de forças em conflito. In: SANTOS, Alcides Cardoso dos; DURÃO, Fabio Akcelrud; SILVA, Maria das Graças G. Villa (Orgs.). *Desconstruções e contextos nacionais*. Rio de Janeiro: 7letras, 2006. p.196-206.

⁴²⁸ DERRIDA, Jacques. In: (D).1972. p.211-213.

Ao invés de regurgitar o já-ocorrido, passar em revista o passado para extrair uma verdade, os gestos interpretativos buscam encontrar, nos acontecimentos, desdobramentos por vir.⁴²⁹

O desencadeamento do trabalho da *máquina textual*, mediante re-marcações que se colocam insistentemente no *texto*, cessa o fenômeno de representação do ser-em-pessoa do sujeito, seja atuando como autor, agente, leitor, de maneira pré-estabelecida. O trabalho da *máquina* (uma máquina engenhosa, de teatro ou de guerra, uma máquina e uma maquinação, do mecânico e do estratégico) permite calcular a abertura ao não-representável e, desta maneira, vai de encontro a uma outra noção de subjetividade.⁴³⁰

Na escrita derridiana, a questão da subjetividade surgirá como uma resposta à filosofia de Hegel, como crítica à metafísica da subjetividade.⁴³¹ Para Hegel, a subjetividade deve agir a fim de se tornar o que é em si, como presença e permanência no mundo. O ser presente, que age, supõe o ser em relação como morte, como ausência ou seu negativo; e o supera.⁴³²

Para Derrida, a questão da subjetividade e da *máquina* não se põe como uma defesa triunfante da vida presente, nem elege a morte como horizonte de orientação. A *máquina textual* tem no sujeito uma função e engrenagem e está na corda bamba entre vida e morte. Ao não se centrar num sujeito e não ter um tempo presente como tutor, história(s) está nessa disjunção em que a referência é uma diferença aberta à alteridade.⁴³³

Pelo jogo desconstrutor, a disseminação desencadeada no saber histórico não defende o inumano ou desumano. Ela busca afastar-se do enclausuramento em torno da autoridade da presença e da verdade como presentificação, para lançar-se como abertura ao imprevisível e à inesperada vinda do outro. Esta abertura à alteridade enlaça o pensamento de Derrida ao de Levinas,⁴³⁴ e expõe o fato de que, ao descentrar o princípio de subjetividade moderno e inseri-lo no mecanismo da *máquina textual*, a ética acaba tendo prioridade sobre a ontologia. Não como substituta do pensamento do ser como presença, mas pela afirmação de que a ética não

⁴²⁹ RAJAGOPAN, Kanavillil. *op.cit.* In: NASCIMENTO, Evando. (Org.), 2005. p.119.

⁴³⁰ DERRIDA, Jacques. In: (PM).2004. p.35-38.

⁴³¹ Barnett, S. *Hegel after Derrida*. New York, 1998. p.131-145 NASCIMENTO, Evando. (Org.).2005.p.29-41.

⁴³² HEGEL, G. W.F. *op.cit.*,1999. p.308 *et seq.*

⁴³³ RAJAGOPALAN, Kanavillil. In: NASCIMENTO, Evando. (Org.), 2005. p.120 *et seq.* Barnett, S. *Hegel after Derrida*. New York, 1998. p.140- 147.

⁴³⁴ “Este mestre jamais separou seu ensinamento de um pensamento insólito e difícil do ensino, do ensinamento magistral na figura do acolhimento em que a ética interrompe a tradição filosófica do parto e desfaz a astúcia do mestre quando este finge desaparecer atrás da figura da parteira.” DERRIDA, Jacques. *Adeus a Emmanuel Levinas*. São Paulo: Perspectiva, 2004. p.23 Cf. FABRI, Marcelo. *Desencantando a ontologia: subjetividade e sentido ético em Levinas*. Porto Alegre: EDUPUCRS, 1997.

é uma subseção secundária da filosofia, que trata do modo como os seres humanos deveriam se relacionar uns com os outros e com o mundo que os rodeia. Seres humanos não pré-existem às suas relações com o outro. A noção de contaminação e de *máquina* não quer dizer que os homens se dissiparam das relações, mas que foram fundados por elas.⁴³⁵

Como, onde aparece ou o que é a ética? Um dos paradoxos do que tento propor é que só há ética, só há responsabilidade moral, como se diz, ou decisão ética, ali onde não há mais regras ou normas éticas. Se há regras ou se há uma ética disponível, ou um conjunto de regras, nesse caso basta saber quais são as normas e proceder a sua aplicação, e assim não há mais decisão ética. O paradoxo é que, para haver decisão ética, é preciso que não haja ética, que não haja regras, nem normas prévias. É preciso reinventar cada situação singular ou regras que não existem previamente. Portanto, se tenho tanta dificuldade de utilizar essa palavra é, em particular, porque paradoxalmente sinto que a exigência de uma responsabilidade ética implica a ausência de uma ética, de um sistema ético e de uma norma ética.⁴³⁶

O outro ao qual se dirige a ética poderia ainda ser um homem? Sob quais circunstâncias se ainda haveria de insistir na clausura de certo “algo humano”, fim em si mesmo, que reúne a todos em um “nós”, nós “homens”, nós “seres humanos”?⁴³⁷ Essa co-pertença e co-propriedade se vêem abaladas, mas não simplesmente pelo evento de emergência do *texto disseminado* e do *jogo* desconstrutor. Sua margem e finitude estavam marcadas na própria estrutura que lhe serve de base. O homem é o tema de uma história universal, que é escrita, entretanto, dentro de seus limites culturais, lingüísticos, históricos, ou seja, nos limites da finitude humana. O fim do homem é prescrito e necessário no próprio pensamento da verdade do homem, porque homem é o que tem relação com seu fim.⁴³⁸

Nesse horizonte, não se está mais seguro do que quer dizer a palavra homem. Existe uma história do conceito de homem e é preciso se interrogar sobre essa história: de onde vem o conceito de homem, como o homem ele mesmo pensa o que é o próprio do homem? Por exemplo, quando tradicionalmente se opõe o homem ao animal, se afirma que o próprio do homem é a linguagem, a cultura, a história, a sociedade, a liberdade etc. Pode-se colocar questões sobre a validade de todas essas definições do “próprio” e do homem e, portanto, sobre a validade do conceito de homem tal como geralmente é utilizado. Colocar questões sobre esse conceito de homem é nada ter de seguro a esse respeito. Mas isso não quer dizer ser contra o homem. Frequentemente se acusa a desconstrução de, ao colocar questões sobre a história do conceito de homem, ser inumana, desumana, contra o humanismo. Nada tenho contra o humanismo, mas me reservo o direito de interrogar quanto à história, à genealogia e à figura do homem, quanto ao conceito do próprio do homem.⁴³⁹

⁴³⁵ DERRIDA, Jacques. In: (PM).2004. p.94-136. DERRIDA, Jacques e ROUDINESCO, E. In: (YQ).2005. p.59-60. DEUTSCHER, Penélope. Giving and forgiving. In: *op.cit.*, p.79 et seq.

⁴³⁶ DERRIDA, Jacques *A solidariedade dos seres vivos* - Entrevista por Evando Nascimento, publicada no suplemento Mais! da Folha de S. Paulo, em 27.5.2001. In: <http://www.rubedo.psc.br/Entrevis/solivivo.htm>.

⁴³⁷ DUQUE-ESTRADA, Paulo César. *Derrida e a crítica heideggeriana do humanismo*. In: NASCIMENTO, Evando. (Org.).2005. p.254.

⁴³⁸ DERRIDA, Jacques. In: (MF).1991. p.146/161-163.

⁴³⁹ DERRIDA, Jacques. *A solidariedade dos seres vivos*. 2001.

O desafio é pensar um fim do homem não organizado pela dialética da verdade e da negatividade, um fim que não se concretize como reapropriação na consciência daquilo que a escapa, que não seja uma teleologia na primeira pessoa do plural. Um fim como recomeço, como rompimento e dessacralização da ordem que atrelou historicidade e ética aos ideais de subjetividade e liberdade. Uma outra historicidade espera uma outra ética. E vice-versa. Uma “emancipação em devir”.

O que dá origem à própria ética não é subsumível ao campo de uma orla estrita ou condicional. [...] Qualquer tentativa de um eu ou de uma cultura se propor dar este ou aquele sentido à alteridade radical, será sempre uma performance histórica, datada, limitada e, contudo, paradoxalmente indispensável (...) A decisão ética, a responsabilidade ética reinventada passa exatamente pela injunção de reavaliar cada situação singular em que a alteridade se apresenta enquanto tal. Aí onde não parece haver solução simples, aí onde as coisas se complicam em face do outro, é que é preciso tomar a decisão da melhor atitude, o gesto mais adequado e mais justo. E de maneira incondicional.⁴⁴⁰

DOCUMENTO-suplemento: fontes transbordantes

As fontes documentais são os limiares da fronteira entre história e ficção. O trabalho historiador cambia junto com o status e a forma como se trata estes *textos*. Certamente já não se pode mais afirmar a possibilidade de uma objetiva realidade histórica extraída dos “documentos” de uma forma totalizante. Mas ainda que o trato “positivista” a um “documento” isento, neutro, objetivo, científico, que comportava e comprovava toda a “realidade histórica” tenha sido praticamente abandonado, para o trabalho historiador a questão do documento e das fontes continua uma problemática.⁴⁴¹

Uma das marcas mais relevantes do deslocamento ocorrido no interior do campo historiográfico com relação ao tratamento das fontes é o texto “Documento-monumento”,⁴⁴²

⁴⁴⁰ NASCIMENTO, Evando. Ética e política segundo Derrida. In: SANTOS, Alcides Cardoso dos. (Org.). *Estados da Crítica*. Cotia/Curitiba: Ateliê Editorial/Editora da Universidade Federal do Paraná, 2006. p.65-66/70-71.

⁴⁴¹ Há uma extensa bibliografia que aborda a relação do historiador e os documentos. De relance, cita-se: COLLINGWOOD, Robin George. *The limits of the historical knowledge*. In: *Essays in the philosophy of history*. New York: McGraw-Hill, 1965. p.90-103. CARR, Edward Hallet. O historiador e seus fatos. In: *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p.11-29. MARROU, Henri-Irene. A história faz-se com documentos. In: *Sobre o conhecimento histórico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.55-77.

⁴⁴² LE GOFF, Jacques. Documento-monumento. In: *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003. p.525-541.

de Le Goff, no qual se anuncia não somente um conceito de documento, mas uma tarefa e função para a ciência histórica.⁴⁴³

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira.⁴⁴⁴

Numa concepção apoiada nas reflexões foucaultianas a respeito das unidades e formações discursivas,⁴⁴⁵ a tarefa da história diante o documento passa a ser, sobretudo, tratar de pôr a luz as condições de sua produção e mostrar em que medida este documento é instrumento de um poder.⁴⁴⁶

Neste cenário, a pretensão de validade do trabalho historiador como ciência está assegurada na medida em que, por meio de “exame crítico” das fontes, o historiador consegue acionar formalizações científicas em seus objetos não-científicos. O pesquisador não pode ser pueril e deve, portanto, extrair a “verdade” da mentira que o documento carrega. O exame crítico das fontes, isto é, situar os documentos no tempo e no espaço, no recorte contextual, classificá-los e criticá-los a respeito da credibilidade e autenticidade, é o apoio da pretensão à cientificidade do historiador.⁴⁴⁷

A ciência histórica do século XX mudou o foco, mas não pôde abrir mão da “inspeção rigorosa” das fontes como instância de verificação da autenticidade, integridade e credibilidade do saber historiográfico. Por inspeção rigorosa se entende os procedimentos

⁴⁴³ A abertura e ampliação do que era tido como documento e fonte, para além do que é “escrito”, marcando a aceitação de outras linguagens como evidência e prova histórica, é também um acontecimento relevante. Depois dos trabalhos de Febvre, a noção de documento abrangerá cada vez mais “vestígios” de manifestações humanas a caminho de uma história total. Cf. FEBVRE, Lucien Paul Victor. *Combates pela história*. 3ª ed. Lisboa: Presença, 1989.

⁴⁴⁴ LE GOFF, Jacques. *op.cit.* 2003. p.538.

⁴⁴⁵ Foucault apresenta a renúncia aos temas de análise histórica que têm por função “garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida” para tratar de reconstituir um outro discurso, “re-estabelecer o texto miúdo e invisível que percorre o interstício das linhas escritas e, às vezes, as desarruma (...). Sua questão, infalivelmente, é: o que dizia, pois, no que estava dito?” In: FOUCAULT, Michel. *op.cit.*, 1972. p.36-39. Cf. RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo social: Revista de sociologia da USP*, São Paulo. v.7, n.1-2, p.73 et seq., out.1995.

⁴⁴⁶ LE GOFF, Jacques. *op.cit.*, p.525.

⁴⁴⁷ *Ibidem*. p.537-539. CARDOSO, Ciro Flamarion S; PEREZ BRIGNOLI, Hector. O que é a ciência histórica de hoje. In: *Os métodos da história: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002. p.39-44.

“inquisitoriais” que garantem afastar suficientemente o saber histórico do “puramente” ficcional e imaginativo, para fazê-la figurar, triunfante, como uma ciência social.⁴⁴⁸

No afã de ser ciência, o trabalho historiador seguiu, seja nos trilhos do marxismo economicista, do modelo econômico da segunda geração dos *annalistes* ou dos modelos estatísticos da cliometria norte-americana, um caminho que levou ao “fetichismo arquivista”, culminando na hegemonia de uma história cultural ou da cultura em que o status da prova empírica é tal que as pesquisas são avaliadas mais pelos documentos (manuscritos ou não) “inéditos” que foi possível reunir do que pela problematização alcançada pelo trabalho.⁴⁴⁹

E, durante algum tempo, os historiadores puderam estar seguros de haver escapado do “meramente literário”.⁴⁵⁰ Até que “a literatura volta a história, montando seu circo de metáfora e alegoria, interpretação e aporia, exigindo que os historiadores aceitem sua presença zombeteira bem no coração daquilo que, insistiam eles, consistia sua disciplina própria, autônoma e verdadeiramente científica”.⁴⁵¹

Pode-se assinalar como emergência deste retorno do literário na cena do saber histórico, o ensaio de Lawrence Stone *O renascimento da narrativa: reflexões sobre a velha nova história*.⁴⁵² Este texto tinha o intuito de apontar a tendência da pesquisa histórica de ponta ao retorno da forma narrativa de escrita, fazendo na seqüência um levantamento das causas dessa tendência. O alvoroço do debate que se seguiu tem menos a ver com o conteúdo da tese de Stone, do que com aquilo que a reabilitação da narrativa com intuito de melhor buscar uma verdade histórica recalca: o caráter retórico e poético do saber histórico, isto é, o saber como prática cultural produtora (inventora) de sentido.⁴⁵³

O cenário (assustador?) pode ser vislumbrado nas palavras de Stone:

⁴⁴⁸ BENATTI, Antônio Paulo. História, ciência, escritura e política. In: RAGO, M. & GIMENES, R. (Orgs.). *op. cit.*, p.81-82.

⁴⁴⁹ LACAPRA, D. Is everyone a ‘Mentalité’ case? In: *op. cit.*, 1985. p.80 *et seq.*

⁴⁵⁰ RANCIÈRE, Jacques. *op. cit.*, 1995. p.229 *et seq.*

⁴⁵¹ HARLAN, David. A história intelectual e o retorno da literatura. In: RAGO, M. & GIMENES, R. (Orgs.). *op. cit.*, p.15-18.

⁴⁵² STONE, Lawrence. O renascimento da narrativa: reflexões sobre a velha nova história. *Revista de História*, IFCH, UNICAMP, n.2-3, p.13-37, 1991. Este texto analisa o fato de que a partir da constatação da crise dos modelos de ciência a que a história tentara se converter, havia um retorno, não a forma tradicional de narrativa, mas de um modo de escrever a história que afeta e é afetado pelo conteúdo e pelo método, dirigida por um princípio gerador e que tem um tema e um argumento.

⁴⁵³ BENATTI, Antonio Paulo. In: RAGO, M. & GIMENES, R. (Orgs.). *op. cit.*, p.83-86. ZAJDSZNAJDER, Luciano. *A travessia do Pós-moderno*. Rio de Janeiro: Gryphos, 1994. p.5.

A tendência para a narrativa levanta problemas irresolvidos sobre a maneira que formaremos nossos graduandos no futuro – supondo que haja algum para formar. Nas artes da retórica? Na crítica dos textos? Em semiótica? Em psicologia? Ou nas técnicas de análise das estruturas sociais e econômicas que viemos praticando durante uma geração?⁴⁵⁴

O desdobramento atual é um conflito em que os historiadores tendem a repetir, como forma de convencer a si mesmos, que embora os acontecimentos passados só possam ser conhecidos por intermédio de seu estabelecimento em uma linguagem, eles “ocorreram” num passado “real e empírico”.⁴⁵⁵

No máximo da “boa vontade” com o lado ficcional do trabalho historiador, entende-se que há necessidade de se “preencher lacunas” deixadas pelos documentos, de maneira a organizar uma intriga racional e inteligível.⁴⁵⁶ De forma que:

A história, se a quisermos definir como ficção, há que ter em conta que é uma ficção controlada. A tarefa do historiador é controlada pelo arquivo, pelo documento, pelo caco que chega até o presente. De uma certa forma, eles se “impõem” ao historiador, que não cria vestígios do passado (no sentido de uma invenção absoluta), mas os descobre ou lhes atribui um sentido, conferindo-lhe o estatuto de fonte (...). Ficção controlada, porque a história aspira ter, em sua relação de “representância” com o real, um nível de verdade possível (...). Esta história-ficção é ainda submetida às estratégias argumentativas e aos rigores de método, que cercam, testam, comparam e cruzam os documentos escolhidos no maior número de relações e comparações possíveis.⁴⁵⁷

A noção de vestígio, esses indícios de um passado presente, transformados pela metodologia em fonte, documenta o fundamento metafísico da história. O vestígio pretende ser o atestado “material” de que há um limite incontestável para a interpretação e o *jogo* dentro do trabalho historiador. Procedendo por esta comodidade ético-metafísica, põe-se a escanteio a face aditiva e a influência “nociva” do jogo interpretativo no saber histórico.⁴⁵⁸

Este limite ganha corpo, no que se refere ao trato documental, de duas maneiras. A primeira, já um tanto desgastada, mas ativa — sobretudo nos campos em que a grafia quer se fazer mais científica — é a distinção entre fontes primárias, mais profundas e verdadeiras, e secundárias, superficiais ainda que úteis, mas que não sustentam por si só um trabalho historiador. Esta

⁴⁵⁴ STONE, Lawrence. *op.cit.*, p.36.

⁴⁵⁵ HUTCHEON, Linda. Historicizando o pós moderno: a problematização da história. In: *op.cit.*, p.131-137.

⁴⁵⁶ Cf. VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças: história e sociologia*. São Paulo: Brasiliense, 1983. REIS, José Carlos. Teoria e história da ciência histórica: tempo e narrativa em Paul Ricoeur. In: FIGUEIREDO, Betânia G; CONDÉ, Mauro Lúcio L. (Orgs.). *op.cit.*, 2005. p.96-98.

⁴⁵⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. *Revista de História das Idéias*, Lisboa, v. 21, p.39 e 40, 2000.

⁴⁵⁸ DERRIDA, Jacques. In: (GR).2004. p.359-360.

hierarquia contempla a noção de “original” e a busca pela “origem” escondida ou perdida nos arquivos, capaz de provar que o historiador diz uma verdade sobre seu “objeto”.⁴⁵⁹

Esta primeira hierarquia não desapareceu. Entretanto, a partir dos primeiros embates entre os contornos mais cristalizados da historiografia e os gestos esboçados desde Saussure — que ganharam força e visibilidade a partir da década de setenta, configurando a “virada lingüística” — o trabalho com o documento exigiu novos cuidados. A concepção do sistema lingüístico como instável e aberto defendida por Derrida, Barthes, Paul de Man e outros se disseminou entre tantas competências disciplinares numa dispersão difícil de domar.⁴⁶⁰ Ante estudos teóricos que insistiam colocar sob suspeição as noções de referente, originalidade, autoria e sentido, bases da “crítica” do documento, houve uma reformulação destas bases, sobretudo na história intelectual, de modo a conformar o que David Harlan chama de “uma nova ortodoxia”.⁴⁶¹

Esta nova ortodoxia estabelece como noções-chave para lidar com a documentação as idéias de contexto e texto. O contexto é tido como um quadro de referência histórica, amplo universo de circunstâncias culturais, dimensão de natureza privilegiada, diversa do texto, que será compreendido e explicado a partir do pressuposto de que compreensão e explicação se devem à restituição de “sentido original” ao documento. O olhar para as fontes é direcionado para se obter delas a forma de seu funcionamento dentro de um tipo de discurso que lhe é exterior, que lhe contém; e as maneiras pelas quais estes documentos modificam ou são modificadas por este discurso. O documento é instrumento que comprova a existência de um outro: o contexto. É testemunha e representação do que teria existência plena antes dele e sem ele. Ou seja: o interesse recai sobre o “contexto” e não sobre o *texto*.⁴⁶²

O documento vive, desta maneira, uma situação paradoxal. Ele é fundamental na medida em que é o caminho pelo qual se reconstitui a intenção de homens que pensam e agem dentro de um contexto que lhes determina o sentido e a forma da ação. É também a medida de

⁴⁵⁹ JENKINS, Keith. *op.cit.*, 2005. p.79-83. LACAPRA, Dominick. *op.cit.*, 1985. p.135 *et seq.* Para estes dois autores, o debate clássico sobre prova documental na historiografia encontra sua melhor performance na contraposição entre os textos de Carr e Elton. Cf. CARR, Edward Hallett. *Que é história?* 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. ELTON, Geoffrey Rudolph. *The practice of history*. London: Fontana, 1969.

⁴⁶⁰ “Da filosofia analítica norte-americana à teoria literária estruturalista e pós-estruturalista, da hermenêutica de Gadamer e Ricoeur à teoria dos tropos literários de Hayden White; da história da historiografia à ‘metaficção historiográfica’ no romance pós-moderno, como abranger sem disparates tamanha dispersão?” BENATTI, Antonio Paulo. In: RAGO, M. & GIMENES, R. (Orgs.). *op.cit.*, p.65-66.

⁴⁶¹ HARLAN, David. In: RAGO, M. & GIMENES, R. (Orgs.). *op.cit.*, p.19 *et seq.*

⁴⁶² LACAPRA, Dominick. *op.cit.*, 1983. p.51 *et seq.* LIMA, Luiz Costa. *op.cit.*, 1975. p.196-197. Cf. LACERDA, Sônia; KIRSCHNER, Tereza. *op.cit.*, 2003. p.31-32.

veracidade dessa reconstituição. Mas ele é secundário, já que é sistematicamente reduzido ao ser usado para reconstruir um ou outro contexto. Cada texto documental é aparado até poder ser incorporado ao contexto. A abordagem dos documentos é instrumental, sua historicidade é pontual e restrita à verdade de um contexto previamente delimitado. O documento sobrevive unicamente como expressão e justificativa da presença passada desse contexto, estimando e organizando o trabalho por um sistema de referências diretas ao presente.⁴⁶³

Num lance dentro desta cena, o trabalho historiador é convidado a se disseminar na escrita de história(s). Pois as tentativas de minimizar os efeitos “perversos” produzidos pela teoria literária e filosofias da linguagem não têm sido suficientes para eclipsar a fenda aberta na unidade desse saber que, como *episteme*, quis ser uma fusão da letra e sentido metafísico. Tanto que são numerosos os trabalhos que enfatizam a necessidade de se reconhecer e estudar as inter-relações entre esses saberes.⁴⁶⁴

No horizonte do pensamento derridiano, como pensar o documento, esse lugar de inscrição, de consignação e de registro?⁴⁶⁵

Como máquina *textual* desencadeada, o documento não pode mais ser um fragmento de margens brancas, virgens, vazias. É uma peça cujo limite é imediatamente transbordado por um outro, que o contamina, o excede e faz quebrar seu sentido. Quando o trabalho historiador opera, não há distinção ou hierarquia autêntica entre um tipo de fonte e outro, nem mesmo entre o texto que está sendo tecido e aquele outro, documento, do qual se serve. A função documental nessa operação é *suplementar*.⁴⁶⁶

A tarefa de um documento numa história absolutamente envolvida com o sentido metafísico, no *texto*, é de se colocar no lugar onde falta o presente passado, como prova de que ele realmente existiu. A tarefa das fontes é suprir “materialmente” a ausência que funda o saber histórico, evidenciando que seu “objeto” passou pelo mundo como presença e como tal pode ser representado. É encarado, dessa forma, como um complemento, aquilo que torna completo o sentido de outrem. Mas a *lógica do suplemento* discute o documento como atestado de veracidade e completude de uma ou outra construção histórica. A inserção do documento em

⁴⁶³ HARLAN, David. *op.cit.*, p.39-42.

⁴⁶⁴ Cf. BENATTI, Antonio Paulo. In: RAGO, M. & GIMENES, R. (Orgs.). *op.cit.*, p.66-70.

⁴⁶⁵ DERRIDA, Jacques. *op.cit.*, 1995. (ED). p.246-247.

⁴⁶⁶ DERRIDA, Jacques. In: (LI).1991. p.23-26.

um texto quebra a linearidade temporal e pretensa unicidade do discurso histórico, evidenciando a textualidade do trabalho historiador.⁴⁶⁷

“O Suplemento é uma adição, um significante disponível que se acrescenta para substituir e suprir uma falta do lado do significado e fornecer o excesso que é preciso”.⁴⁶⁸ O trabalho historiador, ao adicionar repetidamente documentos em seu texto, faz ver que a verdade de seu trabalho está *fora* do seu texto, está no documento, este outro *texto*. E põe à vista, ao mesmo tempo, que este documento só tem valor de verdade neste trabalho. O sentido está intermitente entre o *fora* e o *dentro* da operação histórica, e só se deixa produzir nas adições repetidas entre um e outro. Suplementariedade mútua. Se o documento é apresentado como exterior ao trabalho historiador, como referência e local de validação, ele é ao mesmo tempo inserido e integrado à *máquina textual*, entregando o sentido do texto ao jogo de remissões intertextuais, no qual a plenitude e originalidade da presença passada, a *fonte*, se apaga.⁴⁶⁹

O documento deveria ser a impressão da coisa em si, da presença que passou, mas a necessidade de transportá-lo e inseri-lo num outro lugar, num *texto*, indica que esta presença já era lacunar. O trabalho historiador na escrita de história(s) faz aparecer a impossibilidade da presença plena, presente, passada ou futura. Seu labor é intempestivo, de um tempo desconjuntado, fora-de-si. Disseminada, a escrita da história(s) trabalha o documento, não como prova e fragmento de um passado que existiu, mas como suplemento que intervém e se insinua no lugar da presença passada. O documento-suplemento assume, performaticamente, a forma daquilo que, simultaneamente, ele resiste, substitui e engloba. Tem assim estatuto de suplente e poder de suplência. O trabalho historiador se transfigura numa encenação intertextual na qual, se há lugar para o sentido, é no desvio e no limite de uma performance de si próprio.⁴⁷⁰

O documento-suplemento interrompe a possibilidade de um sentido próprio a qualquer evento ou encadeamento de eventos. Procedendo por (com) *brisura*, produz-se um efeito interpretativo no qual aquilo que deveria conceder estabilidade e segurança à identidade entre *texto* e “algo que aconteceu” acaba por perpetrar um deslizamento *entre* esses limites. Inserir e convocar um documento deveria proteger o texto histórico do desamparo literário, mas se o faz, ao mesmo tempo deixa abrir neste texto a possibilidade de uma outra interpretação,

⁴⁶⁷ DERRIDA, Jacques. *Do Suplemento a fonte: a teoria da escritura*. In: (GR).2004. p.327-386.

⁴⁶⁸ SANTIAGO, Silviano. *op.cit.*, 1976. p.88.

⁴⁶⁹ DERRIDA, Jacques. In: (GR).2004. p.263-266. CULLER, Jonathan. *op.cit.*, p.118-121.

⁴⁷⁰ *Ibidem*. p.193-200.

remetendo diretamente à textualidade que constitui, ainda que a contragosto, o campo historiográfico.⁴⁷¹

Dessa maneira, desponta outra forma de ler-escrever, feita no lugar e no tempo em que a decisão de fazê-la parece impossível. Essa leitura conjura na *máquina textual*, por *contra-assinatura*, os “sujeitos” inseridos no procedimento da *máquina* a fazer histórias. O “sujeito” que escreve (“historiador”?) e o que escreveu (“agente?” “objeto”?) se rasuram e se deslocam, se desdobram na finitude e perpetuação de seus documentos, registros do “fato” de que um e outro passaram por ali, ainda estão ali, de passagem, a celebrar em cada marca documental sua existência e sua morte. O “sujeito” do documento e diante do documento não pode atuar mais como avalista, conselheiro, juiz, promotor, vingador ... a não ser encarando essas funções como máscaras, como *assinaturas*, parte da *máquina* que outrora julgou reger.⁴⁷²

Uma história(s) não comprometida com a clausura metafísica deliberadamente se aventura, procede como um pensamento errante sobre itinerário e método. As fontes se redobram como suplemento e transbordam, pois não podem nem ser a origem ou presença, e não podem ficar no lugar delas como uma representação, como também não podem ser simplesmente o avesso, uma ficção ou uma mentira. Elas deslocam no *texto* esses lugares que tendemos a cristalizar. Isto não quer dizer que não haja diferença entre um evento ficcional e um real, mas que a ficção e a realidade são suplementares e são possibilitados pela *máquina textual*. Trata-se de não excluir da história(s) aquilo que não está presente e “real” (os inexistentes irreais), e mais: de considerar o evento histórico tido como “real” um caso particular de “ficção”.⁴⁷³

O que tentamos mostrar ao seguir o fio de ligação do ‘perigoso suplemento’ é que no que chamamos de vida real das criaturas de carne e osso (...) nunca houve nada além da escrita e nunca houve nada além de suplementos e significações substitutas, que poderiam surgir apenas em uma corrente de referências diferenciais. O ‘real’ sobrevém e é adicionado apenas ao tomar o sentido de um vestígio ou a evocação de suplementos.⁴⁷⁴

Onde quer que estejamos, já estamos em um *texto*. O trabalho historiador parte já e desde sempre da escrita e por isso suas fontes só fazem derivar e transformar o que nunca foi um sentido próprio. Os documentos não podem reunir-se numa unidade originária, num “contexto” que fosse fonte de emanação ou de proveniência do sentido deles. “O que nele

⁴⁷¹ *Ibidem*. p.195-196.

⁴⁷² DERRIDA, J. *Otobiographies: l'enseignement de Nietzsche et la politique du nom propre*. Paris: Galilée, 1984. p.75 et seq. NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999. p.304-308.

⁴⁷³ CULLER, Jonathan. *op.cit.*, p.122-127. Cf. WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: *Trópicos do discurso: Ensaio sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSp, 2001. p.97-117.

⁴⁷⁴ DERRIDA, Jacques. In: (GR).2004. p.196.

[documento] está se mescla com o que poderia ter havido; e o que nele há, se combina com o desejo do que estivesse; e que por isso passa a haver e a estar”.⁴⁷⁵

É por isso que o alcance do contexto nunca pode ser dissociado da análise do texto, e em função dela, todo contexto é transformador-transformável, exportador e exportável. Recortar o contexto de uma pesquisa histórica é imediatamente corromper a pretensa pureza dele, pois exige que se engendre um limite contextual que por si só não estaria lá. Esse limite, essa finitude, é a condição para que a transformação contextual permaneça sempre aberta. Isso não supõe que os textos devam ser apartados de seus contextos, mas, pelo contrário, que só existem contextos sem nenhum centro absoluto de ancoragem.⁴⁷⁶

A fonte, ao tornar-se, abre o tempo como atraso da origem sobre si mesma. Estratagem de uma encenação que pretende se encerrar nos limites de uma consciência e encetar uma presença. Desdobrar este atraso, espaçar esta operação é expor a temporalidade à aporia, a falta de um traçado.⁴⁷⁷ O documento-suplemento (suplemento do suplemento) toma-se como o irreversível que infinitamente se reescreve: enquanto navegação, essa reescrita está para além de diagnósticos, profecias e doutrinações, modos de cercear a errância. As fontes trabalham em rede intertextual, gerando acúmulos e carências que alimentarão outros lances e “novas” história(s).⁴⁷⁸

RECEPÇÃO além da apropriação: traduções.

O nomadismo da história(s) está atrelado ao “fato” de que a origem é *différance*, mas esta, sem lugar definido, desencadeia um processo de interminável diversificação. A unidade da origem se substitui pela proliferação atuante de sentidos. Desprovidos de um fundamento, os significantes se apagam. Restam diferenças. As reiteradas passagens pelas fronteiras da

⁴⁷⁵ Cf. LIMA, Luiz Costa. *op.cit.* 1975. p.195. Costa Lima se refere aqui ao uso da literatura como fonte, mas a afirmação pode se estender a todos os documentos, escritos ou não, pois da perspectiva derridiana entende-se que em todo *corpus* documental se encontram aspectos de literalidade. Cf. LACAPRA, D. *op.cit.*, p.52-55.

⁴⁷⁶ DERRIDA, Jacques. In: (LI). p.110-111. Lacapra, ao tratar das complexas relações que podem existir entre texto e contexto, formula seis tipos de contextos históricos possíveis. Sua preocupação é menos esgotar os tipos de contexto do que demonstrar o quanto a naturalização da idéia de contexto pode empobrecer a historiografia, sobretudo a história intelectual. Ele lista os seguintes contextos: relação entre intenção do autor e texto; relação entre vida do autor e texto; relação entre sociedade e texto; relação entre cultura e texto; relação entre texto e corpo da escrita; relação entre modos de discurso e texto. Cf. LACAPRA, Dominick. *op.cit.*, 1983. p.36-71.

⁴⁷⁷ DERRIDA, Jacques. In: (GR).2004. p.199. DERRIDA, Jacques. In: (MF).1991. p.315-347.

⁴⁷⁸ DERRIDA, Jacques. In: (ED).1995. p.245; LACAPRA, Dominick. *Writing the history of criticism now?* Ithaca: 1985. p.106 *et seq.*

“ficção” e do “real” deixam marcas (sistemas, culturas, livros, documentos), sujeitas ao desgaste para dar lugar a outras marcas. Divisibilidade sem fim de remessas incontáveis.⁴⁷⁹

Naquilo em que uma leitura existencialista encontraria a figura de lugar, a perspectiva derridiana encena um gesto que põe em causa a própria figuração. Esse *não-lugar* é uma zona de contatos e sobreposições que instigam hibridismos, exclusões, interdições e transgressões. Sem conformar um centro, um próprio ou uma identidade, essa estratégia se configura como um processo de *tradução*.⁴⁸⁰

O recurso à tradução como um processo cultural aparece no campo historiográfico na medida em que se estreitam as relações com a antropologia e a etnografia.⁴⁸¹ Ao contrário de uma concepção restrita de tradução, o ato de traduzir não remete à atividade de transpor literalmente signos de uma língua para outra. Negociando com noções e técnicas desenvolvidas no horizonte de uma antropologia cultural, em que se destaca a descrição densa de Clifford Geertz,⁴⁸² estudos históricos interessados nos processos de circulação intercultural de valores e bens utilizam a noção de tradução cultural para lidar com a criatividade e os dilemas envolvidos nas recepções e apropriações que afloram dos encontros entre culturas distintas.⁴⁸³

Na dimensão desses encontros e traduções reside uma ambigüidade, pois encontrar e traduzir abre possibilidade para a confluência e troca, mas também para a colisão e cotejo. Da mesma

⁴⁷⁹ ANDRADE, Antonio. Da idéia ao texto: uma digressão "filopoética". *Alea* v.8, n.1, Rio de Janeiro, Jan./June 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>.

⁴⁸⁰ SANTOS, Alcides Cardoso dos. Desconstrução e visibilidade: a aporia da letra. NASCIMENTO, Evando. (Org.), 2005. p.257-268.

⁴⁸¹ O saber antropológico lidou com a noção de tradução cultural desde suas primeiras configurações. Muitas vezes a coleta de informações em campo depende do aprendizado de uma língua estrangeira, sendo pertinente examinar as próprias pressuposições lingüísticas de missionários e etnógrafos nas suas descrições sobre outros povos. RINCÓN, Carlos. "Antropofagia, reciclage, hibridación, traducción, o como apropiarse la apropiación." *Nuevo Texto Crítico*, p.341-356, nov.1999. Cf. REINHARD, Bruno Mafra Ney; PEREZ, Léa Freitas. *Da lição da escritura*. Horiz. antropol. *Horizontes Antropológicos*, v.10, n.22, Porto Alegre, jul./dez.2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>.

⁴⁸² Geertz sustenta que a organização da vida social acontece através de símbolos, como sinais, representações, e que seu sentido deve ser captado se quisermos entendê-la e formular princípios a seu respeito. A etnografia seria uma descrição densa, interpretativa, da “realidade” que está sendo pesquisada, e fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado. GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p.13-44. Cf. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. A categoria de (des)ordem e a pós-modernidade da Antropologia. In: *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988. p.102 et seq.

⁴⁸³ SCHAEFFER, Maria Lucia. *Nísia Floresta, o carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural*. São Paulo: Hucitec, 1996. p.11 et seq.

forma que a tradução negocia e transporta as diferenças culturais, ela marca o corte, a distância entre elas. Ela pode funcionar, como lembra Hartog, como um corte-sutura: nomeando o outro, classifica-o, domina-o.⁴⁸⁴

Essas faces dos processos de tradução e encontro cultural não desaparecem nas entrelinhas para que venha à tona a formulação de um discurso que valorize híbridos e mestiços. Um encontro cultural pode apenas produzir um outro silencioso, e na seqüência a imposição de um mutismo ou um monólogo. A tradução pode servir de sustento à “retórica da alteridade”, se tende a transportar o *outro* ao idêntico numa interpretação definitiva. Há uma promessa contida no horizonte da tradução de fazer cumprir a reconciliação da dispersão significativa numa língua que é verdadeira por se referir somente a ela, autêntica e original. Ao privilegiar um dos significados, entre tantos que um termo ou prática podem ter, a tradução pode anular o *jogo* das significações e apagar as demais significâncias do traduzido.⁴⁸⁵

A necessidade da tradução está vinculada a uma luta pela apropriação do nome, do direito de nomear e estabelecer uma origem, um original. Nesse sentido, a tarefa da tradução é restituir o que era inicialmente dado, pagar uma dívida de sentido que o apropriado mantém com o próprio, o autêntico. A tradução em seu deslocamento simbólico deveria restituir, por contrato, a completude e a presença de sentido na identidade presumida a si de cada prática ou gesto cultural. O desdobramento do original na tradução marca uma aliança entre a origem e sua derivação. Esta aliança presume um acordo no qual a propriedade da composição cultural é direito do original, ao mesmo tempo em que concede ao tradutor a oportunidade de uma criação derivada.⁴⁸⁶

Mas, se é fato que a tradução cultural pode apenas mascarar, numa diversidade de práticas e apropriações, a reiteração da gerência da hierarquia que sustenta a metafísica do sentido, se ela insinua uma vontade de compreender que visa antes transformar e transportar o diferente numa trajetória de pagamento e restituição ao próprio; ainda assim, contudo, ela não é capaz

⁴⁸⁴ HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p.251-261.

⁴⁸⁵ DERRIDA, Jacques. In: (TB).2002. p.24/64-65. Cf. SAID, Edward W. O orientalismo reconsiderado. In: *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.61-78. CANCLINI, Nestor Garcia. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003. p.113-116.

⁴⁸⁶ DERRIDA, Jacques. In: (TB).2002. p.57-65.

de evitar um gesto de mediação que provoca a abertura de um abismo na transição, na translação, na passagem à possibilidade de sentido.⁴⁸⁷

"A tradução é, simultaneamente, comunicação e obstáculo uma vez que as línguas [culturas] nunca se refletem umas nas outras como em um espelho".⁴⁸⁸ A tensão que se estabelece no processo de tradução entre aproximação/possibilidade e afastamento/conflito/impossibilidade é criativa, e leva a ter claro que o trabalho nunca está terminado ou perfeito. O conflito e incompletude são suas marcas indeléveis e fugir deles é também fugir da possibilidade de uma tradução cultural proveitosa.⁴⁸⁹

Ao trazer à cena o ensaio *Torres de Babel*,⁴⁹⁰ o pensamento derridiano, num comentário de inspiração benjaminiana,⁴⁹¹ inscreve e intervém na atividade de tradução. Arrasta-a para o indecidível, delineando-a como um processo cultural onde se dá o encontro instantâneo de tudo o que há, de todos os lugares e de todos os tempos — ao que sobrevém uma vaga impressão de desastre, de abismo — mas também como atividade que pressupõe um endividamento mútuo entre originais e traduções, na qual a idéia de fidelidade desaparece para trazer à tona uma responsabilidade.⁴⁹²

⁴⁸⁷ BENNINGTON, G. & DERRIDA, Jacques. A tradução. In: *op.cit.*, 1996. p.119-124. Cf. REIS, Eliana Lourenço de Lima. O entre-lugar do discurso africano. In: *Pós-colonialismo, identidade e mestiçagem cultural: a literatura de Wole Soyinka*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

⁴⁸⁸ SARLO, Beatriz. A literatura na esfera pública. In: MARQUES, R. e VILELA, L.H. (Orgs.). *Valores: arte, mercado, política*. Belo Horizonte: Editora UFMG/Abralic, 2002. p.50.

⁴⁸⁹ *Ibidem*. p.37-55. RODRIGUES, Cristina Carneiro. *Ecos de Babel*. Estudos lingüísticos XXXV. p.60-65, 2006. Disponível em: <http://www.google.com/search?q=cache:By2YxaH4yOgJ:www.gel.org.br/4>

⁴⁹⁰ No *Gênesis* (BIBLIA, A.T., 1990), narra-se a história da construção de uma cidade e de sua pretensa torre. Esse trecho bíblico conta que um povo, descendente de Noé, e portanto único sobre a Terra, após o grande dilúvio, e falante de uma única língua, quis construir uma cidade, e nessa cidade uma torre que tocasse os céus. Tal feito tornaria esse povo glorioso e lhe permitiria sua continuidade sem dispersão, imperialismo, dominação, poder. Deus não contente com o propósito, de uma mesma linguagem confundiu os homens e criou-lhes várias línguas, para que não pudessem se entender uns aos outros. Por esse motivo, a torre não pode ser terminada e tal cidade recebeu o nome de Babel. Dessa forma, Deus faz valer suas vontades e transforma o destino desses homens, que vão se dispersar na Terra, se multiplicar e dar origem a novos povos. Babel é, pois, a grande metáfora da origem das diferentes línguas e, conseqüentemente, das diferentes culturas, uma vez que falar uma língua diferente implica compartilhar de uma cultura também diferente daquela a qual pertence o outro. Desse modo, a tradução associa-se à idéia de Babel pelo fato de nascer, obrigatoriamente, no mesmo instante em que surge a pluralidade lingüística superficial. DERRIDA, Jacques. In: (TB). 2002. p.12-18.

⁴⁹¹ Sobre tudo o texto *A tarefa do tradutor*. Cf. BENJAMIN, Walter. A tarefa do tradutor. In: *Clássicos da Teoria da Tradução*. Trad. Suzana Kampff Lages. In: LAGES, Suzana Kampff. *Melancolia e tradução: Walter Benjamin e a 'tarefa do tradutor'*. Tese de doutoramento. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996. Anexo C.

⁴⁹² GLENADEL, Paula. Desertos, senhas e miragens: a tradução e o pensamento derridiano. In: NASCIMENTO, Evando. (Org.), *op.cit.*, 2005. p.293-299. DIAS, Maurício Santana. Xenofilia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1 de agosto de 1999. Caderno Mais. p.10.

A escrita derridiana faz ver que a necessidade da tradução encaminha à restituição do sentido. Entretanto, essa necessidade se dá como impossibilidade. Possibilidade–impossibilidade. A tradução trabalha nesse limiar: entre a impossibilidade da tradução total e completa, que leva a esbarrar no intraduzível, e as muitas possibilidades de diálogos, aproximações, tentativas, embates. Ela é como acontecimento semeador de significados. Nas passagens de um lugar a outro, de uma língua à outra, o intraduzível se revela como fruto da imposição e da interdição à tradução.⁴⁹³

Encarada como necessária e impossível, a tradução não é simplesmente a instância de defesa da propriedade do sentido, não reconcilia o sentido em sua propriedade e autenticidade. O desvio da tradução não pode pagar a dívida que contrai a não ser por remessa infinita a um território por definição intocável:⁴⁹⁴

Este reino não é jamais atingido, tocado, pisado pela tradução. Existe o intocável e nesse sentido a reconciliação é apenas prometida. Mas uma promessa não é nada, ela não é marcada somente pelo que lhe falta para se realizar. Enquanto promessa já é um acontecimento e a assinatura decisiva de um contrato. Que ele seja ou não honrado não impede o engajamento de acontecer e de legar seu arquivo. Uma tradução que chega, que chega a prometer a reconciliação, a falar dela, a desejá-la ou fazer desejar, uma tal produção é um acontecimento raro e considerável.⁴⁹⁵

A completude simbólica não conhece seu final. A tradução se faz em atendimento à inevitabilidade: não há o retorno ao próprio. O nome próprio é exatamente o ponto em que isso se mostra: na medida em que ele não se deixa facilmente traduzir, ele não é próprio de nenhum texto, de nenhum contexto. A resistência do nome próprio à tradução faz visível a não-equivalência entre as “línguas”, práticas e saberes que perpassam um mesmo ou diferentes *textos*. Em tradução, o nome próprio faz deslanchar um comentário, uma paráfrase, uma paródia, uma explicação, mas nunca uma equivalência.

Nomear violenta a suposta unicidade que se espera que se respeite, dá existência e a retira ao mesmo tempo. O nome próprio apaga o próprio que promete, quebra-se ou destrói, ele é a oportunidade da língua logo destruída: nomear denomina, o nome próprio despropria, desapropria, expropria no que chamamos eventualmente abismo do próprio ou do único.⁴⁹⁶

⁴⁹³ OTTONI, Paulo Roberto. A tradução é desde sempre resistência: Reflexões sobre Teoria e História da Tradução. *Alfa - Revista de Lingüística*. Unesp - Rio Preto, v. 41, p.159-168, 1997.

⁴⁹⁴ DERRIDA, Jacques. In: (TB).2002. p.49-50.

⁴⁹⁵ *Ibidem*. p.51.

⁴⁹⁶ BENNINGTON, G. & DERRIDA, Jacques. In: *op.cit.*, 1996. p.81.

Diante do nome próprio, o tradutor esboça uma divisão que pensa e multiplica o sentido.⁴⁹⁷

Ficar-se-ia tentado a dizer primeiramente que um nome próprio, no sentido próprio, não pertence propriamente à língua; ele não pertence a ela, ainda que, e porque seu apelo a torna (e) possível (que seria uma língua sem possibilidade de apelar ao nome próprio?); conseqüentemente ele não pode se inscrever propriamente na língua senão deixando-se nela traduzir, isto é, interpretar no seu equivalente semântico: desde esse momento ele não pode mais ser recebido como nome próprio.⁴⁹⁸

A renúncia à tradução do nome próprio faz brilhar no texto aquilo cujo sentido não deixa transportar sem dano em outra linguagem. Ao fazê-lo, não apenas faz figurar a multiplicidade irreduzível das línguas. Esta renúncia exhibe uma incompletude, a impossibilidade do acabamento, da totalidade, da saturação de algo na ordem da edificação do sentido, da construção arquitetônica, do sistema e de sua arquitetura. Ela permite flagrar o ponto de emergência em que um texto, uma prática cultural, é cindido e perfurado naquilo que lhe é mais “próprio”.⁴⁹⁹ Derrida dá corpo a essa fissura evocando a catacrese babélica,

(...) dando seu nome, Deus invocou a tradução, não apenas entre as línguas tornadas subitamente múltiplas e confusas, mas primeiramente de seu nome, do nome que ele clamou, deu e que deve traduzir-se por confusão para ser entendido, portanto para deixar entender que é difícil traduzi-lo e assim entendê-lo. No momento em que ele impõe e opõe sua lei àquela tribo, ele também é demandador da tradução. Ele também está endividado. Ele não parou de lastimar após a tradução do seu nome, ao passo que ele mesmo a interdita. Pois Babel é intraduzível. Deus lamenta sobre seu nome. Seu texto é o mais sagrado, o mais poético, o mais originário, posto que ele cria e se dá um nome, e não fica por isso menos indigente em sua força e própria riqueza, ele clama por um tradutor. (...) a lei não comanda sem ser lida, decifrada, traduzida.⁵⁰⁰

Dessa maneira, o afã onto-teológico de pagar a dívida, reenviar ao autêntico aquilo que se lhe deve, sofre um revés e um deslocamento. A demanda da tradução não reside mais em apenas um dos lados do contrato. Ao partir o texto em mais de uma língua, ao quebrar a pretendida pureza do original, a tradução não é mais uma dádiva que se concede como re-apresentação àquele que precisa traduzir e que assim estaria para sempre endividado para com uma propriedade de sentido que lhe será sempre negada.⁵⁰¹ Nos contornos da escrita derridiana, “a estrutura do original é marcada pela exigência de ser traduzido, fazendo disso a *lei*, o original

⁴⁹⁷ OTTONI, Paulo Roberto. A responsabilidade de traduzir o in-traduzível: Jacques Derrida e o desejo de [la] tradução. *Revista Delta*, São Paulo, v. 19, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 07 Mar 2008.

⁴⁹⁸ DERRIDA, Jacques. In: (TB). 2002. p.22.

⁴⁹⁹ SCHMITZ, John Robert. Perspectivas, Tendências e Polêmicas nos Estudos da tradução. *Estudos Lingüísticos*, XXXV, p.132-137, 2006.

⁵⁰⁰ DERRIDA, Jacques. In: (TB). 2002. p.40-41.

⁵⁰¹ ZAVAGLIA, Adriana. Lingüística, tradução e literatura: observando a transformação pela arte. *Alfa: Revista de Lingüística* 01-JAN-04. Disponível em: <http://www.accessmylibrary.com/coms2/summary>. Acesso em 01janeiro 2004.

começa por endividar-se também em relação ao tradutor. O original é o primeiro devedor, o primeiro demandador, ele começa por faltar.⁵⁰²

Levando de uma margem a outra a propriedade de sentido, a inscrição derridiana permite a experiência da impossibilidade de decidir se um nome, um gesto, uma forma cultural, um corpo verbal, pertencem propriamente, e simplesmente, a uma linguagem e a um território.

o sentido próprio não existe, sua “aparência” é uma função necessária — que se deve analisar como tal — no sistema das diferenças e metáforas. A parusia absoluta do sentido próprio, como presença a si no logos na sua voz, no ouvir-se-falar absoluto, deve ser situada como uma função respondendo a uma indestrutível, mas relativa, necessidade no interior de um sistema que a compreende.⁵⁰³

Nesse cenário, por tradução, se acessa a um original já dobrado, rejuntado, que não pode ser *apropriado*, pois nunca foi *propriamente* ele mesmo. A questão seria “como traduzir um texto escrito em várias línguas ao mesmo tempo? Como ‘devolver’ o efeito de pluralidade? E se se traduz para diversas línguas ao mesmo tempo, chamar-se-á a isso de “traduzir”?”⁵⁰⁴

A tradução, tal como perpetrada pela postura derridiana, se faz como a-traduzir. Processo paradoxal que lida com a letra, com o *texto*, não como vestimenta ou expressão transparente de uma verdade ou conteúdo, mas como uma inscrição e registro que se presta à tradução, mas que também resiste a ela. A tradução trabalha um corpo escrito, não como elemento físico não-convencional, mas como elemento regulado pelas convenções ritualizadas nele inscritas, e performativizado pelo ato que lhe postula sentido em cada lance interpretativo. Um *corpus textual* não se deixa traduzir ou transportar. É aquilo mesmo que a tradução deixa de lado. Deixar de lado o corpo da escrita é a energia da tradução. Neste *corpus textual*, para além do sentido pretensamente transportado, há língua, gestos, vazios, que a tradução não traduz. A tradução então produz *traços – restos* do que é irrepresentável e não se deixou fixar. Um “macroprocesso” sem dúvida, uma expansão sem fronteiras que se põe a *disseminar* sentidos, mas sem se esquecer (ou esquecendo-se) que tudo se “iniciou” sem uma origem/naturalização de/um próprio.⁵⁰⁵

Como processo e movimento, traduzir não se reduz a uma apropriação total e infinita. Esta vacilação expõe que não se apropria uma língua, nem mesmo daquela que se chama

⁵⁰² DERRIDA, Jacques. In: (TB). 2002. p.40.

⁵⁰³ DERRIDA, Jacques. In: (GR). 2004. p.113.

⁵⁰⁴ DERRIDA, Jacques. In: (TB). 2002. p.20.

⁵⁰⁵ DERRIDA, Jacques. *op.cit.*, 1995. (Ed). p.198. Cf. PINTO, Joana Plaza. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. *Revista Delta*, v.23, n.1, São Paulo 2007.

“materna”, mas se deve suportar o corpo-a-corpo com ela. Mesmo quando só se tem a língua materna enraizada em seu lugar de nascimento, ela não pertence a um sujeito ou a uma cultura. O que lhe é mais próprio e específico é justamente o que não se deixa apropriar, que não é propriedade de ninguém. O que se manifesta, nas linhas quebradas de um *texto* que não pode ser ele mesmo, e que, por isso, não pode ser uma propriedade: é um excesso como acontecimento da linguagem.⁵⁰⁶

Esse acontecer é a marca que liga a tradução à cultura. As práticas culturais e políticas do tradutor e do traduzido são trans-plantadas para o *texto* “original”.⁵⁰⁷ O acontecimento da tradução compreende-se como fenômeno de transplante e transferência de contextualizações histórico-temporais e de extratos culturais filtrados pelos hábitos literários e culturais impressos no ato tradutor, compondo transfigurações que inevitável e irrecusavelmente ficam embutidas num *jogo* que não tem fim.⁵⁰⁸

Neste *jogo*, como aponta Derrida: “a tradução é a experiência, o que se traduz ou se experimenta também: a experiência é a tradução”.⁵⁰⁹ Essa experiência talha os processos histórico-culturais de maneira que, embora os deslocamentos sejam incessantes, eles não se dão numa aderência inconcussa, isentos e desembaraçados. A *máquina textual* se põe a traduzir, como traço sobrevivendo ao presente do estilete, amarrado pela trama e pelo arдил, entre a fantasia e a ordem, entre a lei e a transgressão.⁵¹⁰

Na escrita de história(s) disseminada(s), o trabalho historiador tem tudo a ver com traduzir, saber *textual*, artístico e laborioso. Entender a historicidade como prática interpretativa que num procedimento ou *máquina textual* desloca e fixa elementos de um texto a outro, implica em conceder uma atenção especial à maneira como se dá este transporte ou traslado (ainda metáfora?)⁵¹¹ que cruza fronteiras desorganizando-as, mas ao mesmo tempo confirmando novas margens. Esta história(s) é aquela da qual se tem urgência num cenário em que a

⁵⁰⁶ OTTONI, Paulo Roberto. Semelhanças entre uptake e trace: considerações sobre a tradução. *Revista Delta*, v.13, n.2, São Paulo, Agosto 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>.

⁵⁰⁷ *Idem*.

⁵⁰⁸ SANTAELLA, Lúcia. Literatura é tradução. In: CID, Marcelo; MONTOTO, Cláudio César (Orgs.). *Borges centenário*. São Paulo: EDUC, 1999. p.148-149.

⁵⁰⁹ DERRIDA, Jacques. In: (TB). 2002. p.69.

⁵¹⁰ CORREA, Maria Clara Queiroz. Resistirmos, a que será que se destina? a psicanálise pode ou não voltar-se sobre si mesma, face ao enigma de outros campos? *Revista Agora*, v.6, n.2, Rio de Janeiro, jul./dez.2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>.

⁵¹¹ DERRIDA, Jacques. A mitologia branca. A metáfora no texto filosófico. In: (MF). 1991. p.249-300.

interpretação passa a ser uma condição de produção de sentidos e não mais um artifício usado para resgatar o sentido.⁵¹²

O trabalho historiador pelo viés desconstrutor se vincula ao ato de traduzir pelo menos de duas formas.

1. Na medida em que movimenta tempos e espaços distintos, não mais contando com o suporte do tempo presente como organizador privilegiado, o trabalho historiador traduz esses tempos e espaços. Percebe-se história(s) como morada do que está de passagem. Este ponto de toque, carícia ou agressão, configura um movimento de carnavalização da história. Dimensão séria e cômica, em que a intervenção faz do jocoso uma forma de atuação que pode perpetrar o impensado, o incrível, o acaso na “verdade” daquilo que “existe”, desestabilizando-a. A contaminação tira as máscaras e as devolve alhures, devidamente traduzidas, isto é, interpretadas e lançadas novamente ao *jogo*. O ato na história(s) é uma ousadia de romper com o “real”, transitando entre o sublime e o vulgar.⁵¹³
2. Como foi sempre um procedimento textual que se alimenta de *corpus* conceituais e teóricos vindos de outros saberes e disciplinas, o trabalho historiador traduz esses *corpus* “alienígenas” para o seu próprio. Nesse âmbito, a tradução se dá no trajeto em busca da historiografia precedente e visita os clássicos na política de empréstimos teórico-metodológicos que estabelece com os saberes vizinhos, e também na relação que estabelece com as fontes. Aqui, a tradução acaricia o coração da ciência histórica, centro tão esmorecido da disciplina, ao qual já custa lidar com idéia da utilização de “tropos” de linguagem para dramatizar o “fato”. Não somente. Partindo da perspectiva derridiana, história(s) se utiliza da dramatização tradutória, para fazer dissolver a História, como produção de sentido unívoco, na tradução da linguagem cultural como (trans)formação e *intervenção*.⁵¹⁴

⁵¹² SILVA, Francisco de Fátima. A indecidibilidade enquanto desconstrução da hermenêutica: a primazia da metáfora da escritura. *Revista Urutágua - revista acadêmica multidisciplinar*. Centro de Estudos Sobre Intolerância. n.6, Maringá, abril/jul.2005. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/006/06ffsilva.htm>

⁵¹³ Lacapra faz dialogar Bakhtin e Derrida. A noção de carnavalização atua como iteração-alteração, combinando inversão, excentricidade, familiarização e profanação como forma de lidar com a aporia de uma historicidade que caminha entre a “ficção” e o “real”, deixando marcas risonhas e também trágicas. LACAPRA, D. In: *op.cit.*, 1985. p.105-108. Sobre o riso, o jocoso e o burlesco, cf. ROSSET, Clement. *A lógica do pior*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1989.

⁵¹⁴ BENNINGTON, G. & DERRIDA, Jacques In: *op.cit.*, 1996. p.122-124. HUTCHEON, Linda. In: *op.cit.*, p.24-133. Cf. WALTERS, Ronald G. Signs of the times: Clifford Geertz and historians. *Social Research*, n.47. Autumn, 1980. p.551-553.

Nos dois casos, estão envolvidas divisibilidade e impossibilidade. Entender o trabalho historiador como tradução implica em lidar com a incompletude deste saber, assim como com a interpretação e criatividade envolvidas nessa atividade. A impossibilidade de se contar de uma vez por todas a história da cultura ocidental é o que torna envolvente e sedutor o horizonte de uma tarefa jamais cumprida. Interligadas, tradição e tradução cultural seriam, por assim dizer, “objetos” por excelência de história(s). Desfeita a pretensão de que o único destino de um evento passado seja encontrar seu sentido na relação que estabelece com aquilo que o seguiu — seu reconhecimento, a presença evocada por aqueles que se declararam ser seus seguidores, sua importância para o desfecho ou inauguração de um período — a continuidade está explodida, a tradição se entrega à tradução, que se doa a ela. São inseparáveis.⁵¹⁵

Nesta cena, divisibilidade e incompletude, de frente à performance do saber absoluto (Hegel), fazem desfilar uma rede “metafórica” a partir da noção de *trans*: transcrição, transcodificação, transformação, transculturalismo, transdisciplinaridade, transação, transferência, transatlântico... O movimento dessa rede pretende escapar às conseqüências da reassunção, desloca a marca das fronteiras hierárquicas e destitui o *texto* original como lugar da reconciliação e do sentido.⁵¹⁶

Nessa reviravolta em torno da dialética, se não há um *texto* original, consciente, autêntico, ao qual retornar, onde estarão guardados esses movimentos? Haveria ainda um lugar de consignação e de registro, ou a *máquina textual* dissemina, além do exorcismo do passado substancial, apenas dispersão?⁵¹⁷

O ARQUIVO

⁵¹⁵ SKINNER, Ana Maria. A ética da palavra e o trabalho do luto. In: NASCIMENTO, Evando. (Org.), 2005. p.271-281.

⁵¹⁶ ALLOUCH, Jean. *Letra a Letra: transcrever, traduzir, transliterar*. Trad. Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1995, p.81 et seq. MORAES, Maria Rita Salzano. *O que (se) passa na Tradução? O que (ultra) passa a Tradução?* Estados Gerais da Psicanálise: SEGUNDO ENCONTRO MUNDIAL, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: http://www.estadosgerais.org/mundial_rj.

⁵¹⁷ Cf. RICOEUR, Paul. Sob o signo do outro: uma ontologia negativa do passado? In: *op.cit.*, 1994. Tomo III. p.249-254.

Os traços de história(s) não se reúnem num *texto* consciente e nem se oferecem como um texto presente num outro lugar (passado ou inconsciente). Eles se encadeiam diferindo-se, suplementando-se, como produto de uma relação de forças na qual a força nunca esteve em estado bruto, puro.⁵¹⁸

O trabalho itinerante do *traço* “antecede” a distinção entre força e sentido. Na abertura de seu próprio espaço, ruptura e irrupção abrindo caminho, imprimindo-se, o *traço* comunica sempre uma reconstituição de sentido que se dará *mais tarde*, atraso ou espaçamento que está em oposição à linearidade do tempo lógico, da consciência e da representação.⁵¹⁹

Não há texto presente em geral, nem mesmo há texto presente-passado, texto passado como tendo sido presente. O texto não é pensável na forma originária ou modificada da presença. O texto inconsciente já está tecido de traços, de diferenças em que se unem o sentido e força, texto em parte alguma presente, constituídos por arquivos que são sempre já transcrições.⁵²⁰

As marcas produzidas pela escrita da história(s) não ascendem ao valor ou sentido do passado, mas compõem um *arquivo* ao mesmo tempo vivo e morto, como depósitos de um sentido que nunca esteve presente. Cada *traço* deste *arquivo* não apresenta à subjetividade um registro da experiência passada em sua unicidade como recuperação do vivido.⁵²¹

Como lugar de consignação, isto é, de reunião, que tende a coordenar e organizar os elementos de uma memória, o *arquivo* sempre esteve junto à história. O trabalho historiador buscou os documentos no arquivo para extrair seu valor do fato deles lá estarem inseridos numa relação de contigüidade e legalidade com o “evento passado”.⁵²²

Esta ligação intrínseca entre *arquivo* e história é recoberta de historicidade. Contemporaneamente, o *arquivo* seria aquele lugar onde os estudantes vão trabalhar para seus professores em busca do “documento elusivo que os firmará como autoridade num campo estreitamente definido”?⁵²³

⁵¹⁸ DERRIDA, Jacques. In: (ED).1995. p.203-208.

⁵¹⁹ *Idem*. NASCIMENTO, Evando. *A vida a morte e a lógica do suplemento: descentramentos*. *op.cit.*, 1999. p.175-181

⁵²⁰ DERRIDA, Jacques. In: (ED).1995. p.200.

⁵²¹ DERRIDA, Jacques. In: (MA).1995. p.126-128.

⁵²² AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Nova edição aumentada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.p.86.

⁵²³ WHITE, Hayden. In: *op.cit.*, 2001. p.40.

Não sempre. Michel Foucault na *Arqueologia do Saber* concebe o *arquivo* como um sistema discursivo, com sua gramática e com suas regras de produção de enunciados e de condições de enunciação:⁵²⁴

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas.⁵²⁵

Nas duas últimas décadas, historiadores seguiram a partir dessa definição e procuraram reavaliar os modos de tradição (diplomática), normas de descrição e critérios de guarda nos arquivos. A partir da chamada “explosão documental” — ocorrida no final do século XX — a reprodutibilidade dos documentos produzidos em meio eletrônico e a falta de políticas claras sobre como esses acervos devem ser preservados tornaram-se foco de discussão e alimento para uma história do *arquivo*.⁵²⁶

Memória e arquivo, suas questões e conceitos, estão intercambiados pelo vocábulo grego *arkhé*, começo e comando. Princípio físico, histórico, ontológico, ali onde as coisas começam; e também o princípio nomológico, ali onde se exerce a autoridade. Num estado de dicionário e se valendo de uma ilusão de ouvido, Santiago mostra como memória e arquivo se esgueiram pelo vocábulo latino *arkeion*, que, por sua vez, hospeda *archivum*, uma casa, residência dos magistrados superiores. Assim, *archivum* remeterá a uma casa institucional onde o começo e o mandamento estão sob a guarda dos arcontes, intérpretes e hermeneutas deles.⁵²⁷

Esta noção de *arquivo*, como Derrida faz ver em *Mal de arquivo: impressões freudianas*,⁵²⁸ sofre um sismo no momento em que a psicanálise freudiana propõe uma nova teoria do *arquivo*. Teoria na qual, por se deixar conduzir pela pulsão de morte, a noção de

⁵²⁴ FOUCAULT, Michel. *op.cit.*, 1972. p.148 *et seq.*

⁵²⁵ FOUCAULT, Michel. *op.cit.*, 1972. p.149.

⁵²⁶ Cf. BARATIN, M.; JACOB, C. (Org.). *Le pouvoir des bibliothèques*. Paris: Albin Michel, 1993. p.14 e 255; POMIAN, K. Coleção. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994. v.1: Memória-História. p.51-86. HILDESHEIMER, F. Periodisation et Archives. In: PÉRIODES. *La construction du temps historique*. Actes du V^o Colloque d’Histoire au Présent. Paris: Ed. de L’Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales / Histoire au Présent, 1991. p.39-46.

⁵²⁷ SANTIAGO, Silviano. Uma nota de rodapé. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v.43, n.2, jul./dez. 2007, ex.1, p.135-136.

⁵²⁸ DERRIDA, Jacques. In: (MA), 2001.

arquivamento ganha contornos de impensável. Tal movimento não se deixa trabalhar facilmente, nem é fácil de arquivar.⁵²⁹

Ao inserir o *arquivo* nas “relações de poder” que o concebem, para visualizar e entender o que o arquivo esconde e o que ele entrega, o trabalho historiador colocou-se, mesmo que subterraneamente, no horizonte de uma história(s) disseminada que vai fazer cruzar os caminhos da escrita psicanalítica e historiográfica.

Não que o encontro entre os trabalhos historiador e psicanalítico não tenha ocorrido outrora ou em outro lugar. Seja como *arquivo* destruído, ausente, presente, ou apagado, o arquivamento sempre foi uma condição do ato de historiar. Ao se debruçar sobre ele, buscando uma história do arquivo, o trabalho historiador se depara com a “impaciência absoluta do desejo de memória”. Terreno no qual a passagem de uma instituição, ou de uma assinatura, o que elas abrigam e o que dissimulam, seus privilégios e distinções, estão intrinsecamente e na mesma medida relacionadas às questões de recalque, censura e repressão (tradicionalmente conferidas à psicanálise) e às questões de registro, impressão e consignação (terreno da história). Estas questões não se deixam limitar em um campo.⁵³⁰

Quero falar da impressão deixada por Freud, pelo acontecimento que leva este nome de família, a impressão quase inesquecível, e irrecusável, inegável, (mesmo, e sobretudo, por aqueles que a negam) (...) em sua cultura, em sua disciplina, seja ela qual for, em particular a filosofia, a medicina, a psiquiatria e mais precisamente aqui, uma vez que devemos falar de memória e de arquivo, a história dos textos e dos discursos, a história das idéias ou da cultura, a história da religião e a própria religião, a história das instituições e das ciências, em particular a história desse projeto institucional e científico que se chama psicanálise. Sem falar da história da história, a história da historiografia. Seja em que disciplina for, não podemos, não deveríamos poder, pois não temos mais o direito nem os meios, pretender falar disso, sem termos sido de antemão marcados, de uma maneira ou de outra, por essa impressão freudiana.⁵³¹

A *escrita derridiana* — leitora de Freud — procurou se colocar no limiar daquilo que, na psicanálise, dificilmente se deixa conter no fechamento logo-fonocêntrico (metafísica e ciência): o *traço*, o espaçamento, a iteração, a escrita. A leitura parte da metáfora da escrita invadindo o mundo psíquico no texto freudiano. Essa invasão vai sendo elaborada no sentido de assemelhar a psique cada vez mais a uma metáfora do *traço* escrito.⁵³²

⁵²⁹ *Ibidem.* p.44.

⁵³⁰ *Ibidem.* 27-32. ROUDINESCO, Elisabeth. *A análise e o arquivo*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006. p.9-10.

⁵³¹ *Ibidem.* p.45.

⁵³² DERRIDA, Jacques. In: (ED).1995. p.182 *et seq.*

No “início”, Freud teria tratado de um sistema de traços neuronal, ou seja, natural.⁵³³ Vai se dirigindo a uma configuração que não se deixa apreender a não ser pela estrutura e funcionamento de uma escrita. Quando chega ao ‘bloco mágico’,⁵³⁴ encontra o aparelho capaz tanto de reter *traços*, quanto de recebê-los, o que fornece respostas para dificuldades insolúveis que encontra em seus primeiros trabalhos.⁵³⁵

Este aparelho que dá conta tanto da permanência do traço, quanto da virgindade sempre intacta da superfície de recepção, descreve o psiquismo como uma máquina de escrita, no qual a memória não é mais uma propriedade entre outras da psique. Ela é central, na medida em que é resistência e, ao mesmo tempo, abertura à efração do traço. No ‘bloco’, o escrito se apaga cada vez que se rompe o contato estreito entre a folha de celulóide que recebe o estímulo e a cera que retém a impressão. Mas a possibilidade de apagar os traços dessa camada, a da percepção-consciência, não impede de modo algum a permanência dos traços na cera, inconsciente. A consciência seria as folhas que não retêm nenhum traço definitivo, o qual se deposita mais embaixo, na cera. O que se chama “percepção” seria esse devir-consciência *posteriormente* do percebido, que não é capaz de trazer consigo nenhuma pureza. O sentido posterior implica o devir de qualquer impressão retida e apenas em rede cada elemento pode se fazer perceber.⁵³⁶

Freud delimita o lugar da metáfora do bloco mágico opondo-a, como modelo de representação ou aparelho de auxílio explicativo, a uma espécie de escrita viva, tecida de recordações

⁵³³ Cf. FREUD, Sigmund (1895 [1950]). Projeto para uma psicologia científica. Trad. sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.1).

⁵³⁴ “O bloco mágico é uma tabuinha de cera ou de resina, de cor marrom escuro, rodeada de papel. Por cima, uma folha fina e transparente, solidamente presa à tabuinha no seu bordo superior, enquanto seu bordo inferior está nela livremente sobreposto (...) Ela [a folha] se compõe de duas camadas que podem ser separadas uma da outra exceto nos dois bordos transversais. A camada superior é uma folha de celulóide transparente; a camada inferior é uma folha de cera fina, portanto transparente (...) servimo-nos deste bloco mágico praticando a inscrição sobre a pequena placa de celulóide da folha que cobre a tabuinha de cera (...) a escrita não depende aqui da intervenção do material sobre a superfície receptora (...) Uma ponta aguçada risca a superfície cujas depressões produzem o ‘escrito’. No bloco mágico esta incisão não se produz diretamente, mas por intermédio da folha de cobertura superior. A ponta pressiona, nos lugares que toca, a superfície inferior do papel de cera sobre a tabuinha de cera e estes sulcos tornam-se visíveis como um escrita escura na superfície do celulóide que é liso e cinza esbranquiçado. Se quisermos destruir a inscrição, basta destacar da tabuinha de cera, com gesto leve, pelo seu bordo inferior livre, a folha de cobertura composta. O contato íntimo entre a folha de cera e a tabuinha de cera, nos lugares riscados dos quais depende o devir-visível da escrita, é deste modo interrompido e já não se reproduz quando as duas folhas repousam de novo uma sobre a outra. O bloco mágico fica então virgem de escrita e pronto para receber novas inscrições”.FREUD, Sigmund. Uma nota sobre o Bloco Mágico. In: *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v.19. p.243.

⁵³⁵ REGO, Claudia de Moraes. *op.cit.*, 2006. p.166-167.

⁵³⁶ DERRIDA, Jacques. In: (ED).1995.p.214-220. NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999. p.177-178.

empíricas de uma verdade fora do tempo. A multiplicidade de superfícies dispostas do aparelho é abandonada a si própria por Freud, mas recuperada por Derrida:⁵³⁷

A metáfora, como retórica ou didática, só é aqui possível pela metáfora sólida, pela produção não-natural, histórica, de uma máquina *suplementar*, acrescentando-se à organização psíquica para suprir a sua finitude. A própria idéia de finitude é derivada do movimento dessa suplementariedade. A produção histórico-técnica desta metáfora que sobrevive à organização psíquica individual, e mesmo genérica, é de uma ordem totalmente diversa da produção de uma metáfora intrapsíquica, supondo que seja que esta exista (...) e qualquer que seja o elo que as duas metáforas mantenham entre si. Aqui a questão da *técnica* (...) não se deixa derivar de uma oposição natural entre o psíquico e o não-psíquico, a vida e morte. A escrita é como relação entre vida e morte, entre presente e representação, entre os dois aparelhos. Inicia a questão da técnica: do aparelho em geral e da analogia entre o aparelho psíquico e o aparelho não-psíquico. Neste sentido a escrita é a cena da história e o jogo no mundo. Não se deixa esgotar por uma simples psicologia.⁵³⁸

No limite onde o pensamento de Freud escapa e retorna à tradição metafísica, Derrida “descobre” a escrita como máquina, *máquina textual*. E a máquina é morte e finitude *no* psíquico. Desdobrando essa *máquina* em dois funcionamentos, duas escritas, psicanalítica e historiográfica, o pensamento derridiano parte da pulsão de morte como suplemento da vida e encontra o específico do trabalho de arquivamento. O depósito e estocagem do *traço* como impressões, sua detenção, retenção e interpretação se ligam a um lugar de desfalecimento da memória, naquilo que impede a experiência espontânea, viva e interior do sentido de um “acontecimento”. Este é o espaço de impressão e consignação do qual “nasce” e depende um arquivo.⁵³⁹

Não obstante, essa falta que funda o lugar do arquivo se conserva ao abrigo da memória, ou seja, é esquecida. Este esquecimento faz com que não haja dispositivo documental que escape à repetição, à reprodução. Toda repetição, como transcrição e reimpressão, é indissociável da tendência à destruição (pulsão de morte). “A pulsão de morte não é um princípio, ela ameaça todo principado (...) Ela tende a arruinar o arquivo como acumulação e capitalização de memória sobre algum suporte e em um lugar exterior”.⁵⁴⁰

⁵³⁷ *Ibidem.* p. 223.

⁵³⁸ *Ibidem.* p.224.

⁵³⁹ DERRIDA, Jacques. In: (MA).2001. p.23. Cf. KLINGER, Diana. Paixão do arquivo. *Matraga – estudos lingüísticos e literários*. v.21. Rio de Janeiro: UERJ Instituto de Filosofia e Letras, 2007. Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br/matraga/matraga>.

⁵⁴⁰ *Idem.*

O que permite e condiciona o arquivamento é habitado pela ameaça de destruição, introduz o esquecimento no documento e no monumento, e até mesmo naquilo que se pretende decorado, “sabido de cor”. Assim: “o *arquivo* trabalha sempre a priori contra si mesmo”.⁵⁴¹

O traçado que constitui o trabalho historiador, encetado desta perspectiva, se imprime ameaçando este lugar de impressão. A relação com o *arquivo*, ou seja, a decisão de arquivar um ou outro registro, é da mesma ordem que a do assassino com seu ato, sendo, talvez, mais difícil apagar o vestígio do que executar o ato. A obediência cega à positividade do *arquivo*, espécie de culto narcíseo, expõe como nada a perversidade da pulsão de morte. Ela trabalha, em silêncio, destruindo seu próprio *arquivo* antecipadamente. Devora este arquivo, antes mesmo de tê-lo produzido externamente, com vista a apagar seu próprio traço. Aqui, a ausência de um arquivo do arquivo é vestígio tanto do poder do *arquivo* quanto do excesso de *arquivo*.⁵⁴²

Daí que todo *arquivo* é instituidor e conservador, revolucionário e tradicional. Relação trágica e inquieta. O arquivamento lida simultaneamente com o conteúdo do que há de ser arquivado e o arquivo “propriamente”; o arquivável e o arquivante; impresso e imprimente da impressão. A estrutura técnica do *arquivo* arquivante determina a estrutura do conteúdo arquivável em sua emergência e relação com um futuro. Como lida com o antes e depois do arquivado, o arquivamento produz o evento, tanto quanto o registra. E é esse movimento que ele tende a apagar.⁵⁴³

Nesse sentido, inserir o arquivo nas “relações de poder” que o “criaram” é insuficiente se a *questão do arquivo* não está posta. Insuficiente porque é exatamente isso que, por pulsão de morte, foi apagado. Este é o *mal de arquivo*. Quando abuso, ela toca o “mal radical”. Quanto mais *arquivamento*, menos *arquivo* desse processo. Como questão técnica, política, jurídica e ética, o *arquivo* se coloca como depositário dos gestos de memória, como lugar ao qual se confia estes traços e gestos. Conquanto, o que estaria fora do *arquivo*? Onde ele começa? Como este fora adentra o *arquivo* e se faz registrar?⁵⁴⁴

Esta questão desconstrói o arquivo. Inverte e transgride o olhar que procura ver “dentro” do arquivo, em seu conteúdo, as razões do registro de algo que aconteceu “fora” dele, e assim

⁵⁴¹ *Ibidem.* p.24-30.

⁵⁴² *Ibidem.* p.21. ROUDINESCO, Elisabeth. O poder do arquivo. In: *op.cit.*, 2006. p.7-29.

⁵⁴³ *Ibidem.* p.28.

⁵⁴⁴ *Ibidem.* p.18-32.

entender o arquivamento. Pelo viés derridiano, o *corpus* de um *arquivo* é determinado pela *máquina textual*, pela técnica que o inscreve suplementando-o, de forma tal que subverte um “dentro” e “fora” do arquivo. O que está no arquivo é, por *suplementariedade*, registro do que ficou de “fora” do arquivamento. Em se tratando de arquivística, a técnica nunca será um adendo, simplesmente um instrumento a serviço de um poder, um esquecimento do ser. É a possibilidade instrumental de produção, de impressão, de conservação e destruição de um arquivo. A técnica arquivística determina a instituição mesma do acontecimento arquivável.⁵⁴⁵

E ela o faz porque, como penhor de um porvir, garantia de infinitude para uma memória e uma história, pode criar uma *prótese de dentro* num suporte de um corpo “exterior”. A técnica funciona como caução do desejo de preservar e perpetuar. Para assegurar essa salvação, ela se protege até apagar as marcas de seu apagamento. Ao consignar a dispersão documental numa homogeneidade protética, ela instaura a violência de uma exclusão que não pôde deixar suas marcas. Essa consignação, ocorrendo como impressão e enclave, não se deixa recalcar, mas, tão-somente, reprimir e deslocar-se para um outro lugar, um fora que não aparece como sintoma da mesma consignação.⁵⁴⁶

Tormenta de um *arquivo* que só aponta para um passado, passado presente, remetendo aos índices da memória consignada e marcando a repetição (transcrição e reimpressão) apenas como fidelidade à tradição. A *prótese do dentro* do arquivo parece se fechar, esquecendo-se deste fechamento, para garantir ao futuro um passado confiado, homogêneo e interdito a alguns.⁵⁴⁷

Entretanto, se é prótese num corpo, é acréscimo como suplemento, é também abertura entre suporte e arquivo, entre *arquivo* e o arquivo do *arquivo*. E, nessa abertura, “antes de ser uma coisa do passado, de dizer e guardar o passado, o arquivo deveria pôr em questão o futuro”.⁵⁴⁸

Deslocando o arquivo do lugar como autoridade a que foi confiada a tarefa de reunir o que do passado dará garantias e caução a um futuro, ele se transforma em promessa e

⁵⁴⁵ *Ibidem*. p.30.

⁵⁴⁶ *Ibidem*. p.40-43. Cf. AMARAL JR., Aécio. Tecnologia, experiência e memória. *Nada*, Lisboa, n.7, p.41-55, 2006.

⁵⁴⁷ Silvano Santiago atenta para três significados que estão postos em jogo no ato de consignar: confiar, depositar algo num local; reunir e configurar um conjunto homogêneo e coeso; e um último, interditar, embargar a porta. Em torno desse último significado, Santiago tecerá seu ensaio, ou pela parte dele, para abordar, entre outras coisas, certa tendência da política arquivística francesa em evitar, interditando, as fraturas e apagar as “impurezas” de sua “história”, sustentando um segredo em torno de seus arquivos. Cf. SANTIAGO, Silvano. *op. cit.*, 2007. p.131-147.

⁵⁴⁸ DERRIDA, Jacques. In: (TB).2001.p.48.

responsabilidade, nas quais, sendo impossível o fechamento e a identidade do corpo que serve como suporte da prótese, a “própria” possibilidade de saber está suspensa no condicional.⁵⁴⁹

⁵⁴⁹ *Ibidem.* p.50-52.

4 - Desconstrução para a história

O pai inventou: que iam recortar palavras, colar e tecer e fazer bolinhas,
que era outra palavra que ele aprendera, e que
o significado era coisa de brincar muito, de chute e braços.
E que cada bolinha que um pegasse,
abria e via as palavras dele e fazia uma história.
História era o livro inteiro, com pais, mães, casas e águas.
E tinha que ter o tempo, que era coisa difícil e nova,
mas era como uma viagem para bem longe.

Noemi Jaffe, *À margem da margem*.

POR ONDE se caminha?

Ao se valer da expressão ‘para a’, o título desse capítulo já indica a *contaminação* que deve abordar. De acordo com a perspectiva derridiana, um título assegura o enquadramento de um tema: é o próprio operador da normalidade *textual*. É limite e moldura do *texto*. Mas também serve como indício de que algo abalou e excede tal demarcação. Porque o título identifica um texto e permite que se fale dele em sua ausência. Aponta para uma textualidade pretensamente alheia e heterogênea a este recorte, que o invade todo tempo. ‘Para a’ é uma remissão e uma aposta. Envio no qual história estará sempre às voltas com aquilo que um procedimento desconstrutor *da* e *na* história terá tentado desdobrar: a unidade e a totalidade do solo histórico.⁵⁵⁰

Desconstruir ‘para a’ história implica a *solicitação* deste emaranhado que, pensado como solo homogêneo dentro da tradição ocidental, corresponde ao fundo ontológico onde historicidade se transforma em unidade do devir. O estremecimento não destrói este terreno. Mas perpetra um deslocamento no campo disciplinar histórico, deslocamento que neste texto procurou-se identificar como história(s), enfocando o solo histórico para além do território próprio do sentido, da presença e do logos proferindo a si mesmo como tradição. O solo de história(s) disseminadas é lugar de passagem, *entre-lugar* que convida e abriga movimentos vários da vivência humana e não apenas naquilo que se deixou reter na presença de um vestígio empírico.⁵⁵¹

Para Derrida, administrado pela metafísica da presença, o trabalho historiador confunde valor e existência, conferindo valor somente ao existente “real”, passado presente que se dirige a um futuro presente, requerido a partir de uma totalidade que se faz presença consciente,

⁵⁵⁰ DERRIDA, Jacques. In: (PM).2004. p.238-241. BENNINGTON, G. & Derrida, JACQUES In: *op.cit.*, 1996. p.168-180.

⁵⁵¹ DERRIDA, Jacques. In: (D).1972. p.203-206. DERRIDA, Jacques. In: (MF).1991. p.203 *et seq.*

sentido da história. O apego à metafísica da presença, a despeito de todas as reformulações que se fizeram e se farão, tem como sintoma a dificuldade de se pensar o trabalho historiador como fundamentalmente um trabalho de escrita. Esta recusa promove a domesticação da ficção, colocada para “fora” do campo historiográfico por meio da filiação do fictício ao estatuto de “mentira” e “irrealidade”, em contraposição a “verdade” sedimentada do documento e do arquivo.⁵⁵²

O procedimento desconstrutor ‘para a’ história deve aludir e marcar a necessidade da des-sedimentação dos estratos teleológicos que se dissimulam como fundamento do solo metafísico no qual a historicidade ocidental julgou caminhar seguramente.⁵⁵³

Uma das faces do debate no campo historiográfico sobre sua escrita e o trabalho historiador visa a sustentar a pretensão de validação do saber histórico recorrendo ao “direito” e a “justiça”, entendidos dentro da tradição logo-fonocêntrica para legitimar a conexão entre prova, verdade e história. A consideração do “fato” de que o historiador escreve vem acompanhada imediatamente de vetos estatutários e disciplinares, leis que submetem a elaboração historiográfica ao presente vivido como meio de atrelar a historiografia à “realidade”. Essa noção de “real” funciona como um irredutível inefável, mas fundamental para rechaçar a ficção e seus “perversos” delírios.⁵⁵⁴

Esta postura em defesa da ciência histórica se vale da crítica aos revisionismos (postura que acaba por ser uma revisão da revisão) sobre acontecimentos-limites como, por exemplo, o Holocausto; e dos conseqüentes apelos ao “absurdo” que é colocar em dúvida a “noção de realidade” quando se está diante destes acontecimentos. Os acontecimentos-limites atuam como irrefutáveis contra o *jogo e disseminação* de sentidos.⁵⁵⁵

Entretanto, um *acontecimento*, tudo o quanto *acontece*, ou *aconteceu*, está à mercê de estratégias interpretativas de, pelo menos, dois gumes. Elas podem “provar”, em relação a qualquer acontecimento, tanto que o encadeamento dos eventos não está completo — logo, que não há verdade naquele sentido — quanto que o sentido singular de acontecimento que

⁵⁵² DERRIDA, Jacques. Matéria e memória. In: (PM).2004.p.28-32. CABRERA, M. Angel. *Historia, lenguaje e teoria*. Madrid: Catedra, 2001. p.25 et seq.

⁵⁵³ *Ibidem*. p.332-333.

⁵⁵⁴ VATTIMO, Gianni. *op.cit.*, 2001. p.18-21.

⁵⁵⁵ DERRIDA, Jacques. In: (PM).2004. p.36-37. Cf. GINZBURG, Carlo. *O extermínio dos judeus e o princípio de realidade*. In: MALERBA, Jurandir. *op.cit.*, 2006. p.215-216.

lhe é atribuído não tem “consistência objetiva”.⁵⁵⁶ A argumentação realista, ao pretender que alguns acontecimentos sejam invulneráveis, intocáveis e estejam protegidos do *jogo* interpretativo, está sempre relacionada, na disciplina história, com a exclusão do ato interpretativo como um acontecimento histórico.⁵⁵⁷

Desta forma, podemos entender o cenário atual da disciplina como uma “batalha” travada entre as tropas anônimas nas universidades, da qual o panorama seria o seguinte, de acordo com Kramer:⁵⁵⁸

A ênfase na dimensão literária da experiência social e a estrutura literária da escrita histórica propicia uma nova abertura aos que desejam expandir a erudição histórica para além de suas limitações tradicionais, e constitui uma nova ameaça a todos os que procuram defender a permanência da disciplina dentro dos limites tradicionais, da forma como os entendem. As metáforas utilizadas por ambos os “lados” sugerem uma espécie de batalha historiográfica com ataques de flanco por parte das forças literárias e cercos defensivos dos tanques disciplinares por parte dos ‘verdadeiros’ historiadores.⁵⁵⁹

A defesa da “realidade histórica”, expulsando a ficção e a retórica, mantendo-a regulada e restrita, evoca uma lei ontológica que transmite a proibição de dizer o que não é sobre o ser, em especial regula o que pode ser dito sobre o extermínio e monstrosidades em geral. Entretanto, como lembra Rancière,

(...) tem que se notar bem que essa não é simplesmente uma lei “moral” que ordena respeito aos mortos e aos supliciados (...) é um platonismo mais radical, em suma, do que o de Platão, que proíbe realmente aos artesãos que eles mintam, mas se recusa a um meio tão direto para resolver a questão sofisticada da impossibilidade do não-ser. Regular de maneira jurídica o paradoxo sofisticado trai uma certa desesperança do estado historiador quanto à capacidade da ciência historiadora, que diz *sua* verdade, em ser guardiã da verdade, em proteger a verdade do acontecimento contra o argumento da sua impossibilidade.⁵⁶⁰

Na cena inerente ao regime de verdade hegemônico no campo historiográfico, regime que se pretende também ser “consciência” ética e política desta época, regido pelo tempo do possível como aquilo que é, o procedimento desconstrutor atravessa as afirmações, certezas e

⁵⁵⁶ *Ibidem.* p.36 et seq. RANCIÈRE, Jacques. *op.cit.*, p.239.

⁵⁵⁷ DERRIDA, Jacques. In: (PM).2004.p.80-82.

⁵⁵⁸ Kramer, neste artigo que busca traçar uma panorâmica da abordagem crítico-literária da história, aponta os nomes de LaCapra e H.White como aqueles que melhor representam a tentativa de construir um discurso histórico que não se dissolva na literatura, mas que ao não evitar o contato com ela propiciem estudos históricos “com mais crítica, mais imaginação e mais bom humor”. Segundo o autor, as diferenças entre White e LaCapra não se constituem uma dicotomia, mas uma diferença de ênfase e temática, sendo que White se situaria mais frequentemente próximo às perspectivas de Michel Foucault, enquanto LaCapra daria preferência à obra de Jacques Derrida. Seria, sem dúvida, instigante uma investigação mais aprofundada a respeito destas relações. KRAMER, Lloyd S. Literatura, crítica, e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick Lacapra. In: HUNT, Lynn. (Org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p.131-173.

⁵⁵⁹ *Idem.* p.132.

⁵⁶⁰ RANCIÈRE, Jacques. *op.cit.*, p.243.

seguranças, como se o saber experimentasse o dia seguinte a uma desapropriação. Desfaz o vínculo entre a teologia e o humanismo, cuja repetição infundável e metafísica o teatro da história ocidental sempre manteve como representação.⁵⁶¹

UM MUNDO de representações?

A noção de representação é o laço pelo qual o presente vivo, como plenitude da presença a si, reúne e comanda o tempo, a historicidade e o sentido do trabalho historiador. Ela enlaça também ciência e política, supondo que a representação segue uma presença primeira e restitui uma presença final, como apresentação que aponta uma verdade que pertence ao representado.⁵⁶²

O sentido do ser como presença (presença da coisa ao olhar; presença como substância/essência/existência; presença temporal como ponto, agora ou instante; presença a si do cogito, consciência, subjetividade, co-presença do outro e de si, intersubjetividade como fenômeno intencional do ego...) tem sido o sentido que o saber histórico vem apresentar de novo, representar. O que se deixa representar pela história é o *logos* como entendimento infinito na produção de si como auto-afecção. Ou seja: consciência.⁵⁶³

A noção de representação tem uma longa e complexa trajetória na cultura ocidental e está sempre às voltas com a questão da similitude, com as condições em que se estabelecem identidades e diferenças. Trata-se, no âmbito do representar, das maneiras pelas quais se pode comparar e ordenar o mundo em que se vive, ajustando imaginação e semelhança de maneira a condicionar a possibilidade de saber e fazer algo sobre o mundo. As representações podem ser consideradas como ação de produzir reproduções de um original, assim como em sua possibilidade de constituir-se na reprodução mesma. Sugerem algo dado que, no ato de representar, *duplica-se*, e que, ademais, encontra-se *in absentia*.⁵⁶⁴

⁵⁶¹ DERRIDA, Jacques. In: (ED).1995.p.150.

⁵⁶² DERRIDA, Jacques. O alfabeto e a representação absoluta. In: (GR).2004. p.361-370 .

⁵⁶³ DERRIDA, Jacques. In: (GR).2004. p.122. SANTOS, Alcides Cardoso dos. Desconstrução, literatura e pintura: Jacques Derrida e o comparativismo. In: GLENADEL, Paula & NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 2000. p.44-63.

⁵⁶⁴ Cf. FOUCAULT, Michel. Representar. In: *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, [19-]. p.70-109.

No encadeamento das séries e regularidades que regem as relações de similitude pelas quais as culturas podem distinguir, identificar e ordenar sua vivência, ou seja, produzir representações do vivido, ocorrem inúmeras descontinuidades, identificadas, por exemplo, no fantástico trajeto construído no texto *As Palavras e as Coisas* de Foucault.⁵⁶⁵

O pensamento derridiano faz atentar que a ocorrência destas descontinuidades não implica no deslocamento do fio que conduz à clausura metafísica da presença como ordem da apresentação. O fato de que o representado precede a representação de maneira absoluta continua ordenando a maneira de pensar ocidental, a despeito dos questionamentos que encetam as descontinuidades e diferenças nas relações de representação.⁵⁶⁶

Os debates e reflexões sobre as relações entre saber histórico e representação se encontram inseridas nessa ordenação, seja ao se estabelecer como discurso que *representa* um passado, seja, como nas posições mais recentes da história cultural, ou história social da cultura, ao tomar as representações como “objeto” numa história das representações. Em ambos os casos, a representação sobrevém ao presente em apresentação.⁵⁶⁷

No primeiro caso, o ângulo historiográfico remete à concepção epistemológica que pretende fundamentar uma ciência histórica pelo fato de que a representação está ligada à apreensão de algo que, como referente extra-discursivo, escapa à própria representação. Faz valer a função da representação que quer reproduzir, restituindo a pureza de um ponto fixo de origem. A prova de força a que se submete a produção deste saber consiste num processo em que verificar é restabelecer a ordem de apresentação entre representado e representação. A posição epistemológica deixa sobreviver, ainda que disfarçada e inconfessadamente, o realismo metafísico depositado na confiança na representação como coincidência possível entre “realidade” e a linguagem transparente que a reproduz em sua plenitude.⁵⁶⁸

De certa forma, pode-se dizer que a promoção da noção de representação da segunda forma (como “objeto” da história) advém do desgaste sofrido por essa primeira postura em meados do século XX. O trabalho historiador que se debruça sobre as representações emerge em

⁵⁶⁵ *Idem.*

⁵⁶⁶ DERRIDA, Jacques. In: (D).1972. p.217-221. Cf. NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999. p.66.

⁵⁶⁷ Cf. FALCON, Francisco J. Calazans. História e representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S; MALERBA, Jurandir. (Orgs.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000. p.41-79.

⁵⁶⁸ Cf. NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 1999. p.67-69. CHATELET, François. *Uma história da razão: entrevistas com Emile Noel*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994. REIS, José Carlos. In: *op.cit.*, 2003. p.149-155.

função da suspeição imposta pela “virada lingüística” e esta historicização das representações sociais seria a resposta, formulada notadamente pelo pensamento de Roger Chartier, ao enfraquecimento do programa dos Annales.⁵⁶⁹

Os trabalhos que surgem na esteira dos estudos de Chartier parecem tender a se desvencilhar da face epistemológica do termo representação para se filiar a dimensão dada a ele na tradição das teorias semiolinguísticas. A representação como relação simbólica é aquela na qual o signo toma o lugar do representado, o que se efetua com o recurso ao imaginário. Desta maneira, o manuseio das representações visa a atingir o imaginário social, superando o dualismo outrora marcante entre as dimensões do social e da mentalidade, articulando divisões sociais, práticas culturais e formas de poder. A análise do imaginário se volta para o tecido das relações entre poder e representação.⁵⁷⁰

Essas relações são entendidas como reversíveis, numa apropriação recíproca e dupla, na qual tanto a instituição do poder se produz como representação, como a representação se produz como poder. O efeito de poder da representação é a representação mesma.⁵⁷¹

Em *O mundo como representação*, Chartier desenvolve um metadiscurso normativo, no qual exhibe a proposta, ancorada principalmente na sociologia de Bourdieu, de redefinir a história cultural a partir da crítica e recusa à noção de mentalidade. Este texto desloca a forma como a “cultura” se relaciona com o “mundo social”, afirmando que as representações culturais do mundo social são elementos que constituem a realidade social. O “objeto” dessa história é um confronto de representações que subtendem a construção das realidades sociais, e seu interesse recai sobre análise dos textos, dos leitores, das leituras e das edições, buscando entender e identificar como o estatuto e a significação dos textos podem se alterar, caso ocorram modificações nos dispositivos e suportes de leitura.⁵⁷²

⁵⁶⁹ DOSSE, François. *O império do sentido: a humanização das Ciências Humanas*. Bauru, SP: EDUSC, 2003. p.380-388. REIS, José Carlos. 1988 - Um tournant critique – história e ciências sociais: a crise da interdisciplinaridade. In: *op.cit.*, 2000. p.126-146.

⁵⁷⁰ CAPELATO, Maria Helena R. e DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamaron S; MALERBA, Jurandir. (Orgs.). *op.cit.*, 2000. p.228-229. Cf. CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.151-154. BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Porto: Imprensa Nacional, 1985.

⁵⁷¹ CAPELATO, Maria Helena R. e DUTRA, Eliana Regina de Freitas. In: *op.cit.*, p.229-230.

⁵⁷² CHARTIER, Roger. O mundo como representação, *Estudos Avançados*, v.5, n.11, São Paulo, p.173-191. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 03 Apr 2008. SILVA, Helenice Rodrigues da. A história como a “representação do passado”: a nova abordagem da historiografia francesa. In: CARDOSO, Ciro Flamaron S; MALERBA, Jurandir. (Orgs.). *op.cit.*, 2000. p.81-99.

Dessa perspectiva, o trabalho historiador deve se concentrar em:

(...) identificar a forma como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler (...) pensar a história cultural do social tomando por objeto a compreensão das formas e dos motivos, isto é, partindo das representações do mundo social, na qual os atores que dela fazem parte possam traduzir as suas posições e interesses de forma objetiva, e que de forma paralela descrevem a sociedade tal como pensam que ela seja, ou como gostariam que fosse.⁵⁷³

Este é o limiar que a representação atinge no campo historiográfico. Por *brisura*, vislumbra-se, nesta inserção mais recente das representações na historiografia, dois lados, duas interpretações que se contaminam mutuamente, embora se mantenham incomensuráveis. Por um lado, a representação é entendida como uma relação entre um “objeto” e uma “imagem”, onde um vale pelo outro sem que se imponha a preeminência do representado sobre o representante, ou seja, a ordem da aparição, da apresentação. As linguagens que constituem as relações de representação não são consideradas um acesso transparente ao sentido, mas são examinadas naquilo em que nelas pode indicar a historicidade do sentido. No movimento permanente de criação e institucionalização das significações, o imaginário ou as representações sociais aparecem como condição mesma da existência do social histórico.⁵⁷⁴

Por outro lado, a mesma escrita que lança mão das representações como abertura de uma fenda no maciço de uma realidade histórica tida como presença que se passou “fora” da representação, e que está à espera de ser revelada pelo representar, volta a se fechar na ordem da representação como re-apresentação. Este retorno acontece quando esta mesma historiografia procura desqualificar o uso das representações que não conduzem à reconstituição do sentido original via recuperação da intencionalidade da representação em sua aparição, primeira, profunda, invisível. Recorre-se à intencionalidade da presença ausente (mas re-apresentada) para domar aquilo que se encontra nas bordas entre história e ficção: o potencial de *iteração* da escrita. A *iteração* não se deixa representar, por não se reduzir à ordem da aparição ou apresentação que remete à pureza original da origem e da verdade. Estudando o *texto*, as linguagens e as representações, a historiografia hegemônica acaba por sufocar a iteração e disseminação dessas grafias, fazendo-as sucumbir como representações transparentes que dão acesso a uma “relação de poder” que se auto-apresenta.⁵⁷⁵

⁵⁷³ CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa [Portugal]: Difel, 1990. p.16 *et seq.*

⁵⁷⁴ CABRERA, M. Angel. *Historia, lenguaje e teoria*. Madrid: Catedra, 2001. p.38 *et seq.* Cf. CHARTIER, Roger. *op.cit.*, 1991.

⁵⁷⁵ DERRIDA, Jacques. In: (D). p.208-209.

Desta forma, armam-se, na cena da historiografia, estratégias e protocolos para evitar os “mal-entendidos” com relação à noção de representação. Uma normatização surge em torno do uso das representações como instrumento para o trabalho historiador, tendo como função fazê-las retomar as ligações entre um mundo social, “real”, de alguma maneira apartado da linguagem e do discurso, e as diversas elaborações culturais que a ele dizem respeito.⁵⁷⁶ Nesse sentido, é o próprio Chartier que enfatiza a necessidade de:

Reafirmar a capacidade da história em estabelecer um conhecimento verdadeiro (...) um conhecimento controlável e verificável, armado para resistir àquilo que Carlo Ginzburg designou como a ‘máquina de guerra cética’ que recusa à história toda a possibilidade de dizer a realidade do que foi e de separar o verdadeiro do falso.⁵⁷⁷

Representações *da* história, representações *na* história, se não se fazem como auto-apresentação do sentido que retorna a sua origem, recuperado em sua intencionalidade, não são capazes de garantir a contigüidade entre representado e representação, e conseqüentemente não suportam o valor de verdade essencial e originária a ser recuperada, pressuposto da cientificidade histórica.⁵⁷⁸

Portanto, da perspectiva de uma historiografia cúmplice da metafísica da presença, é preciso que a representação se apague frente ao representado.

Caso contrário, a representação não produz nem a verdade do representado, nem seu outro, uma mentira ou uma falsidade. Produz o que para as pretensões do campo historiográfico é a catástrofe do mundo “realmente” como representação.⁵⁷⁹ Porque, “se tudo não passa de representação, e se ninguém mais pode pretender atingir a objetividade, como poderemos combater aqueles que negam a existência da câmara de gás?”⁵⁸⁰

⁵⁷⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion S. Uma opinião sobre as representações sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S; MALERBA, Jurandir. (Orgs.). *op.cit.*, 2000. p.9-39.

⁵⁷⁷ CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Revista Estudos Históricas*, v.7,n.13, p.100-113.1994. Cf. CHARTIER, Roger. *Conversa com Roger Chartier por Isabel Lustosa*. Disponível em: <http://pphp.uol.com.br/tropico/html/textos/>. Acesso em 16 set.2004.

⁵⁷⁸ MALERBA, Jurandir. As representações numa abordagem transdisciplinar: ainda um problema indócil, porém mais bem equacionado. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S; MALERBA, Jurandir. (Orgs.). *op.cit.*, 2000.p.269-288.

⁵⁷⁹ DERRIDA, Jacques. In: (GR).2004. p.363.

⁵⁸⁰ NOIREL, Gerard. *apud*. SILVA, Helenice Rodrigues da. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S; MALERBA, Jurandir. (Orgs.). *op.cit.*, 2000. p.94. Cf. NOIREL, Gerard. La crisis de los “paradigmas. In: *Sobre la crisis de la historia*. Madrid: Cátedra, 1997. p.123-162.

ACONTECIMENTOS-limite e limite da história

Em geral, na interlocução com a historiografia hegemônica, o procedimento desconstrutor e a escrita derridiana são (ainda) encarados sob forte suspeita, sobretudo quando se discutem os limites das relações entre humanismo e ciência histórica, talvez tanto por proximidade, quanto pelo distanciamento da filosofia de Heidegger. Mas, sem dúvida, no campo historiográfico essa suspeita e desconfiança se fazem mais fortes ainda, porque desconstruir atua no sentido de descentrar e desalojar o núcleo da disciplina, pelo qual um saber pode fazer com que um juízo se transforme num fato verdadeiro e incontestável.⁵⁸¹

Recorrer ao Holocausto tem sido, na defesa dos limites do regime de verdade hegemônico, uma das estratégias mais utilizadas para lidar e “manter em seu devido lugar” as formas de pensar que, no que diz respeito ao debate no campo historiográfico sobre as relações entre escrita e trabalho historiador, se posicionam a favor de pensar a historicidade contida na errância da letra, no *jogo* do ato de interpretação e na atividade da escrita historiadora.⁵⁸²

Uma escrita disseminada de história(s) não seria capaz de ser justa com o terror do Holocausto e de outros acontecimentos-limite? Pode-se questionar o Holocausto? Deve-se? Ou, pelo contrário, deve-se contentar em documentá-lo como evento e passar adiante, ao próximo “fato”?

A desconstrução abre, para o saber histórico, uma convocação a perguntar-se sobre tudo, sobre a possibilidade da factualidade selvagem e nua do não-sentido, sua própria morte. O procedimento desconstrutor introduz a questão da possibilidade da pergunta, abertura, escancaramento, ato livre de perguntar que se arranca à totalidade do que o precede. O questionamento desconstrutor dirigido à história da história se volta, em especial, à historicidade e ao passado da experiência que se deixou escrever, inscrever, no documento, no arquivo, na história.⁵⁸³

⁵⁸¹ RAJAGOPAN, Kanavillil. In: NASCIMENTO, Evando. (Org.), 2005. p.123-124. DUQUE-ESTRADA, Paulo César. Derrida e a crítica heideggeriana do humanismo. In: NASCIMENTO, Evando. (Org.). *op.cit.*, 2005. p.245-255. Para uma leitura da interpretação que vincula o pensamento derridiano ao nazismo, cf. WOLIN, Richard. *Labirintos em torno a Benjamin, Habermas, Schmitt, Arendt, Derrida, Marx, Heidegger e outros: explorações na história crítica das idéias*. Lisboa: Instituto Piaget, c1995.

⁵⁸² Cf. FRIEDLANDER, Saul. (Org.). *Probing the limits of representation*. Nazism and the ‘final solution’. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

⁵⁸³ DERRIDA, Jacques. In: (ED).1995.p.103-105.

Este tipo de abertura se furta a oferecer o solo firme para a construção de uma ciência como atividade de representação e coloca como tarefa do pensamento manter acesa a dúvida sobre as demarcações (estatutos, vetos, normas, métodos) que incessantemente se fazem valer nesse solo.⁵⁸⁴

Com isso não se afirma que a postura derridiana se converta em gestos de apoio à dissolução do acontecimento do Holocausto ou de qualquer outra tragédia humana. Mas, é por renunciar às garantias da tradição logo-fonocêntrica e da lógica da identidade, que pensar a justiça e valores na perspectiva derridiana desde sempre remete a uma responsabilidade com *aquilo que se difere de mim*, com o *outro*, mesmo não-idêntico. Esta responsabilidade não está assegurada pela prescrição de uma idéia transcendental e reguladora. Ela se traduz como negociações urgentes e uma tarefa de questionamento sempre inadiável. Este questionamento deve atingir uma amplitude que abrigue a possibilidade da impossibilidade da alteridade até a impossibilidade de sua possibilidade, a aniquilação do outro. A decisão a ser tomada perante esse im-possível possível é o dever inabalável de uma entrega do *outro* em mim que não exime a responsabilidade pelo ato, mas afirma a experiência de dar lugar à alteridade, de ceder, de perdoar.⁵⁸⁵

O pensamento derridiano não faz apenas uma crítica à concepção jurídico-liberal do poder e do direito, de sua lógica de identidade e exclusão. A idéia é a de uma obrigação sem o dever ou imperativo categórico, a de uma esperança sem messianismo utópico. Ao invés de uma justiça concebida como equidade, trata-se de uma "concepção hiperbólica de justiça", segundo a qual a alteridade do outro nos obriga mutuamente e de maneira suficiente, sem buscar uma razão ou um embasamento argumentativo absoluto e indiscutível, pois a inclusão, o respeito e a ética para com o outro não é algo que vem "depois" de um acontecimento-limite, num ordenamento seqüencial de razões, mas é o que conduz e baliza toda crítica da violência e do poder, e surge a partir da disjunção e desencadeamento de lances interpretativos.⁵⁸⁶

⁵⁸⁴ CULLER, Jonathan D. *op.cit.*, 1997. p.174-176.

⁵⁸⁵ DERRIDA, Jacques. In: (PM). 1995. p.270-276.

⁵⁸⁶ DERRIDA, Jacques. In: (ED*). p.143-146. DERRIDA, Jacques. *A utopia não, o im-possível. op.cit.*, 2004. (PM). p.315-330. DERRIDA, Jacques. In: (EM).1994. p.39-41. DERRIDA, Jacques. *Força de lei: o fundamento místico da autoridade*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. CAPUTO, Jonh. *Against Ethics*. Indiana University Press, 1993. p.18 *et seq.* NORRIS, Christopher. Law, deconstruction and resistance to theory. In: *Deconstruction and the interests of theory*. Norman: University of Oklahoma Press, 1989. p.127-155.

Desta maneira, escrever história(s) disseminadas sobre o holocausto implica não cristalizar este terrível acontecimento em sua empiricidade, nem reafirmá-lo a cada instante como evento datado, documentado e encerrado em sua verdade. Mas atentar para o fato de que a brutalidade que reside nesse evento lhe confere uma historicidade que não se dissipa, mas cambia sob seqüelas e trajetos que são tarefa do trabalho historiador percorrer e encenar. Para LaCapra, leitor de Derrida, pela força das significações que consegue mobilizar, o Holocausto se funda em panoramas nebulosos de longa duração. E propõe, diante de um passado recente marcado pela proliferação de recolhimento de testemunhos que consignam arquivos, museus, memoriais e monumentos dedicados a ele, que a abordagem histórica o trate como um evento traumático, um trauma social coletivo. Trauma é o que torna precária a distinção entre o ponto de vista do sujeito e o que, independente do desejo, da vontade, é produzido. Os testemunhos, entre fato e fantasia, deslocam o trabalho historiador das exigências da competência científica para a tentativa de produzir, experimentando relações de *transferência* (Freud), uma resposta que será, sem dúvida, um outro testemunho.⁵⁸⁷

Contudo, esse testemunho, tal como o trabalho do analista, deve preparar maneiras de se vencer o complexo de relações definido pela trama traumática: perpetrador-colaborador-vítima-*voyeur*-resistente. Este trabalho, que despende cuidadoso manuseio da rede de pontos de vista e modos de agir inter-relacionados sobre judaísmo e anti-semitismo, constitui um processo nunca completo, e não resulta no encerrar do evento num sentido posicionado e desvelado de uma vez para todas, ao qual basta ao historiador repeti-lo como prova de que a “realidade” existe. O trabalho historiador sobre o Holocausto, numa escrita disseminada de história(s), assim como sobre outros traumas históricos, como o Apartheid, a escravidão negra, as ditaduras latino-americanas etc., se configura como um intento recorrente e variável de escrita e *intervenção* no mundo.⁵⁸⁸

⁵⁸⁷ LACAPRA, Dominick. History and memory: in the shadow of the holocaust. In: *History and memory after Auschwitz*. Cornell University Press, 1998. Versão em espanhol disponível em: <http://cholonautas.edu.pe/memoria/lacapra.pdf>. LACAPRA, Dominick. Representing the Holocaust: Reflections on the Historian's Debate. In: FRIEDLANDER, Saul. (Orgs.). *op.cit.*, 1992. Cf. DERRIDA, Jacques. *op.cit.*, 2004. (PM). p.136-137.

⁵⁸⁸ *Idem*. Além disso, da maneira como atenta Bauman, a implicação de que os que perpetraram o Holocausto foram uma ferida ou uma doença sem par de nossa civilização — e não seu horrendo mas legítimo produto — resulta não apenas no conforto moral da auto-absolvição, mas também na terrível ameaça do desarmamento moral e político. Tudo realmente aconteceu, mas “lá” — em outra época, em outro país. Quanto mais culpáveis forem “eles”, mais seguros estaremos “nós” e menos teremos que fazer para defender essa segurança. Uma vez que a atribuição de culpa for considerada equivalente à identificação das causas e ao atestado de uma realidade que passou, a inocência e sanidade do modo de vida de que tanto nos orgulhamos não precisam ser colocadas em dúvida. Cf. BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. p.230-236.

O que uma história, uma ciência e ação que se pretendem resolutamente e ingenuamente extra-discursivas e extra-textuais *fazem*? O que poderiam, afinal, uma história *realista* ou uma filosofia política *fazer na verdade* se elas falharem em trazer à tona e a prestar contas com a extrema formalização, novas aporias, instabilidades semânticas, todas essas preocupantes conversões que trabalham os signos? Se elas não tentarem ler todas essas possibilidades de aparência contraditória (relação sem relação, comunidade sem comunidade etc) tudo que estes ‘discursos sofisticados’ lembram? Digamos isso: muito pouco, quase nada. Elas perderiam o mais difícil, o mais resistente, o mais irreduzível, o mais outro sobre a ‘coisa mesma’.⁵⁸⁹

REPRESENTAÇÃO e história(s)

O momento em que as representações são inseridas e discutidas no campo historiográfico é, paradoxalmente, uma momento de “crise da representação”.⁵⁹⁰ Neste cenário, em que a representação como relação de adequação entre um sujeito cognoscente e um objeto — em si incognoscível, mas que se deixa de alguma maneira apreender — está sendo contestada, a posição do pensamento derridiano é diferente daquela de Deleuze, por exemplo, que recusa conceder à representação qualquer estatuto.⁵⁹¹

O gesto derridiano procura problematizar a noção de representação. Elaborando um simulacro de início, remarca a cena platônica na qual desponta o conceito de *mimesis*, do qual a representação é herdeira. A representação trará como herança a ambivalência da *mimesis* platônica, pela qual se sabe haver uma boa produção mimética, a fala, que repete o movimento naquilo que ele tem de mais próprio e, como imitação verdadeira e fiel, apaga-se a si mesmo e restitui, de maneira viva, a presença verdadeira.⁵⁹²

Em contraposição, a *mimesis* censurada, a escrita, é cópia da cópia. Exterior à memória, ela desliza entre o sentido e a falta de sentido, se furtando à alternativa simples entre presença e ausência. Não são nem mesmo representações dos objetos do mundo. O verdadeiro sentido, encontrado na presença, está distante na escrita, pois ela repete ao repetidor, não precisa beber na fonte da presença para ser capaz de reproduzir. E nessa reprodução, não há verdade que se presentifique em lugar algum. A letra é morta e errante, seu poder é de rapto, de sedução

⁵⁸⁹ DERRIDA, Jacques. *Políticas da Amizade*. Porto: Campo das Letras, [19--]. p.99. Cf. BENNINGTON, G. & Derrida, JACQUES. In: *op.cit.*, 1996. p.138-142.

⁵⁹⁰ FALCON, Francisco J. Calazans. *op.cit.*, 2000. p.44.

⁵⁹¹ “O mundo da representação se caracteriza por sua impotência em pensar a diferença em si mesmo; e ao mesmo tempo em pensar a repetição para si mesma.” DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p.228-229. BOLT, Bárbara. Transcending representationalism In: *Art Beyond Representation: The Performative Power of the Image*. London, IB: Tauris, 2004. p.11-51.

⁵⁹² DERRIDA, Jacques. In: (D).1972. p.122-125. NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 2000. p.65-71. Cf. PLATÃO. *A República de Platão*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

interior, de perversão eloqüente. Em termos cognitivos, marcada a cena platônica, se a investigação da verdade começasse pela cópia da cópia que é o escrito, perder-se-ia de imediato a ordem necessária da *apresentação*.⁵⁹³

Na medida em que manteve a ordem da apresentação como ordem da verdade, todo pensamento ocidental é tributário, de um modo ou outro, desta cena platônica. No campo historiográfico, as representações são bem vistas, desde que sujeitas a pretensa ligação com a “realidade” que se deixou re-presentar. Entre uma e outra forma ou função da representação há um abismo: uma representa como reconstituição pontual e regular de uma fonte estável, segura e fixa; a outra representa a impossibilidade dessa recuperação, impossibilidade do retorno à presença original e simples. Entretanto, no abismo (*mise en abyme*), há entre elas um encontro, posto em cena pelo deslocamento proposto pelo procedimento desconstrutor. Por desconstrução e brisura flagra-se que, mesmo neste bom uso da representação, está instalado a potência do *jogo* disseminante, não devedor à ordem da apresentação da presença, pois a presença já é uma repetição.⁵⁹⁴

A representação perfeita deveria re-presentar perfeitamente. Ela restaura a presença e apaga-se como representação absoluta. Este movimento é necessário. O *telos* da imagem é sua própria imperceptibilidade. Ao cessar, imagem perfeita, de ser outra que a coisa, ela respeita e restitui a sua presença originária. Ciclo indefinido; a fonte — representada — da representação, a origem da imagem pode por sua vez representar seus representantes, substituir seus substitutos, suprir seus suplementos. Dobrada, retornando a si mesma, soberana, a presença não é então — e ainda — mais que um suplemento de suplemento.⁵⁹⁵

Na escrita de história(s), o uso das representações será o ponto cego entre duas historicidades. Uma atenta ao *jogo* disseminante, outra que o nega ou camufla. História(s) ao disponibilizar as duas faces representacionais em seu movimento não-dialético, acaba por fazer despontar um saber não-representacional que não tem como horizonte a re-apresentação de uma verdade escondida no passado presente. A grafia histórica(s) não aparecerá como uma ilustração que se acrescenta à presença passada, apenas repetindo uma trama que se passou fora dela. A escrita disseminada de história(s) não representa, investe um poder de desdobramento, de um meio em várias dimensões. Produz seu espaço, não mais organizado a partir de um outro lugar ausente e passado em função da consciência presente. Esta escrita encena a si mesma e disso extrai sua força e necessidade. Toda história(s) é uma história da escrita da história.⁵⁹⁶

⁵⁹³ DERRIDA, Jacques. In: (D).1972. p.126-128. NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 2000. p.68-70.

⁵⁹⁴ DERRIDA, Jacques. In: (D).1972. p.136-140. NASCIMENTO, Evando. *op.cit.*, 2000. p.71.

⁵⁹⁵ DERRIDA, Jacques. In: (GR). 2004. p.363-364.

⁵⁹⁶ DERRIDA, Jacques. In: (ED).1995. p.157. LACAPRA, Dominick. 1983, p.116-117.

Com isso, não se abandona a cena da escrita à “anarquia” sem fim. Ela está conduzida pela experiência de produção de espaços como gestos que se abrem a um porvir não comandado pelo horizonte da presença, pela linearidade temporal. Não oferecerá nenhum presente, seja ele passado ou futuro, senão como palco de intervenção. No espaço que habita, cria elos por aproximações e contato, não por referencialidade.⁵⁹⁷

ARQUIVAR heranças: o irreparável do passado

Continuidade-descontinuidade, dispersão e inteligibilidade. A circulação do saber histórico, em sua economia e dispêndio, sempre esteve envolvida na atividade de reunir a dispersão das experiências do vivido humano. Para se desvencilhar das imposições que continuamente fazem a história retornar ao leito metafísico, como lidar com a experiência de escrever, cujos gestos são da ordem da ruptura? Como criar uma ligação que não se detenha numa linearidade? Como aproximar os que são avessos à continuidade? Como fazer continuar aquilo que não tem forma estável?

Esta é a questão da herança.

Herdar coloca em causa uma continuidade que se difere daquela imposta pela idéia de fonte, origem ou influência, porque, ao contrário destas, não se insere num movimento linear, obrigatório e automático. Claro que se herda sempre um conjunto de elementos valorados que é imposto, na medida em que toda herança é recebida. Não se cria uma herança. Mas o herdado nos obriga a um esforço para aceitá-lo, modificá-lo ou recusá-lo. Esses gestos são ondulações na historicidade que impedem a idéia de história como acúmulo progressivo. O patrimônio ocidental se constitui por meio de heranças das quais se serviu, mesmo que as rejeitando.⁵⁹⁸

O trabalho historiador na escrita de história(s) atua como um *arquivo* de heranças que ele mesmo herda, constituindo um passado que não se apresenta e não se deixa representar como passado presente. Diante da des-medida de um passado sem presença, fantasmagórico, a herança que se arquiva na escrita de história(s) é aquela que nos escolhe, violentamente. Retomando, desenvolvendo, selecionando e elegendo peças desse material herdado, nosso

⁵⁹⁷ DERRIDA, Jacques. In: (ED).1995. p.158.

⁵⁹⁸ DERRIDA, Jacques. In: (EM).1994. p.32-33 Cf. LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: 1985. p.20-21.

patrimônio, o trabalho historiador afirma essa herança, não a deixando morrer. Entretanto, ao afirmar a herança e salvá-la da morte, o trabalho historiador não a traz de volta à vida, não lhe recupera, animando-a, o sopro de sentido que teria tido um dia, talvez. História(s) é um domínio da não-contemporaneidade, da intempestividade, dos fantasmas.⁵⁹⁹

A afirmação da herança assinala interrupção e continuidade, é doação e dádiva que jamais terá sido propriedade nem será apropriada, quer se trate da língua, da cultura, da memória ou da filiação em geral. O dom de herdar e deixar herdar é a relação com a vida que não se deixa resumir num passado ou num futuro, se dá num passado que nunca foi passado presente e será recebido num futuro que nunca terá sido futuro presente.⁶⁰⁰

A herança é a marca da finitude, aquilo que se deixa porque se sabe que se está de passagem, partindo: experiência de caducidade não-recusada. O que há de irreparável na vida, a morte, faz um contorcionismo e se lança a um porvir. Escrevendo de *outro* modo que não aquele em que história se torna organização do presente no tempo, como evasão em nome da presença de si, o irreparável do passado é a “matéria” que se deixa trabalhar pelo ato historiador.⁶⁰¹

Encetado em interlocução com o proceder desconstrutor, o trabalho historiador *arquiva* heranças. Ao fazê-lo, assume a responsabilidade de estabelecer uma continuidade que não deixa intacto aquilo que herda. Salva, sem deixar a salvo. Promete renunciar à aniquilação da tradição, mas se obriga a traduzi-la, contaminá-la. A responsabilidade do trabalho historiador é atormentar a tradição com sua historicidade, ou seja, interpretá-la o tempo todo, inquietá-la, mantê-la vivaz.⁶⁰²

Este tormento que a escrita de história(s) alude diz respeito à instabilidade e inquietude que perpassa uma tradição. A necessidade de atormentar, a uma só vez, engloba a chance e a ameaça à tradição no que ela, reiteradamente, torna possível.⁶⁰³

⁵⁹⁹ DERRIDA, Jacques e ROUDINESCO, Elisabeth. *Escoger su herencia*. In: (YQ).2005.p.9-28. USHER, Phillip John. *Joyce he war, yes: la microlecture selon Derrida, dans Complications de texte: les microlectures. Fabula LHT (Littérature, histoire, théorie)*, n.3. Disponível em: <http://www.fabula.org/lht/3/Usher.html>. Acesso 1 setembro 2007.

⁶⁰⁰ ALVIM, Luíza B. A Melllo. Derrida: uma reflexão sobre a herança européia e a desconstrução do eurocentrismo. In: GLENADEL, Paula & NASCIMENTO, Evando. (Orgs.). *op.cit.*, 2000.p.141-146.

⁶⁰¹ DERRIDA, Jacques e ROUDINESCO, E. In: (YQ).2005.p.12-13. BENNINGTON, G. & Derrida, JACQUES In: *op.cit.*, 1996. p.138-139.

⁶⁰² DERRIDA, Jacques e ROUDINESCO, E. In: (YQ), 2005. p.15. LACAPRA, Dominick. 1983, p.317 *et seq.*

⁶⁰³ DERRIDA, Jacques. In: (PM).2004. p.277-278.

Nesse sentido, vislumbram-se dois movimentos na produção do trabalho historiador. O primeiro transforma o irreparável do passado, a morte e a finitude, em fantasmas e ruínas, figuras que remetem os elementos históricos a uma dimensão inatual do tempo, para fora dos limites das possibilidades atuais. Entre o vivo e o morto, nem morto nem vivo. A escrita da história(s) ergue-se no respeito àquilo que não está, não está mais e não está ainda presentemente vivo, ainda que a tentação de remeter tudo à realidade presente, passado presente ou futuro presente, sempre exista. A herança da história(s) são fantasmas que se conjuram e se exorcizam, numa carnavalização sem fim.⁶⁰⁴

“Se os homens fazem sua *própria* história, é na condição de *herança*. A apropriação, em geral, está na condição do outro e do outro morto, de mais de um morto, de uma geração de mortos. O que se diz da apropriação vale também para a liberdade, ou para a libertação, ou para a emancipação”.⁶⁰⁵

Por sua vez, ao se deixarem arquivar, os fantasmas se deixam como herança. A herança desses fantasmas consiste sempre num empréstimo e um crédito. Emprêsta-se um silêncio, pois os fantasmas não oferecem respostas às inquietudes, se resposta é entendida como o conforto e a segurança de uma certeza. Eles re-lançam as dúvidas, as inseguranças, os atritos, as instabilidades. O empréstimo é espaçamento que se concretiza como tempo de interpretar, de trabalhar, de *transferir* as incertezas e precariedades de um passado como possibilidades para um porvir. Herdar um arquivo de fantasmas é ter a possibilidade da tradição como *vida*.⁶⁰⁶

Este é o segundo movimento do trabalho historiador. Se, no primeiro movimento transformou-se o que há de irreparável em herança fantasmagórica, agora estes fantasmas são transformados em herança, como empréstimo. O produto da escrita será um crédito concedido por estes fantasmas arquivados a ser gasto em outra coisa, num outro lugar, numa história(s) que não tem fim, não conhece um fim, pois continua sempre na disjunção imposta por herdar: reafirmar e exortar um outro, a um só tempo. O trabalho historiador é então uma *máquina*, uma *máquina* intempestiva que atua na inapropriabilidade de si mesma.⁶⁰⁷

NARRATIVA x textualidade

⁶⁰⁴ DERRIDA, Jacques. In: (EM).1994. p.11-13

⁶⁰⁴ DERRIDA, Jacques. In: (MA).2001. p.78 *et seq.*

⁶⁰⁵ DERRIDA, Jacques. In: (EM).1994.p.147.

⁶⁰⁶ DERRIDA, Jacques. In: (MA). 2001.p.80-82.

⁶⁰⁷ DERRIDA, Jacques. e ROUDINESCO, E. *op.cit.*, (YQ). 2005. p.13-15. DERRIDA, Jacques. In: (EM).1994. p.230 *et seq.* Cf. AGAMBEN, Giorgio. *op.cit.*, 2005. p.79-107.

O trabalho historiador, *arquivo* do irreparável como herança, se deixa conter em narrativas?

Uma discussão sobre narratividade envolverá por definição seus *outros*, o modo de explicação nomológico-dedutivo por um lado, o mito por outro. A posição de Lyotard no texto *A condição pós-moderna* (ainda) desenha os contornos contemporâneos dessa discussão. Acentuando a preeminência da forma narrativa na formulação do saber tradicional, este texto liga a narratividade às idéias de equilíbrio interior e de convivialidade numa comunidade.⁶⁰⁸

A narrativa é capaz, ao mesmo tempo, de definir os critérios de competência de um saber (saber-fazer, saber-viver, saber-escutar...) e proceder a avaliação dele. Nessa medida, a narrativa admite uma pluralidade de jogos de linguagem em seus enunciados, como admite também que, na pragmática de transmissão do saber, se repasse não apenas um conteúdo, mas também um vínculo social normativo. Isto porque o posto de narrador, embora central, não é fixo. O narrador é aquele que já foi tanto destinatário daquelas mensagens, como é referente de outras narrações possíveis. Além disso, a narrativa é síntese de uma marcação regular de tempo, tendendo a se deixar levar mais pela cadência imemorial de repetição do que pelas diferenças de tom em cada uma de suas performances, o que a aproxima do mito.⁶⁰⁹

Definindo desta maneira o saber narrativo, o texto de Lyotard depõe tanto sobre a distância e diferença entre os saberes narrativos e a ciência moderna no Ocidente, quanto a respeito da re-introdução nesta última do elemento narrativo como instância de validade do saber. Decorre daí as já tão conhecidas “grandes narrativas” da modernidade. Da deslegitimação dessas narrativas, Lyotard sugere não apenas uma crise de legitimidade do saber científico, mas também a insuficiência da narrativa para conferir unicidade ao sentido do convívio humano.⁶¹⁰

Em *O narrador*, Walter Benjamin trabalha a narrativa como uma forma artesanal de comunicação e transmissão de saber e diagnostica o declínio da experiência de narrar. A narrativa definha na medida em que as experiências tendem a se tornar incomunicáveis. A falta de intercâmbio entre as experiências compromete a difusão de saberes que decorreria da arte de narrar, e a prática imitativa, lenta e gradual da narrativa se deixa substituir como uma

⁶⁰⁸ LYOTARD, Jean-François. In: *op.cit.*, 2000.

⁶⁰⁹ LYOTARD, Jean-François. Pragmática do saber narrativo. In: *op.cit.*, 2000, p.35-43.

⁶¹⁰ *Ibidem*. *A função narrativa e a legitimação do saber*. p.51-57.

disciplina para ensinar a contar histórias. O romance moderno como forma enfraquecida de narrativa marca a tendência ao isolamento e a incomunicabilidade.⁶¹¹

Este é o cenário em que a tematização da narratividade aparece como questão posta à história. A problemática da narrativa desperta a discussão sobre o estatuto do saber histórico, diferindo-o do mito. Ao mesmo tempo, ela incita a necessidade de discutir a legitimidade da hegemonia que o discurso científico, a despeito de toda “crise”, continua a desempenhar. O questionamento da cientificidade da história alcança, portanto, uma dimensão maior do que aquela delimitada pelo campo historiográfico. Vislumbra e evidencia a possibilidade de falência do modelo de razão ocidental.⁶¹²

Estas implicações estão cada vez mais incontornáveis e há uma série de textos que procuram discutir e avaliar o saber histórico em função de suas relações com a narratividade. No texto de Peter Burke, *A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa*, por meio de um balanço historiográfico sobre a problematização da narrativa, está proposto uma articulação entre os dois debates que constituem o tema da narrativa para o conhecimento histórico, quais sejam: narrativa x estrutura e narrativa tradicional x a moderna. Burke postula a necessidade de o trabalho historiador, para lidar com as questões que envolvem a narrativa e a história, alcançar uma síntese da relação entre acontecimento e estrutura, considerando as formas modernas de narrativas literárias e cinemáticas como técnicas úteis para ajudar a revelar esta síntese.⁶¹³

O resultado deveria ser uma narrativa densa o suficiente para contemplar a seqüência de acontecimentos, intenções e as estruturas que lhes suportam, pondo em atuação um freio ou acelerador destes acontecimentos. Embora aborde várias possibilidades narrativas, ao considerá-las como “técnicas”, Burke acaba por tratar a questão da narratividade como apenas uma questão de silhueta do encadeamento de eventos, por reduzi-las ao sentido estrito de uma maneira de contar conteúdos “verdadeiros” e “reais” a modo de uma ficção.⁶¹⁴

⁶¹¹ BENJAMIN, Walter; *O narrador*. In: BENJAMIN, Walter; HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W.; MARCUSE, Herbert; HABERMAS, Jurgen; HABERMAS, Jurgen *Textos escolhidos*. 2ª ed. São Paulo: 1983. p.63-81. Cf. BONS, Jeanne Marie Gagnebin de. *Walter Benjamin: Os Cacos da História*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

⁶¹² LIMA, Luiz Costa. *op.cit.*, 1989. p.44. MOSCATELI, Renato. A narrativa histórica em debate: algumas perspectivas. *Revista Urutágua*, n.6, 2004. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/006/06moscateli.htm>.

⁶¹³ BURKE, Peter. *A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa*. In: *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, 1992. p.327-348.

⁶¹⁴ *Idem*.

De disposição diversa e de muito impacto, a clivagem produzida pelos textos e reflexões de Hayden White no campo historiográfico lança novos olhares sobre a narrativa histórica. Estes textos, sobretudo a *Meta-história*⁶¹⁵ e *Trópicos do discurso*,⁶¹⁶ ao se posicionarem a favor da investigação do lado “trópico”, ou seja, metafórico e imaginativo do saber histórico, tiveram o mérito de produzir não só uma crítica da história documental, mas igualmente uma possibilidade teórica, sobretudo para a história intelectual ou história da historiografia. Isto porque se desviam do tratamento da narrativa como componente verbal e literário que tem a contribuir como formato e ajuda à melhor descrição do trabalho, mas que não determina as propriedades da ciência histórica.⁶¹⁷

A teoria trópica de Hayden White foca-se nas bases de construção discursiva do passado e, nesse sentido, a narrativa não será apenas uma técnica de escrita da história incapaz de interferir no sentido e na historicidade, mas um tipo de discurso no qual “a sinédoque funciona como o tropo dominante para ‘amarrar’ as *partes* de uma totalidade, apreendida como estando dispersa por uma série temporal, num todo, segundo o modo da *identificação*”.⁶¹⁸

Considerada como um sistema de signos, a narrativa histórica aponta simultaneamente para duas direções: para os acontecimentos descritos na narrativa e para o tipo de estória ou *mythos* que o historiador escolheu para servir como ícone da estrutura dos acontecimentos. A narrativa em si não é o ícone; o que ela faz é descrever os acontecimentos contidos no registro histórico de modo a informar ao leitor o que deve ser tomado como ícone dos acontecimentos “familiares” a ele.⁶¹⁹

Conforme White, as narrativas historiográficas são “ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos”. Devem ser entendidas a partir da mediação que estabelece entre os acontecimentos que ela relata (estória) e a estrutura de enredo disponível e disponibilizada por uma cultura para dotar de sentido acontecimentos e situações, a fim de construir um tipo particular de disposição explicativa ou interpretativa do campo histórico em estudo. A explicação narrativa não tem como objetivo desvendar uma “realidade” passada, mas tornar familiar o não-familiar, inscrevendo o ainda não-classificado numa ordenação com sentido.⁶²⁰

⁶¹⁵ WHITE, Hayden V. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1992.

⁶¹⁶ WHITE, Hayden V. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

⁶¹⁷ WHITE, Hayden. *op.cit.*, 1992. p.30 *et seq.* LIMA, Luiz Costa. *História, ficção, literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.16-19.

⁶¹⁸ *Ibidem*. p.38.

⁶¹⁹ WHITE, Hayden. *op.cit.*, 2001. p.105.

⁶²⁰ Partindo de Vico, Kenneth Burke, Frye e da teoria das figuras de linguagem (tropos/figuração), White caracteriza o que ele intitula de estruturas profundas da imaginação histórica e as organiza de acordo com a

Nessa perspectiva, a história é formada por diferentes e significativas escritas sobre o passado. Entretanto, ao buscar mapear a estruturação tropológica das histórias, White produziu uma história de algo imanente à consciência ou a falta dela, uma metalinguagem para a historiografia que reconstrói uma hierarquia no nível da teoria dos tropos, e mantém a distinção rígida entre ficção e verdade, sendo o verdadeiro o que é validado pela estrutura trópica. O fato de que essa teoria tenha sido retirada do campo literário não lhe garante um caráter mais interpretativo e menos objetivista. Encontra-se, na teoria de White, um engessamento do tratamento da imaginação histórica, na medida em que delimita e molda a inventividade subordinando-a a estrutura dos tropos.⁶²¹

Na estrutura tropológica que garante os parâmetros de “urdidura” da narrativa histórica, Hayden White encontra a medida e o fundamento do saber histórico. Ou seja: se ele leva em consideração a narrativa é para, a partir dela, fazer aparecer o fundamental que de alguma maneira lhe é exterior e lhe antecede: a estrutura de enredo.⁶²²

Foi nas incansáveis reflexões de Paul Ricoeur que a narrativa teve, nas bordas entre a filosofia e o campo historiográfico, seu estatuto deslocado. Para Ricoeur, a narrativa, como refiguração do tempo vivido produzida por uma imaginação criativa, é aquilo que humaniza a experiência de ser no tempo. A narratividade não diz respeito a um estilo de escrita, como também não é acesso à estrutura tropológica. Ela é o elo entre consciência e experiência da qual dependem todos os tipos de grafia, ficcionais ou não. A narrativa é o termo de concordância entre os diversos tempos vividos, num sentido inteligível.⁶²³

De forma tal que história e ficção estão de frente às mesmas dificuldades em torno da aporia entre o vivido e o inteligível. Entre as narrativas históricas e ficcionais não há apenas uma convergência, mas um entrecruzamento, no qual cada uma delas só pode concretizar suas

operação que realizam. São quatro as figuras identificadas – figuras de linguagem: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia. Esses tropos são apresentados como um solo básico que estrutura o discurso e determina por sua vez os outros arranjos discursivos como os tipos de enredo (romance, tragédia, comédia e sátira), tipos de argumento (formalista, mecanicista, organicista e contextualista) e por último, mas não menos importante, a implicação ideológica (anarquismo, radicalismo conservadorismo e liberalismo). Na perspectiva desenvolvida ao longo de *Metahistória*, mas também em trabalhos posteriores, todos os níveis dos discursos são coordenados a partir dos tropos primários. WHITE, Hayden V. *op.cit.*, 1992. Cf. WHITE, Hayden V. *A interpretação na história; O texto histórico como artefato literário; As ficções da representação factual*. In: *op.cit.*, 2001. p.65-151.

⁶²¹ LACAPRA, Dominick. *op.cit.*, 1985. p.33 *et seq.* Cf. SEABRA, Silvana. O fim da História como Gênero Literário e sua fundação científica. In: *História e literatura: A teoria de W. Iser na escrita da história*. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/site/publicacoes/cad42.doc>.

⁶²² LACAPRA, Dominick. A poetics of historiography: Hayden White's tropics of discourse. 1983. p.72-83.

⁶²³ RICOEUR, Paul. In: *op.cit.*, 1997.

intencionalidades tomando em empréstimo as intencionalidades da outra. Essa concretização, embora assinalada por White, toma em Ricoeur o papel de sobreposição que procede a refiguração do tempo como humano. Entre a ficcionalização da história e a historicização da ficção, a narrativa emerge como dimensão fundamental de ‘representância’ do tempo. Não sendo possível uma fenomenologia pura do tempo, uma descrição direta de sua estrutura, só a narrativa pode recriar o tempo vivido da ação.⁶²⁴

Como narrativa, a ficção é quase histórica, tanto quanto a história é quase fictícia.⁶²⁵

Esse *quase* é indício crucial de que a narratividade para Ricoeur é uma manifestação epifânica de uma instância metafísica do ser, uma expressão da presença do ser. A narrativa não se deixa fechar nem no campo histórico, nem no literário, porque seu lugar é a ontologia, como desejo de plena coincidência entre tempo vivido e narração, de plenitude da presença da consciência. Mesmo levando em consideração que a hermenêutica de Ricoeur visa aporias, rupturas, mediações imperfeitas, unidades plurais, terceiros tempos, conectores, entrecruzamentos, construções mútuas e recíprocas, mesmo que ele tenha buscado renunciar à Hegel e à dialética total, a perspectiva metafísica do absoluto persiste no pensamento de Ricoeur, como o horizonte dentro do qual resplandece a temporalidade e sua consciência narrada. Como se a narrativa, na ficção e na história, contasse o *segredo* do ser.⁶²⁶

O ato de narrar está, desta forma, envolvido com a tentativa de organizar a experiência vivida, uma refiguração do tempo em função de uma consciência que se apresenta portadora do sentido desta experiência no tempo. O narrador incorpora, ou se investe, dessa consciência mantendo um vínculo entre temporalidade e causalidade a partir do qual se reclama um desenvolvimento. A trama da narratividade é uma ponte lançada sobre as aporias da temporalidade. De um lado e outro, em cada uma das margens, o tempo lógico e o tempo da experiência vivida. Por sob a ponte narrativa, corre um fluxo incontido e intempestivo: a textualidade e a escrita.⁶²⁷

⁶²⁴ RICOEUR, Paul. O entrecruzamento da história e da ficção. In: *op.cit.*, 1997. Tomo III. p.315-333.

⁶²⁵ *Ibidem.* p.331.

⁶²⁶ *Idem.* Cf. REIS, José Carlos. In: FIGUEIREDO, Betânia G; CONDÉ, Mauro Lúcio L. (Orgs.). *op.cit.*, 2005. p.115-116. GAGNEBIN, Jeanne Marie. Uma filosofia do cogito ferido: Paul Ricoeur. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 30, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 10 Apr 2008.

⁶²⁷ RICOEUR, Paul. *Conclusões*. In: *op.cit.*, 1997. p.417 *et seq.* Tomo III.

Talvez, nesse ponto, seja interessante visitar a posição barthesiana a respeito da narratividade. Encontramos no texto de Barthes que a narrativa, trabalhando implicitamente uma cadeia causal, explica o mundo a partir da intencionalidade de um demiurgo, deus ou narrador. Ela assegura inteligibilidade ao vivido porque este, quando narrado, tem cada um de seus acidentes e deslizes tornado circunstancial, sem densidade e sem volume diante o fio que os encadeia. Graças à narrativa, a vida deixa de ser misteriosa ou absurda. Ela é clara e coerente, familiar, pois a cada momento é reunida, imbricada e contida pelo feito da voz que narra. Por uma dialética que repetidamente veste a narrativa como verdade, a narratividade correlaciona-se com certa mitologia do universal pela qual tem-se afirmado os valores burgueses e eurocêntricos.⁶²⁸ Assim,

quando o historiador afirma que o Duque de Guise morreu em 23 de dezembro de 1588, ou quando o romancista conta que a Marquesa saiu às cinco, tais ações emergem de um outrora sem espessura; livres do estremeamento da existência, têm a estabilidade e o desenho de uma álgebra, constituem uma recordação, mas uma recordação útil, cujo interesse conta mais que a duração.⁶²⁹

A crítica de Barthes se dirige às narrativas do século XIX, tradicionais, combatidas pela historiografia dos Annales e diferente sob muitos aspectos das narrativas que “ressurgem” em meados do século XX. Não obstante, as narrativas tradicionais e contemporâneas, a despeito das novas pertinências semânticas e dos novos ritmos evocados pelas últimas, mantêm em comum com as tradicionais o fato de que, para explicar o mundo, imprimem inteligibilidade a partir da ilusão de um contínuo crível, mesmo que subterrâneo, às discontinuidades e séries. A compreensão proporcionada pela narrativa se efetiva na medida em que ela é capaz de unificar em uma trama com início e fim toda uma diversidade dispersa de circunstâncias, objetivos, meios, iniciativas, interações, acasos, conseqüências desejadas e não-desejadas. Desse aspecto narrativo, nem mesmo as análises historiográficas de tipo estrutural, segundo Ricoeur, teriam conseguido escapar.⁶³⁰

De forma que as narrativas são úteis e intoleráveis.⁶³¹

Úteis porque ordenam e organizam os acontecimentos pela conversão do caos da experiência em uma ordem temporal. E como não há experiência sem acontecimento, sem que algum

⁶²⁸ BARTHES, Roland. *A escritura do romance*. In: *Novos ensaios críticos, seguidos de O grau zero da escritura*. São Paulo: Cultrix, 1974. p.133-139. Cf. BARTHES, R. et al. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 1971.

⁶²⁹ *Ibidem*. p.134.

⁶³⁰ BARTHES, Roland. *op.cit.*, 1974.p.135. Cf. REIS, José Carlos. In: FIGUEIREDO, Betânia G; CONDÉ, Mauro Lúcio L. (Orgs.). *op.cit.*, 2005. p.102-103.

⁶³¹ *Idem*.

vivente seja afetado por algo que acontece, sem afecção que venha a se inscrever de maneira sensível em algum corpo ou matéria orgânica, narrar não é simplesmente uma forma de contar experiências: é ela mesma uma experiência das mais significativas. Entretanto, e ao mesmo tempo, são intoleráveis as narrativas, porque desvelam como possível apenas uma contenção, um trajeto entre tantos possíveis da explosão de sentidos. Ela tenta fazer da vida um destino.⁶³²

Nessa borda, onde narratividade esbarra na aporia da totalização do sentido, a escrita derridiana faz pensar a narrativa e história(s). Como refiguração do tempo, a narratividade vai de encontro à lei, à norma, ao princípio de organização e ordenação. Gênero que se apresenta como história, contra a explicação de tipo científica, mas que mobiliza todo um mecanismo de classificação, configuração e normalização para compor, entre ficção e história, a verdade do tempo. Ela é o gênero da lei, oferece o corpo da letra ao princípio de ordenação das experiências por semelhança, analogia, identidade e diferença, classificação taxonômica, ordem da razão, ordem das razões, sentido da verdade e sentido da história. A narrativa mobiliza uma série de precauções, convenções e protocolos que protegem e possibilitam a recuperação do sentido, em suas inúmeras reiteraões.⁶³³

A narratividade tem um duplo papel dentro dos limites de um saber histórico marcado pela clausura metafísica: ela é o lugar onde se reúne e se confere sentido às experiências dispersas, permitindo se evadir do terror que causa a falta de um princípio ordenador, uma lei que organize o vivido. É, ao mesmo tempo, o lugar onde se confere validação e legitimidade a esta lei. Espera-se que a narrativa seja inteligível e normativa. Todavia, ainda que toda lei exija uma narrativa, a narrativa não é a lei. A lei está aquém da narrativa.⁶³⁴

Na perspectiva derridiana, a lei, normas e vetos estatutários, não se apossam da narrativa efetivando, como total completude de entendimento, a experiência do sentido e do tempo, porque a narrativa, sendo um *gênero textual*, carrega consigo uma perturbação vital: a conformação de um gênero (literário, biológico, sexual, ontológico, discursivo...) acontece a partir de uma divisão que corrompe seus limites. A divisão em gêneros é fruto de uma

⁶³² *Ibidem*. p.139. Cf. DERRIDA, Jacques. *A fita da máquina de escrever*. In: (PM).2004. p.35-43.

⁶³³ DERRIDA, Jacques. *La loi du genre*. In: *Parages*. Paris: Galilée, 1986. p.250-287. Cf. LIMA, Luiz Costa. *op.cit.*, 1989. p.331 *et seq.*

⁶³⁴ *Idem*. Cf. LIMA, Luiz Costa. *op.cit.*, 1989. p.331 *et seq.*

deformação da qual não se pode cobrar homogeneidade ou pureza. Um gênero é contaminado por aquilo que lhe excede, sendo a hibridização inescapável.⁶³⁵

Encetando a narrativa histórica como gênero literário, da maneira entendida dentro da perspectiva derridiana, impondo no coração do estatuto que separa esses campos um princípio de *contaminação*, se pode desviar do seu valor como uma pureza preservada no sentido que ela pretende reconstituir. Um texto sempre participa de mais de um gênero, e o gênero se transforma na medida em que um *texto* ou forma textual é introduzida nele. A invaginação “criada” pela leitura derridiana dos gêneros a partir da *contaminação*, na e por brisura entre narrativa e o que lhe escapa, se faz brecha pela qual adentra a *textualidade* no saber histórico.⁶³⁶

Textualidade diz respeito ao fluxo incontido, intempestivo e indissociável do movimento da escrita e do *traço*. De alguma forma, a narratividade se faz por sempre remeter a um fora-do-texto, como fonte da narrativa ou seu *telos*. Já um *texto* não é outra coisa que formas que se deixam atravessar por outros *textos*. São textualidades que constantemente se autoengendram. Diante da relação entre a narrativa e a lei que a governa de um *fora*, um *texto* inscreve e esconde as leis da sua composição e a regra do seu *jogo*, que não podem ser apreendidas no presente de uma percepção. Mas as regras desse *jogo* nada possuem de "segredo", nem escondem o segredo metafísico do ser. Se um *texto* é sempre dissimulação da textura, é também, enquanto porvir, auto-regeneração dos tecidos e encenação a cada decisão de leitura. A composição textual faz trabalhar em cada inscrição a distorção do sentido como ferida na pretensa totalidade narrativa, e também como registro de outras textualidades.⁶³⁷

A textualidade evoca aquilo que, no saber histórico, não se deixa deter pela margem do tempo lógico ou do tempo da experiência vivida. Busca dar espaço ao que é somente travessia, incompletude e remissão de sentidos, cuja força expansiva decorre do seu limite. Por mostrar-se capaz, no seu corpo frágil, de muitos contornos, abre e evidencia sua potência, que nunca pode ser formatada ou reduzida a uma essência, nem explicada por uma causalidade linear. Em seu limite, a textualidade se ilimita.⁶³⁸

⁶³⁵ *Ibidem*. p.254-258.

⁶³⁶ *Ibidem*. p.263-265. NASCIMENTO, Evando. *O relato ou a narrativa*,1999. p.283-288.

⁶³⁷ *Ibidem*. p.272-275. DERRIDA, Jacques. In: (D). p.18 *et seq.* DEUTSCHER, Penélope. *op.cit.*, 2006. p.33-34. PAYO, Patrícia. *Enciclopédia e hipertexto: a máquina-literatura*. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/>

⁶³⁸ BIDENT, Christophe. *Reconnaître la mort*. Disponível em: <http://www.centopeia.net/ensaios/84/>

A escrita disseminada de história(s) desloca a narrativa do papel assegurado pela metafísica do sentido presente, metafísica que se re-apresenta repetidamente na narrativa. Por desconstrução e disseminação, o saber histórico não pulveriza a narrativa, mas a problematiza, permitindo que se visualize a textualidade intrínseca a cada narrativa. A textualidade não nega a narratividade, pois é o potencial de *iteração textual* que possibilita a ocorrência do narrar. A narrativa é um lance interpretativo, o “evento” da escrita da história. A narrativa *é o que acontece* em historiografia.⁶³⁹

A perspectiva desconstrutora oferece a chance de pensar a narrativa em sua possibilidade e em sua impossibilidade, ambas despertadas a partir da *textualidade*, por meio de desvios da linearidade temporal, ainda que dentro dos limites da metafísica, clausura inelutável desta época. A possibilidade da narrativa está sempre ligada à vontade de se compartilhar experiências, encadear eventos em série, conferindo a elas espaço, no tempo. Por sua vez, a impossibilidade se deve ao fato de que esta transmissão compartilhada, embora desejada, está sempre emperrada, seja pela contingência de suas intenções, seja pela proliferação de encadeamentos que já a aguarda em suas infinitas intermediações. É no embaraçamento perpétuo da *textualidade* que o devir do possível e do impossível da narrativa se põe a bailar.⁶⁴⁰

Desta maneira, história(s) disseminadas e encetadas pelo viés desconstrutor não são simplesmente hostis à narrativa. Como *máquina textual* que *arquiva* e se deixa arquivar, a escrita de história(s) compreende a narrativa como *suplementar* a textualidade, sendo que esta última funciona como um ponto móvel e deslocável: torna possível a narrativa na mesma medida em que lembra a impossibilidade de se narrar.⁶⁴¹

Com efeito, o “tema” ou “assunto” da narrativa deixa de ser a experiência de um presente, seja como passado-presente ou futuro presente. Como saber sem alibi, do ponto de vista derridiano, história(s) acaba por ser uma narrativa sobre a impossibilidade de narrar. É uma narrativa sobre movimentos e vazios da textualidade, sobre os diferentes contextos e sobre a impossibilidade de um único contexto que fundamente e delimite uma narrativa.⁶⁴²

⁶³⁹ OLIVEIRA, Silvana Maria Pessoa. Narrar? Não mais... In: OTTE, Georg; OLIVEIRA, Silvana Maria Pessoa de. (Orgs.). *Mosaico crítico*. Belo Horizonte: Autêntica: NELAM, 1999. p.43-46.

⁶⁴⁰ DERRIDA, Jacques. *La loi du genre*, 1986. In: (PG). p.273-275. BENNINGTON, G. & Derrida, JACQUES *op.cit.*, 1996. p.192-197.

⁶⁴¹ LACAPRA, Dominick. Who rules metaphor? Paul Ricoeur's theory of discourse. In: *op.cit.*, 1983. p.118-144.

⁶⁴² DERRIDA, Jacques. *La loi du genre*, 1986. p.276 et seq.

A narrativa é sobre o que pôde ou não vir a estar presente, mas que nem por isso deixa de ter produzido *traços*, de ter uma trajetória regida pela circunstância de um espaço. Este encadeamento se faz como o *fora-de-série* que traz a série consigo. O narrador não é mais o herói revelado a si próprio. A voz narrativa, da perspectiva derridiana, em interlocução com Blanchot, não atua como ponto central de autoridade. Onde poderia ser central, ela dispersa o centro de instrução e ordenação. Como passagem ao limite, na escrita de história(s), a narrativa é o encontro que se dá sem qualquer garantia de reconciliação com o sentido da história ou do ser. Dá-se como movimento para o desconhecido. Se a narrativa do impossível e do irreparável se faz como experimentação dos limites, sua formação não é anterior ao momento em que eclode no *texto*, mas só ali pode se compor, desfazer e *disseminar*.⁶⁴³

TRÊS portas por onde se entre

Num trabalho historiador como escrita de história(s), a impossibilidade de interpretar a totalidade da experiência vivida e o desejo de resguardá-la, expondo-a ou escondendo-a, está intimamente ligada ao porvir. Por se desviar do tempo da presença como presente, ponto central de organização e consciência do sentido histórico, o trabalho dessa grafia disseminada se empenha, ao conjurar e exorcizar os fantasmas que recebe como herança, em um ato de crença intempestiva na possibilidade de realidades desejadas além da plausível, além daquilo que foi demarcado como verossímil e, portanto, verdadeiro.⁶⁴⁴

Esta escrita que arquiva e se deixa arquivar como fantasma de si, em sua não-contemporaneidade, em sua inatualidade, não se encerra no privilégio e domínio do atual como consciência que se a-presenta. O arquivado, como espaço permanentemente vivo e morto, pertence ao tempo que virá e a todos os tempos. Com ou sem o consentimento de "nosso" modo de sentir o tempo, as aparições fantasmagóricas vêm perturbar a segurança e conforto de um sentido histórico que promete a bela reconciliação.⁶⁴⁵

⁶⁴³ *Ibidem*. p.285-287. DERRIDA, Jacques. In: (ED).1995. p.41-42. TOUDOIRE-SURLAPIERRE, Frédérique. Derrida, Blanchot, 'Peut-être l'extase'. In: *Littérature, Histoire, Théorie: fabula*. n.1. Les philosophes lecteurs. Disponível em: <http://www.fabula.org/lht/1/Toudoire-Surlapierre.html>.

⁶⁴⁴ DERRIDA, Jacques. In: (EM).1994. p.169-234.

⁶⁴⁵ *Idem*. A figura do fantasma remete, sobretudo com relação à temática do sentido histórico, à intempestividade, a uma dimensão temporal não-contemporânea de si mesma. Este caráter intempestivo da escrita derridiana vai de encontro, (i.é: herdada) da filosofia nietzscheana, na qual a intempestividade é antes de tudo uma crítica ao historicismo, à filosofia da história e às visões cientificistas da história. A crítica à submissão e conformismo

Mas não somente. A herança dos fantasmas que a escrita de história(s) trabalha traz consigo uma promessa incalculável, desmedida. Mas se o pensamento derridiano não se compromete com a promessa de liberdade e emancipação, promessa de independência e soberania a um sujeito e a uma consciência alforriada de suas pulsões e sombras, o que podem prometer estes fantasmas numa escrita *disseminada*?⁶⁴⁶

A promessa é a vinda do que carece de uma figura de reconhecimento, o que pode vir, aquilo que surge, imprevisível, irresoluto, uma ocorrência que surpreenda absolutamente, o que se precipita deixando exposto a finitude do domínio da consciência presente. Porvir, e não futuro, para sinalizar a chegada de um *acontecimento*, e não um futuro presente. Acontecimento é aquilo que se precipita de forma a não se deixar prever no horizonte, que não se apresenta como um objeto, sujeito ou evento antecipável numa dimensão prognosticável.

Acontecimento é o que surge, e ao surgir surge para surpreender e suspender a compreensão. O acontecimento é, antes de mais nada, tudo *aquilo que* não compreendo. Consiste no *aquilo*, em *aquilo* que eu não compreendo: aquilo que eu não compreendo e, antes de tudo *aquilo* que eu não compreendo e o fato de que não compreendo: minha incompreensão.⁶⁴⁷

Este *outro* que é prometido não tem horizonte que não seja a morte, a caducidade. Ao precipitar-se, não se apresenta ou se representa. A tarefa do saber histórico, conduzida por esta promessa, não é constituir projetos de identidades, de nações, de grupos, nos quais o fim seja a liberdade emancipatória. Mas *inventar* espaços por onde o porvir, como *aquilo* que não pode ser projetado, previsto, predeterminado, prognosticado, adentre.⁶⁴⁸

São com *lances textuais*, uns dentro dos outros, embaraçando-se e desdobrando-se, que a escrita derridiana acena ou insinua formas pelas quais pode o porvir vir a adentrar o trabalho historiador, sua escrita. O aceno que se toma aqui, o texto *Mal de arquivo*, não é único.⁶⁴⁹ Mas é um dos gestos textuais de Derrida que mais vai ao encontro da historiografia, e no qual se vislumbra que o sentido de história(s) é afirmar o porvir. Esta afirmação não imprime um

do presente, contra sua incapacidade em perceber sua própria miséria, reside na afirmação de que para se livrar do além é preciso pensar e agir para além do presente. NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. Fragmentos póstumos e aforismos. In: *Escritos sobre história*. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio; São Paulo: Loyola, 2005. p.249 *et seq.* MACHADO, Roberto. *Nietzsche e a verdade*. Rio de Janeiro: Rocco, p.107-109.

⁶⁴⁶ DERRIDA, Jacques. e ROUDINESCO, E. Imprevisible libertad. In: (YQ). p.57-71.

⁶⁴⁷ DERRIDA, Jacques. Auto-imunidade: suicídios reais e simbólicos. In: BORRADORI, Giovanna. *op.cit.*, 2004. p.100.

⁶⁴⁸ *Ibidem*. p.62. DERRIDA, Jacques. In: (MA).2001.p.88.

⁶⁴⁹ Os traços gerais dessa maneira de conceber o sentido histórico e a historicidade podem ser encontrados também em *Spectros de Marx*, por exemplo.

sentido positivo à historicidade. Inabordável em sua inquietude, este sentido disseminado não se pode esclarecer, ler, interpretar, senão inscrevendo-se nele, escrevendo-o e enriquecendo-o de passagens, travessias e *portas* por onde se adentra (ao) o porvir.⁶⁵⁰

No texto assinalado, estas *portas*, modalidades figurais que marcam fissuras, são abertas pela interlocução que se faz entre a escrita derridiana e duas *assinaturas*: a primeira é o pensamento freudiano, sobretudo nos ensaios de *Moisés e o monoteísmo*.⁶⁵¹ A segunda, que conversa com os textos e o arquivo freudiano todo tempo, é o historiador de cultura judaica Yosef Yerushalmi.⁶⁵²

Esse *entrelaçamento textual* cava experiências e acontecimentos do arquivo, dos fantasmas e de história(s) que são a plástica impossível daquilo que não foi apreendido no momento da vivência “presente” e “plena”. A qualidade historiográfica dos enredos e encadeamentos, numa escrita *disseminada*, permanece avessa ao tempo-espaço linear, à espera da *contra-assinatura*, à espera que a *máquina*, historiadora e arquivística, o re-organize, selecione, trate, insira e exclua, incuta séries, cortes, recortes, e dessa maneira interprete, ou seja: inscreva a historicidade deste material ao fazê-lo deslizar pelas *portas*.⁶⁵³

A mesma afirmação do porvir se repete em muitas ocasiões (...) As três portas se parecem ao ponto de se confundirem, certamente, mas diferem entre si: ao menos no fato de que giram regularmente sobre seus gonzos para abrir uma para a outra. Sua topo-lógica é *desconcertante*. Temos sempre o sentimento de nos perder atrás sobre seus passos. Que faz uma porta quando abre para uma outra porta? E principalmente para uma porta pela qual *já passamos*, na passagem (disso) que vem?⁶⁵⁴

A “topologia” dessas fissuras remete em primeiro plano e diretamente à temática da judeidade, ciência e psicanálise. O historiador, Yerushalmi, interroga e investiga os arquivos de Freud para estabelecer e contar a história da relação entre esses três elementos. Interroga também a respeito da judeidade de Freud. Mas é o pano de fundo do texto, aquele no qual está sendo montada a cena, que interessa na tentativa de flagrar como pode o trabalho historiador em sua escrita permitir e abrigar o porvir. Neste outro plano, a escrita derridiana encontra com

⁶⁵⁰ DERRIDA, Jacques. In: (MA).2001.p.89-107.

⁶⁵¹ FREUD, Sigmund. *Moisés e o Monoteísmo. Três Ensaios* (1939[1934-38]). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol.XXIII. Rio de Janeiro: IMAGO 1975.

⁶⁵² Yosef Hayim Yerushalmi, professor e pesquisador de história, cultura e sociedade judia, especialista em história judia medieval e moderna, como também na história de historiografia e de psicanálise. Entre os principais trabalhos publicados estão: *O Moisés de Freud* (1991); *Zakhor: História judia e Memória judia* (1982); *Haggadah e História* (1975); e *Do Tribunal espanhol para Ghetto italiano* (1971). YERUSHALMI, J. H. *O Moisés de Freud, judaísmo terminável e interminável*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

⁶⁵³ DERRIDA, Jacques. In: (MA).2001.p.89-107.

⁶⁵⁴ DERRIDA, Jacques. In: (MA).2001.p.89.

Walter Benjamin e suas considerações *Sobre o conceito de história*,⁶⁵⁵ nas quais há remissões a uma *porta estreita* pela qual adentra um futuro que não se torna um tempo homogêneo. A tentativa de explorar a potência das *portas* do texto derridiano para a grafia histórica implica lembrar que, tantas vezes, o que “ele” quis dizer (e aqui ele já são tantos: Freud, Yerushalmi, Benjamin, Derrida) já está contaminado pelo que podemos ler e fazer escrever.⁶⁵⁶

Desta forma, Derrida nos aponta três *portas*. Tomadas por brisuras, estas *portas* estão abertas e fechadas, entre-abertas, à espera daquilo que *entre*.⁶⁵⁷

A primeira *porta* é a terceira. Por ela, Yerushalmi marca, pela experiência de antecipação de uma esperança específica no futuro, a “singularidade” judia. Esta singularidade permite que a judeidade sobreviva como herança, mesmo se seu arquivo perder o suporte e a atualidade, ao que podemos dar o nome de judaísmo. Se o judaísmo é finito, a judeidade é interminável. O que quer dizer que a judeidade não espera o futuro. Não precisa. Como se antecipa e se afirma como experiência de esperança incondicional no futuro, não há fé numa parusia determinada, mas capacidade de referenciar-se ao porvir, sem conhecê-lo.⁶⁵⁸

No que toca ao saber histórico, para além do *traço* de unicidade que visa, no texto de Yerushalmi, marcar de maneira exemplar a singularidade judia e os vínculos que Freud teria ou não mantido com a judeidade, ressalta-se que a afirmação da promessa, a possibilidade de referenciar-se ao tempo por vir, sem tomar sua identidade, sem refleti-la ou declará-la, faz-se a partir de um *arquivo* que guarda o *traço* da experiência de antecipação e autoriza tratá-lo como marca e índice de singularidade. E esta marca impõe uma injunção da memória como obrigação do *arquivo*. Por injunção, a historicidade produzida não é aquela que encadeia eventos arquivados ao longo de uma história linear e teleológica, mas que “sabe” que repetidamente deverá antecipar a esperança porvir.⁶⁵⁹

Esta *porta*, para a escrita de história(s), registra que as fissuras e passagens que se devem atravessar para escapar à linearidade do tempo encerrado pela metafísica da presença, não

⁶⁵⁵ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Walter Benjamin – Obras escolhidas*. v.1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987.p.222-232.

⁶⁵⁶ DERRIDA, Jacques. In: (MA).2001.p.89.

⁶⁵⁷ DERRIDA, Jacques. In: (GR).2004.p.80.

⁶⁵⁸ O que há de perturbador nessa verdade que move ao privilégio absoluto? A unicidade absoluta não comete uma injustiça onde se pensa estar-se fazendo jus? São questões sobre as quais Derrida discorre, mas que, por mais pertinentes e urgentes que sejam, escapolem muito os limites dessa dissertação. DERRIDA, Jacques. In: (MA).2001.p.93-95.

⁶⁵⁹ *Ibidem*. p.96.

conduzem a uma negação da temporalidade, a uma parada no tempo num presente hipertrofiado ou numa simultaneidade infinita e mítica. O que essa porta quer abrir é, sob efeito de iteração dos *traços*, um encadeamento, em modo de encenação, cuja articulação entre *temporalização* e *espaçamento* torna possível lembrar o futuro como desconhecido: experiência do impossível.⁶⁶⁰

A segunda *porta* põe a trabalhar, pela indefinição, o porvir. Derrida atenta para essa modalidade de fissura a partir da definição deixada duplamente em aberto, por Yerushalmi, para judeidade e ciência.

A segunda porta deixa aberta para o futuro uma dupla definição: a de judeidade e de ciência. Definição aberta a um futuro radicalmente por vir, isto é, indeterminado, determinado apenas por essa abertura. Indeterminação extrema e duplamente potencializada, indeterminação extrema e duplamente potencializada, indeterminação 'en abyme'.⁶⁶¹

A indeterminação de uma coloca a indeterminação da outra e vice-versa. As noções estão atreladas mutuamente num compromisso que depende do trabalho a ser feito no porvir, um trabalho por vir. Definir, neste contexto, não é decretar uma identidade entre duas noções, ou entre uma explicação e uma noção. Mas também não é deixar de definir, mas definir paradoxalmente: sendo aberta ao porvir, a definição é radicalmente indeterminada. Contudo, é determinada por esta abertura ao desconhecido, e apenas por ela.⁶⁶²

Lidar desta maneira com conceitos, noções e definições, oferece à escrita de história(s), ao indeterminar uma determinação através de outra, uma abertura para o infinito, hiato em que o trabalho do pensamento pode ser feito. Esta ligação entre indeterminações introduz na escrita o “fato” de que o trabalho de pensar, e de pensar historicamente, é aporético, que não se pode dispor de um conceito ou noção com segurança e garantia absoluta sobre um tema, e que há todos os riscos e todas as chances de que as questões que se colocam sobre o mundo, sobre a vida, sobre a história, venham a ficar sem resposta ou, no mínimo, que elas não terão uma resposta ou resposta definitiva dentro da *episteme*.⁶⁶³

A insuficiência da *episteme* fica exposta pela suspensão de uma época em função do porvir. Isto quer dizer que, embora as temáticas não sejam interditas ao conhecimento científico, está lançada a ameaça de que ele não tenha nada de pertinente a dizer a respeito delas. Esta

⁶⁶⁰ *Ibidem.* p.97-98. DERRIDA, Jacques. In: (ED).1995.p.179-227.

⁶⁶¹ *Ibidem.* p.91.

⁶⁶² *Idem.*

⁶⁶³ *Ibidem.* p.92.

suspensão é de tal maneira intensa que provoca a vertigem necessária para que o porvir continue por vir: que ele permaneça desconhecido, que não seja cognoscível ou mesmo prognosticável. Passar pela segunda *porta* significa deixar trabalhar em suspenso e em suspeição as definições, conceitos, propostas, noções, para além de todo horizonte alcançável, para além de tudo que tenha estado atual e presente.⁶⁶⁴

A terceira e última *porta* toma a forma de uma promessa. Derrida a encontra na última linha do livro de Yerushalmi:

A última porta abre-se, certamente, na última frase do livro. Lugar marcante e necessário, lugar decisivo ali mesmo onde nada se decide (...) Diante de que fantasma e testemunha Yerushalmi parece comprometer-se com o futuro ao guardar segredo da palavra de Freud quando lhe declara (são as últimas palavras do livro): ‘por favor, caro professor, diga-me, prometo não revelar a ninguém sua resposta.’⁶⁶⁵

Na terceira *porta* promete-se guardar um segredo. O segredo de um arquivo, do arquivo de Freud, visitado e vasculhado pelo trabalho historiador. A escrita toca a um fantasma que não responde, mas que se inscreve neste trabalho, diante ele, escreve com ele. Perante o fantasma de Freud, Yerushalmi promete guardar segredo. O segredo guardado será repassado como herança ainda desconhecida, ainda porvir. Esta porta que se abre para deixar passar um segredo em silêncio é uma porta que cabe ao trabalho historiador perpassar?⁶⁶⁶

Que “historiador” ousaria, ante seu “objeto”, prometer não revelar seu segredo? Quem lhe daria crédito? “que se passa quando um historiador promete guardar um segredo sobre um arquivo que será estabelecido? Quem faz isso? É ainda um historiador?”⁶⁶⁷

A partir da perspectiva derridiana percebe-se que o compromisso da história com a metafísica da presença tem sido tal, dentro do encerramento teleológico que esse saber habita, que sua tarefa sempre foi entregar completamente o passado ao presente. Desvendá-lo, torná-lo

⁶⁶⁴ Sem relação com messianismos, este traço evoca o lado messiânico presente no pensamento de Derrida, que não liberta nem promete um “conteúdo” emancipador, mas que compreende a promessa como o ato de jogar-se sem garantias ao porvir. *Ibidem.* p.51 *et seq.* Cf. STIEGLER, Bernard. Querer acreditar - nas mãos do intelecto. In: NASCIMENTO, Evando. (Org.). 2005. p.313-343. OLIVEIRA, Maria Clara Casltellões. De rabinos e cabalistas a Benjamin, Rosenzweig e Derrida. In: NASCIMENTO, Evando. (Org.). 2005. p.301-309. MOREIRA, Marcos. Desconstrução sem Derrida. In: *Semiosfera*, ano 3, n. 7. Disponível em: <http://www.eco.ufrj.br/semiosfera/anteriores/>

⁶⁶⁵ DERRIDA, Jacques. In: (MA).2001.p.90.

⁶⁶⁶ *Ibidem.* p.89-91.

⁶⁶⁷ *Ibidem.* p.90.

seguro, clareá-lo até o limite de seu desaparecimento enquanto *outro* do presente. Regido por esta economia, o trabalho historiador jamais encarou, enquanto tal, o porvir.⁶⁶⁸

A terceira *porta*, que também é a primeira, oferece passagem ao porvir como *acontecimento* e experiência antecipada numa promessa e segredo não-revelado. Acontecimento irreparável e, por isso, exige que o trabalho historiador se desprenda tanto quanto possível dos compromissos e vetos disciplinares e ceda o espaço aos fantasmas. A terceira *porta* atua como uma dupla condição para as demais. Ao lado do que se pode chamar de *saber-saber*, ou seja, maneiras pelas quais a grafia se desdobra e preenche inevitavelmente um espaço ou território com o desejo de re-apropriação e representação, esta terceira *porta* coloca um também necessário *saber-não-saber*.⁶⁶⁹

O des-conhecimento como condição incondicional da escrita anuncia, em história(s), a quebra do sentido histórico e sua disseminação; o esfacelamento da pretensão à totalidade que sempre acompanhou de uma forma ou outra o saber histórico; e também certo respeito e responsabilidade com a singularidade da *herança*. A trajetória de uma *herança* não se submete à causalidade ou às linhas de explicação e compreensão formuladas dentro de um horizonte de reconciliação, redenção e salvação. Em tudo aquilo que o saber histórico terá acreditado dever salvar do devir há um excesso. Este excesso, que atua como *branco textual*, *espaçamento*, permite que o trabalho historiador sempre retorne em sua infinita grafia, perpetrando seu ato em simulação. Esta encenação deve almejar o impossível: antecipação do porvir numa escrita que diz do passado.⁶⁷⁰

COMO SE, ou se as verdades fossem (im)possíveis

Naquilo que não se anuncia de forma prognosticável, ou não se materializa no horizonte histórico como confirmação da linearidade do tempo, e que não supõe uma consciência presente como fundamento de sua passagem pelo mundo, o que reside de verdade? Que tipo

⁶⁶⁸ *Idem.* p.90-91.

⁶⁶⁹ *Idem.* SANTIAGO, Silvano. *op.cit.*, 2004, p.4-11.

⁶⁷⁰ DERRIDA, Jacques. In : (PM).2001.p.267-268.

de compromisso com a verdade pode haver numa escrita de história(s) que se impõe o desafio de alojar o porvir?

Ao buscar abrir *portas* para o porvir, a escrita disseminada compromete o encadeamento das metáforas e metonímias que o fundamento, o princípio e o centro receberam ao longo da trajetória ocidental. Encadeamento que tem sido a história dentro dos limites da clausura metafísica. Este encadeamento, ao mesmo tempo, equilibra, organiza e se orienta pela associação entre verdade e determinação do ser como presença. Fio condutor da história ocidental, sempre pôde despertar sua origem ou seu fim na forma de presente pleno a si mesmo.⁶⁷¹

O gesto desconstrutor, ‘para a história’, trata de marcar a imobilidade fundadora e a certeza tranquilizadora que advêm da intenção de desvelar a verdade como aquilo que se apresenta a uma consciência presente. Como verdade da consciência presente, a aporética questão do verdadeiro, seu estatuto e devir, dão lugar a discussões infinitas sobre a verdade, verdade de adequação ou revelação, verdade como objeto de discursos teórico-constatativos ou de acontecimentos poético-performativos. De todas essas formas, a questão da verdade é indissociável do problema da fundamentação do conhecimento e sempre esteve ligada ao conceito de Homem.⁶⁷²

Ao marcar o problema do vínculo entre verdade e conceito de Homem, e tudo que ele implica, o procedimento desconstrutor deixa vislumbrar, em cada movimento do pensamento histórico que se confere valor de autenticidade a partir de um elo com um princípio de realidade, a filiação ao projeto de fundamentação absoluta do conhecimento.⁶⁷³

Visto que o pensamento derridiano considera tanto a verdade, quanto o conceito de Homem, indispensáveis na mesma medida em que são extremamente problemáticos, por desconstrução, num gesto que repete e estende a operação nietzscheana de busca por horizontes cosmológicos apartados da metafísica ocidental, o fundamento (em todas as denominações e concepções que encontrou durante a trajetória ocidental) aparece inscrito nos

⁶⁷¹ DERRIDA, Jacques. In: (ED).1995. p.230-231.

⁶⁷² DERRIDA, Jacques. In: (MF).1991.p.49 *et seq.* DERRIDA, Jacques. *A universidade sem condição*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003. p.14.

⁶⁷³ PIMENTA NETO, Olímpio José. *A invenção da verdade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, c1999. p.99-101. Cf. DOMINGUES, Ivan. *op.cit.*, 1996.

limites de uma mitologia branca que reúne e reflete a cultura do Ocidente pela forma universal de algo que deve ainda ser tomado como Razão.⁶⁷⁴

‘Para a história’, no cenário de interlocução com o pensamento derridiano, a partir desta marca desdobram-se duas cenas. A primeira evidencia a sedimentação das metáforas que compõem o repertório histórico ocidental em conformidade com a linearidade de tempo e sentido, como busca por ancoragem e segurança que tem por base as noções de unicidade e propriedade. Expressar propriamente uma verdade única é o desejo que conduz a conformação dos saberes em campos distintos e pretensamente heterogêneos. A equivalência entre princípio de realidade e pensamento, que assegura a possibilidade de verdade essencial, prescinde de certa violência que estabelece o próprio e o único.⁶⁷⁵

Esta violência, que enlaça poder e saber, reside na designação do um, um povo, uma história, um destino, um sentido, que porte a verdade. A busca pela verdade transcendente, plena e fundadora, é o registro de uma tradição cuja aventura consistiu em instituir a si mesma a partir da consignação de unicidade e propriedade de si. A violência da reunião sobre si mesmo e a auto-afirmação do único, é já, e antecipadamente, o “primeiro” *traço* arquivado na constituição de uma identidade, de um povo, de uma história, de um saber.⁶⁷⁶

O limite dessa cena é o encerramento da historicidade nos limites da reconciliação, reassunção (*aufhebung*) no sentido histórico. Este limite também se faz como uma linha de resistência à disseminação e ao hibridismo, garantia do regresso a si sem perda de sentido, numa propriedade presente e consciente de si mesmo.⁶⁷⁷

Ao lado desta primeira cena, desta violência institutriz, cuja repetição é necessária à injeção do arquivo e da herança, abre-se uma segunda cena. Ela emerge como uma hesitação diante da primeira, mas não surge para rejeitá-la, jogá-la fora. Mas para perturbar a linha que a conduz, linha da história e do tempo. Aqui, o gesto desconstrutor abre uma passagem desviada que, em seu desdobramento como escrita disseminada de história(s), expõe o trabalho do traço, divisibilidade infinita do único e do próprio.⁶⁷⁸

⁶⁷⁴ DERRIDA, Jacques. A mitologia branca – a metáfora no texto filosófico. In: (MF).1991.p.249-313.
DERRIDA, Jacques. *A universidade sem condição*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003. p.15-16.

⁶⁷⁵ *Ibidem*. p.280-283.

⁶⁷⁶ DERRIDA, Jacques. (MA).2001.p.98-99.

⁶⁷⁷ DERRIDA, Jacques. In: (PS).2001.p.56-59. HUCHET, Stéphane. *op.cit.*, 2004.

⁶⁷⁸ DERRIDA, Jacques. In: (MF).1991. p.50-51.

Esta dupla cena, *double bind*, no que tange o problema da verdade e da fundamentação, não trata de igualar a verdade ao *logos*, filiá-la ao logo-fonocentrismo, para, em seguida, recusá-la, numa atitude “irracionalista”. O que o procedimento desconstrutor opera em relação à verdade é o trabalho de uma escrita que, por não se deixar dominar pelos sistemas fundacionistas do valor verdade, a torna uma função inscrita, circunscrita e compreendida no *texto*. Por um vertiginoso jogo de espelhos, a verdade é conduzida a aporia, que obriga o pensamento a oscilar constantemente entre a reafirmação e a revogação: despojar a verdade de uma superioridade de princípio, desmascarando as estratégias de desejo e as redes de poder que a fundamentam e que ela justifica, é ainda afirmar-se *em excesso* sobre a verdade.⁶⁷⁹

O pensamento derridiano impele, nesse sentido, não apenas a buscar desmascarar as “mentiras” que permeiam os regimes de verdade, mas também a verdade incrustada naquilo que se convencionou nomear ou situar nos domínios da mentira ou da ficção. Ao desestabilizar uma fronteira que parece fixa e imóvel nos pensamentos de tipo fundacionista (estes que concentram seus esforços em esclarecer tal fronteira como fundamento da verdade) e que, muitas vezes, tende a fixidez — mesmo em pensamentos que visam esclarecer diferentes regimes de verdade — Derrida mostra que, em função de vários limites e sentidos que se disseminam a partir do *traço*, tanto a verdade quanto a mentira são parciais. São lances interpretativos e suplementares que cabem ao trabalho infinito de escrita-leitura-reescritura, por desvio e retenção, colocar em cena.⁶⁸⁰

Na escrita disseminada de história(s), a prática de desvio dedica-se aos movimentos de historicidade, terreno onde as objeções à possibilidade de verdade são inúmeras, e têm, elas mesmas, uma história que vai de Aristóteles aos neopositivistas contemporâneos.⁶⁸¹

Por encetamento da história a partir do viés desconstrutor, escrita de história(s), a possibilidade de verdade histórica, é deslocada: a questão da verdade do presente e do passado presente é remetida ao porvir, é adiada e diferida. A possibilidade de uma verdade, para o saber histórico, não-submissa a um fundamento do conhecimento, deixa-se flagrar, no pensamento derridiano, no texto *Mal de arquivo*, novamente trabalhando as três assinaturas: Freud, Yerushalmi e Derrida. Mais especificamente, o flagra aparece na análise que Derrida

⁶⁷⁹ *Idem*. ROGOZINSKI, Jacob. É preciso a verdade – um nome maldito? In: *Revista confraria: arte e literatura*. n.19, mar/abril 2008. Disponível em: <http://www.confrariadovento.com/revista/numero18/ensaio01.htm>.

⁶⁸⁰ DERRIDA, Jacques. *História da mentira: prolegômenos*. op.cit.,1996. p.7-39.

⁶⁸¹ Cf. REIS, José Carlos. História e verdade: posições. In: *op.cit.*, 2003. p.147-177. RICOEUR, Paul. *História e verdade*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

faz do ‘monólogo’ estabelecido por Yerushalmi com Freud: fala direta do historiador a um fantasma que não responde, mas que se inscreve nele, diante dele. A escrita derridiana recupera e traz à cena a noção de verdade histórica apontada por Freud em *Moisés e o monoteísmo*.⁶⁸² O gesto derridiano desencadeia esta noção de verdade que atravessa os campos do real e ficcional, e que por isso mesmo carrega dificuldades para se pensá-la nos limites da disciplina histórica.⁶⁸³

Tal noção de verdade, encetada pela perspectiva derridiana, retoma a interlocução entre as escritas de Derrida, Freud e Yerushalmi. Uma *verdade histórica*, da forma como aparece no texto freudiano, atravessa o campo da *verdade material*. Mas, na medida em que ocorrem toda sorte de desvios e deformações decorrentes do encontro dessa *verdade material* com nossas ilusões carregadas de desejos, ela (*verdade histórica*) não pode aparecer em sua totalidade. Dessa maneira, a *verdade histórica* é análoga à *verdade do delírio*, pois ambas contêm um pequeno fragmento de *verdade material*, ou elementos de verossimilhança. Recalcada e reprimida, a *verdade histórica* resiste e retorna. Mas não como verdade do sentido histórico ou sentido histórico verdadeiro. Retorna como verdade espectral, fantasmática ou fantasmagórica.⁶⁸⁴

À mobilização da noção freudiana de *verdade histórica*, segue-se um segundo gesto derridiano, que evoca no texto de Yerushalmi um deslocamento que promove a abertura desta noção ao porvir. Em *o Moisés de Freud*, após um trabalho de historiador e de arquivo, Yerushalmi abre um último capítulo no qual dirige-se, ou performatiza se dirigir, diretamente

⁶⁸² *Moisés e o Monoteísmo* é a soma de três partes publicadas em momentos diferentes: a primeira, com o título de *Moisés, um egípcio*, apareceu na revista psicanalítica *Imago*, em 1937. A segunda parte, *Se Moisés fosse egípcio*, foi publicada na mesma revista e no mesmo ano, mas três números depois. Finalmente, em 1939 aparece a obra completa, incluindo a terceira parte. Freud começa discutindo a idéia de que Moisés era egípcio. O nome viria do termo egípcio *mose*, menino; *Ptah-mose*, por exemplo, significa o menino (ou o filho) de Ptah. Tal idéia estava longe de ser nova. A ser verdadeira esta suposição, o monoteísmo dos hebreus seria uma forma de religião egípcia. Como se processou tal transformação? Em *Totem e Tabu* Freud descrevera a horda primitiva matando o pai, o macho mais forte, devorando-o e mais tarde cultuando-o. Em *Moisés e o Monoteísmo* o tema do assassinato reaparecerá. Moisés, nobre egípcio, introduz uma tribo árabe, então sob servidão, ao culto monoteísta e intolerante de Aton. Moisés conduz o povo para fora do Egito, mas é assassinado - idéia que Freud tomou do erudito Ernst Sellin. O povo judeu passa a adorar Jeová, então uma cruel e vingativa divindade do deserto, até que um novo profeta, assumindo o nome de Moisés, os introduz à religião mosaica oriunda do Egito e preservada na tradição por sacerdotes. FREUD, Sigmund; STRACHEY, James; SALOMÃO, Jayme. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1970-1980. v.23. Cf. GRUBRICH-SIMITIS, Ilse; ZALCBERG, Tânia Mara. *Freud: primeiros textos e textos da maturidade: lendo estudos sobre a histeria e Moisés e o monoteísmo sob nova ótica*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.149 p.

⁶⁸³ DERRIDA, Jacques. (MA).2001.p.56.

⁶⁸⁴ *Ibidem*. p.113-115. FREUD, Sigmund. *op.cit.*, v.23. p.151-156.

ao prof. Freud. Dirige-se a seu fantasma, abissalmente, numa ousadia que lança seu texto, inevitavelmente, aos domínios da ficção.

(...) estas quase trinta páginas não apenas destacam a ficção, o que já seria uma ruptura com a linguagem que dominou até aqui o livro, a saber, o discurso da *scholarship*, o discurso de um historiador, de um filósofo, de um expert em história do judaísmo, de um biblical scholar que pretende falar com toda objetividade a partir de arquivos velhos ou novos (...) [Esta escrita] põe a ficcionalidade do “monólogo” como em abismamento [en abyme]: a apóstrofe é dirigida a um morto, ao objeto do historiador transformado em sujeito espectral, destinatário ou interlocutor virtual de um tipo de carta aberta.⁶⁸⁵

O monólogo, como acolhimento do *traço* do outro, é o lugar por onde se corre o risco, estranhamente inquietante, da hospitalidade oferecida a um hóspede fantasma. A hospitalidade tem essa implicação de espectralidade que excede ao nada e desconstrói as oposições ontológicas entre ser e nada, vida e morte. Desta maneira, o monólogo, afirma Derrida, não é um ‘à parte’ no livro. Ele absorve todo o resto do livro de Yerushalmi.⁶⁸⁶

Engajado num processo de criação cuja força rompe com o saber pré-estabelecido, a escrita de Yerushalmi, lida por Derrida, ultrapassa a si mesmo e interrompe seu trabalho historiador e arquivista — a pesquisa sobre a vida e obra de Freud — para atravessar o lugar onde o pai da psicanálise colocou alguns de seus silêncios. A *verdade histórica* apresentada por Freud sofre uma incisão que são as questões colocadas a ele no *monólogo*, que, como fantasma, não pode deixar de responder, na mesma medida em que não pode responder. Aqui, o “objeto” do saber (Freud) já não é mais uma prova, testemunho, indício ou índice de veracidade. Ele é interlocutor e destinatário (signatário) de um *texto*.⁶⁸⁷

Para a escrita disseminada de história(s), ao mobilizar esta escrita que se desdobra por entre Freud e seu intérprete, o gesto derridiano permite vislumbrar uma perspectiva de verdade surgindo como uma prótese, substituto deformado de uma experiência que se perdeu, que desde sempre está perdida e é “recuperada” pelo trabalho historiador a partir dos vestígios como sintomas. Mas nem mesmo essa prótese surge em definitivo ou em unicidade integral. Nesse deslocamento, Yerushalmi relança a *verdade histórica* posta à luz por Freud como uma pergunta que fica em aberto. A *verdade histórica* tem a estrutura de uma ficção onde o outro

⁶⁸⁵ *Ibidem.* p.54-55.

⁶⁸⁶ *Ibidem.* p.57.

⁶⁸⁷ *Ibidem.* p.56-58 FUCKS, Betty Bernardo. *Adeus a Jacques Derrida*. Disponível em: <http://www.oedipe.org/>.

se pronuncia, uma cena que surge como *traço* arquivado, em divisibilidade permanente e reenviada como *herança* ao porvir.⁶⁸⁸

Em relação a essa possibilidade de verdade, fica mantida uma perturbação que envolve, por um lado, a parte da verdade que chega a nós, essa verdade que chega distorcida e dissimulada, e em todo caso inseparável e desde sempre contaminada, por aquilo que a excede, mentira ou ficção. Por outro, a possibilidade de uma dissimulação sem resto, sem vestígio, sem sintoma. Além de toda a investigação possível e necessária, são questões que, entre os ditos e des-ditos, ou entre escritas disseminadas, permanecem sem resposta, atreladas ao talvez.⁶⁸⁹

⁶⁸⁸ *Ibidem*. p.56-58. Seria muito interessante investigar onde esta maneira de pensar a verdade se encontra com o deslocamento e descentramento de verdade e sentido propostos por Ricardo Piglia em *Uma propuesta para el nuevo milênio*. Neste texto, o ensaísta, por um jogo de imaginação, viria completar, de um ponto de vista da margem, o que Ítalo Calvino formulara em *Seis propostas para o próximo milênio*. Seu texto seria exatamente a sexta das "lições americanas" que o escritor italiano leria na Universidade de Harvard, mas que não tivera tempo de escrever. Ao se colocar tal tarefa, Piglia tece uma noção de verdade que condensa e cristaliza uma rede múltipla de sentidos, indo além da mera informação, uma vez que é um movimento interno ao relato que desloca para o outro a verdade da história, isto é: propõe-se a construir na linguagem um lugar para que outro possa falar. PIGLIA, Ricardo. Una propuesta para el nuevo milênio. In: *Margens/márgenes*. Revista de Cultura, n.2, outubro de 2001, Belo Horizonte, Buenos Aires, Mar del Plata, Salvador. CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Cf. GOMES, Renato Cordeiro. De Ítalo Calvino a Ricardo Piglia, do centro para a margem: o deslocamento como proposta para a literatura deste milênio. *Alea: Estudos Neolatinos*, 2004, v.6, n.1.

⁶⁸⁹ *Ibidem*. p.127-129.

Conclusão

A DESCONSTRUÇÃO como limite e como possibilidade: um horizonte

A partir do atraso do que aqui começa, não se tratará, como se pode imaginar, de alguma última palavra. É preciso, sobretudo, que um leitor não espere por isso, pela última palavra. Está excluído — isso é praticamente impossível — que de meu lado eu me atreva a ter tal pretensão. Seria mesmo preciso, outro protocolo de contrato, não ter tal pretensão nem esperar por isso.⁶⁹⁰

Percorrido todo este caminho, buscou-se negociar, dar espaço e, sobretudo, aprender com um pensamento que propõe a deriva da origem, e o espaçamento e disseminação do sentido, tendo o saber histórico como meio e limite para este trabalho. Portanto, a título de término — pois nenhum texto conclui nada, e sem querer postar uma última palavra — gostaria de retomar a questão que conduziu esta pesquisa desde suas primeiras elaborações e que acompanhou como demarcação e como guia todo o batente durante o mestrado: quais os riscos e possibilidades abertas para o saber histórico por uma interlocução com a desconstrução derridiana?

Na *Poética*, Aristóteles define a diferença entre o trabalho dos historiadores e dos poetas como sendo domínio dos historiadores o passado, aquilo que foi, e o domínio dos poetas o possível, o que pode ou poderia ter sido.⁶⁹¹ Essa cena “inaugural” se faz repetir como tradição, e a dimensão do trabalho historiador marcada dentro dos limites do presente realizado, construindo a noção de sentido histórico ocidental, foi o que se procurou colocar frente à perspectiva derridiana durante todo percurso e em várias encenações intertextuais (Hegel, Freud, Chartier, Ricoeur e demais...).

Com efeito, este ‘colocar frente à’ se fez a partir de duas séries de questões que, embora concomitantes, podem ser distinguidas: uma delas evoca a *assinatura derridiana* como “autora” de uma teoria da história, a outra se coloca ao lado desta “teoria” para investigar, e instigar, os procedimentos, limites e fronteiras do saber histórico. O “resultado” a que se chegou pode ser percebido como um deslocamento e um desdobramento.

⁶⁹⁰ DERRIDA, Jacques. In: (PM).2004. p.257.

⁶⁹¹ ARISTÓTELES. Poética. 51 (b). In: *Poética, organom, política constituição de Atenas*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

Se o domínio da história sempre foi o do acontecido, pela interlocução com o pensamento derridiano — dividida em três domínios a que se chamou desconstrução ‘da’, ‘na’ e ‘para a’ história — a tentativa foi pôr a pensar a noção de tempo, as ferramentas e procedimentos que o trabalho historiador manuseia na busca por trabalhar este tempo e as formas como o saber histórico “representa” ou “refigura” o tempo e a si mesmo.

Desta interlocução, gestos desdobrados vão compor um espectro e uma promessa de história(s). Atravessando todo o tempo os limites traçados para a história e a ficção, encontra-se uma escrita disseminada que corrompe tanto a noção de acontecido, como a de possível, e abrindo lugares para o impossível.

Um acontecimento não mereceria seu nome, não faria nada acontecer se outra coisa não fizesse senão desenvolver, explicitar, atualizar o que já era possível, ou seja, em suma, se se resumisse a desenvolver um programa ou a aplicar uma regra geral a um caso. Para que haja acontecimento, certamente é preciso que ele seja possível, mas também que haja uma interrupção excepcional, absolutamente singular, no regime de possibilidade; é preciso que ele não seja simplesmente possível; uma simples passagem ao ato, uma realização, uma efetuação, a concretização teleológica de uma potência, o processo de uma dinâmica que depende de “condições de possibilidade”. O acontecimento não tem nada a ver com a história se se entende a história como um processo teleológico. Ele deve, de uma certa maneira, interromper esse tipo de história (...) É preciso, portanto, que o acontecimento se anuncie como impossível ou que sua possibilidade seja ameaçada.

Um entrelaçamento ligaria acontecimento e invenção. O que acontece deve irromper o possível e antecipável, tanto quanto uma invenção. Se apenas o possível acontecesse e somente o possível fosse inventado, não teríamos “realmente” nenhum acontecimento ou invenção. Nesse sentido, a cena aristotélica é remarcada, sendo os limites entre o domínio dos poetas e dos historiadores, da ficção e do “real”, re-lançados à suspeição.⁶⁹²

Tal entrelaçamento faz com que o “real” saia finalmente de entre as aspas para assumir a dimensão que Derrida confere à realidade. A afirmação do impossível se faz em *nome do real*, mas não do real como atributo da coisa objetiva, presente, sensível ou inteligível. O real não tem nada a ver com o realismo. Ele se relaciona com a vinda do outro, acontecimento de alteridade, no lugar em que este resiste a qualquer reapropriação ou apropriação onto-teleológica. “O real é o im-possível não negativo”.⁶⁹³

A dissociação entre a noção de presença e acontecimento muda a cena do saber histórico. Espera-se ter ao menos esboçado parte das implicações geradas pela interlocução que se

⁶⁹² DERRIDA, Jacques. *op.cit.*, 2004. (PM). p.272-279.

⁶⁹³ *Idem.* p.285-286.

pretendeu pôr a bailar nesta pesquisa. Se assim, chegou-se a alguns limites. Uma outra percepção da escrita, não submissa à clausura metafísica, conduz a uma forma diferenciada de pensar o tempo. Se o tempo da linha não se faz mais linha do tempo, o sentido temporal que subjaz a noção de história e historicidade é transgredido e transbordado pela noção de *traço*, que, em seu estranho movimento de divisibilidade e não-presença, dissemina o sentido histórico em história(s).

O traço é também marca gráfica do texto e no texto e, sem expressar um significado definitivo, indica uma abertura inapreensível: ele é o índice do ato da escrita. Desfeito enquanto signo, o traço é apenas a linha, sem forma de letra, que imprime uma marca, um silêncio desta forma se faz sentir. Entretanto, não indica necessariamente a escrita do que não pode ser escrito. Nem evidencia, estando aquém, um indizível. É um vestígio de um gesto, inscrição que se insere no texto, não por formas acabadas, mas por marcas de indefinição, de um inacabado que não lamenta sua própria ruína.

A disseminação acaba por desalojar as noções de origem e presença do centro do saber histórico, centralidade esta que torna possível a efetivação da reconciliação dialética via sentido histórico. Este desalojar provoca deslocamentos nas noções e ferramentas mais preciosas para o saber histórico que se quis firmar como uma ciência histórica: sujeito, apropriação, documento, arquivo. Rompendo com a reapropriação dialética do sentido, a escrita de história(s) emerge como *máquina textual* a traduzir e arquivar *traços*.

Mas as conseqüências deste desalojar envolvem não somente noções, conceitos e instrumentos, mas também um repensar das maneiras como a história representa o tempo e se faz representar. Isto porque, ao *solicitar* a história, a perspectiva desconstrutora, a partir da noção de traço faz desdobrar a unicidade, totalidade e propriedade do solo histórico. Dessa forma, deparou-se com o limite do representável em história, e também com a narratividade e seu limite: a textualidade.

Ao mesmo tempo em que todos estes limites foram demarcados, os gestos desconstrutores permitiram que se deslumbrassem algumas possibilidades para o saber histórico. Ao inscrever a noção de *iteração*, repetição diferenciada, na atividade de escrita historiográfica, a impossibilidade de um sentido histórico se transforma na possibilidade de diversos sentidos para o trabalho historiador, o que se chamou, a título provisório, de história(s). A diversidade de histórias, aqui, não dissimula, por meio do plural, uma heterogeneidade que acaba por se

deixar reunir e re-apresentar pela temporalidade linear. Por espaçamento e disseminação, história(s) são escritas que adentram o presente e a presença, desorganizando-os. Nesse sentido, o papel da brisura, como ferramenta de interpretação histórica, se mostra interessante, na medida em que possibilita abrir sentidos dentro do *corpus* pretensamente fechado de fontes do historiador, revelando, em cada contexto, as marcas de historicidade que os atos de interpretação perpetraram quando se *faz história*.

Ao ser desalojada de sua centralidade, a organização do passado em função de uma consciência presente abre espaço para a noção de herança como figuração da temporalidade, noção que permite uma continuidade não inserida num movimento linear, obrigatório e automático, mas que impõe a ruptura como fidelidade. Se Derrida afirma ser a herança um outro nome da desconstrução — por evocar, em relação à tradição, *agir contra ela em seu nome*⁶⁹⁴ — o trabalho historiador se configuraria, numa perspectiva desconstrutora, como um arquivo de heranças, que apaga tanto quanto registra os movimentos que envolvem o herdar.

O que se herda não se deixa aprisionar numa consciência presente, não se re-inscreve como passado presente: são fantasmas, aquilo que não está, não está mais e não está ainda presentemente vivo. A dimensão intempestiva adentra a escrita de história(s) re-escreve o passado como fantasmas que trazem o porvir ao presente, numa *intervenção* constante. Às maneiras pelas quais o porvir adentra história(s) chamam-se *portas*, configurando *a promessa* no trabalho historiador. Ou seja, ao deixar de lado a concepção teleológica da história, história(s) seriam capazes de oferecer, diante a aporia do tempo, o porvir como desconhecido, um futuro que não se torna um tempo homogêneo.

Esta temporalidade abre uma nova perspectiva de verdade, pois lida com o saber e o não-saber. Como uma prótese que se alia ao presente, suplementando-o, mas o desautorizando, essa verdade desponta uma historicidade em que o limiar entre história e ficção não se faz como estatuto prévio, mas como uma decisão que por ser impossível, deve ser constantemente retomada e relançada ao porvir.

O trajeto percorrido em tantas insinuações permite concluir que o pensamento derridiano é um interlocutor atraente para o saber histórico. Num cenário em que negar uma permeação entre realidade e ficção é tão obscurantista quanto dizer que eles se equivalem, a escrita

⁶⁹⁴ *Idem*. p.268.

disseminada de história(s) reinscreve seu limite, mas também sua possibilidade: como um horizonte.

Bibliografia

a) de Jacques Derrida

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo - uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2001.

_____. *Limited Inc*. Campinas: Papirus, 1991.

_____. *L'écriture et la différence*. Paris: c1967.

_____. *A escritura e a diferença*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

_____. *La dissemination*. Paris: Seuil, 1972.

_____. *Donner le temps*. Paris: Galilée, c1991.

_____. *Margens da filosofia*, Campinas: Papirus, 1991.

_____. *Papel-máquina*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

_____. La loi du genre. In: *Parages*. Paris: Galilée, 1986.

_____. *Espectros de Marx: o Estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional*. Rio de Janeiro: 1994.

_____. *A voz e o fenômeno: introdução ao problema do signo na fenomenologia de Husserl*. Lisboa: Edições 70, 1996.

_____. *Gramatologia*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. *Otobiographies: l'enseignement de Nietzsche et la politique dun nom propre*. Paris: Galilée, 1984.

_____. *Torres de Babel*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

_____. *Estados-da-alma da psicanálise - O impossível para além da soberana crueldade*. São Paulo: Escuta Editora, 2001.

_____. *Viagem à Palestina*. Tradução Leneide Duarte. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

_____. *O monolinguismo do Outro*. Porto: Campo das Letras Editores S.A. 1996.

_____. História da mentira: prolegômenos. *Estudos Avançados*. São Paulo, v.10, n.27, p.7-39, 1996.

_____. *A universidade sem condição*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

_____. *Adeus a Emmanuel Lévinas*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. *Políticas da Amizade*. Porto: Campo das Letras, [19--]

DERRIDA, Jacques & ROUDINESCO, Elisabeth. *Y mañana qué....* Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2005.

DERRIDA, J. & FOUCAULT, M. *Três tempos sobre a história da loucura*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

b) entrevistas

_____. *Philosophie: Derrida l'insoumis* (Entrevista concedida por Derrida a Catherine David). *Le Novel Observateur*. Paris, 9 au 15 septembre, 1983.

_____. “Em nome de uma hiper-ética” e “ A solidariedade dos seres vivos” concedidas por Derrida à Evando Nascimento. Disponíveis em: http://www.derrida.ufif.br/corpo_entrevistas.htm.

_____. *Cada Vez. Quer Dizer. E No Entanto, Haroldo...* (1996). Tradução de Leda Tenório da Motta. In: *Homenagem a Haroldo de Campos*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) - Imprensa Oficial: São Paulo, Brasil, p.4-12.

_____. In Discussion with Christopher Norris. [Interview] *Architectural Design* (1989). 59(1-2): 6-11.

c) sobre Jacques Derrida

ARROJO, Rosemary. *Tradução, Desconstrução e psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, c1993. 210 p

BENNINGTON, G. & DERRIDA, Jacques. *Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

BERNSTEIN, R. *Beyond Objectivism and Relativism*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1985.

BORDEN, Iain; RENDELL, Jane. *Intersections: architectural histories and critical theories*. London; New York: Routledge, 2000.

BORRADORI, G. *Filosofia do tempo de terror: diálogos com Jurgen Habermas e Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

CAPUTO, Jonh. *Against Ethics*. Indiana: Indiana University Press, 1993.

_____. *Deconstruction in a Nutshell*. A conversation with Jacques. Derrida. New York: Fordham University Press, 1997.

_____. *More Radical Hermeneutics: on not knowing who we are*. Bloomington: Indiana University Press, 2000.

CORNELL, Drucilla; ROSENFELD, Michael; CARLSON, David (David Gray). *Deconstruction and the possibility of justice*. New York; London: Routledge, 1992.

CULLER, Jonathan D.; BURROWES, Patricia. *Sobre a Desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

DALLMAYR, F. *Life-World, Modernity and Critique: Paths between Heidegger and the Frankfurt School*. Polity Press/Blackwell: 1991.

DEUTSCHER, Penelope. *How to read Derrida*. New York: W.W Norton & Company, 2006.

DUQUE-ESTRADA, Paulo César. *Às margens: a propósito de Derrida*. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

_____. (Org.). *Desconstrução e ética: ecos de Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Edições Loyola, 2004.

FERREIRA, Elida; OTTONI, Paulo. (Orgs.). *Traduzir Derrida: políticas e desconstruções*. Campinas, SP: Mercados de Letras, 2006.

FERRO, Roberto. *Escritura y desconstrucción: lectura (h)errada con Jacques Derrida*. 2ª ed. Bueno Aires: Biblos, 1995.

FORRESTER, John. *Seduções da psicanálise: Freud, Lacan e Derrida*. Campinas, SP: 1990.

FRANK, Manfred; BOWIE, Andrew. *The subject and the text: essays on literary theory and philosophy*. Cambridge, U.K.; New York: Cambridge University Press, 1997.

GASCHE, R. *The Tain of the Mirror: Derrida and the Philosophy of Reflection*. Harvard: Harvard University Press, 1986.

_____. *Inventions of Difference: On Jacques Derrida*. Cambridge, MA: Harvard UP, 1994.

GIESEN, Klaus-Gerd. O hiato entre a justiça e a ética políticas: a cosmopolítica de Derrida. *Discurso* (32) – Revista do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo, p.85-112, 2001.

GLENADEL, Paula & NASCIMENTO, Evando. *Em torno de Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: 7letras, 2000.

- HOY, David. Jacques Derrida. In: SKINNER, Quentin. (Org.). *The return of grand theory in the human sciences*. Cambridge University Press, 2000.
- JOHNSON, Christopher. *Derrida: a cena da escritura*. Sao Paulo: UNESP, 2001.
- KOFMAN, Sarah. *Lectures de Derrida*. Paris: Galiléé, 1984.
- LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. *Destrução ou Desconstrução?: questões da paisagem e tendências de regionalização*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MAJOR, Rene. *Lacan com Derrida: análise desistencial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MEGILL, A. *Prophets of Extremity: Nietzsche, Heidegger, Foucault, Derrida*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1985.
- MUNSLOW, Alun. *Deconstructing History*. London: Routledge, 1997.
- NASCIMENTO, Evando. *Derrida e a literatura - Notas de filosofia e literatura nos textos de Desconstrução*. Niterói: EDUFF, 1999.
- _____. (Org.). *Jacques Derrida: pensar a desconstrução*. São Paulo: Liberdade, 2005.
- _____. *Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- NORRIS, Christopher. *Deconstruction and the interests of theory*. Norman: University of Oklahoma Press, 1989.
- ORTEGA, Francisco. *Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- OTTONI, P. (Org.). *Tradução: a prática da Diferença*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; FAPESP-FAEP, 1998. Coleção Viagens da Voz.
- RAPAPORT, Herman. *Heidegger & Derrida: reflections on time and language*. Lincoln, London: University of Nebraska Press, 1991. 293p.
- REGO, Claudia de Moraes. *Traço, letra, escrita: Freud, Lacan, Derrida*. Rio de Janeiro: 7letras, 2006.
- REINHARDT, B. M. & Peres, L. Da lição de escritura. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 10, n.22, p.233-254, jul./dez. 2004.
- RORTY, Richard. Philosophy as a Kind of Writing: An Essay on Derrida. In: *Consequences of Pragmatism*. University of Minnesota Press, 1982. p.90-109.
- ROUDINESCO, Elisabeth. *Filósofos na tormenta: Canguilhem, Sartre, Foucault, Althusser, Deleuze e Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2007.
- SANTIAGO, Silviano. (Sup.Geral) *Glossário de Derrida*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1976.
- SANTOS, Alcides Cardoso dos; DURÃO, Fabio Akcelrud; SILVA, Maria das Graças G. Villa (Orgs.). *Desconstruções e contextos nacionais*. Rio de Janeiro: 7letras, 2006.
- SMITH, Robert. *Derrida and autobiography*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- STEIN, E. *Diferença e metafísica: Ensaio sobre a desconstrução*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.
- STELLARDI, Giuseppe. *Heidegger and Derrida on philosophy and metaphor: imperfect thought*. Amherst, N.Y.: HB, Humanity Books, 2000.
- ULMER, Gregory L. *Applied grammatology: post(e)-pedagogy from Jacques Derrida to Joseph Beuys*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, c1985.
- WOLIN, Richard. *Labirintos em torno a Benjamin, Habermas, Schmitt, Arendt, Derrida, Marx, Heidegger e outros: explorações na história crítica das idéias*. Lisboa: Instituto Piaget, c1995.
- WOOD, D. An introduction to Derrida. In: EDGLEY, R and OSBORNE, R. (Eds.). *Radical philosophy reader*. London: Verso, 1985.

_____. Beyond Deconstruction? In: *Contemporary French Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

d) artigos

ANKERSMIT, F. Entries: "Contextualism"; "Figura" (Auerbach); "Hermeneutics"; "Historicism"; "Historiography"; "Micro-storie"; "Narrative Explanation". In: *Routledge Encyclopedia of Narrative Theory*. Edited by D. Herman, M. Jahn, M.L., Ryan. Abingdon, 2005.

ANTELO, Raul. Sentido, paisagem, espaçamento. *Margens/márgenes*. Revista de Cultura, Belo Horizonte, Buenos Aires, Mar del Plata, Salvador, n.5, p.18-23 julho-dez de 2004.

_____. Quantas margens tem uma margem? *Margens/márgenes*. Revista de Cultura, Belo Horizonte, Buenos Aires, Mar del Plata, Salvador, n.1, p 76-85, julho de 2002.

BELLEI, Sérgio Luiz Prado. Notas sobre dois discursos na/da fronteira: Joseph Conrad e Jacques Derrida. In: ANTELO, Raul (Org.). *Identidade e representação*. Florianópolis: Pós-graduação em Letras/Literatura Brasileira e Teoria Literária – UFSC, 1994. p.109-115.

BIDENT, Christophe. *Reconnâitre la mort*. Disponível em: http://www.centopeia.net/ensaios/84/Christophe_Bident/

BERND, Zilá. Os deslocamentos conceituais da transculturação. In: BERND, Zilá. (Org.). *Americanidade e transferências culturais*. Porto Alegre: Movimento, 2003. p.17-25.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.5, n.11, p.173-191, 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 03 abril de 2008.

_____. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos históricos*, FGV, Rio de Janeiro, v.7, n. 13, p.100-113, 1994.

_____. *Conversa com Roger Chartier por Isabel Lustosa*. Disponível: <http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/>. Acesso em 16 de setembro de 2004.

CHIAPPINI, Ligia. Literatura e História. Notas sobre as relações entre os estudos literários e os estudos historiográficos. *Literatura e Sociedade*. Departamento de teoria literária e literatura comparada, Universidade de São Paulo, São Paulo, n.5, p.18-28, 2000.

_____. Relações entre história e literatura no contexto das humanidades hoje: perplexidades. In: IOKOI, Zilda Márcia Gricoli; NODARI, Eunice; PEDRO, Joana Maria. (Orgs.). *História: fronteiras*, São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: ANPUH, v.2, p.805-817, 1999.

CAMPOS, Haroldo. Da tradução como Criação e como Crítica. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n.4/5, jun-set.1963.

CORRAL, Wifrido H. Carta de Estados Unidos. Derrida y "los teóricos". *Cuadernos Hispanoamericanos*, Madri, n.657, mar. 2005.

CORREA, Maria Clara Queiroz. *Resistirmos, a que será que se destina? a psicanálise pode ou não voltar-se sobre si mesma, face ao enigma de outros campos? Agora*, Rio de Janeiro, v.6, n.2, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>.

DIAS, Maurício Santana. Xenofilia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1º de agosto de 1999. Caderno Mais! p.10.

DUPART, Dominique. Prénom et nom de l'écrivain préféré: Jacques Derrida. In: *Littérature, Histoire, Théorie: fabula*. N°4 « L'ÉCRIVAIN PRÉFÈRE » Disponível em <http://www.fabula.org/lht/4/Dupart.html>.

FUCKS, Betty Bernardo. *Adeus a Jacques Derrida*. Disponível em: <http://www.oedipe.org/po/actualites/adeusderrida>.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Uma filosofia do cogito ferido: Paul Ricoeur. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.11, n.30, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 10 abril 2008.

GLEZER, Raquel. Tempo e História. *Ciência e Cultura*. São Paulo, v.54, n.2, 2002. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo>. Acesso em: 28 de abril de 2008.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia História*, Belo Horizonte, v.22, n. 36, p.261-273, jul/dez 2006.

HILDESHEIMER, F. Periodisation et Archives. Périodes. La construction du temps historique. ACTES DU V^o COLLOQUE D'HISTOIRE AU PRESENT. Paris: Ed.de L'Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales/Histoire au Présent, 1991. p.39-46.

HUCHET, Stéphane. Meta-estética e ética francesa do sentido (Derrida, Deleuze, Serres, Nancy). *Kriterion*, Belo Horizonte, v.45, n.110, jul.dez. 2004.

KLINGER, Diana. Paixão do arquivo. *Matraga – estudos lingüísticos e literários*. Rio de Janeiro: UERJ Instituto de Filosofia e Letras, v.21, 2007. Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br/matraga/matraga21/PAIXAO%20DO%20ARQUIVO.html>

KOSELLECK, Reinhardt. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.134-146, 1992.

KRAMER, Lloyd S. Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick Lacapra. In: HUNT, Lynn. (Org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p.131-173.

MENEZES, Ulpiano T. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia L. (Org.). *Arquivos, Patrimônio e Memória*: trajetórias e perspectivas. SP: Ed. UNESP, 1999.

NASCIMENTO, EVANDO. *Derrida visto pelos brasileiros* (O Estado de São Paulo - Caderno 2 - 17/10/2004) Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/canal_aberto/clipping/outubro2004/clipping041017_estado.html.

MORAES, Maria Rita Salzano. O que (se) passa na Tradução? O que (ultra) passa a Tradução? In: ESTADOS GERAIS DA PSICANÁLISE: SEGUNDO ENCONTRO MUNDIAL. Rio de Janeiro, 2003 Disponível em: http://www.estadosgerais.org/mundial_rj/download/3f_Moraes_109141003_port.pdf.

MOREIRA, Marcos. Desconstrução sem Derrida. *Semiosfera*, ano 3, n.7.

MOSCATELI, Renato. A narrativa histórica em debate: algumas perspectivas. *Revista Urutágua* - revista acadêmica multidisciplinar, n.6, 2004. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/006/06moscateli.htm>.

OTTE, Georg; OLIVEIRA, Silvana Maria Pessôa de. (Orgs.). *Mosaico crítico*. Belo Horizonte: Autêntica; NELAM, 1999. p.43-46.

OTTONI, Paulo Roberto. A tradução é desde sempre resistência: Reflexões sobre Teoria e História da Tradução. *Alfa - Revista de Lingüística*, Unesp - Rio Preto, v. 41, p.159-168, 1997.

_____. Tradução e desconstrução: a contaminação constitutiva e necessária das línguas. *Pulsional Revista de Psicanálise*. v.157. São Paulo: Editora Escuta, 2002. Disponível em: http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/158_01.pdf.

_____. A responsabilidade de traduzir o in-traduzível: Jacques Derrida e o desejo de [la] tradução. *Delta*, São Paulo, v. 19, set. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 07 março de 2008.

_____. Semelhanças entre uptake e trace: considerações sobre a tradução. *Delta*, São Paulo, v.13, n.2, ago.1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>.

PAYO, Patrícia. *Enciclopédia e hipertexto: a máquina-literatura*. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/psanpayo/>

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. *Revista de História das Idéias*, Lisboa, v.21, 2000.

PINTO, Joana Plaza. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. *Delta*, São Paulo, v.23, n.1, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br>.

PIGLIA, Ricardo. Una nueva propuesta para el nuevo milenio. *Margens/márgenes. Caderno de Cultura*, Belo Horizonte, Buenos Aires, Mar del Plata, Salvador, n.2, p.1-3, outubro de 2001.

QUADROS, E. G. Derrida revoluciona a história? XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, História e Multidisciplinaridade, São Leopoldo, 2007. p.185-186.

REINHARD, Bruno Mafra Ney; PEREZ, Léa Freitas. Da lição da escritura. *Horizontes Antropológicos*, v.10, n.22. Porto Alegre, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v.7, n.1-2, out.1995.

ROGOZINSKI, Jacob. É preciso a verdade – um nome maldito? *Revista confraria: arte e literatura*, n.19, mar/abril 2008. Disponível em: <http://www.confrariadovento.com/revista/numero18/ensaio01.htm>.

RODRIGUES, Carla. *Ética no encontro e na diferença (O Globo, em caderno Prosa e Verso- 15/10/ 2004)*. Disponível em: <http://desconstrucao.sites.uol.com.br/prosa.html>

RODRIGUES, Cristina Carneiro. Ecos de Babel. *Estudos Lingüísticos*, n.XXXV. p.60-65, 2006. Disponível em: <http://www.google.com/search?q=cache:By2YxaH4yOgJ:www.gel.org.br/4publicaestudo2006>

RINCÓN, Carlos. Antropofagia, reciclage, hibridación, traducción, o como apropiarse la apropiación. *Nuevo Texto Crítico*, nov.1999.

SANTAELLA, Lúcia. Literatura é tradução. In: CID, Marcelo; MONTOTO, Cláudio César (Orgs.). *Borges centenário*. São Paulo: EDUC, 1999.

SANTIAGO, Silviano. O silêncio, o segredo, Jacques Derrida. *Márgens/Margenes. Revista de Cultura*, Belo Horizonte, Buenos Aires, Mar del Plata, Salvador, n.5, p.5 *et seq.*, jul.-dez. 2004.

SCHMITZ, John Robert. Perspectivas, Tendências e Polêmicas nos Estudos da tradução. *Estudos Lingüísticos*, v.XXXV, p.132-137, 2006. Disponível em: <http://www.google.com/search?q=cache:T711nMeQw0IJ:www.gel.org.br/4publica-estudos2006>.

SILVA, Francisco de Fátima. A indecidibilidade enquanto desconstrução da hermenêutica: a primazia da metáfora da escritura. *Revista Urutágua - revista acadêmica multidisciplinar*. Centro de Estudos Sobre Intolerância, Maringá, n.6, abril/jul. 2005. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/006/06ffsilva.htm>.

STONE, Lawrence. O renascimento da narrativa: reflexões sobre a velha nova história. *Revista de História*, Campinas, IFCH, Unicamp, n 2-3, 1991.

_____. History and post-modernism. *Past and Present*, n.135, p.189-94.

TOUDOIRE-SURLAPIERRE, Frédérique. Derrida, Blanchot, « Peut-être l'extase. In: *Littérature, Histoire, Théorie: fabula*. N.1: Les philosophes lecteurs. Disponível em: <http://www.fabula.org/lht/1/Toudoire-Surlapierre.html>.

USHER, Phillip John. *Joyce he war, yes: la microlecture selon Derrida*. In: Complications de texte : les microlectures, *Fabula LHT (Littérature, histoire, théorie)*, n.3, 1 septembre 2007. Disponível em: <http://www.fabula.org/lht/3/Usher.html>

WALTERS, Ronald G. Signs of the times: Clifford Geertz and historians. *Social Research*, n.47. Autumn 1980.

WHITE, Hayden. Teoria literária e escrita da história. *Estudos Históricos*, FGV, Rio de Janeiro, v.7, n.13, p.31-48, 1991. Disponível em: <http://www.google.com/search?q=cache:w9wcj3gaV7kJ:www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/132.pdf+>

ZAVAGLIA, Adriana. Lingüística, tradução e literatura: observando a transformação pela arte. *Alfa: Revista de Lingüística* 01 janeiro 2004. Disponível em: http://www.accessmylibrary.com/coms2/summary_0286-32017199_ITM.

e) sobre a temática

Análise estrutural da narrativa (vários autores). *Seleção de ensaios da revista "Communications"*. Petrópolis: Vozes, 1972.

ABENSOUR, Miguel; NOVAES, Adauto. *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: Destrução da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. *A comunidade que vem*. Lisboa: Editorial Presença, 1993.

ALBERT, Hans. *Tratado da Razão crítica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

- ALBERTI, Verena. *O riso e o risível na história do pensamento*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas; Jorge Zahar Editor, 1999.
- ALLOUCH, Jean. *Letra a Letra: transcrever, traduzir, transliterar*. Tradução Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1995.
- AMOROSO, Leonardo *et al.* *El pensamiento debil*. 2ª ed. Madrid: 1990.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *Hegel: a ordem do tempo*. São Paulo: Hucitec/ Polis, 2000.
- ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux: memoires et espoirs collectifs*. Paris: 1984.
- BARNETT S. *Hegel after Derrida*. Routledge, 1998
- BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. 3ª ed. Tradução J.Guinsburg, Alice Kyoko Miyashiro. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- _____. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- _____. *Novos ensaios críticos, seguidos de O grau zero da escritura*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- _____. *et al. Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- BASTIDE, R. *Usos e sentidos do termo "estrutura" – nas ciências humanas e sociais*. São Paulo: Herder, Editora da Universidade de São Paulo, 1971.
- BAUDRILLARD, J. *A sombra das massas silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *A transparência do mal*. São Paulo: Papirus, 1990.
- _____. *O sistema dos objetos*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1989. Série Debates, 70.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: J.Zahar, 1998.
- _____. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: J.Zahar, 1998.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.
- BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- _____. *Magia e Técnica, arte e política: obras escolhidas*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. S. Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- BERGSON, Henri. *Matéria e Memória*. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- D'AMARAL, Márcio Tavares. *O homem sem fundamentos: sobre linguagem, sujeito e tempo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Tempo Brasileiro, 1995.
- DELEUZE, G. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1998. Coleção Estudos, 35.
- _____. *Pourparlers*. Paris: Minuit, 1990.
- DOMINGUES, Ivan. *O fio e a trama*. Reflexões sobre o tempo e a história. São Paulo: Iluminuras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.
- _____. *O grau zero do conhecimento: o problema da fundamentação das ciências humanas*. São Paulo: Loyola, c1991.
- DOSSE, François. *História do estruturalismo*. São Paulo: Ensaio, 1993. 3v.
- _____. *A história em migalhas*. Dos Annales à Nova História. São Paulo: Ensaio, 1992.

- _____. *La historia: conceptos y escrituras*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.
- _____. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
- EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- ECO, Umberto. *A Obra Aberta*. São Paulo: Perspectiva, 1968.
- _____. *A estrutura ausente*. São Paulo: Perspectivas, 1997b. Coleção Estudos.
- _____. *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- FERRY, Jean-Luc e RENAUT, A. *Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo*. São Paulo: Ensaio, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Lisboa: Vozes, 1972.
- _____. *As palavras e as coisas*. Lisboa: Portugalia, 1966.
- _____. *Microfísica do Poder*. Tradução e Organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *Arqueologia das ciências e dos sistemas de pensamento*. Organização e seleção de textos Manuel Barros de Mota. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- FABRI, Marcelo. *Desencantando a ontologia: subjetividade e sentido ético em Lévinas*. Porto Alegre: EDUPUCRS, 1997.
- FREUD, Sigmund (1895 [1950]). *Projeto para uma psicologia científica*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.1.
- _____. *Recordar, repetir e elaborar*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.12.
- _____. *O Inconsciente*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.14.
- _____. *Uma nota sobre o Bloco Mágico*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.19.
- _____. *O mal-estar na civilização*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.21.
- _____. *Moisés e o Monoteísmo*. Três Ensaios. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.23.
- FRIEDLANDER, Saul. (Org.). *Probing the limits of representation. Nazism and the 'final solution'*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- _____. *et al. História e Historicidade*. Lisboa: Gradiva, 1988.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- GAOS, Jose. *Introducción a El ser y el tiempo de Martin Heidegger*. 2ª ed. aum. y rev. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1971.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- _____. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GIDDENS, A. & TURNER, J. (Orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: UNESP, 2000.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- _____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, c1989.
- _____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GRAEBIN, Cleusa e LEAL, Elisabete. (Org.). *Revisitando o positivismo*. Canoas: La Salle, 1996.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Sobre o sentido: ensaios semióticos*. Petrópolis, Vozes, 1975.
- GUATARRI, Felix. *Micro-Política*. Cartografia do Desejo. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- HABERMAS, J. Conhecimento e interesse. In: *Técnica e ciência como ideologia*. Edições 70, 1987.
- HARDT, M. & NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1999.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HEGEL, G. W.F. *Filosofia da História*. Brasília: Editora UNB, 1995.
- _____. *A Razão na história: uma introdução geral a filosofia da história*. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.
- HEIDEGGER, M. *Sobre o humanismo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.
- _____. *El ser y el tiempo*. 5ª ed. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1974.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- HYPOLITE, Jean. *Genese et structure de la phenomenologie de l'esprit de Hegel*. Aubier: Ed. Montaigne, c1946. 2 v.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *Ranke*. São Paulo: Ática, 1979.
- HOLLANDA, Heloiza Buarque de. (Org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- HUOT, Herve. *Do sujeito a imagem: uma história do olho em Freud*. São Paulo: Escuta, 1991.
- HUSSERL, Edmund. *L'origine de la géométrie*. Paris: PUF, 1962.
- HUNT, Lynn. (Org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 317p
- HUTCHEON, L. *Poética do pós-modernismo: História, teoria e ficção*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.
- IGGERS, Georg G. *Historiography in the twentieth century: from scientific objectivity to the postmodern challenge*. Hanover, NH: Wesleyan University Press, published by University Press of New England, c1997.
- JAMENSON, Frederic. *Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2005.
- KAPLAN, A. (Org.). *O mal-estar no pós-modernismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- KOJEVE, Alexandre. *Introdução à leitura de Hegel*. Rio de Janeiro: Contraponto/EDUERJ, 2002.
- KOSELLECK, R. *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Edicions Paidós Ibérica, 1993.
- KRISTEVA, J. *Semiótica: introdução a semanálise*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- LACAPRA, Dominick. *History & criticism*. Ithaca, 1985.
- _____. *Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts, Language*. Ithaca: 1983.
- _____. *History and memory after Auschwitz*. Cornell University Press, 1998.

- LAGES, Suzana Kampff. *Melancolia e tradução: Walter Benjamin e a 'tarefa do tradutor'*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.
- LEAL, Ivanhoé Albuquerque. *História e ação na teoria da narratividade de Paul Ricoeur*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- LE GOFF, J. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- _____. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: 1976.
- LEVINAS, Emmanuel. *Entre Nós – ensaios sobre a alteridade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Comp. Ed. Nacional: Ed. Univ. S. Paulo, 1970.
- _____. *Antropologia estrutural*. 4ª ed. Tempo Brasileiro.
- VIET, Jean. *A noção de estrutura em etnologia*. Rio de Janeiro: [s.n.], [196-]. 1v
- LIMA, Luiz Costa. *A Aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- _____. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. v. 1. 434 p.
- _____. *Limites da voz (Montaigne, Schlegel, Kafka)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- _____. *O controle do imaginário: razão e imaginário no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LOPES, M. A. (Org.). *Grandes nomes da História intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.
- LOWITH, K. *O sentido da história*. Lisboa: Ed. 70. 1991.
- MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- MACKSEY, R.; DONATO, E. (Orgs.). *A controvérsia estruturalista – As linguagens da crítica e as ciências do homem*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- MAFFESOLI, Michel. *O Instante eterno: O retorno do trágico nas sociedades pós-modernas*. São Paulo: Zouk, 2003.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise de discurso*. Campinas: Pontes; UNICAMP, 1997.
- MALERBA, J. (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. v.1. 238 p.
- MARROU, Henri-Irenee. *Sobre o conhecimento histórico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MARX, Karl. *Marx*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MERQUIOR, J. G. *De Praga a Paris – Uma crítica do estruturalismo e do pensamento pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- _____. *O Estruturalismo dos pobres e outras questões*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- MOREIRAS, A. *A exaustão da diferença - A política dos estudos culturais latino-americanos*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2001.
- NEGRI, Antonio *et al.* *Cinco lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral*. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- _____. *Além do bem e do mal. Prelúdio a uma filosofia do futuro*. 2ª ed. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 1ª edição 1992.
- _____. *Sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral*. In: NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Obras incompletas*. 5ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. 2v. (Os Pensadores)

- _____. *Considerações Intempestivas*. Lisboa: Presença, 1976.
- _____. *Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. *A gaia ciência*. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.
- _____. *El eterno retorno: obras postumas (1871-1888)*. Buenos Aires: Aguilar, c1949. Obras completas de Frederic Nietzsche, v.6.
- NOVAES, Adalto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e leitura*. Campinas: Cortez/UNICAMP, 1996.
- PAZ, Octavio. *O arco e a lira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- PÊCHEUX, Michel. *Discurso. Estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2000.
- PENNA, L. de A. *Análise do saber histórico*. Elementos. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1975.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Texto, crítica e escritura*. São Paulo: Ática, 1993.
- PETERS, Michael. *Pós-estruturalismo e a filosofia da diferença (uma introdução)*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- PIGLIA, Ricardo. Una propuesta para el nuevo milenio. *Márgenes - Caderno de cultura*, n.2, Outubro, 2001.
- PIMENTA NETO, Olímpio José. *A invenção da verdade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, c1999.
- PLATÃO. *Fedro: texto integral*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- _____. *A República de Platão*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- RAGO, M. & GIMENES, R. *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas, São Paulo: UNICAMP/IFHC, 2000.
- RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- REIS, José Carlos *Tempo, História e evasão*. Campinas: Papyrus, 1994.
- _____. *História & teoria: historicismo, Modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- _____. *Escola dos Annales – a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Campinas: Papyrus, 1994.
- _____. *Do texto à ação*. Porto: Rés Editora, 1989.
- _____. *A Memória, A História, o Esquecimento*. Campinas: Ed.Unicamp, 2007.
- ROSSET, Clement. *A lógica do pior*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- ROUANET, S. P. *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- ROUDINESCO, Elisabeth. *A análise e o arquivo*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.
- SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- _____. *Ora (dizeis) puxar conversa!:* ensaios literários. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- SANTOS, B. de Sousa. *Pela mão de Alice*. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.
- SANTOS, V. Edson dos. (Org.). *O trágico e seus rastros*. Londrina: Ed. UEL, 2002.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SARUP, Madan. *An introductory guide to post-structuralism and postmodernism*. New York: Harvester Wheatsheaf, 1993.

- SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. Org. por C. Bally e A. Sechehaye. São Paulo: Cultrix; Ed. Universidade da USP, 1969.
- SCHAEFFER, Maria Lucia. *Nísia Floresta, o carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SHAPOCHNIK, N. *A velha História: Teoria, método e historiografia*. Campinas: Papirus, 1996.
- SILVA, Zélia L. (Org.). *Arquivos, Patrimônio e Memória. trajetórias e perspectivas*. SP: Ed. UNESP, 1999.
- SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: A redefinição do espaço na teoria crítica*. São Paulo: Zahar, 1992.
- SOKAL, A. & BRICMONT, J. *Imposturas intelectuais*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SOUZA, R. T. *O tempo e a máquina do tempo: estudos de filosofia e pós-modernidade*. Porto Alegre: EDPUCRS, 1998.
- _____. *Sentido e Alteridade: dez ensaios sobre o pensamento de Emmanuel Lévinas*. Porto Alegre: EDIPURS, 2000.
- SUBIRATS, E. *Da vanguarda ao pós-moderno*. São Paulo: Nobel, 1991.
- VATTIMO, Gianni. *A tentação do realismo*. Rio de Janeiro: Instituto Italiano de Cultura: Nova Aguilar, 2001. Conferências italianas, 1.
- _____. *O fim da modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. Lisboa: Presença, c1987.
- TOULMIN, J. e GOODFIELDG, J. *El descubrimiento del tiempo*. Buenos Aires: Paidós, 1968.
- VAZ, Paulo. *Um Pensamento infame: História e Liberdade em Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- VEYNE, Paul *et al. Historia e historicidade*. Lisboa: Gradiva, 1988.
- VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças: história e sociologia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- VIRILIO, Paul. *O espaço crítico e as perspectivas do tempo real*. Ed. rev. e aum. pelo autor. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- WINDSCHUTTLE, Keith. *The Killig of History. How a Discipline is being Murdered by Literary Critics and Social Theorists*. Sydney: Macleay Press, 1994.
- WOOD, Ellen Meikins e FOSTER, John Belamy. *Em defesa da História. Marxismo e Pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- WOLDENBERG, José. *Las ausencias presentes*. Mexico: Cal y Arena, 1992.
- YERUSHALMI, J. H. *O Moisés de Freud, judaísmo terminável e interminável*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- ZAIDAN FILHO, M. *A crise da razão histórica*. Campinas: Papirus, 1989.

